



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Eriberto José Lessa de Moura

**O Programa Segundo Tempo no contexto alagoano:
a ilusão neoliberal da “inclusão social” através do esporte**

Rio de Janeiro

2017

Eriberto José Lessa de Moura

**O Programa Segundo Tempo no contexto alagoano:
a ilusão neoliberal da “inclusão social” através do esporte**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silene de Moraes Freire

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

M929 Moura, Eriberto José Lessa de.
O Programa Segundo Tempo no contexto alagoano: a ilusão neoliberal da “inclusão social” através do esporte / Eriberto José Lessa de Moura. – 2017.
275 f.

Orientador: Silene de Moraes Freire.
Coorientador: Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Esportes – Brasil – Teses. 2. Inclusão social – Brasil – Teses. 3. Programa Segundo Tempo (Brasil). I. Freire, Silene de Moraes. II. Holanda, Maria Norma Alcântara Brandão de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 347.471.8(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Eriberto José Lessa de Moura

**O Programa Segundo Tempo no contexto alagoano:
a ilusão neoliberal da “inclusão social” através do esporte**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em: 04 de julho de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Silene de Moraes Freire (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda (Coorientadora)

Universidade Federal de Alagoas

Prof.^a Dra. Elaine Rosseti Behring

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Adriana Machado Penna

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Paulo Roberto de Andrade Castro

Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Dedico a meu querido pai Euclides e minha mãe Maria Odair. À Reivan por todo meu amor dedico essa tese. Para Júlia e Luiza minhas filhas-enteadas. As manas Sissi e Cely e aos manos Vado e Gó. Para sobrinhas e sobrinhos Ana Luisa, Joanna, Bernadete, Marina, Leonardo, Caio e Camilo. E minha sobrinha-neta Clarice.

AGRADECIMENTOS

À Silene pela competência e sabedoria na orientação e pelo protagonismo e desenvolvimento do Dinter bem como nos ensinamentos sobre as lutas coletivas para emancipação humana.

A Professora Norma Alcântara pelas contribuições precisas na coorientação e na condução do Dinter UERJ-UFAL.

Às professoras componentes das bancas de qualificação e defesa: Adriana Penna e Elaine Behring. E aos professores Ney Luiz Teixeira e Paulo Roberto de Andrade Castro pelas críticas e contribuições na defesa.

Ao professor Fernando Mascarenhas por sua contribuição na banca de qualificação.

As docentes do Doutorado: Silene Freire, Elaine Behring, Mônica Alencar, Maria Inês Bravo e ao professor Mário Duyaer.

As colegas de doutorado Keila, Thaysa, Sueli, Izabel, Edielma, Sabrina, Edvânia, Elaine e aos colegas do doutorado Diego, Japson e Fabiano.

Em especial ao amigo de doutorado Marcos Ricardo.

Em especial à colega e grande amiga do doutorado Janne.

Ao amigo Carlos (esposo de Janne) pelo carinho e companheirismo.

Ao amigo César Maranhão.

As alunas e alunos do PROEALC – UERJ pelos momentos de convívio e de carinho em nossos encontros acadêmicos.

Ao Programa de Pós-Graduação do curso de Serviço Social pelo nosso acolhimento na UERJ

A todo corpo docente do Curso de Educação Física UFAL Campus – Maceió colegas de trabalho pelo incentivo à minha qualificação profissional.

A direção do Centro de Educação (CEDU/UFAL) na pessoa de César Nonato e à funcionária Suzana Barbosa.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação Serviço Social/UFAL Quitéria e Júlio.

À Professora Edlene Pimentel pela leitura e contribuições prévias no projeto de doutorado.

Ao meu genro Leonardo Fernandes, cunhado Marcos Abreu e aos amigos professor Diogo Sarmento e professor Dennis Dantas pelas contribuições na formatação da Tese.

Aos meus cunhados Arthur e Cléber e cunhadas Analice e Gaby pelo incentivo e atenção.

As todas as crianças da classe trabalhadora em especial dos canaviais em Alagoas, viventes de um local perverso de exploração e espoliação da riqueza socialmente produzida e do furto do componente lúdico.

Relatório Ao Senhor Governador Alvares Paes

Conclusão:

Fechei os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1:325\$500 de multas. Não favoreci ninguém.

Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porem, foram erros da intelligencia, que é fraca. Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fizeram falta. Há descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois annos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos. Paz e prosperidade. Palmeira dos Indios, 10 de Janeiro de 1929.

Graciliano Ramos

Porque se chamavam homens

Também se chamavam sonhos

E sonhos não envelhecem

E basta contar compasso

E basta contar consigo

Que a chama não tem pavio...

Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges

RESUMO

MOURA, E. J. L. de. *O Programa Segundo Tempo no contexto alagoano: a ilusão neoliberal da “inclusão social” através do esporte*. 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O presente estudo realiza uma análise do Programa Segundo Tempo (PST) como uma política pública esportiva educacional do Estado brasileiro, propalado como mecanismo de “inclusão social” de crianças e jovens nos Governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. O recorte da investigação situa-se no contexto alagoano e brasileiro, na dinâmica do desenvolvimento capitalista contemporâneo, considerando as esferas social/ política, educacional e esportiva. A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, adota como perspectiva de análise a teoria social de Marx. Propõe-se desvendar o PST e apreender como o esporte vem potencializando suas características a serviço das políticas sociais/educacionais, engendradas pelo capital transnacional mediante a agenda dos organismos multilaterais internacionais e executada pelo “terceiro setor” via política de “inclusão social” de combate a pobreza, conforme os preceitos neoliberais. Pressupomos que essas orientações dos organismos multilaterais internacionais e do “terceiro setor” às políticas educacionais voltadas ao esporte são originárias das respostas do capital a sua crise em suas expressões no Brasil. O “terceiro setor” enquanto fenômeno originário das transformações contemporâneas exerce uma influência fundamental nesse processo, na medida em que articulado ao Estado expressa uma construção ideológica necessária de controle social para minimizar as consequências das desigualdades sociais e evitar os conflitos entre as classes antagônicas. Sendo o PST um programa de interseção entre a política pública de esporte educacional e as políticas sociais de combate à pobreza, problematizamos a relação que se estabelece, na atualidade, entre esporte e “inclusão social” proporcionada pelo Estado brasileiro. Constata-se na literatura da área da Educação Física e nos documentos institucionais investigados a assimilação e o reconhecimento do ideário da “inclusão social” como uma interface “decisiva” para a conquista do estatuto de “cidadania” de crianças e adolescentes em condição de “vulnerabilidade social” no Brasil. O programa responde às concepções que propugnam uma relação entre Estado e sociedade civil em que a execução das políticas sociais deixa de ser responsabilidade do aparato estatal para ser assumida, de forma precária e focalizada, por organizações sociais do “terceiro setor”. O importante dos programas sociais esportivos como o PST não é mobilizar as crianças e a comunidade, mas incentivá-los à participação despolitizada desconectada de sua existência material, adequando-se apenas às ações pedagógicas veiculadas pelo PST como mecanismo de sobrevivência. Destacamos com os resultados da pesquisa, as oscilações crescentes e decrescentes nos recebimentos de recursos voltados para o Esporte educacional, que ocorreram transferências significativas de recursos para o Esporte de rendimento e para os Megaeventos, viabilizados pelas ações do Governo Federal em detrimento dos recursos destinados aos programas esportivos educacionais como o PST. Ressaltamos o montante significativo de recursos públicos contemplados pelo “terceiro setor” para executar o PST. Por fim, demonstramos com a pesquisa os limites no atendimento das necessidades sociais de reprodução de segmentos da classe trabalhadora por uma política social de caráter focal/ fragmentada de Estado articulada ao “terceiro setor”.

Palavras-chaves: Programa Segundo Tempo. Esporte educacional. “Inclusão social”. “Terceiro setor”.

ABSTRACT

MOURA, E. J. L. de. *The Second Half Program in the Alagoas' context: the neoliberal illusion of "social inclusion" by sport.* 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The present study analyzes the Second Half Program (*Programa Segundo Tempo – PST*) as a public educational sports policy of the Brazilian State, promoted as a mechanism for "social inclusion" for youth and children in the Governments of Luis Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff. The research is based on the Alagoas and Brazilian context, in the dynamics of contemporary capitalist development, considering the social-political-educational and sportive spheres. The research, in the bibliographical and documentary aspect, adopts Marx's social theory as its analytical perspective. It is proposed to unveil PST and to understand how sport is enhancing its characteristics in the service of social-educational policies. Policies promoted by transnational capital in the international multilateral organizations agenda and implemented by the "third sector" through a policy of "social inclusion" to combat poverty, according to neoliberal precepts. We found in physical education literature, as well as in the institutional documents investigated, that the assimilation and recognition of the ideology of "social inclusion" is "crucial" for the achievement of the "citizenship" status, for children and adolescents in condition of "social vulnerability" in Brazil. The program responds to the conceptions that favor a relationship between State and civil society, in which the implementation of social policies ceases to be the responsibility of the state apparatus to be assumed in a precarious and focused way by social organizations of the "third sector". The important thing about social sports programs, such as the PST, is not to mobilize children and the community, but to encourage them to depoliticized participation disconnected from their material existence, adapting only to the pedagogical actions transmitted by the PST as a mechanism of survival. We highlight in the research results, the increasing and decreasing oscillations of receipts and resources for Educational Sport, that there were significant resources transfers to the income sport and to huge events, made possible by the Federal Government, to the detriment of the resources destined to the Educational Sports and educational programs such as the PST. We emphasize the significant amount of public resources contemplated by the "third sector" to execute the PST. Finally, we demonstrate with the research the limits on meeting the social needs of reproduction of segments of the working class, by a social policy of focal and fragmented character of the State, which is articulated to the "third sector".

Keywords: Second Time Program. Educational sport. "Social inclusion". "Third sector".

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alagoas – Participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação do ICMS (%) 1983-1991.....	53
Tabela 2 – Síntese quesito emprego/desemprego por número de pessoas (%) – Ano 1995.....	54
Tabela 3 – Brasil, Nordeste e Alagoas – Renda Média da População – Ano 1995.....	54
Tabela 4 – Brasil, Nordeste e Alagoas – Índice de Gini – Ano 1995.....	54
Tabela 5 – Crianças e adolescentes considerados economicamente indigentes, por faixa etária – Alagoas /Ano 1995.....	55
Tabela 6 – Índice de crescimento acumulado do PIB – 2002-2010 [2002=100].....	58
Tabela 7 – Índice de crescimento acumulado do número de estabelecimentos industriais no Nordeste, 1998-2010 [1998=100].....	59
Tabela 8 – Taxa média de crescimento do número de estabelecimentos industriais no Nordeste, 1998-2010 [%].....	60
Tabela 9 – Posicionamento do Dicloreto (DCE) na Exportação.....	61
Tabela 10 – Taxas médias de crescimento do estoque de empregos, nos setores de comércio, serviços e construção civil em Alagoas, 1998-2010 [%].....	62
Tabela 11 – Taxas médias de crescimento do estoque de empregos nos setores de comércio, serviços e construção civil em Alagoas, 1998-2010 [%].....	63
Tabela 12 – Alagoas – Evolução da matrícula do Ensino fundamental – 1974-2012.....	68
Tabela 13 – Brasil, Nordeste e Alagoas – Taxa de alfabetização da população de 15 anos em diante/ 2004-2009.....	69
Tabela 14 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos em diante/ 2004/2009.....	69
Tabela 15 – Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio em Alagoas.....	70
Tabela 16 – Resultados do IDEB no Brasil e Alagoas.....	71
Tabela 17 – Escolas Estaduais participantes do convênio – 144/2003/ME/SEE.....	75
Tabela 18 – Cálculo para previsão de atendimento de crianças e adolescentes.....	76
Tabela 19 – Convênios do Ministério do Esporte com o Estado de Alagoas/Instituições – PST (2003-2011).....	85
Tabela 20 – Execução orçamentária (em %) por programa, no período de 2004-2010.....	190
Tabela 21 – Gastos diretos do Governo Federal – Aplicação direta (em milhões) por programa, no período de 2011- 2014 – Brasil Esporte de Alto Rendimento e PST.....	191
Tabela 22 – Transferência de recursos por função orçamentária – soma dos gastos diretos e transferência orçamentária – 2013-1015 – subfunção/finalidade Desporto e Lazer.....	191

Tabela 23 – Total de transferência recursos âmbito nacional/Total de transferência de recursos por favorecido do Governo Federal – Entidades sem fins lucrativos e Total de Transferência de recursos favorecido do Governo Federal – PST.....	199
Tabela 24 – Total de Transferência de recursos – favorecido do Governo Federal – PST Alagoas.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BIS	Banco de Compensação Internacional
BM	Banco Mundial
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CEAD	Centro de Ensino a Distância
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CGU	Controladoria Geral da União
CNEF	Conselho Nacional de Educação Física
CND	Conselho Nacional de Desportos
DINTER	Doutorado Interinstitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESH	Instituto de Desenvolvimento Humano
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDI	Índice de Desenvolvimento Infantil
INDESP	Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ME	Ministério do Esporte

MEC	Ministério da Educação
MDMs	Metas de Desenvolvimento do Milênio
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NEE	Núcleos de Esporte Educacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
OCIPS	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OS	Organizações Sociais
ONGs	Organizações Não- Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCA	Polo Industrial Cloro Químico de Alagoas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PEE	Plano Estadual de Ensino
PEE	Programa Esporte da Escola
PES	Programa Esporte Solidário
PELC	Programa Esporte e Lazer na cidade
PIB	Produto Interno Bruto
PLANALSUCAR	Plano de Melhoramento da cana-de-açúcar
PME	Programa Mais Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Política Nacional do Esporte
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSS	Programa de Pós-Graduação de Serviço Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PST	Programa Segundo Tempo
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Rede CEDES	Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SICONV	Sistema de Convênios
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento de Execução
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEED	Secretaria de Esporte Educacional
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer
SNEL	Sistema Nacional de Esporte e Lazer
SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação e Lazer e Inclusão Social
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	A COMPLEXIDADE DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO (PST): APORTES PARA O DEBATE	29
1.1	Bases Gerais do Programa Segundo Tempo (PST)	29
1.2	O Programa Segundo Tempo no contexto alagoano: singularidades e sua inserção no cenário do capitalismo brasileiro	43
1.3	A Intervenção do Estado dentro da conjuntura econômica alagoana	51
1.4	A Economia alagoana no período de 1998-2014	58
1.5	Alagoas, um estado de penúria	64
1.6	A Educação no perverso cenário da desigualdade social de Alagoas	67
1.7	O Programa Segundo Tempo no Contexto Alagoano	72
2	O SIMULACRO DO CAPITAL NA RELAÇÃO TERCEIRO SETOR/PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	89
2.1	Acumulação capitalista, pobreza e “questão social”	89
2.2	Características das políticas sociais em tempos neoliberais	102
2.3	As funções ideológicas do “Terceiro Setor”	116
2.4	As armadilhas da relação do “terceiro setor” com o Programa Segundo Tempo	127
2.4.1	<u>O papel dos organismos multilaterais internacionais na definição do esporte como instrumento de Inclusão Excludente</u>	133
2.5	Os intelectuais da Educação Física brasileira frente ao PST: Conformismo ou Resistência?	141
3	POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS SOB A ÉGIDE DO CAPITAL: APORTES PARA A COMPREENSÃO DO PST EM ALAGOAS	152
3.1	A trajetória das políticas públicas esportivas no Brasil: um longo e tortuoso caminho	152
3.2	O Esporte na agenda dos Organismos Multilaterais Internacionais para o “combate à pobreza”	172
3.3	O PST como reprodução da lógica do capital: “Novas estratégias” e “velhas questões”	183
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
	REFERÊNCIAS	218
	ANEXO – Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2011	229

INTRODUÇÃO

A presente tese que ora apresentamos, intitulada **O Programa Segundo Tempo no Contexto Alagoano: a ilusão neoliberal da “inclusão social” através do esporte** resulta de diversos elementos que fazem e fizeram parte de nossa vida profissional e formação acadêmica que nos motivaram à investigação do tema. Entre eles destacamos: a experiência (desde 2006) como docente do Curso de Educação Física na Universidade Federal de Alagoas – UFAL, lecionando na área de Esportes Coletivos, que possibilitou dialogar com as teorias que versam sobre as políticas sociais para o esporte; a existência na UFAL, no período de 2007 a 2010, do Programa Segundo Tempo (PST) e nossa participação no curso de capacitação, no papel de orientador/tutor de monografias de professores/coordenadores de Educação Física do PST em Alagoas, no Curso de especialização em Esporte Escolar, ministrado pelo Centro de Educação a Distância – CEAD da Universidade de Brasília – UnB, em parceria com o ministério do Esporte; a experiência no Mestrado da Unicamp, na Área de Concentração Estudos do Lazer, em que através de nossa dissertação, intitulada “As relações entre Lazer, Futebol e Gênero”, tratamos também sobre a gênese e o desenvolvimento das políticas sociais voltadas para o esporte em nosso país; a experiência como docente em Instituições de Ensino do Estado de Alagoas e do Município de Maceió (Ensino Fundamental e Médio) que nos proporcionou o exercício de práticas pedagógicas, na área da Educação Física com crianças e adolescentes, sendo o conteúdo “esporte” o tema principal.

Soma-se a isso a experiência no projeto esportivo (AABB/Maceió Comunidade), que tinha como foco a “inclusão social”, resultante da parceria do Estado de Alagoas com a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB/Maceió). No conjunto dessas experiências identificamos o esporte como síntese de múltiplas determinações, muitas vezes pouco aclaradas, que estão em plena consonância com o projeto burguês em vigência num determinado momento histórico.

Consideramos que a análise crítica do tema, presente na produção acadêmica e em nosso texto – que versa sobre as políticas sociais voltadas para o esporte, formuladas e implementadas pelo Governo Federal, e seus desdobramentos – possibilita a interlocução desse estudo com o processo de reordenamento do Estado, em curso na sociedade brasileira.

A pesquisa fundamenta-se na teoria social de Marx e demais autores da tradição marxista, cujo pensamento histórico-materialista tem como princípios basilares a totalidade social e a história. Essa perspectiva analítica de base ontológica procura desvendar a raiz

material/social dos fenômenos, na dinâmica da reprodução do capital na sociedade. Isso possibilita produzir uma crítica ao objeto investigado. Assim, diferente de outras reflexões, procuramos demonstrar como as políticas sociais voltadas ao esporte, vinculadas fundamentalmente ao “terceiro setor”¹, destacam-se, segundo Penna (2011, p. 161) “enquanto fenômeno que emerge das relações de produção capitalistas, são determinadas historicamente pela totalidade deste modo de produção”.

Este estudo é importante para o debate acadêmico contemporâneo na área da Educação Física, seja no trato direto ou indireto de questões que a pesquisa suscita, seja, principalmente, pela reflexão ser diferente das análises neoliberais e pós-modernas que se vêm destacando nas Ciências Sociais, no Serviço Social e na nossa área. Acreditamos que a pesquisa também é relevante para o debate na área da educação, sobretudo para os trabalhadores de educação (professores de Educação Física) e profissionais vinculados aos movimentos sociais, que buscam responder, em suas práticas, aos problemas sociais gerados pelas contradições atuais do desenvolvimento capitalista na realidade brasileira.

Destacamos ainda que uma análise crítica do Programa Segundo Tempo (PST), objeto de nossa pesquisa, é importante para a sociedade brasileira e para a Educação Física, pela sua estrutura e ação estratégica, ou seja, por se apresentar como o mais importante programa social esportivo ofertado pelos Governos Lula da Silva (dois mandatos) e Dilma Rousseff (primeiro mandato) através do Ministério do Esporte direcionado, para crianças e adolescentes. A importância do Programa está exatamente em expressar a interseção entre a política pública de esporte e educação e as políticas sociais contemporâneas (políticas de combate à pobreza, de caráter focal), que disseminam um discurso, orientado pelas diretrizes contidas nos documentos dos organismos multilaterais, de “risco social”, “vulnerabilidade social”, “resiliência”, “capacidades sócios emocionais”, etc., que serviram e ainda servem para o exercício da prática pedagógica de profissionais no programa.

Problematizamos a relação que se estabelece, na atualidade, entre esporte e “inclusão social”, proporcionada pelo Estado brasileiro e reconhecida no espaço acadêmico e na prática profissional, como “decisiva” para a conquista do estatuto de “cidadania” de crianças e adolescentes em condição de “vulnerabilidade social”. Esses elementos suscitaram nossa investigação e estão expressos nas seguintes questões que nos propomos responder ao longo da investigação: qual o significado efetivo da expressão “inclusão social” e seu contraponto, a

¹ Durante o transcorrer de nossa tese utilizaremos o emprego do termo entre aspas. Designação utilizada por Montañó (2002). O referido autor afirma que a expressão “terceiro setor” carrega visões setorializadas e segmentadas da realidade social constituindo-se um conceito ideológico que a mistifica isolando os indivíduos em grupos sociais locais ao mesmo tempo afastando-os da perspectiva da luta de classes.

“exclusão social”? A prática, a cultura do esporte e os programas de qualidade de vida, segundo preceitua o PST, atendiam de fato às necessidades das camadas sociais dessa população? Como esse programa consolida-se a relação entre o Estado e o “terceiro setor”, também na esfera do esporte? O PST garante em seus objetivos, princípios e normas contidos nas suas diretrizes, a política do esporte como direito social, conforme designado pela Constituição Federal de 1988?

Buscamos apreender como o esporte vem potencializando as suas características nos processos hegemônicos a serviço das políticas sociais/ educacionais, engendradas e aplicadas pelo capital transnacional, representado pelo “terceiro setor” que adensa sua relação com o Estado, observando que o esporte articula-se ao processo de reprodução do capital na atualidade, como um mecanismo poderoso de controle social.

Essa dimensão/função de controle social do esporte está presente nas raízes estruturais das políticas públicas, de corte neoliberal, voltadas para a educação e para o esporte. Mascarenhas (1997) destaca que as políticas neoliberais atribuem novos valores à educação, com a intenção de submetê-la às leis do mercado e de utilizá-la como instrumental técnico para o trabalho e reforço ideológico na consolidação e manutenção do *status quo*. O autor exemplifica isso com a introdução de técnicas de gerenciamento escolar, controle de qualidade, parcerias com o setor privado, adoção de novas tecnologias educacionais, educação à distância, discurso do “capital social” e “capital humano” dentre outras, que se relacionam com a política de esporte.

Convém esclarecer que o “terceiro setor”, importante elemento na configuração do PST, conforme abordaremos nesta tese, resulta das transformações do capitalismo contemporâneo, em resposta à crise estrutural do capital, expressando uma construção ideológica que se manifesta em diversas ações estratégicas realizadas por organizações sociais na realidade social. O termo “terceiro setor” origina-se no contexto estadunidense, articulado ao associativismo e voluntariado como constitutivo de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal. (LANDIM, 1999, p. 63 Apud MONTÃO, 2002, p. 53). O termo tem uma funcionalidade de classe, foi criado por John D. Rockefeller III (1978) que recorta a sociedade em três esferas com competências sociais em setores estanques e autonomizados. Ele designa o Estado como “primeiro setor”, o mercado como o “segundo setor” e a “sociedade civil²” representaria o “terceiro setor”.

² Conforme Marx e Engels (2007, p. 60), “a sociedade civil abrange o intercâmbio material conjunto dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças de produção. Ela abrange a vida comercial e industrial completa de um estágio, e nesse sentido vai além do Estado e da nação [...] A sociedade

No que se refere às políticas de esportes e de atividade física, explicitamos sua interface com as políticas sociais, as quais são paulatinamente integradas ao rol das ações do Estado no poder. Nos países centrais de capitalismo clássico, a expansão do esporte e da atividade física foi realizada por meio do sistema escolar, cujo processo se evidenciou globalmente pós-Segunda Guerra.

A trajetória da formação social do capitalismo brasileiro foi realizada de forma atípica não clássica, tardia, denominada por Lenin como via prussiana para o capitalismo. Conforme Coutinho (1974, p. 23, Apud CHASIN, 2000, p. 39)³, esse itinerário para o progresso social, “sempre ocorreu no quadro de uma conciliação com o atraso, ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como característico da ‘via francesa’ ou da ‘via russa’, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho”. Esse atraso do nosso país no modo de produção capitalista incidiu em outras esferas/conjunturas sociais, externas à economia e a política, no caso brasileiro. Identificamos que, no Brasil, o movimento de aproximação do campo esportivo com o espaço escolar, de fato se definiu mais tardiamente, bem como a utilização do esporte como instrumento de “ações sociais”, como política pública.

A Educação Física no Brasil, na transição do século XIX para o século XX, é a expressão educacional legitimada pelo Estado brasileiro. Conforme Deccache-Maia (2006, p. 5), “a Educação Física vai se constituindo, com o passar do tempo, em uma atividade compulsória, que atingia toda a população que frequentava o espaço escolar, diferente do que verificaremos mais à frente, com o esporte na atualidade”. Enquanto era a Educação Física (representada pela Ginástica) a atividade corporal valorizada no final do século XIX e início do XX, o esporte ainda era uma prática pouco disseminada, sendo incorporada como atividade espontânea e de lazer dos grupos pertencentes à elite. Os indivíduos das classes sociais mais abastadas foram os introdutores do esporte no Brasil. Foi na escola que a Educação Física encontrou seu espaço, e o esporte terá nos clubes sociais seu local de expressão.

Assim, importa ressaltar que o esporte tem sua gênese na sociedade industrial, como

civil se desenvolve apenas com a burguesia; a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio, que forma, em todos os tempos, a base do Estado e da superestrutura idealista restante, foi a partir de então, continuamente designada com o mesmo nome”. Discorreremos a seu respeito a partir das contribuições do que Gramsci conceitua sobre o termo *sociedade civil* para revelar/discordar do entendimento neoliberal que a restringe ao cenário traçado pelo “terceiro setor”. Aproveitamos que o termo entre aspas “sociedade civil” se refere ao conceito liberal, sobre o qual não concordamos, pois a mistifica (sendo homogênea e sem contradições de classe) e ao mesmo tempo sendo definida como “terceiro setor” (Montaño, 2002).

³ CHASIN, J. A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): estudos e Edições Ad Hominem, 2000, 420p.

espaço/universo/momento de expressão corporal sistematizada e, ao longo do tempo, vem-se transformando com as mudanças das relações capitalistas. Atualmente, é reconhecido como fenômeno cultural contemporâneo de alta relevância para a mídia (como mercadoria) e para a política estatal um instrumento eficaz de controle social para garantir a reprodução da sociabilidade. Não é um fenômeno isolado, a-histórico, está integrado à totalidade social e, portanto, expressa dadas relações sociais, respondendo a determinadas necessidades humanas (MELLO, 2014).

Na atualidade, o esporte apresenta-se como instrumento incorporado à escola para a “promoção da educação, saúde e qualidade de vida”, legitimando-se como mecanismo pedagógico de “inclusão social” pelo Estado brasileiro. É reconhecido como um dos conteúdos fundamentais da Educação Física (dentre outros conteúdos: jogos e brincadeiras; capoeira; dança; lutas; ginásticas). Ademais, a Educação Física é entendida como a disciplina escolar que trata pedagogicamente do conhecimento da área denominada de “Cultura Corporal”. Essa última é compreendida como sentidos e significados do corpo construídos pelo processo sócio histórico, subordinados à reprodução da sociedade. Esses conteúdos expressam um sentido/significado em que se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções/objetivos da sociedade (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 62).

Direcionamos a presente tese à análise da política de esporte nacional⁴ realizada pelo Ministério do Esporte, o Programa Segundo Tempo (PST) no contexto alagoano, dos Governos Lula da Silva (2002-2006/2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014)⁵, buscando desvendar a funcionalidade dessa política social esportiva e sua articulação com o “terceiro setor”. Buscamos desvendar a razão de o esporte, mediante o Programa Segundo Tempo, ser utilizado como política de “inclusão social” para responder a determinadas

⁴ A partir da Constituição Brasileira de 1988 a Política de Esporte foi tratada como questão de Estado. O esporte (desporto) aparece no texto da seguinte forma: no Título III – Da Organização do Estado – Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX – educação, cultura, ensino e desporto; No Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção III – Do Desporto – Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei; § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final; § 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

⁵ Esclarecemos aqui que nossa pesquisa não seria a “primeira” a analisar o tema proposto (Programa Segundo Tempo). A pesquisa de Athayde (2009), por exemplo, fez um recorte muito relevante e auxiliou positivamente o nosso estudo.

demandas/problemáticas sociais e sua interface com o “terceiro setor” e a defesa de uma gestão e controle “democráticos e compartilhados” com/pela “sociedade civil”.

Para responder a esse objetivo realizamos o resgate da gênese do esporte e sua absorção pela Educação Física na escola, na história esportiva brasileira em momentos distintos; a recuperação de políticas sociais voltadas ao esporte de traço neoliberal em curso; buscamos desvendar os mecanismos de gestão compartilhada do Governo Federal com organismos da sociedade civil, no caso o “terceiro setor”, para a execução do PST; investigamos no PST por que o esporte é utilizado como política de “inclusão social”; desvelamos, na literatura da Educação Física, produções/pesquisas que analisam criticamente as políticas voltadas ao esporte na contemporaneidade.

Partimos do pressuposto de que a base de sustentação do esporte como mecanismo de “inclusão social” está fundada nas relações sociais/econômicas, impostas pelo reordenamento do capital no tempo presente. O esporte, ao ser considerado no contexto neoliberal contemporâneo, como instrumento de coerção/controlado social do Estado, passa então a manter uma interlocução estreita uma ampla parceria com as instituições do “terceiro setor” (Fundações, Organizações sociais, OCIPS⁶, etc.), realizando, desse modo, (o esporte) o papel de “produtor da paz e da tolerância”. A ideia central do paradigma da “inclusão social” como expressão teórica e política da pós-modernidade e do “terceiro setor” promove uma ilusão em termos da possibilidade de resolução da questão social e mantém um fosso/uma lacuna entre os problemas sociais e os processos históricos reais em curso⁷.

Assim, nossa análise versa sobre as políticas sociais neoliberais⁸ voltadas para o esporte traduzido e implantado para um segmento “mais empobrecido” que é reconhecidamente afetado pelo não acesso às diferentes atividades físico-esportivas da sociedade: crianças e adolescentes dos 07 (sete) aos 17 (dezessete) anos de idade. O Programa Segundo Tempo (PST)⁹ é direcionado para esse “público-alvo”, não pretende atingir todas as

⁶ OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) é uma qualificação jurídica originária da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado que atuam em áreas do setor público.

⁷ Cf. a respeito, PINA, Leonardo D. As ilusões do paradigma da inclusão na produção teórica da Educação Física. Dissertação em Educação. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

⁸ FREIRE, Silene de M. Políticas sociais para a pobreza: a pobreza das políticas. In: Costa, Gilmaísa e Souza, Reivan M. (orgs.). O Social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social. Maceió: Edefal, 2013.

⁹ Alertamos que houve desdobramentos dentro do Programa Segundo Tempo no quesito “público-alvo”. O PST Universitário, voltado para a comunidade acadêmica e que tem como público-alvo, prioritariamente, alunos/alunas do 3º grau, que não será objeto de nosso campo de análise. Outra modalidade, designada Programa Segundo Tempo/Forças do Esporte em parceria com as Forças Armadas no ano de 2013, também não integrará nosso campo de análise. Justificamos nossa escolha pelo fato de que essas modalidades do programa ainda estavam em processo inicial de desenvolvimento e sua abrangência ainda é limitada no período delimitado por nossa análise.

crianças e adolescentes, mas os “necessitados e excluídos”, os que estão à margem do sistema de “direitos e políticas sociais”.

A delimitação desse público alvo se articula aos princípios do programa, que são: a “reversão do quadro atual de injustiça e exclusão”, prioritariamente, das crianças e adolescentes que se encontram em situação de “vulnerabilidade social”, objetivando, através das práticas esportivas, a formação da “cidadania” e a “melhoria” da qualidade de vida¹⁰. Essa política possui a mesma intenção de outras políticas voltadas para o controle da pobreza que proliferaram no contexto neoliberal, pois destaca que parcela da população que está na linha da pobreza será contemplada com uma “política inclusiva”.

Alertamos que o debate atual sobre o Estado e as políticas públicas requer considerar várias questões. Dentre elas, destacamos a maior problemática do sistema capitalista: a crise estrutural que afeta o cerne do metabolismo do capital (esferas da produção, circulação e consumo) e suas consequências materiais sociais, marcadas pela concentração de capital e descentralização da produção, um processo que vem se desenvolvendo desde o fim dos “anos gloriosos” do *Welfare State*. Esse momento de crise estrutural, nas palavras de Maranhão (2004, p. 42) “mobiliza a intervenção do Estado e das organizações financeiras internacionais na tentativa de equacioná-la”.

Esses gestores, nas décadas de 1980 e 1990, reorientam as políticas econômicas objetivando retomar o aumento da produção e a acumulação capitalista. A ofensiva do capital vai implicar sérias mudanças à proteção social e algumas conquistas sociais de períodos anteriores. Segundo a ótica neoliberal, foram os “gastos generosos” do Estado de Bem-Estar que causaram os déficits fiscais dos países que os adotaram, fomentando assim uma concepção de Estado “paternalista”. Conforme Freire (2013, p. 47), “o século XXI tem naturalizado o lugar das políticas sociais como formas paliativas de enfrentamento da pobreza”. Ainda segundo Freire (2013, p. 49), a reprodução da desigualdade econômica e a concentração da distribuição da riqueza são camuflados pelos “pressupostos do liberalismo social de amortização e compensação social do desenvolvimento econômico, como a seletividade, a focalização, a ativação e a responsabilização dos pobres e da sociedade civil nas políticas públicas de superação da pobreza”.

O Estado delega poderes de funcionalidade ao “terceiro setor” e amplia suas ações como gestor das políticas sociais, através dos programas e projetos, o que reforça a ideia do fortalecimento da “sociedade civil” organizada no combate à pobreza e em outras políticas

¹⁰ Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/principios>, acesso em 20 de maio de 2015.

que têm interface com a questão da pobreza. Combate este preconizado pelos organismos multilaterais internacionais, conforme já dito anteriormente.

Identificamos que há um consenso entre os estudiosos que abordam as políticas sociais esportivas, quando consideram o esporte como campo educacional definidor de transformações sociais e educacionais, desvinculadas da totalidade social. Essas políticas recebem o apoio da mídia e de alguns autores da Educação Física no Brasil, como, por exemplo, Marcellino (1996; 2001; 2008); Pinto (2003); Rodrigues (2008), Souza *ET AL* (2010) entre outros que em seus estudos e experiências empíricas reafirmam a ideologia da “inclusão social”, da “responsabilidade social” pelo esporte, difundindo com isso ideias e práticas do capitalismo de corte neoliberal. Assim, no tocante a essa perspectiva, buscamos investigar os significados do esporte como instrumento “eficaz” para o processo de “inclusão social”. Desse modo, através de um significativo corpo teórico da Educação Física brasileira observou-se que essa política, embora venha pelo alto, não é desprovida de encantamento, recebendo forte apoio de pesquisadores/as e da própria mídia. Apoiar essa política é defender que a “inclusão” será “resolvida” pelo esporte.

Ao tratarmos do PST, identificamos desse modo, a permanência de um discurso “salvacionista” e “compensatório” atribuído ao esporte em um significativo campo teórico da Educação Física Brasileira. Assim, os gestores das políticas sociais esportivas parecem respaldar-se nessa lógica através da qual para investir em atividade física (o esporte) basta permear as estruturas já existentes com mensagens de fácil assimilação, fazer circular a palavra ‘salvação’ para alcançar mais sujeitos. (FRAGA, 2005, p. 31 Apud RODRIGUES, 2008, p. 144).

Ao realizarmos um recorte do Governo Dilma Rousseff, (2011-2014) o esporte permanece também circunscrito como instrumento e veículo para a “inclusão” de crianças e jovens em situação de risco em programas sociais. Observamos que nos programas/projetos do Ministério do Esporte aparecem estas expressões: “vulnerabilidade social” e “situação de risco”. Questionamos o uso delas, pois a criança, o jovem e mesmo o adulto não sairão dessa “situação de risco”, já que o risco é a própria pobreza. Conforme Carvalho e Freire (2007, p. 115), o discurso midiático faz uma “vinculação implícita e recorrente da associação entre juventude pobre e criminalidade” assim “todo esse discurso reforça a ideia de ‘periculosidade’ e de ‘inversibilidade’ da situação caso não sejam adotadas medidas mais drásticas”.

Assim, a Política Nacional de Esporte torna-se, para seus idealizadores, ferramenta eficaz “visando à mobilização social”, pois consideram o esporte capaz de exercer influência sobre a saúde, reduzir as probabilidades de doenças e afastar crianças e jovens do contato com

as drogas. Funciona também como um importante setor para a geração de empregos (precarizados), além de constituir um ambiente propício à participação de voluntários. A justificativa para a implementação de tal política é a de que efetivamente atende necessidades de parcela significativa da população brasileira, levando-a a se sentir como “verdadeiros cidadãos” (PENNA, 2006), mas o que percebemos é que essa política indica um perfil assistencialista, porquanto busca o apoio das classes trabalhadoras, para legitimar os discursos e ações que seguem o caminho do aprofundamento das políticas neoliberais.

Posto isso, importa ressaltar que o esporte é reconhecido atualmente como fenômeno cultural contemporâneo de alta relevância na sociedade brasileira, e não um fenômeno isolado, abstrato, que perpassa a-historicamente o processo de reprodução social.

Para a investigação desse objeto – sintética e preliminarmente exposto nessa introdução – realizamos, uma pesquisa de natureza bibliográfica com base na análise das obras clássicas dos pensadores das áreas da economia e da política e de autores contemporâneos, sobretudo das áreas do Serviço Social e da Educação Física.

Realizamos uma pesquisa de fontes documentais (Impacto da atuação do Banco Mundial, UNESCO, ONU) com o objetivo de analisar: as políticas neoliberais dos organismos internacionais multilaterais que tratam do esporte, a partir da recorrência aos documentos desses organismos internacionais dando um tratamento funcionalista do esporte como um “importante facilitador do desenvolvimento da paz, da tolerância e inclusão social”. Analisamos também documentos e legislações (leis, decretos, normas e portarias) do Governo Federal no Ministério do Esporte (Projeto de Lei n. 965, de 1991, n. 3/93 no Senado Federal; Lei n. 8.672, de 6/7/93/Lei Zico; Lei n. 8.946, de 5/12/94. Analisamos a lei que cria o Sistema Educacional Desportivo Brasileiro, Resolução n. 1, de 17/10/96, do Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – Indesp, do Ministério Extraordinário dos Esportes; Lei n. 9.615, de 24/3/1998 – Lei Pelé e Decreto-Lei n. 7.894, de 2013; Lei n. 13.019, de 2014, (que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias; entre outras). Observamos orçamentos e gastos públicos e privados relacionados ao esporte (base de dados do Sistema de Informações sobre orçamento público/SIGA Brasil Senado Federal e Portal da Transparência); Relatórios e súmulas do Tribunal de Contas da União/TCU e CGU; base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE); Base de dados do PNUD/Índice de Desenvolvimento Humano; Relatórios, Diagnósticos e Avaliações sobre programas e projetos sociais do Ministério do Esporte ligados direta ou indiretamente ao Programa Segundo Tempo/PST (base de dados Diagnóstico Nacional do Esporte/DIESPORTE/2014); Estudos acadêmicos, como artigos, dissertações, teses, entre

outras pesquisas que tratam sobre o PST (Repositório Digital do PST do Centro de Memória e do Esporte da Escola de Educação Física da UFRGS); contratos de cogestão entre o Governo Federal e o “terceiro setor” efetuados pela pasta que trata do esporte, no intuito de desvendar a sua relação com o processo de privatização em curso das políticas sociais esportivas.

No percurso para a construção do conhecimento como Lukács afirma é necessário que se faça uma abordagem genética da complexidade do objeto real, que é a descoberta da processualidade histórica que articula a sua gênese com a configuração presente. Conhecer o objeto significa também conhecer o processo histórico que o consubstancia e não apenas a sua forma presente. Assim, diferente de um “olhar fenomênico” buscamos abordar o objeto com o entendimento de que, segundo Marx, e Engels (2007, p.47), “a observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção”.

Na estrutura da tese, conforme destacado a seguir, fizemos uma analogia com a partida de futebol. Assim, iniciamos com o “Aquecimento” que antecede o jogo, o Primeiro Tempo, o Intervalo do “Jogo” e o Segundo Tempo. É preciso conhecer para transformar, pois sem conhecimento esse “jogo” não se encerra no “Segundo Tempo”; sempre haverá infinitas prorrogações.

Dito isto, estruturamos a tese em três seções que consideramos estarem interligadas. Na primeira seção, intitulada **A complexidade do Programa Segundo Tempo (PST): aportes para o debate** apresentamos as bases gerais do PST: sua gênese, estrutura e a análise de suas propostas direcionadas ao combate da pobreza, mediante a utilização do esporte como mecanismo de “inclusão social” de crianças, jovens e adolescentes. Destacamos que esse programa não representa uma ideia original, mas um realinhamento estratégico neoliberal contemporâneo. Abordamos as regras do jogo do capital, apresentando a tendência do Estado brasileiro em delegar funções que são suas, no trato do esporte como direito social para o “Terceiro Setor”. Por conseguinte, abordamos de que maneira as Organizações Sociais/Fundações/Institutos privados se inseriram no PST e o grau de execução das ações delegadas ao PST. Também pontuamos as consequências de sua integração com outros programas, como o Programa do Ministério da Educação Mais Educação, bem como as implicações profissionais/ trabalhistas dos sujeitos envolvidos com o PST (gestores/as, professores/as e monitores/as).

Assinalamos o contexto alagoano inserido no cenário do capitalismo brasileiro. As particularidades sociais e econômicas no Estado e a instrumentalização da política nacional esportiva, no conjunto de estratégias de reprodução social do capital em Alagoas,

circunscritas na perspectiva “Neo-desenvolvimentista” do contexto neoliberal dos Governos Lula da Silva (seus desdobramentos e continuidades) e no Governo de Dilma Rousseff (primeiro mandato). Enfatizamos a observância no desenvolvimento e as transformações na economia alagoana e sua relação com o contexto nacional, a cultura política local e a intervenção do Estado e suas respostas às expressões da “questão social”. Seguindo esse cenário, analisamos as singularidades do Programa Segundo Tempo (PST) no contexto alagoano, observando os encaminhamentos dessa política pelo poder público estadual e sua interface com o “Terceiro Setor”, respeitando as particularidades regionais e os indicadores sociais e econômicos no contexto de reordenamento do Estado brasileiro, na atualidade. Assim, procuramos desvelar como se apresenta o PST num Estado com uma indústria incipiente e uma economia refém da agroindústria canavieira.

No segundo capítulo, denominado **O simulacro do capital na relação “terceiro setor” e PST**, explicitamos a direção desse programa articulado ao “terceiro” setor como uma forma de gerenciamento da pobreza, mediante a política do esporte. Para isso, adotamos como referência de análise os elementos constitutivos da política social em nosso país, marcada pela interseção entre acumulação capitalista, pobreza e desenvolvimento social (política social). Abordamos o pauperismo como resultante do desenvolvimento da produção desigual da riqueza capitalista, que se revela como uma das primeiras expressões da “questão social”, na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, com destaque na “lei geral da acumulação capitalista”. É no estágio do capitalismo monopolista que o Estado irá complexificar sua intervenção, articulando funções econômicas e políticas para atuar, de maneira fragmentada e pontual, sobre as refrações da “questão social” com o objetivo de minimizá-las e evitar o acirramento dos conflitos entre as classes sociais.

Apropriando-nos desses fundamentos, abordamos a crise estrutural (anos de 1970) marcada pela concentração de capital e descentralização da produção, crise que afetou o cerne do metabolismo do capital e suas consequências materiais/sociais, no trato com as políticas sociais e gastos públicos. Vimos que o Estado e o capital financeiro buscaram intervir através de medidas macroeconômicas para sanar essa crise estrutural, provocando instabilidades sociais, pois a ofensiva do capital vai implicar sérias mudanças à proteção social e afetar decisivamente algumas conquistas sociais de períodos anteriores.

Salientamos, ainda que sumariamente, nesse contexto de crise, as mudanças na esfera social, política e econômica no Brasil. Destacamos que a proposta neoliberal recusou, mediante a intervenção de políticas sociais, qualquer possibilidade de garantia de direitos políticos, sociais mínimos. Analisamos como tais políticas se concretizam nas condições

específicas do país e seu alcance em tempos neoliberais. No caso brasileiro, vimos que a gênese da política social se expressa pela ausência de uma legislação e pela consecução de medidas frágeis, focais de proteção social ao longo da sua história.

Nesse contexto social/político em que se agravam as contradições entre capital e trabalho, problematizamos as políticas sociais, em particular, aquelas que resultam da expansão e progressiva diminuição da ação do Estado nos programas de assistência social, e as políticas operadas pelo “terceiro setor”. Tratamos sobre a problemática das organizações sociais, seu papel frente à “questão social”, em nome de uma convocatória de participação da sociedade civil, numa solidariedade esvaziada de um sentido político. Vimos com o recuo dos investimentos externos diretos realizados pelo grande capital, bem como a derrocada da possibilidade real do “desenvolvimento” dos países periféricos, o tema do gerenciamento da pobreza ser o foco central nos relatórios dos organismos multilaterais internacionais.

Uma das medidas preconizadas pela agenda neoliberal foi considerar o esporte como mecanismo de “inclusão social”. Evidenciou-se um elevado número de projetos e programas do “terceiro setor” responsáveis pela elaboração e execução que se utilizam do esporte com objetivos educacionais que se inscrevem na tendência hegemônica das políticas neoliberais. Nessa seção, salientamos como os intelectuais da Educação Física brasileira puderam operar no âmbito escolar formal e no “Terceiro Setor”, fundamentados na perspectiva da sociabilidade do capital ou do trabalho (conformismo ou resistência), no interior das políticas e programas sociais voltados para o esporte, em nosso exemplo, o PST. Analisamos o espaço institucional, a ação pedagógica e o tipo de engajamento desses intelectuais em programas sociais públicos esportivos. Ademais, verificamos com base no paradigma da “inclusão social”, contido no PST, se os intelectuais resistiram aos modismos pós-modernos, reproduziram ou não as ideias funcionalistas, a respeito do esporte, dominantes nas esferas institucionais na sociabilidade capitalista.

Com o **título Políticas Públicas esportivas sob a égide do capital: aportes para a compreensão do PST em Alagoas**, nesta terceira e última seção, como desdobramento dos capítulos anteriores, procuramos desvendar o gerenciamento do Estado diante das expressões da “questão social” na contemporaneidade. Principalmente explicitar sua efetividade na realidade, seu alcance e funcionalidade do programa de governo/ PST à reprodução do capital. Assim, nossa intencionalidade foi resgatar a particularidade da história esportiva brasileira, no desenvolvimento capitalista. Discorreremos sobre suas trajetórias, no que se refere ao esporte e ao seu momento inicial no país, seu movimento de repulsa e sua absorção pelo ambiente escolar formal (o esporte tornando-se conteúdo educativo) por literatos, educadores e grupos

políticos. Enfatizamos como a gênese da política estatal esportiva, implementada pelo Governo brasileiro, se constituiu, suas lacunas e desdobramentos contemporâneos como mecanismo de ações sociais no interior do debate da “questão social” na atualidade.

Analisamos, na nova ordem política, de que maneira o esporte é alçado à categoria de importante instrumento do Estado brasileiro, para seu processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico e social do país e em que período o Estado brasileiro toma para si o esporte como forma de controle e organização, expressando as primeiras relações com o germen do “terceiro setor” e, desse modo, delegando funções a segmentos da “sociedade civil” no trato com o esporte.

Realçamos como e porque, na contemporaneidade, o esporte passa a ocupar uma nova posição, principalmente ao ser listado como um dos critérios fundamentais de cumprimento de metas mundiais, desenvolvimento local e minimização da pobreza pelo país, conforme as regras dos organismos multilaterais. Desse modo, o esporte acaba sendo requisitado pelo seu forte componente ideológico, tanto pelo Estado quanto pelo mercado. Explicitamos como o Esporte é contemplado na agenda dos Organismos Multilaterais Internacionais para o combate à pobreza e para o desenvolvimento “da paz e harmonia dos povos”.

No que se refere aos Governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, destacamos algumas prioridades de suas ações, em particular, as políticas de esporte educacional e de participação no lazer esportivo, que ficaram subordinadas ao esporte espetáculo, ao ideário do “terceiro setor” e as organizações responsáveis pela execução das políticas esportivas de “inclusão social”, no combate à pobreza. Analisamos o grau e os esforços empregados pelos respectivos Governos, na mobilização de investimentos no esporte de alto rendimento em detrimento do esporte educacional, definido por lei como direito social e prioritário para alocação dos recursos públicos. Por fim, abordamos o PST e sua proposta de enfrentamento das expressões da “questão social”, sua permanência e descontinuidade, os aportes financeiros e ideológicos presentes nas avaliações que o “alimentam”, seu alcance como programa estatal, que redefine “velhas questões” através de “novas estratégias” econômicas, ideológicas bem como o seu atrelamento ao “terceiro setor” e seus desdobramentos impulsionados por tal parceria.

1. **A COMPLEXIDADE DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO (PST): APORTES PARA O DEBATE**

Nesse primeiro capítulo abordaremos os seguintes encaminhamentos de análise: como o PST se origina se desenvolve e o que propõe. A instrumentalização da política nacional esportiva no conjunto de estratégias de reprodução social do capital em Alagoas. O que havia anteriormente ao PST em Alagoas. As regras do jogo do capital, apresentando a tendência das políticas sociais neoliberais e o PST como extensão/momento da criança ficar mais tempo na escola, "tempo integral", mostrando, também, a tendência do Estado brasileiro em delegar funções que são suas no trato do esporte como direito social para o "terceiro setor". Por conseguinte, indicamos a maneira com que as Organizações Sociais/Fundações/Institutos privados foram inseridos no PST e qual o grau de execução das ações delegadas a ele. Pontuamos, também, as consequências de sua integração com outros programas, como o Programa do Ministério da Educação *Mais Educação*.

Seguindo esse cenário, analisamos as singularidades do Programa Segundo Tempo (PST) no contexto alagoano, observando os encaminhamentos desta política pelo poder público estadual e sua interface com o "Terceiro Setor", respeitando as particularidades regionais e os indicadores sociais e econômicos no contexto de reordenamento do Estado brasileiro na atualidade.

1.1 **Bases Gerais do Programa Segundo Tempo (PST)**

O veículo de ação estatal aqui analisado é o programa sócio esportivo "Segundo Tempo" (PST) do Ministério do Esporte. Antes de realizarmos sua abordagem colocaremos em tela sua gênese como programa sócio-esportivo no interior de uma pasta ministerial jovem, na história administrativa do poder executivo do Brasil.

Como sabemos, é a partir do Estado Novo que o esporte estará vinculado à ação Estatal, iniciando assim suas primeiras aproximações como instrumento/mecanismo de uma política social, reforçando os traços de nossa modernização capitalista tardia. É nessa configuração que a história institucional do esporte no Brasil teve início no ano de 1937,

quando, por intermédio da Lei nº 378, de 13/03/37, foi criada a divisão de Educação Física sob-responsabilidade do Departamento de Educação, pertencente ao Ministério da Educação e Saúde.

A Educação Física (compreendida como área/disciplina) e o Esporte (manifestado como um dos seus conteúdos) estarão vinculados às pastas ministeriais do Executivo Brasileiro, no decorrer do Século XX. Primeiramente, à ginástica será dado o papel de educar disciplinarmente o corpo, para hábitos e valores saudáveis dirigindo a população para diversões sãs (SOARES, 1994, p. 141), sendo o elemento fundamental no espaço escolar nas duas primeiras décadas do Século XX.

Progressivamente, no Brasil, o esporte vai-se tornando o conteúdo educacional hegemônico, tanto no espaço formal escolar como também em todo complexo social, obviamente, sendo praticado e expressando padrões e estilos de vida distintos de pertencimento de classe (HOBSBAWM, 1988, p.163). Sua hegemonia se instaura e se reafirma na contemporaneidade, expressando-se através de características pertencentes à sociabilidade capitalista: carrega e reforçam os valores do individualismo liberal, a seletividade, a competitividade e a produtividade bem como busca a padronização dos corpos. Gradualmente, o Estado vai-se aproximando dele, buscando sua funcionalidade dentro de suas políticas públicas.

Na Era Vargas (principalmente no Estado Novo/1937-1945), o Estado define o esporte como meio de propaganda e aproximação das camadas populares, buscando com isso utilizá-lo como instrumento de promoção da unidade nacional, condutor dos princípios eugênicos¹¹ e legitimador do regime (DRUMOND, 2014, p.197). Segundo Gois Junior e Garcia (2011, p. 247),

O termo *Eugenia* define-se como procriação, higiene da raça. Seu objetivo era estudar a influência da herança genética nas qualidades físicas e mentais dos indivíduos. No Brasil, nas primeiras décadas do Século XX foi identificada como um saber legítimo para “civilizar e limpar” a heterogênea população brasileira. Defendia como medida *profilática positiva* a conscientização e educação para os princípios eugênicos. Como medidas *negativas defendia a esterilização, segregação e a regulamentação dos casamentos*. Todo esse arcabouço teórico era utilizado como discurso para “melhoramento da raça”, produção de “corpos saudáveis” para o trabalho e conseqüentemente desenvolvimento econômico da nação. Discurso este bastante presente na Educação Física brasileira no período do Estado Novo.

¹¹ Cf. GOIS JUNIOR, E; GARCIA, Alessandro Barreta. **A Eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940)**.

Assim, proveniente dessa anterior fase, o esporte vai ganhando maior visibilidade, chegando aos anos de 1960 como uma atividade que vai ditar as políticas públicas com um *status* elevado, sendo um setor de aplicação de recursos pelo Estado brasileiro, na intenção de promover o acesso da população dentro da escola e também fora do ambiente educacional. Desse modo, o esporte vai sendo reverenciado pelo Estado como uma atividade de peso para crianças e adolescentes (DECCACHE-MAIA, 2014, p.31).

Como vimos anteriormente, o esporte, no transcorrer de quase todo Século XX no Brasil, esteve alocado em algumas pastas como no Ministério da Educação e Saúde pública, logo após, no designado Ministério da Educação e Cultura e, em seguida, esteve no Ministério da Educação e Desporto. No Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi criado, em 1995, o “Ministério” Extraordinário do Esporte (cargo ocupado por Édson Arantes do Nascimento, “Pelé”), no entanto, na verdade o “status” de ministério não se configurava, pois o mesmo estava vinculado ao Ministério da Educação e do Desporto (MED). No segundo mandato de FHC (1999-2003), foi criado o Ministério do Turismo e Esporte. No entanto, apenas no primeiro mandato do Governo Lula o esporte terá um “*status*” próprio como área/pasta ministerial.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, separou os ministérios de Turismo e Esporte, antes incluídos numa mesma pasta no Governo de FHC, ficando o esporte com um ministério próprio. Agnelo Queiroz, então deputado federal, assumiu o recém-criado Ministério do Esporte em janeiro de 2003. Em 31 de março de 2006, deixou o cargo para candidatar-se ao Senado. Quem assumiu o Ministério interinamente foi o secretário executivo, Orlando Silva Júnior, o mais jovem ministro do Brasil, com 34 anos. Orlando Silva foi confirmado como ministro do Esporte em 2007, cargo que ocupou até o dia 26 de outubro de 2011. Antes de ocupar a pasta, também exerceu o cargo de secretário nacional de Esporte e secretário nacional de Esporte Educacional. No dia 31 de outubro de 2011, já no Governo Dilma Rousseff, tomou posse como ministro o Deputado Federal Aldo Rebelo, mantendo-se no cargo até o final do primeiro mandato da presidenta. Alertamos que esses ministros eram integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Nessa configuração brevemente apresentada, o PST, como programa nesse período estudado, carrega uma herança alimentada pela Constituição de 1988 e pelos demais Governos pós-constituente que trataram (pelo menos no discurso) o esporte (desporto)¹² como

¹². Consultar: TUBINO, Manuel J.G. O que é esporte. São Paulo: Brasiliense, 1999 (Coleção primeiros passos). Sobre as palavras que expressam o conceito de esporte em vários idiomas consultar: MELO, Victor Andrade de. Por uma história do conceito esporte: diálogos com Reinhart Koselleck. Revista Brasileira de Ciência do

direito social na “tentativa” de livrá-lo de uma legislação ultrapassada, falta de recursos financeiros, insuficiência de recursos humanos, carência de estudos sobre a realidade brasileira e a falta de um conceito de esporte embasada na herança do regime militar pós-64 (TUBINO, 1998, *Apud* SOUZA; ANTUNES, 2014)¹³. Conforme Tubino (1999, pp. 9-10),

Persiste a utilização do termo Esporte e Desporto como sinônimo. O primeiro estaria influenciado pela palavra inglesa *Sport* e o segundo sendo de origem portuguesa sendo aderido pelas primeiras leis esportivas no país quando de sua constituição no Estado Novo. Tal influência foi debitada ao jurista, escritor e professor e reitor universitário (hoje UERJ) João Lyra Filho sendo responsável principal da redação da primeira legislação esportiva nacional.

Dentro dessa problemática, houve o embate existente (na elaboração e implementação dos caminhos/espacos em que o esporte deveria se constituir) entre grupos e setores sociais (professores /teóricos/Associações profissionais da Educação Física) que questionavam as funções sociais hegemônicas determinadas para o esporte orientado para o controle social *versus* dirigentes de futebol, parlamentares, Confederações e Federações Esportivas, atletas, empresários do setor físico-esportivo e burocratas do Estado. Os reflexos nos interesses esportivos não representaram rupturas com o passado. Pelo contrário, constituíram-se como resultado do estabelecimento de um consenso entre os novos atores envolvidos e os interesses conservadores (VERONEZ, 2005, p. 264, *Apud* SOUZA e ANTUNES, 2014).

Assim, vamos observar que o esporte, determinado como direito social na Carta Magna, vai perdendo paulatinamente seu significado como uma política universal, dentro dos programas e projetos sociais esportivos ofertados pelo Estado brasileiro.

Esse consenso, conforme Souza e Antunes (2014) determinou também uma formulação do PST, sem estabelecer um significado do processo histórico de sua construção, negligenciando influências e inspirações em programas anteriores. Desse modo, não representa uma ideia original, mas um realinhamento estratégico dos programas, Esporte da Escola (PEE) e Esporte Solidário (PES) do governo FHC (OLIVEIRA 2009, *Apud* KRAVCHYCHYN e OLIVEIRA, 2016, p.01)¹⁴. O PST também aproximou o *esporte educacional do esporte de alto rendimento* (desempenho) quando o primeiro, entendido como conteúdo escolar que pode/deve ser sistematizado em prol do saber de uma cultura corporal

Esporte, Campinas, v. 32, n. I, p. 41-57, setembro 2010.

¹³ Cf. SOUZA, Diego P. S.; ANTUNES, Alfredo C. Os Antecedentes do Programa Segundo Tempo: possibilidades exploratórias de rupturas e continuidades (1985-2002), disponível em <<http://www.eumed.net/rev/cccsc/29/programa-segundo-tempo.html>>, acesso em 04 de junho de 2016.

¹⁴ KRAVCHYCHYN, C. e OLIVEIRA, A. A. B. Esporte Educacional no Programa Segundo Tempo: uma construção coletiva. <disponível em <http://www.scielo.br/pdf/jpe/v27/2448-2455-jpe-27-e2719.pdf>>, acesso em 10 de dezembro de 2016.

lúdica, se tornou mecanismo de “inclusão social” e “ascensão social” – função carregada dos preceitos neoliberais hegemônicos que reordenam o esporte na atualidade –.

Estas distintas definições sobre o esporte estão referenciadas, por exemplo, por Tubino (1999). Numa visão teórica e de um idealismo progressista, sem considerar a luta de classes e apostando numa dimensão funcionalista do esporte, o autor classifica-o em três dimensões: o esporte-educação (de caráter formativo em prol da participação, cooperação, coeducação e integração do aluno); o esporte participação (seria o cultivo no tempo livre do prazer lúdico sem compromissos com regras institucionais e desenvolve o espírito comunitário) e o esporte-performance ou de rendimento (ligado ao espetáculo esportivo e de mercado, objetivando-se como uma ocupação de trabalho: atleta profissional). Para o autor, o esporte é compreendido dentro da dinâmica da sociabilidade capitalista, sendo esse o espaço único possível para se expressar ou como fator de coesão social e/ou como instrumento de alienação. Como o autor não encontra a possibilidade de o esporte fazer parte de uma sociedade emancipada da lógica do capital, o mesmo busca identificar uma transformação em seus “problemas” e “soluções” próprias que ocorrem nos espaços que o caracterizam (na educação, na participação e na competição). Para tanto, busca encontrar soluções que englobem o “todo social”, para que com isso o esporte responda à dinâmica ocasionada pelo pauperismo, pelas drogas, pela “evasão escolar” e pela falta de emprego. Ao esporte é negligenciada a possibilidade de ser um mecanismo potencializador da formação educacional e de conteúdo dissimulado das práticas corporais lúdicas, fora da lógica do capital por meio de sua utilização funcionalista através do Estado¹⁵.

Sendo assim, o esporte como fenômeno social contemporâneo se desenvolve dentro das políticas públicas. Nessa perspectiva de análise, o mesmo se afasta, também, até mesmo como direito social, do ideário democrático burguês encontrado na Constituição Federal de 1988.

Com base nas reflexões introdutórias, como vimos, pretendemos analisar as políticas sociais voltadas para o esporte, nos programas dos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), destacando como esses governos mantiveram seus direcionamentos em consonância com as exigências do reordenamento do capital – expressos nas políticas neoliberais voltadas para a educação – ressaltando o papel do esporte nesse contexto e sua vinculação com o “Terceiro Setor”.

¹⁵ A fim de compreendermos esse papel dado ao esporte discutiremos os elementos que reforçam essa perspectiva no Capítulo 3: A funcionalidade do Esporte no PST.

Originado em 2003, dentro da Política Nacional de Esporte¹⁶ promovida pelo Governo Lula, o Programa Segundo Tempo (PST), implementado pela Secretaria de Esporte Educacional (SNEED), atualmente denominada Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS)¹⁷, é voltado para crianças e adolescentes e tem sua ação pedagógica realizada no turno oposto ao das aulas da escola. Para cada criança ou adolescente é ofertada a prática de no mínimo três modalidades esportivas, com uma frequência mínima de três vezes por semana, com duas a quatro horas diárias. São ofertadas atividades complementares como reforço escolar, e atividades culturais, além de um reforço alimentar e recebimento de *kits* doados pelo Ministério do Esporte, contendo materiais esportivos de acordo com as diretrizes do Programa.

Lembramos que os programas ofertados pelo Ministério do Esporte são elaborados levando-se em consideração o marco legal, a abrangência, os critérios de acesso e as formas de articulação com esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e Organizações Sociais da “sociedade civil”, semelhante a outros programas de outros Ministérios. No caso do PST, além dos critérios acima apresentados, para pertencimento no programa foi definido pela Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento como se mensurava encontrar-se em “risco social”. Foi por meio do dispositivo de desempenho “Taxa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social” (em faixa etária de 07 a 17 anos) com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo que se definiu a maneira de participar do PST (TCU, 2006, p. 19)¹⁸.

¹⁶ O termo “Política Nacional de Esporte” compreende a ação do Estado voltada ao esporte no Brasil, ou seja, o papel do Estado como agente de desenvolvimento do esporte no país e como elaborador de programas e projetos esportivos e regulador das várias entidades envolvidas no setor. Mesmo reconhecendo a existência de referências históricas anteriores (SANTOS, 2000; LINHALES e VAGO, 2003; BUENO, 2008; entre outros) que tratam da existência de Políticas de Estado pontuais direcionadas ao esporte em nosso país, consideramos a criação da primeira legislação esportiva nacional (Conselho Nacional de Desporto/CND) no Governo Vargas pelo Decreto-Lei n. 3.199.41 como o marco inicial. Conforme Drumond (2009, 2014), a intervenção oficial do Estado sobre o esporte veio com a criação, em 1941, do Conselho Nacional do Desporto (CND), órgão que tinha como função orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país.

¹⁷ O Ministério do Esporte, criado em 2003, é o órgão responsável por estabelecer uma Política Nacional de Esporte no Brasil. No primeiro mandato do Governo Lula, no ano de 2003, havia a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer e a Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Atualmente, sua estrutura organizacional apresenta três segmentos específicos: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor (Ministério do Esporte, 2015). O esporte educacional está inserido na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e é conceituado como sendo aquele “praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”, de acordo com o art. 3º da Lei n. 9.615/1998. Uma peculiaridade da organização do esporte no Brasil é a desvinculação dos jogos escolares do esporte educacional, estando os primeiros vinculados à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Disponível em <http://www.egepe.org.br/anais/tema04/289.pdf>, acesso em 23 de maio de 2015.

¹⁸ Em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2003 havia cerca de 15

De acordo com seus objetivos específicos, o PST deve oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes, prioritariamente em áreas de “vulnerabilidade social” a,

Manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; desenvolver valores sociais; contribuir com a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; contribuir com a melhoria da qualidade de vida como autoestima, convívio, integração social e saúde; contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil) e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Ressaltamos que as ações pedagógicas no PST, inicialmente, foram direcionadas para o desenvolvimento dos conteúdos do esporte, originadas de uma miscelânea das concepções e objetivos dos programas Esporte da Escola (PEE) e Esporte Solidário (PES) do governo FHC. Inicialmente, o programa recebeu críticas por este *mix* em sua composição (PST escolar e PST comunitário) bem como pelo formato de sua expansão e uma confusa determinação de gerenciamento e parcerias. Outro ponto a salientar é que o PST, logo ao completar 1 (um) ano de existência deixa de ser um programa para a escola e se torna um programa para a criança, jovem e adolescente com vínculo escolar (KRAVCHYCHYN e OLIVEIRA, 2016). Vamos observar que, ao longo dos anos do PST, o mesmo vai sofrer modificações no que tange as suas metodologias de ensino e ações pedagógicas a serem trabalhadas pelos professores de educação física e monitores do programa.

Para evidenciar essa problemática, tomamos como referência o Acórdão 214/2006-Relatório de avaliação do PST realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O presente documento constatou problemas no programa, no que tange a sua implementação. Dentre eles: a ausência objetiva na seleção das ações pedagógicas a ser empregada, a maioria dos núcleos não tinham critérios para os atendidos do programa; também foi observada a predominância no atendimento a alunos do sexo masculino; o oferecimento de reforço alimentar impróprio bem como foi constatado que o material esportivo era de qualidade e durabilidade insuficiente, além de uma infraestrutura inadequada para as atividades esportivas, identificada em vários núcleos¹⁹.

Através dessas críticas houve a procura pelo ministério do esporte em desenvolver

milhões de crianças e adolescentes nessa situação (TCU, 2006, p. 10).

¹⁹ <Disponível em

<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9284A41E4BBF>, acesso em 12 de janeiro de 2017.

uma qualidade pedagógica mais consistente. Por tal constatação, nas palavras dos autores anteriormente referidos, Kravchychyn e Oliveira (2016, p. 02),

As diretrizes do programa anunciam uma formação continuada (não obrigatória) em parceria com o Centro de Ensino à Distância (EaD) da Fundação Universidade de Brasília (UnB), pretendendo formar 2.500 professores em nível de especialização, primeira ação concreta nessa perspectiva. A formação foi concluída por 181 professores, nos anos de 2006 e 2007.

Para tanto, o Ministério do Esporte agregou pesquisadores/professores de Educação Física de diversas Instituições de Ensino – Públicas e Particulares²⁰ – de renome nacional, na tentativa de aprimorar o objetivo de “integrar” o indivíduo à sociedade através da prática esportiva e de atividades complementares no turno oposto ao da escola. Em síntese, o PST buscou desenvolver e consolidar seus princípios, diretrizes e objetivos através de uma base teórica acadêmica (assessoria e consultoria), a fim de capacitar seus recursos humanos, sua avaliação (através de relatos de experiência e estudos de caso) e congregar seus feitos, seus dados num centro de memória²¹.

No segundo semestre de 2007, a partir de um convênio firmado entre o ME e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) o PST será avaliado como programa. A partir de 2008, a UFRGS assume a gestão da parceria, por meio de um projeto de extensão que permitiu a integração de acadêmicos ligados a instituições de ensino superior (IES) de todo o Brasil (KRAVCHYCHYN e OLIVEIRA, 2016, p.06). No ano de 2010 o Ministério do Esporte realiza parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais objetivando um Diagnóstico e Monitoramento ao PST e ao Programa de Esporte e lazer da cidade (PELC).

Tomando como base documentos²² do próprio Ministério do Esporte (Diretrizes do Programa Segundo Tempo/2011) no que se refere à sua execução, o programa é dividido em núcleos compostos de 100 (cem) crianças e adolescentes no máximo, em sua totalidade.

O termo “criança” nos documentos acima referidos não está inserido e sendo

²⁰ A Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer) foi criada no ano de 2003 pelo Ministério do Esporte por ação voltada inicialmente ao “Programa Brasil Potência Esportiva” na ação de desenvolver “estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte” desenvolvendo-se em Instituições de Ensino Superior Públicas, posteriormente ampliada para Instituições Privadas “sem fins lucrativos”. Fonte: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>.

²¹ Trataremos no terceiro capítulo sobre os resultados das avaliações feitas sobre o PST pelo TCU e PUC – Minas.

²² Disponível em:

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/DiretrizesdoProgramaSegundoTempo.pdf>, acesso em maio de 2015.

formulado num contexto sócio histórico considerando as diferenças de Classe. Seu significado deve ser definido pelas múltiplas determinações do ser, sendo uma categoria que expressa formas e modos de existência. Para efeito de análise do PST este utiliza a definição de *Criança* do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 2º, cujo texto é: “Considera-se criança, para efeito desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente).

Cada núcleo acima referido recebe a orientação de 01 (um) coordenador e 01(um) monitor, ambos responsáveis pelas ações pedagógicas esportivas e atividades complementares, divisão das turmas, frequência, carga horária e grade horária. Os núcleos não se referem ao espaço físico em que são desenvolvidas as atividades, podendo sua realização ser em lugares distintos, mas é obrigatório que o núcleo tenha sua sede definida. Esses núcleos podem funcionar em ambiente escolar, espaço público ou privado²³.

O PST adotou, inicialmente, no ano de 2003 como política estratégica, parcerias institucionais estaduais e municipais bem como Organizações não governamentais (ONGs) atualmente sendo designadas de Organizações Sociais (OS). Conforme Athayde ET AL (2015, p. 08) “o balanço de Programas e Ações (2003-2010) editado pelo Ministério do Esporte relata” que os dados gerais do PST indicavam a participação de cerca de 3,8 milhões de beneficiados com implantação de 21.277 núcleos em todos os estados e regiões metropolitanas do país, sendo 2.387 os municípios atendidos.

Os dados referentes aos profissionais contratados (professores e monitores), identificados no próprio site do Ministério do Esporte (ME), apresentaram um custo de cerca de R\$ 700 milhões de reais, num montante de 66.630 profissionais.

É importante salientar que a estrutura do PST apresenta-se para o Governo Federal como o mais importante programa social esportivo ofertado pelo Ministério do Esporte para crianças, jovens e adolescentes, principalmente, pelo fato de o mesmo também estar ligado às instituições escolares, recebendo o “status” pela escola de ser uma atividade que “auxilia/reforça” o melhoramento da aprendizagem dos envolvidos e, conseqüentemente, sua “inclusão”. O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), com cerca de 10,6 milhões de pessoas atendidas, tem um número maior que o PST, no entanto, destina-se a todas as faixas etárias da população, tendo como objetivo proporcionar prática de atividades físicas, culturais

²³ A composição desses núcleos do Programa Segundo Tempo (profissionais e monitores envolvidos, público-alvo, atividades desenvolvidas, pessoal responsável pelo núcleo, tipos de convênio e parcerias, etc.) sofreu modificações durante seu percurso desde sua criação em 2003. Na seção “Anexa” vamos encontrar todas as diretrizes do PST.

e de lazer não necessariamente ligados à escola.

Os convênios com as *ONGs* (Organizações Sociais) tornaram-se hegemonicamente mais constantes até o ano de 2011. As parcerias com essas organizações, considerando a natureza jurídica das entidades, chegaram a 35%, ultrapassando outras parcerias (federal, 9%, e estadual, 21%) e igualando-se com as parcerias com o município (35%)²⁴.

Com o acúmulo de denúncias e de irregularidades intensificadas pela mídia (O Estado de São Paulo, em 21/2/2011)²⁵ e por parlamentares, tendo seu início no ano de 2008 e culminando com o afastamento do ministro Orlando Silva da pasta no ano de 2011. Já no Governo de Dilma Rousseff, o Governo Federal decretou a suspensão de recursos federais, baseado nos dados apresentados pela Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou irregularidades em 2.501 entidades que tinham convênios e parcerias com o Estado brasileiro: missão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado do objeto de convênios; contratos de repasse ou termos de parceria; desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos; dano ao erário; prática de outros atos ilícitos na execução de convênios. Contratos de repasse ou termos de parceria foram os motivos relatados pelas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU).

Destacamos que o Programa Segundo Tempo (PST), intitulado de PST Padrão, até então, era baseado numa espécie de convênio, numa relação entre um órgão ou entidade da administração direta e indireta de qualquer esfera de governo (responsável pela formulação do projeto e pelo planejamento das atividades realizadas em um determinado período, seguindo as diretrizes do PST) e uma instituição proponente, que deveria entrar com uma contrapartida, ficando responsável pela gestão das ações, pelos recursos repassados e pela prestação de contas. O responsável pelas ações pedagógicas era o profissional de Educação Física e/ou Esportes, auxiliado pelo monitor, preferencialmente da área da Educação Física e/ou Esporte. Interrompe-se então essa forma de parceria e de convênio.

Diante desse contexto, o Ministério do Esporte através de seu novo ministro Aldo Rebelo, empossado em 2011, aproveitando o discurso de que o local de democratização do esporte é a escola, firmou parceria com o Ministério da Educação, concretizada pela inserção do PST nas escolas participantes do Programa Mais Educação (PME). Conforme o “Manual de orientações Esporte na Escola”, o Programa Mais Educação foi instituído pela portaria Interministerial n.

²⁴ Disponível em: www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/apresentacaoBalanco.pps, acesso em junho de 2015.

²⁵ A representação feita ao Tribunal de Contas da União faz referência à matéria publicada no jornal ‘O Estado de São Paulo’, em 21/2/2011, que noticia suposto esquema de corrupção de cerca de 20 milhões, envolvendo o Ministério do Esporte e a organização não governamental (ONG) ‘Bola pra Frente’ e o PCdoB. Para mais detalhes ver ACÓRDÃO Nº 889/2011 – TCU – Plenário 1 Disponível em www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/Acord/.../AC_0889_11_11_P.doc, acesso em 12 de julho de 2015.

17/2007 (MEC, Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e da Tecnologia, da Secretaria Nacional da Juventude e Ministério da Defesa) como estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização escolar, no objetivo de alcançar a educação integral.

Nos anos de 2011 e 2012, a integração do PST e do PME foi chamada de PST na Escola e, em 2013, será chamada de Esporte na Escola²⁶. Através dessa parceria ME-MEC, o PST torna-se uma atividade do chamado “Macrocampo Esporte e Lazer do Programa Mais Educação”. Mediante adesão realizada pelo próprio gestor escolar no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento de Execução e Controle do Ministério da Educação), a escola se insere no Programa Mais Educação. Em dados do próprio Governo Federal, a adesão a este programa no ano de 2012 foi de 4.642 escolas, com 773 municípios incluídos, tendo a “participação” de 958.125 alunos da educação básica.

Diante dessa “integração”, no intuito de legitimá-la, a proposta visa à ampliação da jornada escolar na perspectiva da “educação integral”. No entanto, como veremos, a intencionalidade é bancar a baixo custo dois programas sociais integralizando-os e, ao mesmo tempo, utilizando-se de princípios da pedagogia socialista (educação integral). O seu impacto ideológico é abrangente ao considerar como objetivo o desenvolvimento integral do homem²⁷. Importante destacar as diferenças entre a “educação integral” (fundamentada na pedagogia socialista), e o ensino de tempo integral. O que observamos que no documento do PST há referência apenas ao “desenvolvimento integral”, formação integral não se encontra a expressão “educação integral”.

Autores russos como, por exemplo, Pistrak e Makarenko da pedagogia socialista basearam-se na concepção de educação de Marx. Sobre a concepção de educação como desenvolvimento integral do homem, vamos encontrar em um texto de Marx, (1867, p. 08) intitulado “Instruções para os delegados do conselho geral provisório”,²⁸ o entendimento que segue.

²⁶ Disponível em:

http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/maisEducacao/MANUAL_DE_ORIENTACOES_-_ESPORTE_NA_ESCOLA_2013.pdf, acesso junho de 2015.

²⁷ Vamos encontrar no documento do Segundo Tempo (em Anexo) expressões similares a esta como: desenvolvimento humano e desenvolvimento integral da criança.

²⁸ <Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>> , Acesso em 02 de maio de 2017.

Por educação entendemos três coisas: Primeiramente: Educação mental. Segundo: Educação física, tal como é dada pelas escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção, e simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático no manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. Um curso gradual e progressivo de instrução mental, gímnica e tecnológica deve corresponder à classificação dos trabalhadores jovens. Os custos das escolas tecnológicas deveriam ser em parte pagos pela venda de seus produtos. A combinação de trabalho produtivo pago, educação mental, exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível da classe superior e média.

É importante destacar que essas instruções de Marx estavam direcionadas para a educação das crianças e jovens da classe trabalhadora que nesse momento histórico estavam em condições de penúria e maus tratos causados pela exploração da grande indústria. Assim, essas instruções tinham como objetivo diminuir “os efeitos esmagadores do sistema”.

Assim, na tentativa de dar um novo significado à permanência dos/as estudantes na escola, identificada com a expressão “contraturno escolar”, o Estado, segundo Kuenzer (2002), direciona uma pedagogia neoliberal trazendo impactos no espaço escolar.

O que vemos é uma pedagogia Toyotista (baseada a partir de novas demandas do capital no regime de acumulação flexível) que para dissimular sua concepção fragmentada, especializada e multifacetada do conhecimento, se apropria, de forma simulada, de princípios da pedagogia socialista²⁹ disseminando práticas ideológicas. Assim, segundo Kuenzer (2002, p. 87) o Estado simula incorporar princípios como:

Formação integral do ser social; superação do trabalho fragmentado; resgate da cisão entre teoria e prática; a transdisciplinaridade e politecnia. Este último seria o domínio intelectual da técnica e a possibilidade de exercer trabalhos flexíveis, recompondo as tarefas de forma criativa; supõe a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento abstratas, de crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética.

O esporte será inserido na escola através de uma “mistura” entre o projeto político-pedagógico da escola e as diretrizes/fundamentos filosóficos do PST; o seu princípio norteador “inclusão social”³⁰ é o mecanismo atenuador das “desigualdades educacionais”. A questão do discurso e dos princípios definidos e difundidos no PST reforça traços da cultura política brasileira. Esta é definida, segundo Freire (2011, p. 11), “como um sistema estruturado de ideias e de ideais, o qual garante pela dominação moral o domínio de um grupo” que se reproduz sem questionamentos, como senso comum. Para Gramsci (1999, p. 114),

²⁹ <Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>> , Acesso em 02 de maio de 2017.

³⁰ Trataremos sobre o paradigma da “inclusão social” que permeia o PST nos Capítulos 2 (item 4.) e Capítulo 3 da tese.

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço [...] Seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões. Trata-se de um conceito equívoco, contraditório e multiforme.

As ações pedagógicas esportivas são realizadas no contraturno escolar, mesmo que em sua contrapartida a instituição escolar não tenha, em seu espaço, instalação esportiva adequada ou que seja inexistente. O PST (Esporte na Escola) pode ser desenvolvido em praças públicas e/ou espaços presentes nos arredores da escola. Diferentemente do PST Padrão, com essa nova parceria entre o ME-MEC, a execução do programa é feita diretamente pela escola, sem necessidade de convênio. Na verdade, o que se constata é uma diminuição de responsabilidades e a precarização das diretrizes educacionais (já problemáticas em sua concepção), colocando o trato com o esporte na escola em níveis não adequados para seu desenvolvimento como meio e processo educativo.

Isso é retratado quando analisamos as características que determinam/determinavam o PST antes/depois da parceria entre ME-MEC, no quadro abaixo:

Quadro 1 – Painel do PST

Características	PST Padrão	Esporte na Escola
1. Quadro responsável pelas atividades	Profissional de Educação Física e/ou Esportes, Coordenador-geral pedagógico, setoriais e Monitores	Monitor (igual aos demais Macrocampos do Programa Mais Educação). *Orientação: preferencialmente, da área de Educação Física e/ou Esporte
2. Carga horária do responsável pelas atividades	20h/semana	Varia conforme a quantidade de turmas assumidas pelo monitor (turmas de 30 alunos) e a forma de organização da escola
3. Fonte dos Recursos	Recurso repassado pelo ME ao Convênio, para pagamento dos Professores/Monitores	Recurso repassado pelo MEC à escola, via PDDE/FNDE para desenvolvimento do Programa
4. Atividades desenvolvidas	Múltiplas vivências de Esporte Educacional (incluindo modalidades	Múltiplas vivências de Esporte Educacional; utilização do Caderno de

	esportivas coletivas e individuais) e atividades complementares, organizadas pelos projetos pedagógicos	Apoio Pedagógico, que apresenta atividades lúdicas de jogos
5. Material esportivo	<i>Kit</i> de material esportivo	<i>Kit</i> de material esportivo e <i>kit</i> de material esportivo específico para o Atletismo
6. Forma de Participação	Convênio	Adesão/SIMEC

Fonte: Manual de Orientações Esporte na Escola (Ministério do Esporte)

Observando o quadro acima, constatamos, como exemplo de desresponsabilização do Estado, a precarização dos profissionais envolvidos (no quadro, responsáveis pelas atividades e identificados pela cor **vermelha**), a mudança do profissional responsável pelas atividades (ações pedagógicas), representada pela cor **azul**, e, em seu lugar, surge a figura do monitor, identificado pela cor **verde**. Mesmo abstraindo as problemáticas existentes na formação acadêmica dos professores de Educação Física, evidenciam-se as diferenças de níveis e graus de formação/conhecimento/salário entre um profissional formado e um monitor. Isso também é demonstrado quando observamos a carga horária (identificada pela cor roxa) desses mesmos atores (antes, 20 horas/semanais para uma variação/suposição de acordo com as demandas da escola).

Na prática, somos sabedores da busca de melhores ganhos monetários pelos/as monitores/as, pois eles/as percebem valores menores, o que os/as leva a jornadas mais longas de trabalho e com a presença de mais turmas sob sua responsabilidade. Nesse contexto, percebe-se que o Estado brasileiro, nos Governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, compreendido como expressão política e jurídica da ordem social do Capital, diminui sua responsabilidade de educar através do esporte. Pelo menos, é o que as diretrizes do PST deixam transparecer em seus princípios norteadores. Como vimos a relação do PST com o “terceiro setor” expressou mudanças nas relações do mundo do trabalho: professores, monitores, gestores e terceirizados, desregulamentados dos direitos trabalhistas. E isso é retratado nos mecanismos de envolvimento e no controle e direcionamentos das subjetividades dos sujeitos envolvidos no Programa social esportivo.

1.2 O Programa Segundo Tempo no contexto alagoano: singularidades e sua inserção no cenário do capitalismo brasileiro

Nosso estudo também buscou observar os desdobramentos causados pela crise estrutural do capital e o reordenamento do Estado, em particular em Alagoas. Isso acentua um padrão de atenção e controle social restrito a efeitos e consequências oriundos das expressões/manifestações da questão social com particularidades. Assim segundo Lessa (2013, p. 01), é “imperioso superarmos as simplificações e buscarmos apreender tanto o que a nossa formação social tem de comum com as outras quanto o que ela tem de singular”. Conforme afirma Tenório (1997, p. 11) o estudo de uma região³¹, “como de Alagoas, tem grande importância para a compreensão das relações complexas de abordagem nacional”.

Lembramos que ao considerarmos as particularidades existentes do contexto alagoano não nos remetemos à ideia do qual discordamos, da pós-modernidade, de que a vida moderna se encontra mergulhada num profundo caos sem possibilidade de saída e de emancipação, sobrando apenas, para o ser social, respostas e conhecimentos válidos particulares; não universais. Pleiteamos que essa análise se equivoca, pois só concebe/produz uma realidade, conforme diz Harvey (1998, p. 56) “nos limites de algum determinismo local, de alguma localidade, [...] celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social”.

Desse modo, torna-se um erro considerar a vida cultural, a educação, o lazer, o esporte e sua dimensão educacional e de espetacularização como áreas possíveis de independência da lógica capitalista. Assim, para o referido autor, a aceitação do fragmentário, do efêmero, do descontínuo e do caótico realizado pela análise pós-moderna sobre a realidade desconsidera a necessidade de, segundo Harvey (1998, p. 118), apreender “os processos político-econômicos que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana”.

Por esse entendimento, buscamos analisar o PST observando o cenário alagoano, no que tange à política voltada para o esporte e seus desdobramentos na atualidade, sob os parâmetros neoliberais. Para tanto, se faz necessário colocar em tela como se configura o capitalismo retardatário expresso no cenário alagoano, e, para tanto, é necessário observar

³¹ Utilizamos aqui o conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral (OLIVEIRA, 1981, p.29-30).

como se configura o capitalismo no Brasil. O historiador Golbery Lessa (2013, p. 2) sublinha que:

A revolução passiva nos países coloniais constituiu uma industrialização ainda mais retardatária e inconsistente do que a constituída nos países prussianos. Além de chegarem hiper-atrasados no mercado mundial (a sua industrialização só começa realmente na terceira e na quarta década do século XX), os países coloniais desenvolveram a indústria em seu território através da efetivação de uma crônica dependência tecnológico-financeira e da desnacionalização dos principais ramos do seu parque produtivo; passaram também muito tempo para superar cada fase do desenvolvimento da indústria; além disso, desenvolveram a sua agricultura através do penoso e reacionário caminho da modernização lenta e incompleta do grande latifúndio colonial. No universo político, essa trajetória implica no fato de que as liberdades democráticas permanecem mais restritas e instáveis e os movimentos populares sejam ainda menos tolerados como sujeitos políticos legítimos do que nos países prussianos³².

O capitalismo no Brasil não se originou através de um processo revolucionário, mas a partir da subsunção formal ao capitalismo que corresponde a uma formação (“o sentido de sua colonização”) a qual estruturalmente se constituiu uma sociedade do tipo capitalista, pois conforme Chasin (1990, p. 67), “ela se caracteriza pelo trabalho escravo e não pelo trabalho livre. Mas ela o faz por uma lógica levada enquanto determinação fundamental do capital externo. A colonização brasileira está diretamente articulada à gênese e desenvolvimento do capitalismo mundial”. Isso quer dizer que a origem, estrutura e dinâmica da formação social estão ligadas a um objetivo exterior, às necessidades expansionistas do capitalismo mundial, o que dará sentido à colonização brasileira. O Brasil é um país capitalista e sua herança histórica não se deve ao feudalismo, mas à escravidão. Segundo Prado Junior (1972, pp.35-36), o país carrega as marcas da escravidão. Desse modo,

A grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diferente, e se constituiu a base da exploração comercial em larga escala, isto é, não parcelária, e realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração, e por ela e para ela [...] Mas qualquer que seja o caso, o trabalhador livre de hoje se encontra, tanto quanto seu antecessor escravo, inteiramente submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário que é o verdadeiro e único ocupante propriamente da terra e empresário da produção, na qual o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela senão por esse esforço que cede a seu empregador. Não se trata assim, na acepção própria da palavra, de um “camponês”.

Segundo Coutinho (1996, p. 144) o Brasil experimentou um processo de

³² Conforme Chasin (2000, p.39) no dizer de Carlos Nelson Coutinho “via prussiana” ou “caminho prussiano” (designação de Lênin) trata-se de um itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso.

modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma “revolução democrático-burguesa”. O que incrementou esse processo foi o Estado. Assim “a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominante à exclusão das forças populares e à utilização dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado”. Desse modo, conforme Coutinho (Idem), “em nosso país todas as opções concretas de nossa história político-econômica encontraram uma solução pelo alto, ou seja, elitista e antipopular”.

Conforme essa abordagem não existe uma classe de camponeses, mas de trabalhadores que estão à procura de emprego. Essa relação de classe e de trabalho nasce na colônia como forma capitalista. Desse modo, o trabalho escravo em nosso país se expressou porque correspondia à estreiteza das possibilidades do capitalismo europeu da época. Conforme Fontes (2007)³³, nesse contexto, a presença do trabalhador não é considerada importante como produtor ou consumidor. A sua função é necessária apenas para fazer mover essa engrenagem. Desse modo, a classe trabalhadora não é sujeito desse processo. A classe trabalhadora é apenas a pura capacidade de trabalho, é mera força de trabalho.

Assim, a exploração rural se configura numa unidade produtora e concentradora de indivíduos constituindo o núcleo fundamental da economia colonial brasileira. Conforme Silva (2008, p.66)³⁴ “a população colonial foi apenas um elemento propulsor destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos”. Ou seja, sendo expressão de um modo de capitalismo tipo “via-colonial”. Aproveitando das afirmações de Chasin (2000) assim o caminho colonial no Brasil, diferentemente da “via prussiana” onde a grande propriedade se tornou determinante com característica feudal, foi caracterizado no universo da economia mercantil pela empresa colonial agroexportadora.

A colonização brasileira é para Caio Prado Junior uma parcela de uma “empresa comercial” muito mais extensa que é a expansão do capitalismo em que Brasil se inscreve ativamente. A ideia central do referido autor é que se implanta no Brasil uma empresa colonizadora com sua racionalidade lucrativa voltada para o mercado externo e não para subsistência e nem para o mercado interno. Segundo Prado Júnior (1976, p. 22-23).

³³ Cf. FONTES, Virgínia. Autores Clássicos e questões clássicas – O Capitalismo no Brasil e Caio Prado Jr. Revista Espaço Acadêmico. Numero 70, março/2007 – Ano VI disponível em http://www.espacoacademico.com.br/070/70esp_fontes.htm, acesso em 20 de julho de 2014.

³⁴ SILVA, RICARDO O. Da. A Questão Agrária Brasileira em debate (1958-1964): as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

A colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos.

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia alagoana, em relação ao conjunto nordestino e brasileiro de que participa, é um fato que se prende às raízes de sua formação mais atrasada. As singularidades do capitalismo em Alagoas estarão baseadas nos alicerces construídos por esse entendimento. Momento a ser explorado nos seguintes parágrafos ao traçarmos o cenário alagoano.

O Estado de Alagoas divide-se em três mesorregiões: mesorregião do sertão, mesorregião do agreste e mesorregião do leste alagoano. Seu território engloba 102 municípios. No tocante a sua economia, hegemonicamente, o setor sucroalcooleiro se sobrepõe a outros setores no que tange ao poder político e econômico do Estado. No entanto, alertamos que esse predomínio canavieiro não deve ser analisado como única fonte, base social-econômica esclarecedora da trajetória alagoana mesmo reconhecendo seu efetivo e permanente poder político-econômico (LESSA, 2015)³⁵.

Assim constatamos que a história de Alagoas não se resume a “história do Açúcar” e que o mesmo tenha sido o único definidor de toda história econômica, política, cultural e social do Estado Palmarino/Caeté. Lessa e Tenório (2013) afirmam pela expressividade da cultura do Algodão (Indústria têxtil e tecelagem) como presença de peso significativo na economia alagoana em vários períodos (década de 1920 até os primeiros anos da década de 1950). O florescimento dos parques têxtil industrial e tecelagem na cidade de Maceió e em outros municípios do interior (Penedo, São Miguel dos Campos, Delmiro Gouveia, Rio Largo, Piaçabuçu, Pilar, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Pão de açúcar, Olho d’água das Flores) “prosseguem nas décadas seguintes, até o início da segunda metade do século XX, quando aconteceu a agonia e a morte da cultura algodoeira e das fábricas têxteis” (LESSA e TENÓRIO, 2013, p. 13).

Desse modo, longe de refutar o poderio das forças tradicionais ligadas ao açúcar e ao agrarismo presentes em todo o século XX, os referidos autores defendem estudos que evidenciem a importância do referido “ouro branco” (expressão para designar o produto algodão) e de tudo que se originou dele (indústria Têxtil e Tecelagem) não só na “atividade de

³⁵ Disponível em <<http://novoextra.com.br/outras-edicoes/2015/822/17252/golbery-lessa--e-alagoas-indo-alem-de-um-mar-de-lagrimas-e-desespero>>, acesso 10 de junho de 2016.

produção, mas também na política, nos hábitos do cotidiano, na valorização do trabalhador, colocando-o em patamar elevado, ao lado do capital, trazendo melhorais ao índice de qualidade de vida” opondo-se, de certa maneira, à lógica social e econômica massacrante dos canaviais³⁶ (LESSA e TENÓRIO, 2013, p. 42). Ao mesmo tempo, os referidos autores (Idem), fazem um alerta afirmando que,

O surgimento de indústrias ligadas ao algodão é um acontecimento invulgar. E foi quanto durou [...] Não seria possível reler o passado de Alagoas apenas com as lentes da nossa trajetória açucareira, entronizando a cana no altar-mor da nossa glória. Ao mesmo tempo é ingênuo pensar que o advento das fábricas e das vilas operárias ligadas ao algodão seria uma espécie de Vesúvio econômico, social e cultural, cuja erupção iluminaria todo o cotidiano e a história do Estado.

Conforme Golbery Lessa (2015) a burguesia mercantil predominou na última década do Século XIX a outros segmentos sociais-econômicos, como os senhores de engenho, pecuaristas, produtores de algodão entre outros. O latifúndio canavieiro, representando a grande propriedade industrial local, respeitando seus desdobramentos e particularidades históricas, direta ou indiretamente se tornou responsável por vários dos problemas sociais, agrários, políticos e econômicos no cenário alagoano presentes até o momento. E como pontua bem Oliveira (1981, p. 59) afirmando que:

A base econômica da burguesia do Nordeste foi indiscutivelmente a constituição da atividade de produção da cana e do açúcar; este é um truísmo sobre o qual não pode haver nenhuma divergência de fundo. A economia do açúcar fundava-se na colônia e durante o Primeiro e Segundo Impérios, no trabalho escravo, compulsório, como de resto do país, e assim mesmo nos demais espaços não metropolitanos que o capitalismo mercantil criou como um dos pilares de sua acumulação primitiva.

Inserido desde a etapa de acumulação primitiva do capital, o latifúndio canavieiro manteve-se articulado com as etapas superiores do desenvolvimento capitalista, marcando desse modo a dinâmica política, social e cultural de Alagoas. Nas palavras do historiador e sociólogo Golbery Lessa (2013, p. 05),

Quase todas as instituições capitalistas em Alagoas são mais atrasadas do que essas mesmas instituições nas regiões mais desenvolvidas do país e na maior parte dos Estados nordestinos. A *grande propriedade* agrária, pecuária e agroindustrial, que tem sido, desde a época da colonização, o centro da nossa sociedade, apesar de sempre incorporar substanciais desenvolvimentos tecnológicos e fazer outras mudanças para adequar-se às conjunturas, reproduz continuamente um padrão

³⁶ Utilizamos aqui a ideia de Chico de Oliveira quando o referido autor afirma que uma classe dominante obstaculiza e bloqueia a possibilidade de formas diferenciadas de geração de valor e de novas relações de produção (OLIVEIRA, 1981, p. 31).

técnico e gerencial abaixo de seus concorrentes brasileiros e internacionais, uma produtividade agrícola e industrial inferior, uma situação financeira instável, uma relação predatória com o meio-ambiente, o aparelho do Estado, a infraestrutura pública e a mão-de-obra. A *grande propriedade agroindustrial* é um elemento no qual podemos perceber, de uma maneira emblemática, o casamento íntimo entre o moderno e o arcaico em Alagoas; uma aliança em que o *novo* acaba sempre pagando ao *velho* um preço muito mais alto do que aquele que paga nas regiões mais desenvolvidas do país.

Pontuamos que, em cada Estado da federação, se efetuou sua integração no contexto regional e nacional havendo particularidades. Conforme Oliveira (1981, p. 67), “o Estado brasileiro teve um papel importante quando interviu na economia canavieira para estabelecer uma divisão regional do trabalho da atividade açucareira em todo o país intensificando o poder político-econômico dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro”. A reprodução do capital industrial ditou uma política econômica reduzindo as formas de reprodução da economia agroexportadora limitando-a e impedindo-a de qualquer possibilidade de independência ao conjunto da economia brasileira. Segundo o referido autor (Idem, pp. 83-84), “tal política econômica consentiu uma sobrevivência dessa forma de reprodução, até mesmo porque as divisas necessárias para a importação dos bens para a indústria continuavam a ser, sobretudo, advindas da realização externa do produto da economia agroexportadora”.

O processo de integração da economia alagoana à economia nacional se expressa através dessa relação “contraditória” entre o capital industrial e o capital agroexportador. Tal relação sobre a sua força de trabalho se expressa por uma acentuada precariedade das condições de vida, atingindo os piores índices sociais e econômicos na atualidade (LIRA, 2014). Gomes (2014, p. 123) ao observar dados da Região Nordeste (evolução das taxas de crescimento médio do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – Renda) relata que o Estado de Alagoas ficou abaixo da média regional (23,8), com crescimento de apenas 21,6% no período de 1991 a 2010, sendo o pior estado no Ranking. Estados como Piauí (30,1) Maranhão (28,0) e Paraíba (27,4), por exemplo, superaram Alagoas em mais de 5% de seu índice.

Na última década do século XX, até o presente momento, observamos em Alagoas uma profunda exclusão econômica e social no campo e na cidade bem como um insignificante desempenho no setor industrial. Somando-se a isso se agravaram os problemas enfrentados pelo setor sucroalcooleiro transformando, segundo Gomes (2014, p. 123) “a economia alagoana em um vagão descarrilado da dinâmica recente do Nordeste”. Esse quadro se agravou com a diminuição da participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação de impostos outrora bastante significativos, ocasionada/originada pela crise do regime de

acumulação iniciada nos anos de 1970. Essa crise é o resultado do colapso do período que se intitulou de “fordista-keynesiano”. Período que se estendeu de 1945 a 1973, tendo como características um conjunto de práticas de controle do trabalho, hábitos de consumo e formas de poder político conectado, portanto numa conjuntura mundial e ao mesmo tempo a uma configuração geopolítica militar e de poder imperialista estadunidense (HARVEY, 1998, p. 119).

O apogeu dessa crise advém, substancialmente, no campo econômico da queda da produtividade/lucratividade. No cenário da crise do sistema capitalista, tem-se observado mudanças no contexto social, político e econômico, no Brasil e na América Latina. Efetivas transformações ocorreram, afetando o acúmulo do capital, ocasionando queda das taxas de lucro. Segundo Mandel (1982) as flutuações das taxas de lucro resultam em ondas longas com tonalidades expansivas e/ou de estagnação na tensão entre superacumulação, crise e depressão. Nas palavras do autor, (1982, p. 75),

Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação.

Conforme o autor acima citado, no núcleo mais duro da crise estrutural se encontra a incapacidade do capital em superar seus efeitos e de conseguir retomar seus ciclos expansivos longos. Isso ocorre quando há um esgotamento do modelo Fordista-keynesiano e, com ele, o Estado de Bem-Estar Social³⁷, expressão política e econômica compreendida por Netto (2012, p. 75) como o “único ordenamento sociopolítico, que na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos”.

Desse modo, essa dinâmica capitalista de acumulação não pode seguir mais adiante. A relação e as medidas consensuais e pacificadas entre Capital e Trabalho operadas pelo período áureo³⁸ fordista e keynesiano se exauriu. O intervencionismo do Estado orientado por princípios de racionalidade técnica-burocrática, em prol da acumulação capitalista através do controle social e esforço para controlar ciclos econômicos, utilizando-se de uma combinação

³⁷ O Estado de Bem-Estar social traçou objetivos ideologicamente irrealizáveis no mundo do capital: pleno emprego, igualdade de oportunidade e políticas sociais universais (MÉSZÁROS, 2002).

³⁸ O seu momento áureo, como exemplo, a intensidade do regime de consumo de massa padronizado não pode mais ser mantido.

de políticas públicas, fiscais e monetárias não surtiram mais efeito (HARVEY, 1998).

Nesse cenário, criado pelas respostas e tentativas do capital de superação de suas crises se apresentaram novas formas de organização econômica, política e social.

Conforme (HARVEY, 1998, p. 137),

a onda deflacionária e estagflação³⁹ causada pela rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e que presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes obrigou o grande capital a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. Outro fator importante para o declínio do padrão de acumulação fordista foi a intensificação das lutas entre Capital-Trabalho no campo da política dos trabalhadores.

No contexto do Estado, a restrição dos gastos públicos foi condição necessária da política reestrutural operada pelo capital em resposta a sua crise. Os programas de assistência e seguridade social e saúde, por exemplo, não estavam mais na agenda das “benesses” do capital. Houve a intensificação de ações neoliberais: privatizações do Estado, desregulamentação das leis trabalhistas, desmontagem do setor produtivo estatal bem como a busca de saídas lucrativas no capital financeiro, como consequência da incapacidade da economia real de proporcionar uma taxa de lucro adequada (ANTUNES, 1999, p.29-30). Nas palavras do referido autor, (Idem, pp. 32-33):

A crise do capital produtivo intensifica a expansão e liberalização dos capitais financeiros, consequência da liberação dos capitais produtivos transnacionais. O caráter centralizador e destrutivo desse processo evidenciado pelas novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, liberação comercial e o avanço da tecnologia concorrencial, acelerou e intensificou o abismo entre países do capitalismo central (Estados Unidos, Alemanha e Japão) e os países do ‘terceiro mundo’ e do leste europeu. A exclusão desses países do movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros e do padrão avançado tecnológico acarretou profundo aumento na taxa de desemprego e precarização da classe trabalhadora.

Assim, no campo econômico, houve uma reorganização do sistema financeiro e da coordenação financeira global, operando-se uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros (facilitado pelo avanço das telecomunicações) por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros inovadores. O Estado também teve um papel importante nessa reorganização, pois deu mais autonomia, controlando o fluxo de capital, portanto a sua própria política fiscal e monetária ao sistema bancário e financeiro (HARVEY, 1998, p. 153-154-155).

³⁹ Estagflação seria a estagnação da produção de bens e alta inflação de preços (HARVEY, 1998, p. 140).

Essas mudanças financeiras, segundo Harvey (1998), se conectaram com o movimento de acumulação flexível (modelo contrário à produção em massa homogeneizada, vertical, parcelada, fragmentada e rígida típica do modelo taylorista-fordista), pois ao mesmo tempo em que se elevaram as possibilidades de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes, evidenciou-se também a possibilidade da dinamização dessas crises pelo próprio sistema financeiro.

1.3 A Intervenção do Estado dentro da conjuntura econômica alagoana

Conforme Lima (1998, p. 22) “a intervenção do Estado na economia canavieira alagoana, seja subsidiando e perdendo dívidas seja incentivando a produção buscando equilibrar o mercado e arcando com os prejuízos, rendeu problemas tanto do ponto de vista social quanto da estrutura fundiária”. O cenário local apenas retrata o que o Estado brasileiro, ao longo de décadas, realizou em benefício desse setor.

Segundo Lessa (2013, p. 05) “desde o final da década de 1930, quando o Estado de São Paulo passou a ser o maior produtor de açúcar e de álcool, o setor canavieiro, suas usinas e demais empresas ligadas a esse setor no Nordeste somente sobreviveram porque foram amplamente protegidos pelo governo da União”. Para tanto, Decretos-Lei⁴⁰ e instituições foram criados com o objetivo de aumentar a produtividade sucroalcooleira como o IAA (Instituto do Açúcar e do álcool) no ano de 1937 e, posteriormente, os programas PLANALSUCAR E PROÁLCOOL, estes em plena crise de acumulação capitalista dos anos de 1970/1980.

Em Alagoas, através do PROÁLCOOL no ano de 1981, o estado tinha 20 destilarias produzindo, a todo vapor, o álcool anidro produto este voltado para a indústria automobilística. Com o Plano de melhoramento da cana-de-açúcar (PLANALSUCAR), houve aumento na área cultivada em Alagoas de 1975 a 1987 de 227.846 hectares para 687.890 hectares respectivamente. No ano de 1983, o setor canavieiro chegou a representar 58,02% do ICMS de Alagoas.

⁴⁰ Decreto-Lei 51.104 de 01/08/1961 que tratava do Fundo de recuperação da Agroindústria canavieira; Decretos-Lei 1.761 e 1762 de 12/12/1963 – Plano de Expansão da Agroindústria canavieira; Decreto-Lei 5.654 de 14/05/1971 – Programa de Racionalização da Agroindústria canavieira entre outros. O governo brasileiro ao longo das décadas determinou o preço a ser pago ao produto da cana-de-açúcar, o preço de venda de açúcar e álcool das usinas, a quantidade estocada e o preço nas unidades varejistas (LIMA, 1998).

Assim, o Estado brasileiro viabilizou a sobrevivência do setor canavieiro em função de sua importância política, no cenário econômico nordestino e nacional. Essa sobrevivência artificial provocou, junto de outras variáveis, o efeito de reproduzir (com periódicas modificações significativas, mas sempre não essenciais, ou seja, sempre incapazes de transformar os pontos básicos do modelo) um tipo de grande propriedade agroindustrial profundamente marcada pelo atraso e incapaz de superá-lo, nos marcos da sociedade capitalista (LESSA, 2013, p. 05).

Tais incentivos tornaram-se constantes no cenário alagoano, na utilização do fundo público. Conforme Salvador (2010, p. 387) “o fundo público viabiliza a acumulação produtiva exercendo função ativa nas políticas macroeconômicas, principalmente, durante a edificação do Estado Social nos países desenvolvidos”.

Entretanto, a partir da crise mundial, com o processo de reestruturação produtiva e a desregulamentação do setor sucroalcooleiro (como exemplo, perda de créditos facilitados pelos bancos estaduais) ocasionada pelas políticas neoliberais, conforme Lira (2014) há um colapso nas finanças públicas. O Estado alagoano já não podia responder às demandas e aos anseios do setor canavieiro. Com a crise, há um forte impacto no início dos anos de 1990, na economia alagoana. Ao afetar a capacidade de reprodução do capital sucroalcooleiro local, os usineiros avançam sobre as finanças públicas estaduais, como forma de garantir a continuidade de sua reprodução com base, ainda, em recursos públicos. Desse modo, conforme Salvador (2010), sendo também financiador de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica, os recursos do fundo público, no âmbito do orçamento estatal, são disputados por diferentes forças da sociedade prevalecendo nesse contexto, segundo Salvador, (2010, p. 387) o “socorro das entidades do mercado financeiro com a socialização dos prejuízos à custa dos impostos pagos pelos cidadãos”.

Conforme Lima (1998) e Gomes (2014) a participação do setor canavieiro na arrecadação de impostos (ICMS), outrora bastante significativos (no ano de 1983 o setor canavieiro chegou a representar 58,02% do ICMS de Alagoas) chegou a patamares insignificantes nos anos de 1990. Mesmo representando, em 1996, a porcentagem de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) alagoano o setor sucroalcooleiro pagava menos de 2% do ICMS (Tabela 1), representando também o maior endividamento do INSS, em nível nacional, num montante de 18 milhões de dólares bem como devendo ao Banco do Estado de Alagoas (uma das causas de sua futura falência) 75 milhões de reais.

Tabela 1 – Alagoas – Participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação do ICMS (%) 1983-1991

1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
58,2	51,6	43,89	31,95	33,21	16,84	4,48	6,12	1,48

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (LIMA, 1998, p. 42).

Isso, no entanto, não modificou o seu peso como bloco no poder político alagoano. Atualmente, segundo Lessa (2013, p. 320) o poder político do setor canavieiro predomina em mais da metade dos municípios alagoanos sendo a base social de governos oligárquicos. Ao mesmo tempo, esse setor não se integra de maneira plena à economia local, já que 98% de sua produção é comercializada fora do Estado de Alagoas – terra de Nise da Silveira⁴¹ – e suas empresas não compram a maior parte de seus insumos. Em dados recentes, o setor sucroalcooleiro representa apenas 15% do PIB alagoano, mas mesmo assim sua abrangência geográfica e sua hegemonia na máquina estatal garantem-lhe o poder de estagnar a complexificação do capitalismo, nos espaços rural e urbano. Lima (1998, p. 51), resume bem esse cenário quando relata que,

Na década de 1980, a crise da dívida externa, a inflação e o déficit público obrigaram o estado brasileiro a rever seu modelo de desenvolvimento e as políticas que consolidaram o crescimento do setor sucroalcooleiro. Entretanto, tal decisão confrontava diretamente aos interesses conservadores dos usineiros. E, nesse momento, evidencia-se a complexa teia de relações políticas e econômicas que ligava os usineiros ao Estado, revelando sua força e capacidade de pressão. O declínio dessa atividade, em Alagoas, levou a uma queda da arrecadação tributária que, somada aos acordos de favorecimento do setor gerou a crise.

Assim, conforme Lima (1998) e Lira (2014) se o poder público já não conseguia atender as demandas relacionadas à “questão social” nos anos finais de 1990 esse cenário se torna agonizante já que o “Acordo dos Usineiros” realizado nos anos de 1988/89 acarretou uma total deterioração da qualidade dos serviços relacionados as manifestações da “questão social” à população bem como das condições de trabalho e renda do funcionalismo público sendo assim o responsável direto de uma crise e declínio do crescimento da economia alagoana.

O “Acordo dos Usineiros” foi um acerto do Governo de Alagoas (Gestão de Fernando Collor – 1988/1989) com o apoio do setor judiciário local que isentou do pagamento do ICMS não apenas as usinas, mas também as empresas coligadas bem como o ressarcimento dos

⁴¹ Nascida em Maceió em 15 de fevereiro de 1905. Sendo uma das primeiras médicas do Brasil. Ela usou a arte para tratar de pacientes que sofriam de esquizofrenia fundando a terapia ocupacional no Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro em 1946. Foi presa política no Estado Novo. Fundou o Museu do Inconsciente em 1952. Estudiosa e formadora do grupo de estudo Carl Gustav JUNG. Estudiosa de Spinoza e Machado de Assis. Faleceu em 1999.

valores anteriormente pagos pelo imposto sobre a cana (LIMA, 1998); (LIRA, 2014).

Através de dados do IBGE, no ano de 1995, os indicadores sociais de Alagoas mostraram índices abaixo do regional e nacional no quesito emprego/desemprego (Tabela 2), Renda Média da População (Tabela 3) e Índice de Gini (Tabela 4)⁴².

Tabela 2 – Síntese quesito emprego/desemprego por número de pessoas (%) – Ano 1995

	Alagoas	Alagoas (%)	Nordeste (%)	Brasil (%)
População	2.695.000	-	-	-
População urbana	1.740.000	64,6	63,0	79,0
População rural	955.000	35,4	37,0	21,0
População empregada	636.000	23,6		
Desempregados	95.000	8,3	5,0	5,5

Fonte: IBGE/PNAD, 1995 (LIRA, 2014, p. 26)

Tabela 3 – Brasil, Nordeste e Alagoas – Renda Média da População – Ano 1995

Localização	Renda média em salários-mínimos
Brasil	3,6
Nordeste	2,2
Alagoas	1,8

Fonte: IBGE/PNAD, 1995 (LIRA, 2014, p. 26)

Tabela 4 – Brasil, Nordeste e Alagoas – Índice de Gini – Ano 1995

Localização	Índice de Gini
Brasil	0,585
Nordeste	0,596
Alagoas	0,631

Fonte: IBGE/PNAD, 1995 (LIRA, 2014, p. 26)

O auge dessa crise se configurou quando afetou o mercado interno, pois o agente consumidor de peso da economia alagoana, o funcionalismo público, chegou a não receber seus salários, durante um período de 10 meses. Na esfera política, através de um amplo movimento nas ruas da capital, com a participação de diversos movimentos sociais, sindicatos de professores entre outros, houve uma grande mobilização e embate para destituição do Governador Divaldo Suruagy (mandato entre 1995-1997). Conforme Lima (1998, p. 39) em julho de 1997 houve um confronto armado entre policiais militares e civis (representando o

⁴² O Índice de Gini permite mensurar o grau de concentração da renda, ou mesmo da terra em uma sociedade. Quanto mais próximo estiver de “1,0”, maior é a concentração de renda inerente às pessoas, famílias e grupos (LIRA, 2014, p. 26).

funcionalismo público) e as tropas do exército brasileiro em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado. Com a pressão popular foi instituído um governo provisório encabeçado pelo Vice-Governador da época Manoel Gomes de Barros.

Apesar dessa crise profunda nos anos de toda década de 1990, o setor sucroalcooleiro conseguiu manter sua sobrevivência e o Estado de Alagoas negociou as dívidas com o Governo Federal, submetendo-se às diretrizes econômicas neoliberais adotadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso sacramentando assim o padrão social perverso, em terras de Graciliano Ramos⁴³.

Entre as medidas exigidas para “sanear financeira e administrativamente as contas públicas”, realizadas pelo Governo do Estado de Alagoas, foi implementada a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEAL) e demissão de cerca de 20 mil servidores públicos, através do Plano de Demissão Voluntária (PDV) implementado no governo interino de Manoel Gomes de Barros em 1995⁴⁴. Desse montante, cerca de 12.580 funcionários públicos da Secretaria de Educação foram demitidos.

O resultado dessa crise foi o aumento do número de desempregados que pulou de 95.000 em 1995 para 180.000 no final da década de 1990. Conforme dados da própria UNICEF (2001), Alagoas apresentava (Tabela 5) o mais baixo Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)⁴⁵. Nenhum município do estado atingia, nesse período, o IDI mais alto (cerca de 0,673 do índice correspondente ao Distrito Federal). Conforme o economista Fernando Lira (1997), o acesso às políticas públicas de caráter amplo em Alagoas foi negligenciado ao grupo social de faixa etária entre 07 a 14 anos. Isso se agravou, em relação ao grupo de crianças e adolescentes advindos de famílias consideradas e identificadas economicamente indigentes.

Tabela 5 – Crianças e adolescentes considerados economicamente indigentes, por faixa etária – Alagoas /Ano 1995

0 a 17 anos		0 a 6 anos		7 a 14 anos	
Nº total	Indigentes	Nº total	Indigentes	Nº total	Indigentes
1.175.000	405.000	441.000	188.000	550.000	168.000

Fonte: IBGE/PNAD, 1995 (LIRA, 2014, p. 28)

⁴³ Alagoano de Quebrangulo (1892). Escritor e Jornalista. Foi prefeito do município de Palmeira dos Índios (1928-1930). Faleceu em 1953. Entre suas obras literárias destacamos Caetés (1933); São Bernardo (1934); Angústia (1936); Vidas Secas (1938); A Terra dos Meninos Pelados (1939); Histórias de Alexandre (1944) e Memórias do Cárcere (1953).

⁴⁴ “Estado vai rever acordo com os usineiros, privatizar e trocar secretários” dizia a matéria da Folha de São Paulo, de 20 julho de 1995. Disponível > <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc200705.htm>, acesso em 26 junho de 2016.

⁴⁵ O IDI é expresso numa escala que vai de 0,0 a 1,0. Considerando que mais próximo de 1,0 melhores são as condições de educação e saúde ofertadas às crianças (LIRA, 2014, p. 27).

No que tange ao trabalho infantil, o referido autor acima revelava que 12% das crianças e jovens entre 05 a 14 anos no ano de 1995 em Alagoas chegavam a 85.000 de uma população total nessa faixa etária de 668.000. Na esfera da Educação a taxa de analfabetismo atingia 40,6 % da população alagoana representando 974.000 de uma população total de 2.695.000 habitantes.

Os centros urbanos dos municípios alagoanos agregam a maioria da população, na atualidade. Segundo os censos demográficos publicados pelo IBGE, 38,97% dos alagoanos residiam na zona rural em 1991; em 2010, esses índices caíram para 25,71% apresentando um encolhimento da população rural local mais acelerado do que o Brasil (7,94%) e no Nordeste (11,40%) conforme Lessa (2013, p. 311). O movimento migratório para o espaço urbano em Alagoas, na década de 1970, foi alimentado pela reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro, por indução das políticas públicas habitacionais e da infraestrutura no espaço urbano, em detrimento dos escassos investimentos no espaço rural⁴⁶. Segundo Marques (2002, p. 99),

há muita divergência quanto ao modo de definir o rural e isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma diversificada em que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos a que visam atender as diversas definições. Comumente o rural é definido juntamente com o urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam. Os Estados têm sempre estabelecido definições oficiais, classificando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos. Os principais critérios tradicionalmente empregados são: 1. discriminação a partir de um determinado patamar populacional; 2. a predominância da atividade agrícola; 3. delimitação político-administrativa.

Assim, a população rural dos municípios buscou concentrar-se perto dos serviços públicos, do setor bancário e postal, dos postos da previdência social, escolas e serviços de saúde (LIRA, 2014).

Conforme Golbery Lessa (2013), essa paralisia histórica de Alagoas não é, evidentemente, absoluta. Ocorreram frequentes modernizações na nossa economia; no entanto foram modernizações ultraconservadoras, que nunca se propuseram a completar a etapa inicial do desenvolvimento capitalista e, muito menos, a superar essa primeira fase. Nossas modernizações não conseguem superar esses limites porque sempre reforçam os mesmos setores econômicos, as mesmas relações de produção arcaicas, o mesmo arcabouço político oligárquico e a prevalência da exportação sobre o mercado interno.

⁴⁶ Cf. Marques, Marta I. M. de. **O conceito de espaço rural em questão**. Revista Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul/dez. 2002.

Conforme Machado e Lima (2016, p. 141) a economia alagoana foi edificada na produção voltada para exportação, cuja produção é dependente de um mercado consumidor efêmero, volátil, fazendo com que a economia de Alagoas fique mais vulnerável a impactos econômicos. Sendo assim, a produção hegemônica da cana-de-açúcar “tende a atrofiar o mercado consumidor interno, devido à concentração e à centralização da renda”. Produção essa, (Idem, p. 141-142),

quase que totalmente voltada para a exportação de uma única mercadoria inviabilizando a produção de outros gêneros, principalmente daqueles voltados para a satisfação imediata das parcelas mais pobres, como os alimentos, que, devido à importação, tornam-se mais caros, reduzindo-se, assim a cesta de consumo dos alagoanos.

Observamos singularidades e contradições nos aspectos referentes à agricultura alagoana. Do ponto de vista demográfico agrário, conforme Lessa (2013, p. 318) “o Estado de Alagoas apresenta em sua maioria quantitativa a presença da pequena propriedade trabalhada por duas ou três pessoas”. Assim, o universo rural alagoano é composto majoritariamente pelo campesinato. Em dados coletados no senso agropecuário de 2006, por volta de 90,6% (111.751) dos estabelecimentos agrícolas em Alagoas eram considerados familiares⁴⁷ sendo que o semiárido representava deste montante aproximadamente 71%. No entanto, apesar de Alagoas possuir ampla quantidade de pequenas propriedades rurais, não consegue produzir um montante considerável de alimentos necessários para sua população. Os obstáculos maiores são a baixa produtividade e ausência de um excedente capaz de alavancar uma agroindústria alimentar. Gargalos esses causados pela hegemonia do latifúndio canavieiro. Nas palavras de Lessa (2013, p. 321),

Como tem o privilégio de explorar radicalmente os fundos públicos, a infraestrutura, a força de trabalho e a natureza, o setor canavieiro desestimula os investimentos em outros segmentos agropecuários e restringe o mercado interno, enfraquecendo a agricultura familiar e os sistemas agrícolas necessários para sustentá-la e desenvolvê-la.

E esse cenário não obteve modificações profundas dos anos 2000 até o presente momento mesmo com incremento de programas de transferência de renda e programas sociais do Governo Federal direcionados a região nordeste e em nosso caso ao estado de Alagoas.

⁴⁷ Cf. Veras, E. C. e Amaral, M. V (orgs) Capital x Trabalho no campo: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético. Maceió: EDUFAL, 2011.

1.4 A Economia alagoana no período de 1998-2014

A economia alagoana na década 2000, conforme Gomes (2014, p. 24), “não obteve crescimento satisfatório comparando-se a outros estados nordestinos como Pernambuco, Sergipe e Paraíba”. Esse cenário expõe o seu problema estrutural evidenciado pela ausência de um desenvolvimento industrial diversificado. Alagoas se apresenta com uma baixa expansão da indústria de transformação, no que se refere a estabelecimentos e geração de empregos. Possui uma economia pouco diversificada, baixa ocupação da força de trabalho e uma forte heterogeneidade tecnológica entre os setores produtivos e as políticas de governo (nos distintos mandatos) não oferecem serviços públicos ampliados. Aliados a esses fatores Gomes (2014, p. 50) relata que se apresentam,

Altos índices de analfabetismo e baixo nível de escolaridade; forte concentração fundiária, que aliada à elevada densidade demográfica, provoca distúrbios de mobilidade urbana, ocupação do solo nas cidades e baixo nível de acesso à habitação própria; e, como consequência geral, a explosão da violência, urbana e rural, notadamente nos estratos inferiores da sociedade alagoana e entre os jovens.

Esse cenário se configurou mesmo, observando um crescimento da economia nordestina nos anos entre 2000 a 2009 (PIB de 5,4% para região e 4,6% para economia nacional). Ao atentarmos para a tabela abaixo, verificamos um período de crescimento entre 2002 e 2010 da Região Nordeste, em comparação ao índice nacional.

Tabela 6 – Índice de crescimento acumulado do PIB – 2002-2010 [2002=100]

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nordeste	100,0	101,9	108,5	113,5	118,9	124,6	131,5	132,8	164,9
Brasil	100,0	101,1	106,9	110,3	114,7	121,7	127,9	127,5	155,1

Fonte: IBGE Apud GOMES (2014, p. 40/41) elaboração própria

Conforme o autor supracitado (2014) Alagoas não acompanhou esse crescimento regional nordestino que foi impulsionado pelas Políticas (focais e limitadas) “Neo-desenvolvimentistas”⁴⁸, incrementadas pelos dois mandatos do Governo Lula da Silva, direcionadas para a classe social de baixa renda e de poder aquisitivo muito baixo, objetivando uma expansão da renda e do consumo. Programas sociais como o Bolsa Família

⁴⁸ Conforme Castelo (2013, p. 344) as políticas incrementadas pelas lideranças do Partido dos Trabalhadores investiram na verdade uma nova força legitimadora no neoliberalismo latino-americano com sua adesão à ideologia social-liberal. Não houve rupturas com a macroeconomia dos governos de FHC.

(transferindo renda), Minha Casa Minha Vida (aquecendo a construção civil) e os Programas de Aceleração de Crescimento (PAC) estimularam a região.

Ao tomarmos como referências dados no período de 2004 a 2008, outras economias na região, como os estados do Maranhão (8,1%), Paraíba e Piauí (ambos com crescimento de 7% em média) bem como Ceará e Rio Grande do Norte (ambos com 5,8%) tiveram crescimento acima da média nordestina. Sergipe com índice de 5,8% e Pernambuco com 5,2% permaneceram entre a média nacional e a regional. O Estado da Bahia alcançou o resultado baixo (4,6%) acompanhando o Estado de Alagoas com o menor índice: 3,8%.

Esse débil desempenho da economia alagoana se evidencia em diversos setores. Como exemplo, conforme Gomes (2014, p. 51 e 52) “a participação da indústria em solo alagoano no período entre 1998 a 2010⁴⁹ ainda não foi significativa em número de estabelecimentos chegando à média inferior à da região nordeste” (Tabela 7).

Tabela 7 – Índice de crescimento acumulado do número de estabelecimentos industriais no Nordeste, 1998-2010 [1998=100]

UN	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AL	100	102,2	106,1	105,3	108,6	111,5	111,9	114,2	129,4	132,1	140,9	149,0	148,4
BA	100	105,1	107,2	111,0	114,0	119,4	126,8	133,6	150,7	156,0	163,2	171,0	171,3
CE	100	105,5	112,7	115,0	123,3	129,2	132,9	137,5	148,7	157,0	168,7	176,0	185,1
MA	100	100,8	104,3	109,6	114,0	121,1	127,8	134,6	141,0	147,3	158,7	167,5	172,1
PB	100	108,4	108,0	108,9	112,5	113,6	115,9	116,7	127,0	132,0	139,5	144,5	146,4
PE	100	105,0	107,5	109,6	116,0	119,4	126,0	133,0	146,3	150,8	156,8	167,7	173,2
PI	100	101,4	105,5	112,0	122,9	125,8	130,8	141,4	154,3	164,0	160,0	175,2	187,1
RN	100	111,5	119,1	119,3	127,9	133,0	139,6	144,0	158,7	160,9	176,2	189,9	194,6
SE	100	108,9	109,9	111,1	117,3	121,7	127,2	132,6	141,2	145,9	154,9	161,5	165,7
NE	100	105,2	108,9	111,3	117,4	121,6	126,5	132,0	144,1	149,6	157,7	166,9	171,6

Fonte: Gomes (2014, p. 52). Elaboração própria.

Ao observarmos a tabela acima, o crescimento de estabelecimentos industriais na Região Nordeste (cor azul) foi de 171,6%. Os estados de Rio grande do Norte (cor vermelha) com 194,6%; do Piauí (cor roxa) com 187,1%; do Ceará (cor verde) com 185,1%. Pernambuco (cor laranja) com 173,2 e Maranhão com (172,1%), (cor cinza), ficaram acima da média regional. Alagoas apresentou no período uma média bem abaixo com 148,4%. E quando fazemos uma média das taxas de crescimento de estabelecimentos industriais, e comparamos com a média do Nordeste, verificamos que, de todos os estados, apenas Alagoas

⁴⁹ Período de declínio da participação do setor sucroalcooleiro no ICMS local.

(3,4%) e Paraíba (3,2) apresentaram dinamismo insatisfatório que a média regional (Tabela 8).

Tabela 8 – Taxa média de crescimento do número de estabelecimentos industriais no Nordeste, 1998-2010 [%]

Unidade	1999-2002	2003-2006	2007-2010	Médias
ALAGOAS	2,1	4,6	3,5	3,4
BAHIA	3,3	7,3	3,3	4,6
CEARÁ	5,4	4,8	5,6	5,2
MARANHÃO	3,3	5,5	5,1	4,6
PARAÍBA	3,0	3,1	3,6	3,2
PERNAMBUCO	3,8	6,0	4,3	4,7
PIAUI	5,2	6,4	4,6	5,4
R.G. DO NORTE	6,4	5,6	5,3	5,7
SERGIPE	4,1	4,7	4,1	4,3
Média NE	4,1	5,3	4,4	4,6

Fonte: Gomes (2014, p. 52). Elaboração própria.

No entanto, é importante ressaltar que a economia alagoana não apresenta a mesma estrutura de desenvolvimento da economia do Estado da Paraíba que se apresenta bem mais diversificada do que de Alagoas. A economia alagoana, ainda hoje, produz apenas açúcar, álcool, mandioca, leite, fumo, coco e elementos químicos derivados do sal-gema.

Esses elementos químicos são derivados do Polo Industrial Cloroquímico de Alagoas (PCA)⁵⁰ – setor industrial que foi instituído com a promessa de desenvolvimento para o estado como novo segmento produtivo (inaugurado no ano de 1982) -. Entretanto, o estado não superou a predominância sucroalcooleira, “mantendo, assim, a economia alagoana como dependente da produção de cana-de-açúcar” (MACHADO e LIMA, 2016, p. 169). Observando a tabela (9) abaixo, notamos essa dependência, pois o PCA se mantém numa posição que não ameaça a predominância da produção sucroalcooleira no principal quesito – exportação:

⁵⁰ O PCA origina-se da exploração de salmoura (matéria-prima para elaboração de produtos clorados) através da implantação na capital alagoana na década de 1970 da empresa SALGEMA S/A. Através dela os produtos clorados foram aproveitados: como soda caustica, hipoclorito de sódio, hidrogênio, dicloreto (DCE), policloreto de vinila (PVC), dentre outros.

Tabela 9 – Posicionamento do Dicloretano (DCE) na Exportação

Produtos	Quantidade (t líquido)		Valor US\$ 1000	
	2011	2012	2011	2012
Açúcar e melão	1.938.385	1.652.724	1.245.939	927.699
Álcool etílico	133.027	93.104	107.373	75.778
Coco	8	15	48	67
Dicloretano – DCE	23.591	0	7.415	0
Fumo	639	273	7.327	3.872
Hidróxido de Sódio	0	0	0	0
Suco de frutas	175	210	545	585
Tecidos, roupas e calçados	2	22	112	220
Outros	797	2.013	2.788	6.200
Total	2.096.624	1.748.423	1.371.547	1.014.421

Fonte: SEPLANDE/AL, 2013 (MACHADO E LIMA, 2016, p. 188).

O que chama a atenção, observando esses dados, é que a implantação do complexo cloroquímico não rompeu com a hegemonia da indústria sucroalcooleira. Assim, nas palavras de Machado e Lima (2016, p. 168), o aparelho de Estado foi organizado em função da burguesia conservadora, produtora canavieira, mantendo o domínio do capital do açúcar. Essa “nova indústria” serviu como amenizador de pressão de uma economia precária como a nossa.

Com efeito, a débil industrialização em Alagoas está relacionada às bases que o capitalismo teve neste Estado percebe-se uma tendência à conservação que ele terá em relação à sua base de produção. Esse atraso não está numa etapa que não foi atingida, mas na forma que o capitalismo adquiriu, concentrando todo o poder nas mãos de uma pequena parcela da sociedade.

Os milhares de outros produtos de que os consumidores alagoanos necessitam são importados de outros Estados brasileiros ou do exterior. Isso significa que Alagoas ainda não cumpriu, sequer, a primeira etapa do desenvolvimento capitalista, ou seja, ainda não consegue produzir a maior parte dos bens de consumo correntes que o seu mercado interno adquire (LESSA, 2013).

Isso demonstra que a economia alagoana não esteve e nem está, até a presente data, passando por um processo de industrialização significativo. Como citado anteriormente, os programas sociais de transferência de renda do Governo federal “impulsionaram” a Região Nordeste e isto não foi diferente no Estado de Alagoas. Cerca de 70% do PIB alagoano foi composto pelo comércio (varejo e atacado) e serviços. Comparando-se com a indústria (22%) e a agricultura (8%), observamos que esse setor (comércio e serviços) recebeu grandes

investimentos de grandes redes de varejo, impulsionando a geração de empregos. Isso também ocorreu nas atividades financeiras, de comércio, administração de imóveis e valores imobiliários, esses impulsionados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (GOMES, 2014). Lembremos, aqui, que esses programas de transferência de renda e a previdência pública, na verdade, geraram um crescimento do mercado consumidor alagoano, cumprindo um papel que era realizado pela massa salarial dos funcionários públicos. Desse modo, Gomes (2014, p. 57) afirma que:

O relativo “crescimento” da economia alagoana no período de 1998-2010 deveu-se mais a um movimento generalizado pelo Brasil (através desses Programas Sociais e de Renda), especialmente no Nordeste, que gerou 2,5 milhões de empregos nessa região (Tabela 10), do que propriamente a um impulso interno da economia alagoana, pois não foi observado um surto significativo de industrialização.

Tabela 10 – Taxas médias de crescimento do estoque de empregos, nos setores de comércio, serviços e construção civil em Alagoas, 1998-2010 [%]

UN	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AL	100	101,3	106,9	112,4	122,0	121,6	135,4	145,8	157,3	164,6	171,7	184,9	199,3
BA	100	104,0	109,6	112,0	120,8	126,9	133,0	146,2	153,8	163,2	163,7	183,8	196,7
CE	100	102,5	104,3	111,0	121,0	125,1	129,3	139,8	105,2	161,0	168,8	189,8	204,8
MA	100	99,7	103,8	112,9	120,8	127,1	134,8	145,8	157,6	172,8	194,9	204,7	232,8
PB	100	102,6	103,9	112,3	116,0	120,4	121,5	129,0	138,5	146,4	155,5	169,7	181,0
PE	100	106,3	109,4	110,6	117,6	119,1	125,6	135,3	143,5	153,9	153,6	176,3	195,2
PI	100	102,4	104,2	109,3	120,8	126,3	134,5	143,3	150,2	152,7	168,9	180,2	194,2
RN	100	103,3	109,2	117,4	105,1	135,6	146,9	159,1	167,2	174,2	175,4	191,3	204,8
SE	100	108,8	115,5	118,5	127,1	132,2	138,2	143,5	150,1	156,6	163,9	172,4	186,0
NE	100	103,4	107,4	113,0	119,0	126,0	133,3	143,1	152,0	160,6	168,5	183,7	199,4

Fonte: Gomes (2014, p. 58). Elaboração própria.

Vendo a tabela acima, observamos, portanto que o crescimento de empregos no período analisado aconteceu em toda a região nordeste e, em Alagoas, não foi diferente. Destacaram-se resultados animadores nos estados do **Maranhão (232,8)**, **Rio Grande do Norte (204,8)** e **Ceará (204,8)** que ficaram acima do índice do **Nordeste (199,4)**.

Devemos observar também na tabela acima que o melhor período de crescimento do estoque de empregos foi nos anos entre **2003 e 2006**.

Conforme Gomes (2014, p. 60) “em relação ao comportamento geral das atividades de comércio, serviços e construção civil, a economia alagoana não difere do resultado alcançado pelas outras economias da região nesse período”. Assim, conforme o referido autor, (Idem), isso implica dizer,

Que nesses setores, Alagoas tem-se aproveitado das externalidades positivas provocadas pela expansão do pacote de programas federais sociais e de investimentos que tem dinamizado a região e impulsionado a geração de empregos, renda e, por consequência, elevado o padrão de consumo das classes B, C e D.

Esses investimentos externos, advindos do Governo Federal, são observados na positividade ascendente das taxas médias de crescimento do estoque de empregos, nos setores de comércio, serviços e construção civil em Alagoas, nesse período analisado (Tabela 11).

Tabela 11 – Taxas médias de crescimento do estoque de empregos nos setores de comércio, serviços e construção civil em Alagoas, 1998-2010 [%]

SUBSETORES ECONOMICOS	1992-2002	2003-2006	2007-2010
Serviços industriais de utilidade pública	4,7	5,1	4,7
Construção civil	7,6	6,4	27,8
Comercio varejista	6,8	9,0	8,8
Comercio atacadista	4,9	9,6	8,0
Instituições de crédito, seguros e capitalização	-0,7	10,6	3,2
Comércio e administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos	4,0	6,1	12,1
Transportes e comunicações	0,1	6,2	5,6
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e outros	5,6	7,6	6,2
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2,0	4,3	6,2
Educação	-2,8	5,2	12,6
Administração pública e autarquia	6,6	6,4	1,9

Fonte: Gomes (2014, p. 58). Elaboração própria.

No entanto, concordamos com Gomes (2014, p. 61) quando o referido autor alerta que “esses resultados na verdade expressam uma substancial dependência da economia alagoana dos investimentos e programas focais do Governo Federal”. Dentre os subsetores econômicos na tabela acima, verificamos que a geração de empregos no subsetor Administração pública e autarquia, diferente de outros subsetores da economia alagoana, decaíram significativamente no período em 2007 e 2010 (1,9%). Essa taxa chegou a ser de 6,6 % no período entre 1999-2002. As causas para tal ocorrência estiveram correlacionadas à política neoliberal do Governo Interino de Manoel Gomes de Barros (1997-1999) assessorado pelo Governo FHC, quando realizaram um enxugamento na Administração Pública, reduzindo e não contratando funcionários públicos.

Como vimos, mesmo observando o contexto de crise nacional pela reestruturação

produtiva e os impactos das políticas neoliberais, o cenário local, anteriormente aqui apresentado, retrata uma especificidade mais aguda da economia alagoana quando vamos até mesmo comparar à região Nordeste. A hegemonia da grande propriedade agropecuária/agroindustrial local, perda de capacidade de financiamento do Estado, hiperinflação e estagnação econômica direcionaram Alagoas ainda mais ao colapso financeiro, aumentando, na atualidade, a dependência das transferências de dinheiro e renda do Governo Federal (LIRA, 2014).

Por conseguinte, conforme Lessa (2002, p. 13) “o caráter obsoleto da grande propriedade agropecuária e agroindustrial repete-se em outras partes e aspectos da formação social alagoana e constitui-se na dinâmica básica de todas as nossas instituições sociais”. Naturalmente, em cada uma dessas instituições, há singularidades, formas peculiares de reprodução da lógica social que estamos analisando.

A precária situação econômica em Alagoas, a falta de geração de empregos, a alta concentração de renda e o baixo dinamismo de nossa economia são causas contundentes de uma desigualdade social, cujas mazelas são reveladas através dos perversos indicadores da saúde, da educação e dos permanentes índices de violência. Nesse cenário de profunda desigualdade de riqueza e renda, as expressões da “questão social” se aprofundam nas faixas etárias mais jovens de nosso Estado quando nos referimos à questão educacional dentre outras como a violência, saúde, habitação, o esporte e o lazer. Dentre os indicadores mais alarmantes de Alagoas os da violência e saúde merecem destaque.

1.5 Alagoas, um estado de penúria

O Estado de Artur Ramos⁵¹ apresentou, ao longo das últimas décadas, indicadores sociais desfavoráveis nos setores relacionados à saúde e às questões da violência. A taxa de mortalidade infantil⁵² em Alagoas representou no ano de 2010 o índice de 46,4. Bem maiores

⁵¹ Seu nascimento foi no município de Pilar-AL no ano de 1903. Médico formado em 1926 se torna professor em Psicologia Social pela então universidade do Distrito Federal (1935). Suas obras “O Negro brasileiro” e “O Folclore negro no Brasil” em 1934 o coloca como importante estudioso sobre a cultura negra. Falece em 1949 em Paris.

⁵² Representando o falecimento de cada mil crianças menores de 1 (um) ano. Até 10 mortes é considerado não endêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS). As taxas em Alagoas para mortalidade infantil em 1990 era de 100,5 e no ano de 2000 caiu para 62,5 e no ano de 2010 46,4. Mesmo observando uma queda de mais de 50% Alagoas ainda detém a maior taxa de mortalidade infantil. Fonte: IBGE/2010

que no Nordeste (33, 2) e no Brasil (22). Em dados observados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), no ano de 2013 Alagoas, juntamente aos Estados do Maranhão e do Piauí apresentou um índice de 21,1 mortes por cada mil crianças menores de 1 (um) ano de idade.

No que diz respeito aos homicídios por 10 mil habitantes o Estado alagoano apresentou também, em 2010, elevadíssima taxa (61,8) comparada à do Nordeste (38,3) e do Brasil (25,8). Os dados de todos os Estados brasileiros apresentados pelo IBGE (censo 2010)⁵³ indicam que no período de 1990 a 2007, ou seja, quase duas décadas, a terra de Pontes de Miranda⁵⁴ passou de 6ª colocada (taxa/homicídio de 29,2) no ano de 1997 para 1ª colocação no ano de 2007 (59,5). Taxa esta que se manteve alta nos anos de 2005 (3ª colocação) e 2006 para 1ª colocação em âmbito nacional período em que o Programa Segundo Tempo (PST) já tinha sido implantado em Alagoas (ano de 2004).

É no primeiro mandato do Governo de Ronaldo Lessa (PSB) que o PST dá os seus primeiros passos e manterá relações com um cenário de 1,5 milhões de pessoas vivendo em Alagoas, em condição de pobreza. Baseado nesses dados, o referido governo lança seu Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007, indicando que não basta obter crescimento econômico se não alcançar a melhoria de vida dos alagoanos e, para sua ocorrência, a política estatal precisa dizer,

Sim para os empregos decentes; sim para o maior poder de compra dos trabalhadores; e sim para a estabilidade econômica que pode vir com o crescimento econômico. Não para a exclusão social; não para o horror do desemprego estrutural; e não para a pobreza crítica, que se acumularam no passado no bojo do próprio padrão de crescimento econômico [...] Na verdade, a nossa meta mobilizadora é a inclusão social de 1,5 milhões de alagoanos. (ALAGOAS, PPA, 2003, P. 04/05).

Analisando o PPA⁵⁵ apresentado por essa gestão, foi definida uma agenda estratégica, contendo 12 programas que, segundo o documento, poderia dar maior impacto direto sobre a inserção social, entre eles o foco na redução de violência e erradicação do analfabetismo. Conforme o PPA, os gastos para “promover a inserção social”⁵⁶ (p. 65) eram de R\$ 380

⁵³ Disponível em < <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=coeficiente-mortalidade-homicidios&vcodigo=IU39>> acesso em 06 de agosto de 2016.

⁵⁴ Nascido em Maceió em 1892. Jurista, advogado, matemático, professor universitário e diplomata. Sua obra “Tratado do Direito Privado” iniciada em 1914 e concluída em 1970 se torna sua maior referência. Falece em 1979.

⁵⁵ O documento referente ao PPA -2004-2007 toma com referência os indicadores do Milênio da ONU, Pnud. <Disponível em http://179.97.44.3:81/legislacao_v2/PPA%202004-2007/apdf/apresentacao.pdf>, Acesso em 02 de maio de 2017.

⁵⁶ Tratar o PPA na formulação de seu planejamento indicando metas a médio e longo prazo como expressão efetiva do real “é ignorar o papel não enunciado e efetivo: reproduzir a formação social tal qual ela é”

milhões e nos anos subsequentes (2005-2006-2007) as previsões seriam de R\$ 1,3 bilhões de reais. O montante investido parece que não conseguiu ajudar a retirar Alagoas do primeiro lugar na taxa de homicídios, como vimos acima, e, justamente nos anos contemplados pelo Governo Ronaldo Lessa em seu PPA⁵⁷.

Analisando dados sobre a condição de pobreza no período 2003-2005, em Alagoas observamos que houve uma redução de 67,5% em 2003 para 60,45% no ano de 2005, mas a renda *per capita* somente aumentará em 2005 quando esta passa de R\$ 150, 20 para R\$ 159, 48. A renda assim não interferiu na redução da pobreza. Somos sabedores de que para realizarmos uma análise fidedigna sobre a condição de pobreza é necessário outros fatores que estarão correlacionados. Por exemplo, o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza. Uma melhor distribuição de renda certamente trará indicativos positivos. O que podemos afirmar é que os programas de transferência de renda do Governo Federal tiveram uma significativa interferência nesses indicativos.

A gestão posterior, em Terras de Ledo Ivo⁵⁸, governada por Teotônio Vilela Filho (PSDB), respeitando suas particularidades vai se utilizar em seu PPA (2008-2011)⁵⁹ de semelhantes estratégias e discursos do governo antecessor no que se refere à redução da pobreza. Com o lema de seu planejamento de governo intitulado Desenvolvimento Econômico com Bem estar Social com o objetivo de “promover desenvolvimento com equidade social” (PPA – ALAGOAS, 2007, P. 16), o referido documento reafirma o compromisso de “tornar-se imprescindível a adoção de políticas públicas para a solução, ou, no mínimo, reduzir consideravelmente os problemas socioeconômicos que persistem em Alagoas” (idem, p. 16). Assim, para o combate à pobreza, a redução da indigência e desigualdade, conforme o PPA, dentre as ações a serem empregadas deve constar o “Esporte e a Cultura para a inserção social de jovens” (idem, p. 180).

Mas para “uma boa governabilidade” (grifo nosso), administração e execução dessas políticas sociais, o Governo de Teotônio Vilela Filho em consonância com a política neoliberal primeiramente promove um ataque à Administração Pública, enfatizando que se destaca urgente uma necessária e “ampla e profunda reforma do Estado Alagoano” (idem, p.

(BRANDÃO, 2016, p. 118).

⁵⁷ Fonte de dados <Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/6/412.pdf>> Acesso em 02 de maio de 2017.

⁵⁸ Alagoano de Maceió (1924). Formou-se em Direito (sem exercer a advocacia) e foi jornalista profissional. Poeta, ensaísta produziu contos, antologias, crônicas e traduções. Dentre sua vasta bibliografia destacamos: Ode e Elegia (1945); As alianças (1947) e Ninho de Cobras (1973). Faleceu em 2012.

⁵⁹ PPA (2008-2011) Governo de Alagoas. Gestão Teotônio Vilela Filho. <Disponível em <http://www.seplag.al.gov.br/planejamento-e-orcamento/planejamento/ppa-2008-2011/PPA%202008-2011.pdf>, Aceso em 03 de maio de 2017.

73). Desse modo, conforme Gomes (2014, Apud Lira, 2016, p.221) “o governo tucano ajusta as contas públicas em detrimento às políticas sociais. Vilela vai sustentar os grupos hegemônicos que controlam a significativa maioria dos aparelhos públicos e privados representados pelo setor sucroalcooleiro e responsáveis pela concentração fundiária”. No intuito de minimizar a ação estatal a respeito do trato com as políticas sociais em seu governo, segundo Lira (2016), o Governo Vilela estimula e consolida várias parcerias com o “terceiro setor” com consequente repasse de recursos públicos às entidades privadas. Tal mecanismo vai ser expresso no PST em Alagoas com a parceria de seu governo com o Instituto de Desenvolvimento Humano (IDESH)⁶⁰.

O alto índice de violência em Alagoas e os indicativos sociais em estado de penúria resultam de todo esse cenário socioeconômico, anteriormente colocado em tela, sendo decorrência da ausência/falência das políticas públicas nas diversas administrações, evidenciada pelas debilidades estruturais das frações da burguesia local, cada qual apresentando algumas particularidades e diferenças em suas políticas econômicas. No entanto todas se beneficiaram/beneficiam da miséria e do arcaísmo que garantem/reforçam a não modernização das relações de produção, corroborando com a hegemonia das relações de trabalho da agroindústria sucroalcooleira. Assim, o resultado do esgotamento do Estado é a residualização das políticas públicas voltadas para atender a agenda canavieira (MACHADO E LIMA, 2016, p. 202-203).

1.6 A Educação no perverso cenário da desigualdade social de Alagoas

Quando pensamos o PST, temos que ter clara sua relação com uma concepção esportiva da educação. Para desvendarmos essa relação, faz-se mister compreender que as consequências observadas na atualidade, sobre o cenário alagoano no quesito educação, estarão ligadas não só à reestruturação produtiva do capital, como também às ações políticas e econômicas dos Governos locais e Nacional, levando à falência do aparelho de Estado alagoano. Pontuamos, desse modo, que isso ocorreu exatamente durante a “crise fiscal do Estado brasileiro” e a implementação do modelo neoliberal no país, obedecendo à lógica da abertura dos mercados para as empresas multinacionais e facilitação à movimentação do

⁶⁰ Trataremos dessa parceria na página 80.

capital financeiro especulativo. No Brasil, esse período abrangeu, principalmente, os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1999; 1999-2003).

A escola pública tem sido mais uma estratégia orientada para o mundo do trabalho, do que um direito social universal. Mesmo determinado pela última Constituição brasileira, ao longo dos anos, verifica-se que está longe à conquista do acesso à escola, permanente frequência e conclusão, da universalização e sistematização do saber, e, em terras de Jorge de Lima⁶¹ os abismos são maiores para tal concretização. O cenário educacional alagoano apresenta indicadores pífios comparados com a própria região Nordeste: Analfabetismo e baixa escolarização de sua população. Desse modo, a desigualdade social em Alagoas se reflete na desigualdade educacional.

Desde os anos de 1970, através de uma política federal, a responsabilização pela oferta das matrículas no ensino fundamental paulatinamente ficou concentrada aos municípios (Tabela 12). Inspirada na Constituição de 1988 e regulamentada pela Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB) promulgou-se a ideia de que a descentralização estatal traria a democratização da educação. Desse modo, se por um lado esse mecanismo de municipalização do ensino objetivou uma suposta descentralização/democratização, entendida aqui como descentralização de poderes e autonomia local, na verdade o que se efetivou foi uma indução federal para expansão da rede e da oferta; abandono ou omissão do ente estadual; a presença de docentes com baixa titulação e salários irrisórios; classes multisseriadas e escolas unidocentes; redundando assim no fortalecimento do poder político-econômico oligárquico local (LIRA, 2014, p. 79). Como consequência, essa escola sem recursos passou a produzir, em grande escala, o analfabetismo funcional (Tabela 12 e 13).

Tabela 12 – Alagoas – Evolução da matrícula do Ensino fundamental – 1974-2012

Ano	Matrícula rede federal	Matrícula rede estadual	Matrícula rede privada	Matrícula rede municipal
1974	1.132	72.304	55.857	114.251
1980	132	89.658	56.054	134.850
1985	528	150.525	78.445	208.705
1991	403	152.079	95.764	254.557
1993	125	128.626	79.971	277.131

⁶¹ De União dos Palmares-Alagoas (1893). Poeta, político, médico, pintor, ensaísta e tradutor. Com apenas de 17 anos escreve “Acendedor de Lampiões”, poema que se tornou referência em sua obra bem como “Essa negra Fulô” (No livro Novos Poemas de 1929). “Poemas Negros” (1947) e “Invenção de Orfeu” (1952) se destacam além de outras obras.

1996	149	164.984	80.210	305.582
2000	-	184.682	50.232	481.531
2003	-	177.538	44.506	503.713
2006	-	156.196	47.352	503.304
2008	-	121.429	53.283	485.568
2009	-	119.843	58.065	473.500
2012	-	88.288	77.837	423.522

Fonte: INEP, MEC (Lira, 2014, P. 79)

Observando a tabela 12, a ausência da esfera estadual em ofertar o ensino obrigatório fundamental aconteceu a partir dos anos de 1980, diante da crise nacional do padrão de financiamento do Estado e no cenário alagoano, acentuado pela reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro ocorrida na década de 1990. O caos econômico, político e social contribuiu para que Alagoas se tornasse o ente federativo com mais alto índice de municipalização da educação básica (70,95% das matrículas) causando uma disparidade muito acentuada entre a média estadual e municipal referente ao “valor-aluno”. Nas redes municipais a média anual correspondia a R\$ 95,06 reais no ano de 1997 e na rede estadual representava um montante de R\$ 1.020,20 reais. (LIRA, 2014).

O resultado foi uma oferta educacional barateada e desqualificada para o setor atrasado da economia, no cenário nacional, mesmo com o investimento/financiamento de políticas do Governo Federal nos anos posteriores, como no período entre 2004-2009.

Tabela 13 – Brasil, Nordeste e Alagoas – Taxa de alfabetização da população de 15 anos em diante/ 2004-2009

	Ano	Total	Homens	Mulheres	Branco	Negros
Brasil	2004	88,5	88,3	88,7	92,8	83,7
	2009	90,3	90,2	90,4	94,1	86,6
Nordeste	2004	77,6	75,4	79,5	82,0	75,6
	2009	81,3	79,6	82,9	85,8	79,5
Alagoas	2004	70,5	68,4	72,4	78,2	65,8
	2009	75,4	73,5	77,1	81,6	73,1

Fonte: IBGE (LIRA, 2014, p.77)

Tabela 14 – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos em diante/ 2004/2009

	Ano	Total	Homens	Mulheres	Branco	Negros
Brasil	2004	24,4	-	-	-	-
	2009	20,3	-	-	-	-
Nordeste	2004	37,4	40,7	34,4	31,6	40,0
	2009	30,8	33,7	28,2	24,9	33,2

Alagoas	2004	45,3	48,5	42,4	37,2	50,1
	2009	36,5	39,3	34,0	28,7	39,5

Fonte: IBGE (LIRA, 2014, p.77)

Observando os dados acima apresentados por Lira (2014) (tabelas 13 e 14) percebemos que no quesito analfabetismo e analfabetismo funcional⁶² seu percentual apresentou-se alto em Alagoas (36,5) tornando-se evidente ao compararmos com o índice Nordeste (30,8) e Brasil (20,3).

A Taxa de analfabetismo funcional seria a porcentagem de pessoas de uma determinada faixa etária que tem escolaridade de até 3 anos de estudo em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária. Importante frisar aqui conforme Ribeiro (1997) que se torna importante superar uma perspectiva economicista da problemática do analfabetismo funcional apenas ligado ao mercado de trabalho sendo uma constante nas reformas educativas para países da América Latina.

Através de sucessivas reprovações ao longo dos anos, a evasão escolar se acentuou, apresentando um resultado significativo de falta dos conhecimentos e habilidades básicas por parte de uma significativa parcela da população alagoana. Em dados retirados do Plano Estadual de Ensino – (PEE)⁶³ quanto ao número de jovens que concluíram o ensino médio, Alagoas está abaixo das taxas da região Nordeste e do Brasil. O Estado não consegue concluir nem uma média de 40% do total dos jovens matriculado (Tabela 15). Entre os anos de 2009 a 2011, o Estado apresenta um aumento considerável na taxa de conclusão, no entanto, de 2012 para 2013, volta a decrescer. Constata-se, assim, o quanto os indicadores de acesso, sucesso e permanência apresentam evolução negativa.

Tabela 15 – Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio em Alagoas

	2009	2011	2012	2013
Alagoas	32,8	40,4	38,1	35,2
Nordeste	38	42,2	43,8	45,3
Brasil	51,6	53,4	53	54,3

Fonte: INEP Apud PEE – AL

⁶² Cf. Ribeiro, Vera M. **Alfabetismo funcional**: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº60,

⁶³ Plano Estadual de Educação –Estado de Alagoas – Diagnóstico, disponível em <<http://www.educacao.al.gov.br/espaco-do-servidor/plano-estadual-de-educacao-pee/pee-2015-2025/PEE%202015%20-%20Diagnostico.pdf>, acesso em 09/09/2016.

Avaliando a qualidade da educação em Alagoas no período entre 2005-2013 observamos, na tabela 16, que no ensino fundamental, houve um crescimento que, a princípio, parece satisfatório, no entanto encontra-se distante das projeções a serem alcançadas no país. Quanto ao ensino médio, o índice é sempre estável, sem demonstrar crescimento significativo.

Tabela 16 – Resultados do IDEB no Brasil e Alagoas

2005					
Ensino Fundamental				Ensino Médio	
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		Anos Finais (6º ao 9º ano)		Brasil	Alagoas
Brasil	Alagoas	Brasil	Alagoas	3,4	3
3,8	2,5	3,5	2,4		
2007					
Ensino Fundamental				Ensino Médio	
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		Anos Finais (6º ao 9º ano)		Brasil	Alagoas
Brasil	Alagoas	Brasil	Alagoas	3,5	2,9
4,2	3,4	3,8	2,7		
2009					
Ensino Fundamental				Ensino Médio	
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		Anos Finais (6º ao 9º ano)		Brasil	Alagoas
Brasil	Alagoas	Brasil	Alagoas	3,6	3,1
4,6	3,7	4	2,9		
2011					
Ensino Fundamental				Ensino Médio	
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		Anos Finais (6º ao 9º ano)		Brasil	Alagoas
Brasil	Alagoas	Brasil	Alagoas	3,7	2,9
5	3,8	4,1	2,9		
2013					
Ensino Fundamental				Ensino Médio	
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		Anos Finais (6º ao 9º ano)		Brasil	Alagoas
Brasil	Alagoas	Brasil	Alagoas	3,7	3
5,2	4,1	4,1	3,1		

Fonte: INEP/MEC Apud PEE – AL⁶⁴

O contexto educacional de Alagoas, como revelam os indicadores educacionais apresentados, desenvolveu-se em meio a um cenário de grandes desigualdades sociais e

⁶⁴ Plano Estadual de Educação – Estado de Alagoas – Diagnóstico, disponível em <<http://www.educacao.al.gov.br/espaco-do-servidor/plano-estadual-de-educacao-pee/pee-2015-2025/PEE%202015%20-%20Diagnostico.pdf>>, acesso em 09/09/2016.

econômicas, consequência da própria lógica do capital no trato com a educação, no qual as oportunidades educacionais nunca foram igualmente distribuídas, gerando, ao longo dos anos e governos, um número de jovens e adultos que não conseguem concluir a escolarização básica. Esse trágico fato afeta sobremaneira os estudantes pertencentes aos grupos econômicos, sociais e étnico-raciais menos favorecidos da população (PEE-AL/2015-2025).

Observando as singularidades do contexto alagoano o Programa Segundo Tempo (PST) segundo Lessa (2011, p. 1),⁶⁵ é implantado num contexto em que,

A radicalidade do atraso alagoano, a nossa maneira particularmente perversa de reproduzir o capitalismo periférico e retardatário brasileiro constituiu, seja na economia, no universo político e na esfera da cultura, uma formação social muito peculiar, uma espécie de purgatório terreno no qual gerações foram colocadas para medir os limites da tragédia humana. Possuímos quase todos os defeitos do capitalismo nas suas manifestações mais radicais e não temos a maior parte dos aspectos positivos desse modo de produção. Temos o egoísmo individualista, mas não temos a democracia; temos tecnologias que desempregam, mas não temos alfabetização; temos miséria urbana, meninos e meninas vivendo na rua, idosos espalhados pelas calçadas, mas não temos empregos industriais e políticas de amparo social consistentes. Enfim, sofremos as consequências dilacerantes de possuímos de uma maneira congênita e radical os problemas do atraso e as mazelas da modernidade.

Por tal constatação, temos o propósito de apresentar o PST no contexto alagoano, no próximo item, observando os encaminhamentos dessa política pelo poder público estadual e sua interface com o “Terceiro Setor” representado pelas Organizações Sociais que exercem ações através do esporte no Estado, no período definido no objetivo geral de nossa Tese.

1.7 O Programa Segundo Tempo no Contexto Alagoano

Nesta seção, objetivamos apresentar o modo como o PST foi implantado no Estado de Alagoas, observando particularidades e semelhanças do programa, em nível regional e nacional e como o mesmo se desenvolveu, baseando-se nas Diretrizes do programa principalmente em sua focalização voltada para crianças, jovens e adolescentes em “Vulnerabilidade social”.

Observamos que as condições de vida de crianças, jovens e adolescentes em “situação

⁶⁵ Cf. LESSA, Golbery (2011). Raízes da violência política em Alagoas. < Disponível em <http://reporteralagoas.com.br/novo/raizes-da-violencia-politica-em-alagoas/>>, acesso em 1º de Janeiro de 2017.

de risco social” em Alagoas e Maceió, nos anos que antecedem a implementação do PST no estado, apresenta indicadores sociais emblemáticos.

Como vimos a economia alagoana na década de 2000, conforme Gomes (2014, p. 24) “não obteve crescimento satisfatório comparando-se a outros estados nordestinos e em dados do censo demográfico (2000)⁶⁶ reforçam essas informações sobre as condições adversas socioeconômicas/ educacionais em Alagoas.” Como exemplo, os altos índices de analfabetismo e baixo nível de escolaridade. Esse quadro resulta de um anterior cenário socioeconômico perverso que, ao longo dos anos, vem-se evidenciando mais intenso, mesmo com as políticas e programas sociais focalizados (Como o Bolsa-Família), implementados pelo Governo Federal (Mandatos de Lula da Silva)⁶⁷ que objetivaram a redução da pobreza e a “inclusão social” e as políticas desenvolvidas pelos Governos Estaduais (Ronaldo Lessa 1999-2003/2003-2006; Luís Abílio 2006-2007; Teotônio Vilela Filho 2007-2011/2011-2014).

O desenvolvimento e as transformações na economia alagoana e sua relação com o contexto nacional, a cultura política local e a Intervenção do Estado e suas respostas às manifestações à “questão social” se apresentam como ponto prévio importante de análise, para auxiliar no entendimento de como se expressam os programas federais presentes em Alagoas, no caso do presente estudo, o PST.

Ao mesmo tempo de sua alocação em terras alagoanas (tendo seu começo em Maceió), outros programas do Governo Federal estavam sendo implantados e atingiam diretamente essa faixa etária como o Bolsa-Família no ano de 2004 a partir da reforma e fusão de programas anteriores de transferência de renda voltados para famílias na situação de pobreza e extremo pauperismo (sendo contempladas pessoas com renda mensal de R\$ 60 a 120 R\$). Além dele, a continuação do Programa para Erradicação do Trabalho Infantil- PETI - advindo do Governo de FHC, o qual ofertava o valor de R\$ 40,00 para cada criança que frequentava a escola. Esse programa também se incumbia de desenvolver projetos e atividades culturais, esportivas e de lazer mantendo interfaces com o PST.

Ressaltamos que no “Mapa da Pobreza e Desigualdade”, em dados do IBGE, referentes a 2003,⁶⁸ o Estado de Alagoas apontava um Índice de Pobreza de 59,54 % e o

⁶⁶ Encontramos esses dados referentes aos indicadores apresentados de 1997 no Censo demográfico de 2000. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/crianças_adolescentes/default.shtm acesso em 9 de junho de 2016.

⁶⁷ Em dados da própria Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Alagoas no ano de 2011 apresentava um montante de 700 mil pessoas vivendo com R\$ 70,00 por mês. >Disponível em <http://www.alagoas24horas.com.br/657621/oficina-debate-reducao-da-pobreza-em-alagoas/>, Acesso em 17 de Janeiro de 2017.

⁶⁸ IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003. >Disponível em

Índice de Gini de 0,47. Comparando aos índices do Nordeste esse era superior aos indicativos sobre a pobreza dos outros estados da região. Maior que os Estados mais próximos de seus números no caso do Maranhão (56,38 %) e Ceará (53,89 %) e distante do indicado na Bahia (43,7).

O Estado de Alagoas, como demonstramos anteriormente no item 1.1 deste capítulo, apresentou o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Renda abaixo da média nordestina (23,8), com crescimento de apenas 21,6% no período de 1991 a 2010 sendo o pior estado no Ranking. Os diversos indicadores colocam Alagoas como um Estado onde persistem a ampliação e constância das manifestações perversas advindas da “questão social”, e, quando fazemos um recorte caracterizando as condições sociais de crianças e adolescentes, esse quadro se torna evidente, quando constatamos que uma grande parcela desse grupo se encontra à margem do contexto socioeconômico e educacional-cultural.

Um ponto a ser avaliado é que o nosso foco de análise tratou de observar o PST num contexto perverso de desigualdade social em que o Índice de pobreza do Estado comparado aos outros entes federados do Nordeste e do Brasil se destacava como o mais preocupante. Isso se encaixa fortemente nas diretrizes do PST no combate “à pobreza”, através de suas ações esportivas e complementares, em grupos sociais em “vulnerabilidade social”. Outro ponto foi analisar a participação do “Terceiro Setor”, observando seu momento de interface com o poder público estadual.

Para tanto, delimitamos nossa análise baseados em alguns documentos do Governo Federal, referentes a convênios, parcerias com as esferas pública e municipal e “Terceiro Setor”, no período compreendido entre 2003-2014⁶⁹. Consultamos e analisamos trabalhos – Monografia/Relato de Experiência⁷⁰ – originados e finalizados pelo Professorado de Educação Física da rede pública estadual de ensino de Alagoas, participantes do primeiro curso de capacitação do PST. Essa capacitação foi fruto de uma parceria do Ministério do Esporte e Centro de Educação à distância – CEAD da Universidade de Brasília – UnB – que foi desenvolvida tendo início em dezembro de 2004 e seu término em março de 2007. Os participantes formaram o primeiro corpo de Coordenadores/as do PST em Alagoas e receberam a titulação de especialistas em Esporte Escolar⁷¹.

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=se&tema=mapapobreza2003>, acesso em 13 de janeiro de 2017.

⁶⁹ Para tanto consultamos o site <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

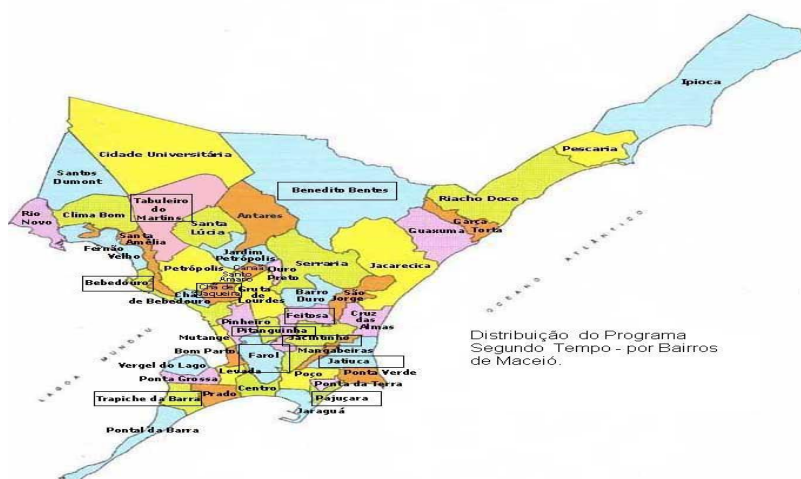
⁷⁰ Monografias/Relatos de experiência finalizadas no primeiro semestre de 2007: ARAÚJO; FERREIRA; LIMA; SILVA FILHO. <Disponível em http://www.ufrgs.br/ceme/pst/site/publicacoes/monografias_ic, Acesso em 16 de maio de 2016.

⁷¹ Conforme Vilarins e Costa (2007) O curso foi proporcionado pelo convênio entre o Ministério do Esporte e o

Conforme Vilarins e Costa (2007), em Alagoas, o PST foi implementado inicialmente na cidade de Maceió no ano de 2004, através do convênio (144/2003/ME/SEE) entre o Ministério do Esporte (ME) em parceria com a Secretaria Executiva de Educação de Alagoas – SEE – AL, no governo de Ronaldo Lessa (1999-2006).

Os Núcleos de Esporte Educacional (NEE) do programa foram distribuídos em 11 bairros da cidade de Maceió em 20 escolas da rede estadual. O valor do convênio atingiu o montante de R\$ 165.120,00 (cento e sessenta e cinco mil e cento e vinte reais)⁷². A execução e duração do convênio aconteceram no período de junho de 2004 a maio de 2005.

Gráfico – 1: Bairros contemplados no Programa Segundo Tempo – 2004/2005



Fonte: Vilarins e Costa (2007, p. 33).

Tabela 17 – Escolas Estaduais participantes do convênio – 144/2003/ME/SEE

Escola	Bairro
Esc. Est. Prof. Theonilo Gama	Jacintinho
Esc. Est. Prof. Benedito Moraes	Pajuçara
Esc. Est. Maria Rita L. de Almeida	Trapiche
Esc. Est. Dom Otávio B. Aguiar	Benedito Bentes
Esc. Est. Tavares Bastos	Farol
Esc. Est. Miram Marroquim	Jacintinho
Esc. Est. Dr. José Maria de Melo	Benedito Bentes

Cead/UnB com a participação de 898 professores integrantes do PST contemplando 26 Estados. No Estado de Alagoas houve 16 trabalhos finalizados dos 22 coordenadores participantes. Até o ano de 2007 a previsão era para capacitação de 2.500 professores/as mas a formação completa foi apenas concluída por 181 participantes.

⁷² BRASIL. Diário Oficial da União, nº 20, 20/01/2004. > Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=3&pagina=56&data=29/01/2004&captchafield=fristAccess>> Acesso em 12 de janeiro de 2017.

Esc. Est. Tarcísio de Jesus	Trapiche
Esc. Est. Cel. Francisco Alves da Mata	Tabuleiro
Esc. Est. Prof. Mario Broad	Jatiúca
Esc. Est. Prof ^a . Adeilza M. de Oliveira	Chã da Jaqueira
Esc. Est. Alfredo Gaspar de Mendonça	Tabuleiro
Esc. Est. Prof ^a . Erotildes R. Saldanha	Feitosa
Esc. Est. Prof. Sebastião da Hora	Pitanguinha
Esc. Est. Princesa Isabel	Farol
Esc. Est. Teotônio Vilela	Farol
Esc. Est. Prof. Vitorino da Rocha	Farol
Esc. Est. Alberto Torres	Bebedouro
Esc. Est. Rosalvo Ribeiro	Bebedouro
Esc. Est. João Paulo II	Chã da Jaqueira

Fonte: CDI/SEE/AL (VILARINS E COSTA, 2007, p.15)

O total de alunos dessas 20 escolas matriculados era de 27.894 e, cada uma delas foi contemplada por 01 núcleo de 200 alunos para participarem do PST, perfazendo o montante de 4 (quatro) mil contemplados⁷³. Como alertamos anteriormente, o PST sofreu transformações em sua composição com relação, por exemplo, ao número de beneficiados por núcleo (em seu início 200 e atualmente é composto por 100 beneficiados por núcleo). Lembramos que conforme as diretrizes do PST Padrão⁷⁴, o programa leva em conta o número de habitantes do município onde o núcleo vai ser implementado, atribuindo uma média padrão quando o proponente atender mais que 01 município. Indicamos que essa base de cálculo diferenciava entre o limite dos “beneficiados” de entidades de direito público e de direito privado (“Terceiro Setor”) como observamos na tabela abaixo:

Tabela 18 – Cálculo para previsão de atendimento de crianças e adolescentes.

Número de Habitantes da base de atendimento	Limite de beneficiados Entidades de Direito Público	Limite de beneficiados Entidades de Direito Privado sem Fins Lucrativos
Até 30.000	Até 400 beneficiados	200 beneficiados
De 30.001 a 50.000	Até 1.000 beneficiados	Até 200 beneficiados
De 50.001 a 100.000	Até 2.000 beneficiados	Até 400 beneficiados

⁷³ Cf. anexo da tese as Diretrizes do PST Padrão de 2011 (p. 14 a 17) e observar os limites de beneficiados e composição dos núcleos por Estado, município e entidades do “Terceiro Setor” bem como a composição do quadro de gestão e de pessoal integrante do programa por núcleo e valores a serem pagos.

⁷⁴ Programa Segundo Tempo Padrão: Diretrizes e orientações para estabelecimento de parcerias. >Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/projetoPadrao.pdf> > Acesso em 12 de janeiro de 2017.

De 100.001 a 200.000	Até 4.000 beneficiados	Até 1.000 beneficiados
De 200.001 a 500.000	Até 5.000 beneficiados	Até 1.500 beneficiados
De 500.001 a 1.000.000	Até 8.000 beneficiados	Até 2.000 beneficiados
De 1.000.001 a 2.000.000	Até 10.000 beneficiados	Até 400 beneficiados
De 2.000.001 a 5.000.000	Até 12.000 beneficiados	Até 3.000 beneficiados
De 5.000.001 a 10.000.000	Até 15.000 beneficiados	Até 4.500 beneficiados
Mais de 10.000.001	Até 20.000 beneficiados	Até 5.000 beneficiados

Fonte: CDI/SEE/AL (VILARINS E COSTA, 2007, p.16)

Quando nos referimos ao quadro de pessoal de gestão e ensino do programa das 20 escolas anteriormente referidas participantes do PST, o mesmo teve a seguinte composição em cada estabelecimento de ensino: 01 Coordenador Geral sendo o Gestor Esportivo (Professor de Educação Física da escola) perfazendo um total de 20 professores do quadro efetivo estadual. A existência de 02 estagiários (acadêmicos de Educação Física) totalizando 40⁷⁵. Observou-se também a presença da direção das escolas como apoio ao programa e a existência de um Coordenador responsável pela Capacitação desse quadro de pessoal do PST.

O desenvolvimento do programa em sua fase acima apresentada foi relatado nas monografias participantes do primeiro Curso de Capacitação do PST na cidade de Maceió. Nelas vamos encontrar algumas críticas por parte dos Coordenadores dos Núcleos integrantes do PST, como a observância de pontos negativos e pontos positivos como a aceitação do “ideário da inclusão social” e das parcerias com a “sociedade civil” identificada como sendo empresas, Institutos, Fundações, organizações sociais e associações diversas (“Terceiro Setor”). Dentre os pontos negativos enumerados estão:

1. O problema encontrado é que os núcleos não contemplavam todo o alunado no programa;
2. A “ausência” (grifo nosso) de interface do PST com o “Terceiro Setor”, empresários e órgãos estaduais e municipais de saúde;
3. A existência da “política” inserida no contexto. Como exemplo citado a indicação de estagiários e de alguns coordenadores por políticos que se aproveitavam do projeto, para ter visibilidade pessoal na comunidade escolar contemplada pelo programa;
4. Problemas na estrutura física da escola como causa da “evasão escolar” já que os alunos

⁷⁵ Conforme Araújo (2007) em julho de 2004 o programa teve contato com a Universidade Federal de Alagoas, onde foi realizada uma seleção de estagiários. Assim, após passar por essa seleção, foram escolhidos os primeiros estagiários do programa nessa capital.

- perdiam a motivação para continuar a participar do programa. Como soluções apontaram a necessidade de o programa direcionar suas atividades em escolas mais estruturadas;
5. A participação dos pais em todo o programa Segundo Tempo foi praticamente inexistente, visto que, em sua maioria, não há acompanhamento dos pais ao desenvolvimento das atividades escolares de seus filhos;
 6. Dificuldade encontrada para o início das ações pedagógicas nos núcleos, pois houve demora no repasse dos recursos;
 7. No quesito alimentação, o cotidiano das refeições teve problemas com a motivação das merendeiras das escolas, já que as mesmas tiveram sua carga horária aumentada mantendo-se com o mesmo salário, bem como o problema nutricional dos alimentos;
 8. Problemas com a entrega, em tempo hábil, dos uniformes dos participantes do programa (ocasionada pela demora no processo de licitação).
 9. Dificuldades do cadastro, credenciamento do alunado inscrito nos núcleos e monitoramento do alunado no PST, junto ao Sistema do site do Ministério do Esporte, já que a maioria das escolas (50 %) não apresentava o serviço de Internet.

Esses pontos negativos, expressos pelos Coordenadores do PST, se coadunam com os problemas e críticas encontrados no Relatório de Avaliação do Tribunal de Contas da União, anteriormente referido no item 1 (p.27) deste Capítulo⁷⁶.

Em nossa observância a respeito dos pontos positivos do PST elencados nos relatos surge um consenso entre os/as professores/as Coordenadores/as dos Núcleos em reafirmar o “ideário da inclusão social”. Isso foi compreendido como condição por uma maior permanência do alunado dentro do programa. O seu “afastamento” do consumo de drogas estaria condicionado à sua permanência no PST. Outro ponto a destacar é alusão à importância da interface entre o programa e o “Terceiro Setor”, pois como sabemos, até o presente momento, essa relação era ausente.

Assim, esse discurso empregado tomou como base o papel que o programa se propôs em suas Diretrizes e foi absorvido como verdade pelos gestores locais/professores/as reproduzindo a ideia de que o PST seria um programa capaz de transformar a realidade dos espaços/comunidades/pessoas atendidos pelo programa.

Vejamos o que o referido documento apresenta sobre o funcionamento dos núcleos: “Dos núcleos implementados nas escolas, se espera ocupar o tempo ocioso dos beneficiados” (Brasil, 2011, p.02). Mais à frente, o documento relata que “Dentre os princípios trata-se da

⁷⁶ No capítulo 3 (item 3.3) apresentamos também essa avaliação realizada pelo TCU, sobre o PST.

reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social e da universalização e inclusão social” (idem, p. 02). Entre os objetivos se busca “contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais como as drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania” (idem, p. 03). No que se refere aos resultados esperados, seus impactos diretos e indiretos procuram a “melhoria no rendimento escolar dos alunos envolvidos; a diminuição da evasão escolar nas escolas atendidas e o aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais” (idem, p. 03).

Através do exposto no parágrafo anterior, ao fazermos esse recorte sobre as diretrizes do PST, demonstraremos que o programa define princípios, objetivos e busca resultados que se contradizem, não transformando o quadro da própria realidade que se apresenta, no caso aqui especificado, em seu primeiro momento em bairros de Maceió.

Destacamos uma primeira questão: A importância do PST como mecanismo de permanência do alunado na escola e como consequência da diminuição da evasão escolar. Mesmo realizando uma análise focal em números estatísticos, sem considerar a totalidade, averiguando apenas a taxa de abandono escolar⁷⁷ referente a esta unidade federativa, já se desmonta o discurso do PST como programa de “inclusão”. Vamos perceber que em 2003 (Ano anterior da implantação do PST em Alagoas), no Ensino Fundamental (EF), a taxa de abandono foi de 14,2 e no Ensino Médio (EM) indicou 18,6. No ano de sua implantação em 2004, ela teve aumento nos dois níveis de ensino: 16,4 no EF e 21,7 no EM. Se observarmos os dados referentes às 20 primeiras escolas contempladas pelo programa, os números foram maiores: o EF apontou 37,1 e o EM 29,8.⁷⁸ No total do alunado das respectivas escolas de Maceió, tivemos uma taxa de abandono de 25,8, demonstrando alto índice, comparado aos indicadores do Estado no ano de 2004.

Esses dados apresentados *in loco*, mesmo sem considerarmos conceitualmente o que entendemos por evasão escolar⁷⁹ e que a mesma não dependerá apenas de fatores intrínsecos ao universo escolar e das condições adversas locais, os dados indicaram que o PST não pode ser compreendido como um programa salvacionista combatendo os “riscos sociais” ocasionados pela “questão social”. Segundo Maceno (2010, p.136),

⁷⁷ Dados Disponíveis em

<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=9&op=2&vcodigo=SEE15&t=abandono-escolar-nivel-ensino-serie-encerrada>, Acesso em 15 de janeiro de 2017.

⁷⁸ Dados encontrados em Vilarins e Costa (2007, p. 16/17).

⁷⁹ Para essa discussão consultar: Maceno, T. **Educação e Universalização no Capitalismo**. 1. ed, São Paulo: Baraúna, 2010. v. 1

A Evasão Escolar acaba sendo uma relação intrínseca entre a relação de acesso e abandono da escola. Expressão encontrada nos diversos documentos presentes na Legislação e política educacional. Para sua análise é necessário discutir sobre o caráter de “universalização do ensino” em nosso país. Uma possível ampliação do acesso “para todos” seria possível e isto sendo efetivado já acarretaria a solução do abandono da escola?

O discurso da Universalização esbarra no seu aspecto de ser um programa social focalizado. Isso fica bem evidente nos reclames negativos do PST (Item primeiro), quando há referência aos limites de participação de alunos/as em cada núcleo. A escola oferece o espaço, suas estruturas, seus professores, técnicos, secretarias e merendeiras, no entanto, ao mesmo tempo, só pode oferecer um percentual de seu alunado determinado pelo Governo Federal.

Como realizar de fato a “inclusão social” do alunado, na escola definida pelo ideário neoliberal, quando se tem a “exclusão” do programa da maioria de seus/suas discentes? Como aumentar o número de praticantes em atividades esportivas educacionais, como advoga o PST, se a participação não é universalista?

A questão da alimentação ofertada logo após as atividades do programa também foi relatada como motivo de permanência e não abandono do programa (“ponto positivo”), pois acabava sendo um dos momentos que mais atraía os participantes, já que, como foi observado, muitas crianças, jovens e adolescentes, estavam muitas vezes realizando sua primeira refeição do dia. Através desse entendimento, expressado dentre os relatos dos Coordenadores do PST, permanece a visão assistencialista causada pela refeição. O caráter nutricional, a procedência do alimento e o seu gerenciamento, por exemplo, não foram colocados em análise. Assim, o motivo da sua permanência no programa fica vinculado a ter ou não a refeição e não a um conjunto de ações interligadas que façam com que o/a participante não abandone o PST.

A respeito do problema das instalações físicas das escolas contempladas, nos relatos foi observada a ausência de espaços condizentes com a prática esportiva, como quadras sem teto, desmotivando os participantes, pois as atividades estavam concentradas em horários de excessivo calor e/ou de chuva. Assim, as orientações dos Coordenadores do PST para solução desse problema foram a indicação da escolha de futuros núcleos a serem implantados em escolas que tivessem quadras esportivas cobertas e bem cuidadas. Observando dados atualizados de 2010, constatamos que existiam 233 escolas estaduais na cidade de Maceió e, desse montante, apenas 77 escolas (33%) possuíam quadras de esportes em seu recinto (cobertas e não cobertas)⁸⁰. Isso implica o direcionamento do PST para espaços com estrutura

⁸⁰ Consulta de dados > Disponível em <http://www.qedu.org.br/cidade/5405-maceio/censo->

adequada que ofereça segurança e conforto para a efetivação das ações pedagógica esportivas. Essa orientação não poderia comprometer o objetivo do programa que seria atingir os mais “excluídos” residentes nos locais/comunidades que expressavam as mais evidentes carências estruturais/sociais/econômicas?

É de conhecimento que o PST, através de suas diretrizes, direciona seu público-alvo a encontrar falhas e lacunas da presença do Estado em nível federal, estadual e municipal em todos os níveis. Como sabemos as condições de infraestrutura física dos espaços e prédios públicos, bem como as escolas existentes nesses lugares são precárias em sua maioria. A precariedade é uma variável pertinente.

Então como esperar um desenvolvimento satisfatório do PST, em Escolas mais bem equipadas se estas não são pertencentes ao Estado em sua grande maioria? As instituições escolares com satisfatória infraestrutura quase sempre estão em locais/comunidades/bairros que apresentam melhores condições socioeconômicas. Para tanto, seria necessário não apenas a construção de instituições escolares dignas que comportassem o programa, mas também a transformação no quadro de revés social existente no Estado de Alagoas. Carvalho (2016)⁸¹ mostra uma situação de concentração espacial e de renda onde apenas dez (10) municípios alagoanos detêm juntos, 70% de toda riqueza do Estado, sendo que a capital Maceió representa 44% do que é produzido nas Terras de Jayme Miranda⁸², e, convenhamos, o PST não é tratado e muito menos faz parte de uma política social ampliada e universalista. A sua utilização é cultivar a ilusão de que as transformações sociais podem ser feitas de maneira focal e fragmentada mesmo inter-relacionado a um cenário caótico.

Ao observarmos a composição inicial do PST em Alagoas, no caso, na capital alagoana, constatamos ausência da participação de entidades do “Terceiro Setor”, o que foi relatado também pelos Coordenadores do PST participantes das primeiras 20 escolas contempladas pelo convênio, configuração essa inicialmente presente nas outras unidades da federação. O PST também, em sua fase inicial, estará presente no segundo município mais importante do Estado que é Arapiraca (Outubro de 2005 a Fevereiro de 2007 – convênio 527510/ME-SEE/AL) sendo executado pela própria Prefeitura do município, quando foram

escolar?year=2010&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=dependencias, Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

⁸¹ Carvalho, Cícero Péricles de. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. &ª ed. Maceió: EDUFAL, 2016.

⁸² Jayme Amorim Miranda, nascido em Maceió (1926). Advogado e também foi Deputado Estadual de Alagoas cassado pelo golpe militar de 1964. Membro histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em fevereiro de 1975 foi sequestrado, torturado e morto pela repressão.

atendidas 2.600 crianças⁸³.

Segundo Kravchychyn e Oliveira (2016), isso estava condicionado ao objetivo inicial do programa, pois o PST estava vinculado a ser um programa para a escola a ser desenvolvido no período de contraturno escolar. No entanto, logo surgiram dificuldades para sua implantação exclusivamente nas escolas, e um dos motivos principais era que muitas delas funcionassem em pelo menos dois turnos.

Assim, segundo os autores acima referidos, diante desse quadro, não foi possível viabilizar e ampliar novos núcleos. Para tanto, esses foram direcionados para outros espaços, como centros comunitários e espaços privados presentes nos arredores das escolas.

O que podemos constatar é que o Estado brasileiro como apresentará no transcórre de nossa tese, em consonância com a agenda neoliberal, realizará as parcerias com a sociedade civil (“terceiro setor”) para “solucionar” essa problemática com relação à infraestrutura do programa. Assim, o “PST deixa de ser um programa para a escola e consolida-se como um programa para o escolar” (KRAVCHYCHYN e OLIVEIRA, 2016 p. 03). Conforme os referidos autores, houve uma “trajetória de ajustes nos objetivos do PST publicados em suas diretrizes no período entre 2003-2007” e em nosso alcance eles contribuiram também como porta de abertura para a entrada em cena do “terceiro setor”. Observando o quadro abaixo, nota-se uma mudança do objetivo geral:

Quadro 2 – Objetivos Gerais do PST

Ano	Objetivo
2003	Os objetivos educacionais do Projeto Segundo Tempo deverão orientar-se pelos objetivos da Educação Física como componente curricular, pelos inúmeros benefícios das atividades, pela formação cidadã, pela democratização do acesso ao esporte e pela integração comunitária.
2004	Democratizar o acesso à prática esportiva de crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas do Brasil.
2005/ 2006	Democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades no contraturno escolar, de caráter complementar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento humano, e assegurar o exercício da cidadania.
2007	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Fonte: KRAVCHYCHYN e OLIVEIRA (2016)

⁸³ Conforme informe do site da prefeitura de Arapiraca > Disponível em <http://web.arapiraca.al.gov.br/2008/08/prefeitura-renova-convenio-do-programa-segundo-tempo/> >, Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

Através dessas mudanças em suas diretrizes, realizamos nossa reflexão com respeito à interface com o “Terceiro Setor” e o Estado. Isso se amplia em todos os entes federativos e, em nosso caso particular, em Alagoas. Começa a se desenvolver no ano 2006 uma participação bastante peculiar dentre entidades privadas e o PST, no contexto alagoano. Através do Portal da Transparência e o Sistema de Gestão e Convênios e Repasse (SICONV)⁸⁴, observamos que, no período de 2003 a 2014, os convênios contemplados em Alagoas se concentraram, de forma prioritária, entre uma parceria do Ministério do Esporte e Instituto de Desenvolvimento Humano – IDESH, realçando e reforçando assim os elos entre o Estado nas esferas federal, estadual e municipal com o “Terceiro Setor” dentro do PST.

O Instituto IDESH foi criado no ano de 2002, como uma “organização governamental sem fins lucrativos” (Fundação Privada) por um grupo de empresários gestores e profissionais do segmento esportivo e cultural contendo economistas, pedagogos, administradores, jornalistas, professores de educação física e diretor de arte⁸⁵. No ano de sua criação, 2002, havia 1.814 entidades (Fundações privadas e associações sem fins lucrativos) em Alagoas com 12.280 pessoas assalariadas trabalhando. Desse total de entidades, 126 estavam classificadas no subitem Esporte e Recreação. A faixa salarial hegemônica era de 1 a 2 salários mínimos. No ano de 2010, o total de entidades salta para 2.282 com 19.211 pessoas empregadas. Cai o número de entidades classificadas no subitem Esporte e Recreação, 101 e se mantém a faixa salarial (1 a 2 salários).

Conforme aparece no enunciado elaborado pelo próprio Instituto, ao se apresentar ao Ministério do Esporte, sua intencionalidade seria “atuar no desenvolvimento de ações em esporte educacional e cultura, contribuir para a formação da sociedade e em seu desenvolvimento econômico e social [...] E oportunizar o acesso aos bens culturais e suas manifestações artísticas, visando ao desenvolvimento de uma consciência de preservação cultural e ambiental”.

O Instituto toma como foco, “prioritariamente”, trabalhos com comunidades de baixa renda de Alagoas propondo ser uma ONG que “possui características de consultor, elaborador e executor de programas e projetos”. O Instituto tem parceria com o Ministério do Esporte, sendo executor do Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC) em Alagoas nos períodos de março 2008 e março de 2009 e dezembro de 2009 a fevereiro de 2011 (Convênios

⁸⁴ O site do www.portaldatransparência.gov.br disponibiliza os dados a partir 01/01/1996. O site do SICONV www.portaldosconvencios.gov.br disponibiliza todas as informações do ciclo de vida dos convênios (formalização da proposta até a prestação de contas final).

⁸⁵ Maiores detalhes consultar dados IBGE, <Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5428.pdf>, Acesso em 10 de Fevereiro de 2017.

271/2007 e 704101/2009). Acrescenta-se a isso convênios com o Ministério da Cultura Projeto Lucarini (FNC PRONAC: 080930) bem como com o Ministério do Trabalho no Projeto Projovem – Trabalhador Juventude Cristã (Contrato 56/09) nas cidades de Salvador, Londrina-PR e Tanguá-RJ.

Demonstrando ao setor público “experiência e notório saber”, o IDESH se articula ao mesmo tempo com as Diretrizes Gerais do PST, tendo como foco, crianças, jovens e adolescentes em estado de “vulnerabilidade social”.

Desse modo, essa instituição absorve praticamente todo o gerenciamento e execução do PST em Alagoas⁸⁶. Mesmo observando a presença de outras instituições que também desenvolviam o programa (Prefeituras dos municípios de Arapiraca, Maceió e Fundação Delmiro Gouveia), no período compreendido de atividade considerada desse instituto, no programa (2006 a 2011), ficou evidente que os convênios contemplados com maior concentração de recurso ficaram concentrados para o IDESH, num montante de cerca de 17 milhões de reais enquanto que os demais convênios não ultrapassaram o valor 2,4 milhões de reais. Nas palavras de Oliveira e Húngaro (2007, p. 04),

Efetivamente, o Estado, ao estabelecer “parceria” com uma determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não a outra, ou a destinar recursos a um projeto, e não a outro, está certamente desenvolvendo uma tarefa seletiva, dentro e a partir da política governamental, o que leva à presença e permanência de certas ONGs, e determinados projetos.

A política governamental das gestões nesse período, respeitando suas singularidades, creditou e reforçou o ideário neoliberal das ações do Estado, perante o enfrentamento às manifestações oriundas da “questão social”. Conforme Montañó (2002), na verdade essa relação de “parceira” entre o Estado e o “terceiro setor” é realizada com o repasse de verbas públicas e/ou de entidades financeiras, assessoria e consultoria como exemplo, através de cursos e capacitações ofertadas para integrantes, funcionários, coordenadores, membros da comunidade inserida nessa “parceria”. Isso ocasiona uma dependência, perda de autonomia das organizações sociais (muitas dessas, outrora movimentos sociais de luta classista). (MONTAÑO, 2002, p. 149). Além desses aspectos, tais gestões alimentam o discurso de que a solução às demandas sociais deve ultrapassar a questão política-econômica e ideológica e se concentrar numa questão apenas técnico-operativa. Essa função é delegada ao “Terceiro Setor”.

⁸⁶ O IDESH será considerado pelo Governo do Estado de Alagoas (Gestão Teotônio Vilela Filho) no dia 14 de maio de 2009 como de Utilidade Pública. <Disponível em <http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2009/lei-ordinaria-7.039>>, Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

Assim, os convênios no Estado de Alagoas relacionados ao PST entre o Ministério do Esporte e o Estado, através de sua Secretaria de Educação (Subsecretaria de Esporte), eram executados pelo referido Instituto em vários municípios. Em seu primeiro convênio (2006-2007) inscreveu 10 mil alunos/as implantando 50 núcleos⁸⁷. Vamos encontrar no site da Secretaria da Educação de Alagoas, as seguintes palavras da diretora de desporto escolar da Secretaria de esporte Educacional (SEE) e membro da comissão, Fátima Pinto: “Atualmente, o programa é desenvolvido em Alagoas apenas por uma ONG. Retomamos o convênio esse ano e fomos contemplados com 50 núcleos”, Fátima explica que serão abertas vagas para 50 coordenadores, que devem possuir licenciatura plena em educação física, e 150 estagiários, sendo 100 do curso de educação física e 50 de pedagogia.

O segundo convênio do programa em 2008-2009 chegou a atender 13 mil (65 núcleos). O terceiro e último convênio gerencia e executa 120 núcleos em 27 municípios. O Instituto estará presente nesse período no final do Governo de Ronaldo Lessa – PSB (2003-2006), na rápida Gestão de Luís Abílio – PDT (2006-2007) e na Gestão Teotônio Vilela Filho – PSDB (2007-2011). Conforme tabela 19 a seguir:

Tabela 19 – Convênios do Ministério do Esporte com o Estado de Alagoas/Instituições – PST (2003-2011)

Número Convênio	Cidade com núcleos	Órgão convenente	Valor conveniado	Início vigência	Fim vigência
490954	Maceió	Secretaria de Estado da educação	165.120,00	18/12/2003	30/05/2005
523240	Maceió	Município de Maceió	531.000,00	23/05/2005	23/01/2007
527510	Arapiraca	Município de Arapiraca	148.800,00	31/10/2005	02/02/2007
566775	Maceió	IDESH	2.130.000,00	29/08/2006	10/12/2007
577462	Delmiro Gouveia	Fundação Delmiro Gouveia	295.800,00	22/12/2006	21/01/2008
595132	Maceió	Município de Maceió	810.900,00	08/11/2007	30/07/2009

74 >Disponível em <http://www.educacao.al.gov.br/comunicacao/sala-de-imprensa/noticias/2008/02/escolas-estaduais-desenvolverao-projeto-de-esportes-em-horario-oposto-as-aulas/1/?searchterm=%22segundo%20tempo%22>, Acesso em 08 de Janeiro de 2017.

599259	Arapiraca	Município de Arapiraca	400.140,00	21/12/2007	05/10/2009
609155	27 municípios	IDESH	6.853.493,07	31/12/2007	15/11/2009
737329	PST Férias*	IDESH	100.800,00	30/06/2010	30/08/2010
720876	27 municípios	IDESH	7.817.400,00	31/12/2009	30/12/2011

Fonte: Elaboração própria do autor

O IDESH, desse modo, se torna o protagonista mais importante do PST perante as gestões dos Governos locais (na esfera estadual e municipal) e Governo Federal, através do Ministério do Esporte. Essa entidade representaria assim o “Terceiro Setor”, ou seja, estaria expressando as características básicas como a ausência da busca do lucro, o respeito ao interesse coletivo, operando diferentemente do mercado e desenvolvendo uma gestão democrática diversa da ineficiência Estatal. Assim, essa entidade se configurava como uma instituição assentada no ideário da nova “sociedade civil”, ou seja, o desenvolvimento humano, através da busca dos “interesses comuns”. Como analisa Montañó (2007, p. 18) “torna-se ilusório acreditar numa ‘agenda comum de interesses’ entre classes distintas. Não levar em consideração a contradição capital/trabalho é assegurar a permanência e reprodução da ordem do capital”.

Mas essa “inquestionável reputação técnico-profissional” foi questionada. Durante a execução do último convênio referente ao PST com ME o IDESH foi acusado de irregularidades dentre outros convênios, como exemplo, o programa conveniado com o Ministério do Trabalho Pro Jovem no valor aproximado de 6,7 milhões de reais. Através de denúncias por parte de professores e aluno/as participantes do referido programa em Salvador, o Ministério Público Federal da Bahia investigou a possibilidade de “desvio de recursos, superfaturamento de despesas, violação ao princípio da obrigatoriedade da licitação entre outras infrações”⁸⁸. Houve abertura de processo de número 019.240/2010-4/TCU, no entanto o mesmo foi encerrado não constatando irregularidades.

Como vimos anteriormente, nesse período (2011) houve um acúmulo de denúncias e de irregularidades intensificadas pela mídia por parlamentares, no trato dos gastos do Ministério do Esporte, tendo seu início já no ano de 2008 e culminando com o afastamento do ministro Orlando Silva da pasta, no ano de 2011, já no Governo de Dilma Rousseff. Diante das pressões, o Governo Federal decretou a suspensão de recursos federais, baseado nos dados

⁸⁸ “Projovem Trabalhador: Secretário Municipal de Educação e mais três têm bens bloqueados” assinalava matéria em 21/10/2010 do próprio site do Ministério Público Federal – Procuradoria da República na Bahia. > Disponível em <http://www.prba.mpf.mp.br/mpf-noticias/patrimonio-publico-e-social/projovem-trabalhador-secretario-municipal-de>, Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

apresentados pela Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou irregularidades em 2.501 entidades que tinham convênios e parcerias com o Estado brasileiro. Sendo assim, os convênios e parcerias ficariam concentrados na esfera das Instituições dos Governos Estaduais (Secretarias Estaduais) e Municipais (Prefeituras).

Como relatamos anteriormente, os convênios com as ONGs (Organizações Sociais) tornaram-se constantes até o ano de 2011. As parcerias com essas organizações, considerando a natureza jurídica das entidades, chegaram a 35%, ultrapassando outras parcerias (federal, 9%, e estadual, 21%) e igualando-se com as parcerias com o município (35%)⁸⁹. Ao analisarmos os dados do Portal da Transparência e SICONV, vamos observar uma mudança, havendo uma ausência de celebrações de convênios com o “Terceiro Setor” no Estado de Alagoas nos anos de 2011 a 2014, nas diversas formas de investimentos feitos pelo Ministério do Esporte. Nos anos de 2013 e 2014, em Alagoas, serão celebrados convênios diretamente com essa pasta e Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude referente a uma nova modalidade de PST, o PST Navegar.

Ao realizarmos esse recorte, observamos que a interface do Estado Brasileiro, tanto em nível federal (concedente do convênio) quanto em nível estadual e municipal (conveniente do convênio) operacionaliza uma relação com o “Terceiro Setor”, delegando funções que são suas, no trato do esporte como direito social consolidada na Carta Magna de 1988.

O esporte vai-se configurando como um direito localizado e fragmentado, direcionado para crianças, jovens e adolescentes pertencentes à escola pública em situações de “risco social”, mas dentro dessa camada da população, o PST atinge apenas uma fração dela. Ao mesmo tempo, consolida-se o desmonte da atividade estatal. As funções atribuídas a ele pelo discurso neoliberal, em que o esporte (expressado na constituição brasileira como direito social) seria trabalhado, ofertado não mais pelo setor burocrático, ineficiente e corrupto (representado pelo Estado), mas por entidades civis ágeis, eficientes, democráticas e populares pertencentes à “sociedade civil” compreendida pelo ideário neoliberal como sinônimo da expressão “Terceiro Setor”. Nas palavras de Montañó (2002, p. 23),

A questão do “terceiro setor” se tornar veículo/instrumento de intervenção na resolução das “mazelas” da “questão social” não está na problemática de que o mesmo é mais eficiente que o Estado, muito menos está relacionado com diminuição de custos financeiros. O real motivo é, fundamentalmente, político-ideológico. É desonerar o capital de suas responsabilidades.

⁸⁹ Disponível em: www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/apresentacaoBalanco.pps, acesso em junho de 2015.

Desse modo, o “Terceiro Setor” consolida o projeto neoliberal, pois desenvolve a cultura do “possibilismo” e instaura, a partir dos valores de solidariedade local, os valores do individualismo burguês camuflado “na autoajuda, na resiliência, no empoderamento, no discurso do capital social e humano, no entendimento do voluntariado⁹⁰ como agente transformador despolitizado substituindo os valores e solidariedade social e universalidade e os direito dos serviços” (MONTÃO, 2002, p. 184).

Quanto ao conceito de resiliência, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/2014) assim se expressa: “trata-se de habilitar os desfavorecidos e excluídos a exercer os seus direitos, manifestar abertamente as suas preocupações, fazer-se ouvir e tornar-se agentes ativos na determinação de seu destino. Para tal efetivação devem-se dotar as pessoas e sociedades de competências e capacidades”. Na verdade, a intencionalidade dessa ideia é a culpabilização do próprio indivíduo condicionando-o a buscar seu sucesso e mobilidade social pelo exclusivo próprio esforço. Para tanto são desconsideradas as reais determinantes dessa “vulnerabilidade”, ou seja, o próprio processo de reprodução do capital.

Segundo Araújo (2008, pp. 242-243),

A ideia do voluntariado como manifestação por ato de vontade, de doação em que se encontram interesses invisíveis, inclusive para os próprios voluntários é a expressão da visão neoliberal. O solidarismo não se encontra em sua agenda. O Voluntariado é uma ferramenta para desmobilizar politicamente a população excluída ficando esse segmento exposto à abnegação aos interesses desse voluntariado doador, suas crenças e segundo seus interesses. [...] O voluntariado, na direção de doação instrumentaliza-se pela solidariedade social doadora e, ao usar esse recurso, exercita o voluntarismo, respondendo, assim, aos interesses capitalistas, não mostrando seus mecanismos de exclusão social e dando ênfase aos condicionamentos não só políticos e econômicos, como também aos de ordem moral.

⁹⁰ Para maiores esclarecimentos ver: ARAÚJO, Jairo M. Voluntariado: na contramão dos direitos sociais. São Paulo, Cortez, 2008.

2. O SIMULACRO DO CAPITAL NA RELAÇÃO TERCEIRO SETOR/PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Neste capítulo explicitaremos a direção do PST articulado ao “terceiro” setor como uma forma de gerenciamento da pobreza mediante a política do esporte. Para tanto, adotamos como referência de análise os elementos constitutivos da política social em nosso país, marcada pela interseção entre acumulação capitalista, pobreza e desenvolvimento social. Abordaremos o pauperismo como resultante do desenvolvimento da produção desigual da riqueza capitalista, que se revela como uma das primeiras expressões da “questão social”. Assinalaremos a crise estrutural (anos de 1970) marcada pela concentração de capital e descentralização da produção, crise que afetou o cerne do metabolismo do capital e suas consequências materiais/ sociais no trato com as políticas sociais e gastos públicos. Também analisaremos como tais políticas se concretizam nas condições específicas do país e seu alcance em tempos neoliberais. Abordaremos a problemática das organizações sociais e seu papel frente à “questão social”. Esse capítulo salientará como os intelectuais da Educação Física brasileira puderam operar no âmbito escolar formal e no “Terceiro Setor”, fundamentados na perspectiva da sociabilidade do capital ou do trabalho (conformismo ou resistência) no interior das políticas e programas sociais voltados para o esporte e o PST.

2.1 Acumulação capitalista, pobreza e “questão social”

Um dos aspectos centrais do PST é o fato **de** ele estar voltado para o segmento da população mais pobre, trazendo uma interface com as políticas que supostamente combatem a pobreza. Políticas essas fundamentais para o Banco Mundial, pois revelam todos os aspectos de ancoragem do “terceiro setor”. A interface do PST com uma forma de gerenciamento da pobreza se torna evidente. Mas como conceituar a pobreza?

Sabe-se que há várias interpretações sobre a pobreza, mas não é o objeto desta reflexão evidenciá-las⁹¹. Nossa intencionalidade é realizar uma leitura marxiana sobre a

⁹¹ Luana Siqueira em seu livro “Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos” editado pela Cortez (ano de 2013) explora bem as diversas formas de abordar a pobreza e suas propostas de enfrentamento.

pobreza e sua contraditória relação com a riqueza, indo, conforme Siqueira (2013, p. 16), “aos fundamentos da desigualdade social no modo de produção capitalista [que explicam as causas estruturais da desigualdade e da pobreza], e às formas de perpetuá-la ou enfrentá-la”. Assim, conforme a referida autora, no capitalismo, a pobreza não é uma consequência do subdesenvolvimento, mas um processo ligado ao seu próprio desenvolvimento. Vejamos as palavras de Marx (2011, p. 503),

Ao desenvolvimento do trabalho excedente corresponde o desenvolvimento da população excedente. Em diferentes modos de produção sociais existem diferentes leis de aumento da população e da superpopulação; esta última equivale ao pauperismo. Essas diferentes leis podem simplesmente ser reduzidas aos diferentes modos da relação às condições de produção ou, no que diz respeito ao indivíduo vivente, às suas condições de reprodução como membro da sociedade, uma vez que ele só trabalha e apropria em sociedade. A dissolução dessas relações, com respeito ao indivíduo singular ou à parte da população, os põe fora das condições de reprodução dessa base determinada e, por essa razão, os põe como superpopulação, e não somente desprovida de meios, mas incapaz de se apropriar dos meios de subsistência pelo trabalho, logo, os põe como pobres.

Desse modo, é apenas no modo de produção fundado sobre o capital que o pauperismo aparece como o resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho (MARX, 2011, p. 503)⁹², determinação histórico-social explicada por Marx. Um olhar atento revela que a pobreza acompanha os diversos estágios de reprodução social até hoje conhecidos. Nas sociedades precedentes (comunidade primitiva, asiáticas, escravista, feudal), resguardadas as particularidades essenciais, esse fenômeno estava associado ao parco desenvolvimento das forças produtivas e suas causas de existência eram relacionadas às condições naturais. No entanto, mesmo reconhecendo o baixo desenvolvimento das forças produtivas, isso não impede de afirmarmos que o pauperismo era auferido pelas determinações sociais. Naquelas organizações sociais, os homens não detinham o domínio e os conhecimentos avançados sobre a natureza, que possibilita, através de sua transformação conscientemente orientada, a produção dos bens indispensáveis à reprodução humana. Disso decorre o quadro de escassez por elas vivenciado, acarretando no atendimento bastante precário das necessidades materiais e sociais produzidas em cada época.

Se isso é verdadeiro, é igualmente válido o fato de que, no capitalismo, a pobreza – em níveis, inclusive, bem maiores que os anteriormente experimentados – não tem sua explicação na escassez, muito menos no aumento da população. Então, cabe indagar qual é a razão do seu desenvolvimento na sociabilidade regida pelo capital?

⁹² MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Boitempo, São Paulo, 2011.

A resposta para essa indagação está no entendimento de que a pobreza é resultante da produção da riqueza consolidada na indústria moderna. O crescimento, a composição do capital define o destino da força de trabalho, sua condição de dependência e pauperismo. Diz Marx, (1988, p. 178):

A composição (orgânica) do capital tem que ser compreendida de duas maneiras. A primeira seria: A composição do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho soma global dos salários) e; A segunda, composição técnica do capital (como ela funciona no processo de produção) cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva. Sendo essa composição determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego.

Ao tratar da Lei Geral de Acumulação Capitalista, Marx (1988, p.180) relata que o crescimento do capital implica crescimento de sua parcela convertida em força de trabalho (capital variável) e que o mecanismo do processo de acumulação multiplica a massa dos “pobres laboriosos” isto é, dos assalariados “que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista”.

Assim, a acumulação capitalista é multiplicação do proletariado e, conforme Siqueira (2013, p. 164) a “maior riqueza socialmente produzida na sociedade comandada pelo capital não gera sua maior distribuição, mas sua acumulação”.

Isso acontece com o advento da Revolução Industrial. A produção desenvolve-se em uma escala muito maior que o capitalismo mercantil (período anterior), empregando com maior frequência, eficiência e exploração de matérias primas, energia, técnicas novas, invenção de máquinas e mantém a contratação de força de trabalho assalariada. Conforme a referida autora (2013, p.164/165), “essa transformação qualitativa na produção mecanizada tende a expulsar a força de trabalho do processo de produção, enquanto a simples expressão quantitativa das fábricas absorve força de trabalho”. Os trabalhadores são desse modo, constantemente afastados e atraídos segundo as necessidades do capital.

Nesse contexto, se origina a “questão social”, decorrente das alterações no processo de produção industrial e acumulação, demonstrada no aumento do pauperismo. Só que tal pauperismo provém da não absorção do trabalho vivo, do desemprego, da intensa exploração do trabalho e da formação da superpopulação relativa no período do capitalismo concorrencial, causado pela necessidade de extração de mais valia que a maquinaria propicia e pelo processo de trabalho que exige. Essa superpopulação trabalhadora desempregada,

excedente, originada da acumulação/riqueza com base no capitalismo em sua fase moderna, torna-se, por sua vez, segundo Marx (1988, p. 191), “a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital” sendo desempregados ou semi empregados. Nas palavras de Marx, (Idem, 1988, p. 194),

A produção de superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança ainda mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção de qualquer maneira já acelerada com o progresso da acumulação e o correspondente decréscimo proporcional da parte variável do capital em relação à constante [...] À medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital.

A consequência disso é a produção do exército industrial de reserva que, conforme Marx (1988), se torna o “despotismo do capital”. A superpopulação relativa existe em todas as variedades possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. Seu mais profundo sedimento habita a esfera do pauperismo: o lumpemproletariado sendo este o “peso morto” do exército industrial de reserva representado pelos aptos para o trabalho, os órfãos e as crianças bem como pelos degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho (MARX, 1988). O capital sabe bem se utilizar desse *quantum* para a multiplicação/acumulação. Em razão disso, afirma o referido autor (Idem, p. 200), “quanto maior a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva tanto maior o pauperismo. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista”. A condição de existência do/a trabalhador/a se precariza cada vez mais com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força de trabalho produtiva sendo explorada extensivamente e intensivamente.

Engels (1985) expõe bem essa relação contraditória entre pobreza e riqueza, no século XIX, na formação do proletariado industrial (segunda metade do século XVIII) e relata suas condições de miséria na cidade de Manchester (século XIX), na Inglaterra, assim como em outros centros urbanos. Nas palavras de Marx (1988, p. 213) “quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as moradias improvisadas dos trabalhadores”.

A cidade de Manchester apresentava uma infraestrutura precária para suportar o crescimento desenfreado das fábricas e o aumento populacional. Era formada por bairros numerosos onde trabalhadores moravam em habitações degradadas como cortiços, porões e

vilas. Nesses espaços ínfimos, tinha-se uma ventilação/iluminação inadequada; eram edificadas em ruas sem abastecimento d'água, esgoto e imundas devido ao lixo, a água estagnada e fétida. Costumeiramente, os indivíduos amontoavam-se onde habitavam e ali dormiam, comiam e trabalhavam. Uma cena comum era encontrar os homens, as mulheres, quatro ou cinco crianças e, quase sempre, o avô e a avó reunidos num mesmo compartimento.

No tocante às vestimentas dos operários britânicos, Engels (1985) ressalta que a população vivia esfarrapada, pois a maior parte das suas roupas estava em péssimo estado de conservação. Os tecidos com que eram confeccionadas já não seriam os mais adequados para aquela realidade. O linho e a lã foram desaparecendo do guarda-roupa dos operários, sendo substituídos pelo algodão. As roupas dos operários não eram adaptadas ao clima, mesmo quando se encontravam em estado conservado. Pois, conforme Engels (1985, p. 81), “a espessura e a natureza do tecido fazem com que este conserve muito tempo a umidade e, finalmente, não têm a impermeabilidade de lã cardada”. Ainda assim, em situações excepcionais, ao possuir as condições necessárias para comprar um paletó de lã, este era apanhado nas lojas baratas que disponibilizavam um tecido ordinário, de pouca resistência, que, ao ser usado, se desgastava nos primeiros quinze dias.

O acesso à alimentação também expressava a clivagem entre riqueza e pobreza instaurada a partir da produção capitalista. Os trabalhadores possuíam poucos recursos, logo, não poderiam ter muitos gastos com a alimentação, visto que esta dependia do salário que recebiam. Os que recebiam uma remuneração mais significativa, ou seja, aquelas famílias em que todos os membros trabalhavam, podiam usufruir de uma boa alimentação, comendo carne nutritiva diariamente, toucinho de porco e queijo. Porém, as famílias que eram mal remuneradas se proviam de carne sã, apenas aos domingos ou duas vezes durante a semana, complementando suas refeições com batatas, pão, pedaços de toucinho e mingau de aveia.

Acresça-se a isso as condições de trabalho extenuantes e insalubres com que os trabalhadores se defrontavam corriqueiramente no interior das fábricas. Realizavam suas tarefas em ambientes sujos, desprovidos de espaço amplo, com luminosidade baixa e ventilação insuficiente; desenvolviam uma atividade intensa, repetitiva, fragmentada, determinada pela busca incessante por lucros desencadeada por parte dos capitalistas.

Cumprе ressaltar, pois é fundamental, que foi em meio a essa realidade que o operariado industrial se constituiu e, com o passar dos tempos, adquiriu consciência da violência direcionada contra a natureza humana e das desumanidades instauradas. Diferentes trabalhadores concentrados num mesmo local de trabalho, condição indispensável para a organização produtiva industrial, possibilitou a quebra do seu isolamento e a união em torno

de um mesmo interesse. Organizaram-se e encamparam lutas que demonstraram o acirramento dos antagonismos sociais, na medida em que trouxeram à tona a problemática do pauperismo, pois, como assinala Netto (2001, p. 42), “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Inicialmente, essas lutas adquiriram formas grosseiras, expressando a inevitável reação às hostilidades capitalistas. Contudo, com o passar do tempo, e por meio das experiências acumuladas, elas avançam e atingiam uma politização que as tornavam mais consistentes.

O pauperismo constitutivo da dinâmica capitalista revela-se como sendo uma das expressões primeiras da “questão social”. A “questão social” é parte do movimento da própria sociedade moderna e se relaciona à particularidade do pauperismo, resultante da produção da riqueza consolidada na indústria moderna e à reação dos trabalhadores às precárias condições de vida e de trabalho. Do ponto de vista da expansão do sistema do capital, segundo Pimentel (2007, p. 170), ela “se torna uma ameaça à paz necessária à reprodução social nos moldes dos interesses das classes dominantes”. Politicamente, ela “passa a ser reconhecida como problema na medida em que indivíduos empobrecidos se organizam, oferecendo resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores”.

Pimentel (2007) explica que o problema do pauperismo e suas expressões tornaram-se alvo de análise no século XIX, mas foi o surgimento de amplas camadas populacionais relegadas à esfera da pobreza que inquietou pensadores e ativistas políticos. Assim, nas condições mais brutais de existência e num contexto marcado pela expansão da riqueza, o proletariado produz uma consciência política, expressando o sentido de pertencimento de classe, de dimensão revolucionária. Assim, como vimos, identifica-se, neste contexto, a expressão de dois movimentos contraditórios: de um lado um enorme desenvolvimento na capacidade de produzir riqueza e do outro o crescimento desenfreado da pobreza.

O empobrecimento dos trabalhadores, diante da riqueza produzida socialmente por eles, torna-se uma das características fundamentais do modo de produção capitalista em que se consolida a grande indústria moderna – seu maior instrumento para ampliar desenfreadamente as formas de acumulação. Com base nessas considerações, Netto (2001) explica que a particularidade da “questão social” não tem relação com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana, mas tem exclusivamente a ver com a sociabilidade erguida sob a égide do capital. E que somente com uma análise rigorosa do processo de produção capitalista, segundo o referido autor, (2001, p. 45), “Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da ‘questão

social' consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo”.

Através da afirmação acima, apreendemos que a “questão social” e suas diversas expressões está associada à dinâmica específica da relação capital que expressa, de forma imanente, a necessidade de produzir/e acumular riqueza com base na exploração da força de trabalho. Ainda segundo Netto (2001), a “exploração” não é uma manifestação exclusiva do capitalismo, pois em sociedades anteriores ela estava presente. O que a distingue como traço diferenciado na sociedade burguesa é que a sua extinção não reduz a produção de riquezas.

Entendemos que é falso o argumento do pensamento clássico liberal de que o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir as desigualdades sociais. A priori, poderíamos identificar que o pleno desenvolvimento da Revolução Industrial propiciaria a regressão do pauperismo absoluto, que melhoraria as condições de vida da classe trabalhadora, no entanto sabe-se que a pobreza relativa seria mantida. Netto e Braz (2006) afirmam que

A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos trabalhadores sofrem uma degradação geral em seu salário, em sua moradia, em sua própria alimentação, no aumento da jornada e no ritmo de trabalho. A pauperização relativa pode ocorrer mesmo quando as condições de vida da classe trabalhadora melhoram. O que a caracteriza é um decréscimo da parte que lhes cabe do total dos valores criados enquanto cresce a parte apropriada pela burguesia (NETTO & BRAZ, 2006, p. 135, grifos nossos).

Netto e Braz (2006) também apontam exemplos no desenvolvimento do capitalismo em que o crescimento econômico não conseguiu reduzir expressivamente o pauperismo, as desigualdades sociais. Portanto, as estratégias econômicas e sociais que buscam melhorar as condições de vida do trabalhador apenas atenuam aspectos dessas consequências degradantes; não atingem a essência da relação capital.

A luta por aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho foi uma das expressões de melhoria da situação de vida da classe trabalhadora. Todavia, vale lembrar que nesse mesmo movimento haviam aqueles que defendiam posição oposta, ou seja, a não elevação dos salários, pois achavam que com tais medidas haveria elevação no custo de vida. Para tanto, Marx tece considerações sobre essa questão, em 1865, em Salário, Preço e Lucro, texto elaborado para uma palestra que proferiu perante o Conselho da Associação Internacional dos Trabalhadores (conhecida como “Primeira Internacional”). Nesse texto, Marx, (2005, p. 88) procura, dentre outras considerações, refutar a ideia de que os preços das mercadorias seriam determinados pelos salários, daí expõe que:

Com o desenvolvimento das forças produtivas de trabalho, a acumulação do capital será acelerada, mesmo apesar da taxa relativamente elevada dos salários. Daqui pode inferir-se - como Adam Smith, naqueles tempos em que a indústria moderna estava na sua infância, inferiu - a acumulação acelerada de capital tem de fazer pender a balança a favor do operário, ao assegurar uma procura crescente do seu trabalho. Partindo deste mesmo ponto de vista, muitos escritores contemporâneos se admiraram de que, tendo o capital inglês crescido nos últimos vinte anos, de modo muito mais rápido do que a população inglesa, os salários não tivessem sido mais aumentados. Mas em simultâneo com o progresso da acumulação, tem lugar uma mudança progressiva na composição do capital. Aquela parte do capital total que consiste em capital fixo, maquinaria, matérias primas, meios de produção sob todas as formas possíveis, aumenta progressivamente em comparação com a outra parte do capital, que é usado em salários ou na compra de trabalho (MARX, 2005, p. 88).

Quanto às considerações apresentadas pelo referido autor, no mesmo texto (Idem), seriam:

1. Demonstrar que a variação geral dos salários para cima ou para baixo leva à variação da taxa geral de lucro em sentido inverso;
2. Demonstrar que as tentativas dos trabalhadores em busca de aumento de salários são ditadas pelo próprio fato de o trabalho se achar equiparado às mercadorias, submetido assim à lei geral dos preços;
3. Demonstrar que havia possibilidades de vitórias na luta por melhores salários, estas limitadas pelo capitalismo, e da necessidade de operar politicamente uma luta contra este próprio sistema social, a fim de aboli-lo. (Sic).

Marx está preocupado em demonstrar, principalmente, que a tendência do capital não é a elevação do padrão médio de salário e sim reduzi-lo. Ele valoriza a luta dos trabalhadores pelo aumento de seus salários, mas alerta que não devem apenas lutar contra os efeitos do sistema existente e que eles não deverão esquecer (Idem, 2005, p. 255), que lutam “[contra] efeitos, mas não [contra] as causas desses efeitos; que retarda o movimento descendente, mas não mudam a sua direção; que aplicam paliativos, mas não curam a doença”. E que os trabalhadores não deverão ser absorvidos apenas nessas lutas de guerrilhas. Mais adiante, o autor explica que o trabalhador “deverá compreender que, juntamente com todas as misérias que lhes impõe, o sistema presente produz simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade”.

Marx afirma também que não é o volume existente da riqueza social nem a grandeza do capital já adquirido que acarretam uma elevação salarial, mas unicamente o crescimento contínuo da acumulação e a velocidade desse crescimento. Conforme expõe, (1998, p.255), “se o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso de modo algum, o crescimento de sua grandeza absoluta”⁹³.

⁹³ A parte variável do capital seria a força de trabalho e a parte constante corresponde aos meios de produção: a

Com base nessas considerações, entendemos como o processo de produção/acumulação de capital interfere decisivamente no trabalho e na reprodução social dos trabalhadores, resultando nas chamadas “mazelas sociais”. Nessa perspectiva, Marx explica, na “lei geral da acumulação capitalista” os fundamentos do pauperismo, da desigualdade social e desvenda as bases materiais que balizam a “questão social”. Portanto é no processo de acumulação capitalista que são encontradas as determinações objetivas que explicam o pauperismo. Isso significa dizer que a gênese da “questão social” está no processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital que requer o desenvolvimento técnico, a redução da absorção do trabalho vivo, a intensa exploração do trabalhador assalariado, ao mesmo tempo em que produz o desemprego, o pauperismo e a formação da superpopulação relativa. Nas palavras de Marx (1996, p. 275) “acumulação da riqueza numa extremidade significa, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral na extremidade oposta, ou seja, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”.

Segundo Pimentel (2007), após ser útil para a produção e expansão da sociedade capitalista, a classe trabalhadora torna-se supérflua ao capital e, uma das características fundamentais da ordem burguesa é a existência da escassez, em meio à abundância, gerando, de forma acirrada, um grupo cada vez maior de trabalhadores que não são incorporados diretamente à esfera da produção. Já para Marx (1988, p. 108), “cria-se assim, sistematicamente, um exército industrial de reserva sempre disponível, durante parte do ano dizimado por um trabalho forçado, desumano, enquanto outra parte está na miséria por falta de trabalho”. Portanto, é o movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável (pelo avanço das forças produtivas) que corresponde, como vimos, à força de trabalho. Conforme Siqueira (2013, p. 165) “a redução relativa da parte variável do capital assume a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população. Mas a verdade é que a acumulação capitalista tende a produzir uma população trabalhadora supérflua excedente”. Marx, (1988, pp. 190-191), esclarece que:

A acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital [...] Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação

capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional.

E complementa ainda o supracitado autor (Idem, p. 197):

Que o Capital, se por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua ‘liberação’, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital.

Na trilha dessas constatações, Maranhão (2010, p. 104) ressalta que a criação de uma superpopulação relativa composta por um grupo amplo, heterogêneo e, portanto, multifacetado de trabalhadores “deve ser entendida não como produto exterior ou mero distúrbio do sistema de produção, mas, antes, como produto histórico, necessário à acumulação e ao desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista”.

O subproduto da Lei Geral da Acumulação Capitalista é que quanto mais produz o exército industrial de reserva, tanto mais se materializa a superpopulação relativa e maior será, portanto, o pauperismo. Isso expressa para a classe explorada a capacidade de vender sua força de trabalho e passa a mendigar a caridade pública. Enfim, a base do pauperismo é essencialmente econômica. Assim, para que a acumulação possa se reproduzir constantemente e a indústria possa se desenvolver, o capital necessita, a qualquer custo, desta massa desempregada. Significa dizer também que a população trabalhadora é simultaneamente necessária e supérflua, pois ela, como diz Marx (1988, p. 263) “constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa”.

Como vimos ao mesmo tempo em que se intensificavam as condições de exploração foram surgindo e fortalecendo formas de organização e difusão das lutas dos trabalhadores, como sindicatos, manifestações públicas, a imprensa operária e as greves gerais. A classe trabalhadora cresceu com o capitalismo, que produziu a classe, o sentimento de classe e o meio físico de cooperação e comunicação. Com a Revolução Industrial o sindicalismo se desenvolve e importantes conquistas são obtidas. Segundo Behring e Boschetti (2006, p. 54) “a luta de classes irrompe contundente em todas as suas formas, expondo a questão social: a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e também

sobre o valor da força de trabalho”.

Logo, na medida em que os trabalhadores, tanto empregados como desempregados, começaram a entender sua condição de classe, se unem para reivindicar por melhores condições de vida e de trabalho, com isso há um reconhecimento político dos problemas sociais que vêm a ser denominados de “questão social”.

Para Netto (1992, p. 15):

Está consensualmente aceite que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicas, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global [...] Tornou-se conhecido como o *estágio imperialista*.

Pelo exposto, entendemos que a questão social decorre do processo de exploração do trabalho e da conseqüente acumulação de capital. Em síntese, a “questão social” e suas refrações resultam da contradição entre capital e trabalho, expressando os conflitos existentes entre as classes sociais antagonicas, burguesia e proletariado. Essas refrações, manifestas na fome, na violência e no não acesso a bens e serviços produzidos coletivamente/socialmente pelos próprios trabalhadores, decorrem do desemprego, da formação do exército industrial de reserva e do pauperismo.

Abordamos aspectos relacionados à produção da riqueza material que origina a “questão social” no capitalismo, a partir da “composição orgânica do capital” e de suas transformações no curso do desenvolvimento dessa sociedade em sua fase concorrencial. Vimos que o sistema do capital tem como lei específica a produção incessante de mercadorias para garantir a acumulação de capital cujo subproduto é o desemprego e a superpopulação relativa. A existência do exército industrial de reserva e o movimento que produz determinam os salários e viabilizam a maior exploração da classe trabalhadora.

Com o desenvolvimento do capitalismo – produção de mercadorias e acumulação de riquezas – em sua fase monopolista⁹⁴, diferente da fase concorrencial o Estado passa a intervir nas manifestações da “questão social”, de forma mais direta com a criação do Estado de Bem-Estar Social e consolidação das Políticas Sociais. Assim, nesse momento, altera-se em parte a dinâmica da sociedade burguesa: seu caráter de exploração, alienação e transitoriedade histórica. Isso significa segundo Netto (1992, p. 15), que “O ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade

⁹⁴ Netto (1992) pontua que o primeiro momento da fase monopolista corresponde ao período de 1890 a 1940.

burguesa ascende à sua maturidade histórica objetivando viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados”.

A intervenção do Estado no sentido de gerenciar os efeitos da “questão social” e, ao mesmo tempo, contribuir para o avanço e desenvolvimento do capitalismo não se expressa apenas no capitalismo em sua fase monopolista. Todavia, é nesse período que seu papel aumenta à medida que o capital se expande e a sociedade capitalista se consolida. Desse modo, o Estado complexifica sua intervenção. Dentre outras funções, atua como regulador/administrador das condições econômicas capitalistas, atende aos interesses do capital, servindo aos grandes grupos monopolistas com a transferência de recursos sociais e públicos. Nesse estágio, o Estado articula funções econômicas e políticas, passando a atuar de forma contínua e sistemática sobre as sequelas da “questão social”, no intuito de minimizá-las e evitar o acirramento dos conflitos entre as classes.

É nesse momento que a “questão social” torna-se alvo das políticas sociais⁹⁵. É bem lembrado por Netto (1992) que a política social⁹⁶, na fase monopolista, não é um resultado natural do Estado burguês apanhado pelo monopólio. A vigência deste apenas coloca a sua possibilidade, pois sua materialização é uma variável da luta de classes⁹⁷.

As políticas sociais, em sua trajetória inicial, conforme Behring e Boschetti (2006), multiplicam-se lentamente no período depressivo do capital (1914 a 1939). Num contexto de forte pressão dos trabalhadores, da ameaça do socialismo à ordem burguesa, do aumento do desemprego e da queda da taxa de lucro que ocasionou a crise de 1929 é posto pela burguesia a necessidade da intervenção do Estado para gerir as crises enfrentadas pelo capital e conflitos sociais.

A pressão da classe trabalhadora fez com que o Estado e os capitalistas buscassem outros meios para conter o avanço dos movimentos dos trabalhadores, para que o capital continuasse em seu processo incessante de acumulação sem grandes conflitos. É no período pós Segunda Guerra mundial que surge o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*),

⁹⁵ Conforme Behring (1998) a política social nesse campo é um tipo específico de política pública. As ações/medidas realizadas pelo Estado na esfera da economia, por exemplo, se caracterizam como uma “política pública” e não como “política social” mesmo reconhecendo que as decisões econômicas trarão impactos diretos e indiretos a esta. Ou seja, toda política social é pública mas nem toda política pública é social.

⁹⁶ Nas palavras de Behring “o termo política social não se refere às ações privadas a não ser quando elas estão dentro de uma lógica da ação pública, porque política social é algo que o Estado oferta ou regulamenta. No entanto, ela pode ser um *mix* público e privado de ações”. Anotações das aulas na disciplina Política Social e Serviço Social, ministrada pela Professora Elaine Behring, no PPGSS-DINTER UERJ/UFAL, no período de 17/06 a 21/06; de 08/07 a 12/07 de 2013.

⁹⁷ Behring e Boschetti (2006, p. 37) nos alerta para tomarmos o cuidado de não realizarmos uma análise restrita e unilateral a respeito das políticas sociais que “explicam (as políticas sociais) sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora”.

expressando a “preocupação” em gerenciar os problemas relacionados à “questão social”. Misha (1995, *Apud* Behring e Boschetti, 2006, p. 94) expõe sobre o *Welfare State* com as seguintes características:

1. Responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais; 2. Universalidade dos serviços sociais e 3. Implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

Ainda conforme os referidos autores (2006, p. 96-97),

é comum encontrar na literatura sobre políticas sociais a utilização do termo *Welfare State* para designar genericamente os países que implementaram políticas sociais sob a orientação keynesiano-fordista [...] é importante reconhecer que o termo *Welfare State* origina-se na Inglaterra. [...] Mas há outras designações, que nem sempre se referem ao mesmo fenômeno e não podem ser tratadas como sinônimo [...] É o caso do termo *Etat-Providence* (Estado-providência), que tem origem no Estado social na França e [...] na Alemanha o termo utilizado é *Sozialstaat* (Estado social)

O Estado, então, passa a atuar mediante as políticas sociais, que adquirem uma forma mais abrangente, mas intervêm, de modo fragmentado, sobre a “questão social”. Isso se confirma nas palavras de Netto (1992, p. 28) quando argumenta que “as sequelas da questão social são recortadas como problemáticas particulares [...] Assim, a questão social é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção”.

Behring (2003) afirma que o Estado de Bem-Estar Social, entre outros avanços conquistados no século XX, passou a ser considerado pelo discurso neoliberal um “problema”, quando as taxas de crescimento começam a decrescer e as dívidas públicas e privadas crescem aceleradamente. Segundo a ótica neoliberal, foram os “gastos generosos” do Estado de Bem Estar que causaram os déficits fiscais dos países que os adotaram, fomentando assim uma concepção de Estado “paternalista”. Assim, é recomendado para a solução da problemática social – a redução dos gastos públicos do Estado através do desenvolvimento de políticas focalizadas para a pobreza. Nas palavras de Behring e Boschetti (2006, p. 103) “as elites político-econômicas, então começaram a questionar e a responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado *mediador/civilizador*, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses”.

Mészáros, a seu modo, analisa criticamente o desenvolvimento dos “anos gloriosos” do capitalismo e explica porque foi possível garantir alguma melhoria na condição de vida

dos trabalhadores e que, com a crise estrutural, altera-se o processo de reprodução do capital, não sendo mais possível mascarar as contradições imanentes desse sistema sociometabólico. Em suas palavras, (2002, p. 95),

Até algumas décadas atrás foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos tanto sob a forma de medidas legislativas para ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram reversíveis. [...] O capital teve condições de conceder esses ganhos. Que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva [...] durante seu processo de auto-expansão. Hoje, ao contrário [...] quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam [...] o sistema de capital global é *obrigado* a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais.

Assim, as políticas sociais deixaram de ser funcionais aos interesses do capital e foram realizados cortes significativos dos gastos sociais, através das políticas neoliberais a partir do final da década de 1970. O Estado inicia o processo de privatização de empresas públicas, diminui gastos sociais e concede maior liberdade ao mercado. A política social, que já era tratada de forma fragmentada, amplia esse traço e objetiva-se de modo seletivo, focalista pelo então “Estado Mínimo”, como será abordado na sequência.

2.2 Características das políticas sociais em tempos neoliberais

As políticas sociais se encontram inscritas no processo de constituição da sociedade capitalista⁹⁸ e se expressam de formas variadas de país a país. Interessa-nos, no caso brasileiro, analisar como tais políticas se concretizam nas condições específicas do país e seu alcance em tempos neoliberais. Como vimos no primeiro capítulo o processo de formação do capitalismo no Brasil teve suas particularidades. Para tanto de maneira breve foram destacados o sentido de nossa colonização, nossa subordinação e dependência ao mercado mundial, o peso do escravismo, enfim caracterizado como um país de via não-clássica processo este de transição para o capitalismo.

Vale lembrar, que é a partir do Estado Novo, que as políticas sociais receberão uma atenção maior, sobretudo pela sua importância na reprodução da força de trabalho e como

⁹⁸ Cf. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 72).

mecanismo de controle social (NEVES, 2005). Anteriormente conforme Behring e Boschetti (2006, p. 78) a “questão social” só se colocou (de maneira tênue) no cenário de luta e atenção do Estado brasileiro a partir da primeira década do século XX com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de regulação trabalhista. Até a primeira República conforme Fausto (1998) o tratamento da “questão social” não foi vinculado ao projeto burguês cafeeiro, muito menos à burguesia industrial subordinada à hegemonia da primeira. O autor sugere que a formação social do país dera origem a classes dominantes regionais que não tinham em sua agenda um projeto de desenvolvimento nacional “característica, aliás, revelada nos limites geográficos de parte das políticas” (FAUSTO, 1998, p. 11). Ele completa (Idem, 1998) dizendo que na primeira República,

Não há um projeto nacional com relação à classe operária, visando a um grau maior ou menor de incorporação à cidadania. Isto não é ainda necessário seja pela fraqueza das pressões de baixo, seja pela importância secundária da ordem industrial, seja de natureza do jogo político, levando-se em conta no plano eleitoral a inexistência do voto obrigatório.

O que vamos encontrar nesse período é um cenário em que a burguesia brasileira (agrária e industrial) combina formas racionalizadas de organização e controle da força de trabalho, ausência de uma legislação de proteção social com uma atividade repressiva em íntima colaboração com o aparelho de Estado (FAUSTO, 1998).

Behring e Boschetti (2006) observam que na primeira República há medidas esparsas e frágeis de proteção social num país que esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação, e em que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos. Assim se constituiu a gênese da política social em nosso país.

Conforme Gomes (2005, p. 196) “o Estado Novo, iniciado nos anos de 1937, veio definir (pelo menos no discurso) o que antes, na primeira República era ausente: a finalidade do Estado promotor de bem estar nacional e realizador do bem comum”. Os propósitos sociais da Era Vargas⁹⁹ em prol dos “interesses nacionais”, como o reconhecimento e o enfrentamento da “questão social” (GOMES, 2005), e a repartição de custos e benefícios sociais (Santos, 1979, p. 31) é afastar-se das “meras preocupações formais com procedimentos e modelos jurídicos (postura da primeira República) para mergulhar nas

⁹⁹ Em 1934 surge pela primeira vez na constituição alusões sobre “proteção social” ou “direitos sociais”. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>, acesso em 09 de dezembro de 2016.

profundezas de nossas questões econômicas e sociais” (Gomes, 2005, p. 197) e “zelar por uma maior, ou melhor, justiça no processo de acumulação”. Nesse tempo, nas palavras de Santos (1979, p.33),

A política social do governo estaria essencialmente ligada à política de acumulação e todo o problema, do ponto de vista governamental, consistia em conciliar uma política de acumulação que não exacerbasse as iniquidades sociais a ponto de torná-las ameaçadoras, e uma política voltada para o ideal da equidade que não comprometesse, e se possível ajudasse, o esforço de acumulação.

O que vemos é um processo de mudanças do tratamento da política estatal com relação à política social. Passa-se de um tratamento policial¹⁰⁰ (primeira República) para um tratamento que combinava, ao mesmo tempo, uma legislação social (com benefícios à classe trabalhadora) e uma obediência política perante um Estado autoritário. Segundo Gimenez (2007, p. 18),

Na década de 1920, diante de crescentes agitações sociais, e depois de Arthur Bernardes passar o seu mandato sob Estado de sítio, o então candidato à presidência da República, Washington Luiz, indagado sobre a questão social e as agitações promovidas pelo movimento operário no Brasil respondeu categoricamente "que tais agitações interessam mais à ordem pública do que à ordem social", ideia que repetira mais tarde quando fora acusado de considerar a questão social como "um caso de polícia”.

Desse modo, é nesse momento pós-30 que se instaura a “cidadania regulada” com base numa política econômico-social que transita da esfera da acumulação para a esfera da equidade. Santos (1979) define bem esse conceito quando a mesma se expressa não como um código de valores políticos, mas como uma norma regulada pelo Estado que a define. Os sujeitos membros da comunidade são definidos pelas ocupações/profissões que exercem e seus direitos são alcançados/ampliados pelo escopo dos direitos associados a estas ocupações/profissões. Nas palavras de Santos (1979, p. 22),

O poder público brasileiro demorou menos em regular as compensações sociais devidas àqueles que participavam do processo de acumulação, em condições de inferioridade quanto à magnitude dos recursos de poder de que dispunham, do que em regular as condições nas quais o próprio processo de acumulação se processava.

No cenário pós-Segunda Guerra e anos de 1950/60, uma nova fase de aprofundamento do capitalismo no Brasil se desenvolve evidenciando-se no econômico com o

¹⁰⁰ <Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_eca7c6e5a604e1aae58c3a243444ca3e>, acesso em 03/12/2016.

desenvolvimentismo e na esfera política em que o consenso sobrepõe-se à simples coerção. Ao final do governo Vargas existia uma pauta de padronização e unificação da previdência social no país resultando na lei Orgânica da Previdência Social aprovada em 1960 (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 107). Para Mota (2000, p. 173 Apud Behring e Boschetti, 2006, p. 107) esse período é caracterizado por uma gestão estatal da força de trabalho, que incluiu as políticas sociais e que incidia sobre a organização do mercado de trabalho, a reprodução ampliada da força de trabalho e a regulação de normas de produção e de consumo. Mas “cabe reter que o Brasil acompanha as tendências internacionais de incremento da intervenção do Estado diante das expressões da questão social, mas com características muito particulares” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, Pp. 108). Desse modo, esse desenvolvimento foi bem restrito, comparado ao capitalismo Keynesiano-fordista dos países centrais.

Uma análise na contemporaneidade sobre a política social deve avaliar o desenho com que a mesma se constituiu nesse período (Era Vargas e período 1945-1964): sua expansão foi lenta e seletiva e os direitos sociais se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado (BERING e BOSCHETTI, 2006, p. 110). Esses elementos constitutivos da política social em nosso país no interior do dilema entre acumulação capitalista e desenvolvimento social (política social) devem ser considerados. O debate atual sobre o Estado e as políticas sociais em tempos neoliberais requer considerar essas heranças e outras questões.

Dentre elas, destaca-se o elemento decisivo que alterou o desenvolvimento capitalista a partir dos anos 1970: a crise estrutural marcada pela concentração de capital e descentralização da produção, crise que afeta o cerne do metabolismo do capital nas esferas da produção, da circulação e do consumo e suas consequências materiais/sociais. Esse momento de crise estrutural, nas palavras de Maranhão (2010 Apud Mota, 2010, p.16): “mobiliza a intervenção do Estado e das organizações financeiras internacionais¹⁰¹ na tentativa de equacioná-la”. Os gestores capitalistas procuram conduzir medidas com o objetivo de sanear essa crise do sistema do capital e buscam ajustá-la através de uma substituição de políticas econômicas, ações que provocam instabilidade social.

Esses gestores, nas décadas de 1980 e 1990 creditam e reorientam políticas econômicas objetivando retomar o aumento da produção e acumulação capitalista para equalizar a taxa de lucro. Para tanto, o Estado apresenta-se como instrumento importante para

¹⁰¹ FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), BIS (Banco de Compensação Internacionais), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), entre outros.

o alcance de tal objetivo e, conseqüentemente, com isso afeta as políticas públicas e sociais¹⁰². A ofensiva do capital vai implicar sérias mudanças à proteção social e afetar decisivamente algumas conquistas sociais de períodos anteriores. Essa reação do capital é direcionada pela esfera financeira. Nas palavras de Meireles (2008, p. 08),

O capitalismo mundial se viu profundamente remodelado no último quarto do século XX pelo protagonismo que o capital financeiro passa a ter no processo de acumulação. A América Latina não fica incólume a estas alterações. O crescente ganho de importância das finanças tem extensa repercussão nos países latino-americanos, evidenciada tanto nas novas diretrizes da política econômica – de orientação neoliberal – como no impacto destas na vida da população local.

No campo ideológico, o velho liberalismo se apresenta então com uma nova configuração: o neoliberalismo. Na contemporaneidade, tomando como referência esse cenário que se configura no debate brasileiro, no que se refere à “questão social” surge novas propostas como: o social-liberalismo (tendo como foco o alívio das pressões da “questão social”), o neodesenvolvimentismo e o socialismo do século XXI (representado pela Revolução Bolivariana na Venezuela em 1998). Abordaremos sobre o “neodesenvolvimentismo”¹⁰³, pois na atualidade os gestores, como exemplo no caso brasileiro, retomam a proposta do desenvolvimento posta nas décadas de 1960, propondo uma agenda “diferente” para as demandas da reprodução da sociedade capitalista, mas, mais uma vez, sem realizar as conexões com os direitos materializados em políticas sociais.

Nesse contexto da crise estrutural do sistema capitalista, tem-se observado mudanças nas esferas social, política e econômica no Brasil e na América Latina. Efetivas alterações vêm ocorrendo, a partir das décadas de 1970 e 1980, afetando os processos de produção e acumulação capitalista, pois nesses países são identificadas quedas significativas das taxas de lucratividade na produção industrial. Segundo Mandel (1982), as flutuações das taxas de lucro resultam em ondas longas com tonalidades expansiva e/ou de estagnação na tensão entre superacumulação, crise e depressão. Nas palavras do autor, (1982, p. 75),

¹⁰² Conforme Behring (2013) o termo *política social* não se refere às ações privadas a não ser quando elas estão dentro de uma lógica da ação pública, porque *política social* é algo que o Estado oferta ou regulamenta. No entanto, ela pode ser um *mix* público e privado de ações. Behring e Boschetti (2006, p. 37) também nos alerta no sentido de não realizar uma análise restrita e unilateral a respeito das políticas sociais que “explicam sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora”.

¹⁰³ Nos apropriamos do termo “neodesenvolvimentismo”, apresentado nas análises críticas de: CASTELO (2010; MOTA (2010 ; 2012) , GONÇALVES (2012) e BOITO (2014). Já Bresser-Pereira e seus seguidores que afirmam os pressupostos liberais, utilizam o termo “Novo desenvolvimentismo”.

Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação.

Conforme o autor acima citado, no núcleo mais duro da crise estrutural, encontra-se a incapacidade do capital em superar seus efeitos e de conseguir retomar seus ciclos expansivos longos. Isso ocorre quando há um esgotamento do padrão fordista-keynesiano e do Estado de Bem-Estar Social, expressão política e econômica compreendida por Netto (2012, p. 75), como o “único ordenamento sociopolítico, que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos”. Assim, o esgotamento desse modelo que oportunizava a generalização, a universalização das políticas sociais propiciadas pela onda longa expansiva do capital perde sua sustentabilidade e, desse modo, vai sendo questionado e criticado pelo discurso neoliberal.

Behring (2003) afirma que o Estado de Bem-Estar Social, entre outros avanços conquistados no século XX, passou a ser considerado pelo discurso neoliberal um “problema”, quando as taxas de crescimento começam a decrescer e as dívidas públicas e privadas crescem aceleradamente. Segundo a ótica neoliberal, foram os “gastos generosos” do Estado de Bem Estar que causaram os déficits fiscais dos países que os adotaram, fomentando assim uma concepção de Estado “paternalista”. Assim, é recomendado para a solução da problemática social – a redução dos gastos públicos do Estado através do desenvolvimento de políticas focalizadas para a pobreza¹⁰⁴. Nas palavras de Behring e Boschetti (2006, p. 103), “as elites político-econômicas, então, começaram a questionar e a responsabilizar a atuação agigantada do Estado mediador/civilizador, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses”, pelo desenvolvimento da crise.

Para dar continuidade ao processo de acumulação de capital e superar suas crises, a sociedade burguesa realiza movimentos paliativos criando “novas” barreiras inibidoras de sua expansão. Esses movimentos afetam o mundo do trabalho e as políticas sociais. Os acordos mínimos entre capital e trabalho, ou seja, as concessões feitas do primeiro ao segundo, a partir de um arranjo sociopolítico, só são realizadas, mesmo nos tempos de prosperidade/ de crescimento econômico, desde que não afetem as possibilidades para a acumulação capitalista.

¹⁰⁴ BEHRING, E. R. Brasil em Contra-Reforma – Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. V. 1. 304p.

É a partir dos anos de 1980, que o capital especulativo se desenvolve assustadoramente para enfrentar a crise estrutural e elevar a acumulação. Com isso, afeta as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores mundialmente, em especial, com o advento do neoliberalismo. O neoliberalismo surge como uma nova ideologia contrarrevolucionária que, na tentativa de anular alguns “avanços sociais” alcançados ao longo dos últimos 50 anos, afeta o conjunto das relações sociais. Nos anos de 1980, nas palavras de Castelo (2010, p. 21) “o objetivo do neoliberalismo era se apresentar como uma alternativa ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista, prometendo acabar com a crise da dívida externa e a alta inflação”.

A teoria do desenvolvimento, conforme Duarte e Gracioli (2007) teve como principal objetivo a identificação dos obstáculos que se impunham à plena implantação da modernidade. Lembramos que o desenvolvimentismo seria a ideologia da superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, substituindo as importações com a presença efetiva do Estado, na condução desse movimento. Os indicadores do desenvolvimento seriam o produto real, a grande industrialização, a renda *per capita*, os índices de alfabetização e escolaridade, as taxas de mortalidade e a expectativa de vida entre outros (MARINI, 2010).

Conforme Bielschowsky (2000) o projeto desenvolvimentista defendia os seguintes elementos: a) a industrialização integral, [que] seria a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento; b) a conquista da industrialização eficiente e racional no Brasil seria necessária, a partir de um planejamento estatal, não a deixando sob o controle das forças espontâneas de mercado; c) o planejamento deveria definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deveria ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada fosse insuficiente.

O foco de combate do neoliberalismo aos pontos fundamentais acima advogados pela teoria desenvolvimentista encontra-se na função do Estado. Assim, para a teoria neoliberal o fundamento da crise estaria no Estado, por isso, seu pressuposto principal está no “Estado Mínimo”. Isso significa, que o Estado deveria diminuir seus gastos sociais, sua intervenção econômica na dinâmica do desenvolvimento capitalista e manter sua ação de controle sobre os movimentos sociais e sindicatos que reagissem ao “novo” preceito político. Os seguidores do neoliberalismo passam a desenvolver diversas iniciativas para legitimá-lo socialmente. Para tanto, se empenham, sob o influxo de suas ideias, criar um movimento de contrarreforma favorecendo os espaços para a produção de superlucros, através de práticas ideológicas tanto

nos países centrais quanto nos países periféricos¹⁰⁵ (MOTA, 2010). A ofensiva neoliberal utiliza-se do seguinte pressuposto: reduzir liberdade a liberalismo e a identificar esse último com democracia. Sua essência seria, segundo Netto (2012, p. 84), “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o ‘Estado mínimo’ como única alternativa e forma para a democracia”.

Nesse período, os governos do Brasil, Argentina, México e Colômbia, por exemplo, seguiram as medidas preconizadas pelo Consenso de Washington (taxas de juros elevadas, equilíbrio fiscal, privatização das empresas públicas, redução dos gastos sociais, liberalização financeira e comercial e a garantia dos direitos de propriedade). Medidas essas como condição dos organismos internacionais (como exemplos: Banco Mundial e FMI) para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral. Conforme Batista (1994)¹⁰⁶, os governos desses países operavam na perspectiva de que tudo passaria. Parecia que as classes dirigentes latino-americanas tiveram, espontaneamente, apreendido que a grave crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas como – os preços exorbitantes do petróleo, as taxas internacionais de juros elevadas, a deterioração dos intercâmbios internacionais de produtos – , ou seja, como se resultasse apenas de fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em “reformas” neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas.

No entanto, há um enfraquecimento do modelo de integração nos países periféricos aos ditames do capital imperialista, pois eles continuaram, segundo Castelo (2010), mergulhados na dependência e no subdesenvolvimento. Diante do esgotamento dessa proposta neoliberal, apresentam-se na América Latina e, especificamente, no Brasil, na década de 1990, programas voltados para o crescimento econômico com o desenvolvimento social, porém, conforme Mota, (2010, p. 155), “não puderam fugir do movimento de internacionalização da economia, incorporando-se à dinâmica mais geral dos processos especulativos”. Na atualidade, o neodesenvolvimentismo se configura nessa proposta de desenvolvimento que supõe “romper” com a proposta neoliberal. Ele se apresenta, por

¹⁰⁵ Lembramos que a partir dos anos de 1980 os movimentos de esquerda latino-americanos lutam pela superação das ditaduras, numa clara resistência ao liberalismo.

¹⁰⁶ Ver: Batista, Paulo Nogueira. (1994). O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: www.fau.usp.br/cursos/graduação/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf

exemplo, em países como Argentina e Brasil.

Assim, o neodesenvolvimentismo se expressa perante a crise neoliberal, iniciada nos anos 2000. É uma crise econômica e política, que se desdobra em diversas crises. Observa-se um movimento à esquerda em certos países da América Latina (Venezuela, Bolívia e Equador) em resposta à crise, mas, associada a essa guinada à esquerda vem a contrarreforma da direita. Constituído sob os alicerces da teoria da CEPAL¹⁰⁷, segundo Gonçalves (2012), o neodesenvolvimentismo tem seu arcabouço teórico baseado na avaliação dos equívocos do nacional-desenvolvimentismo. Torna-se o vetor “crítico” do Consenso de Washington, sendo que a sua diretriz estratégica é o crescimento econômico com menor desigualdade, maior eficiência das instituições do governo e maior eficiência dos mercados em que o foco são as políticas macroeconômicas. Com essa configuração, ganha uma base política que começa a influenciar os caminhos que a política econômica brasileira iria seguir.

Torna-se de um modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nos governos de Lula da Silva e retoma a questão central do pensamento ideológico, criado na América Latina nos anos de 1930, que vai ganhar força nos anos de 1950: como superar o subdesenvolvimento? Adiantamos aqui, segundo Mota (2010, p. 155) que “não se trata de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos de 1960, mas de uma defesa de um desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social”.

Um grupo de intelectuais¹⁰⁸, baseados numa suposta elevação das taxas de crescimento e perante a crise da ofensiva neoliberal, defende o surgimento de uma nova etapa de desenvolvimento/avanço para o país, sugerindo com isso que o Brasil tem passado nos últimos anos uma nova fase no modelo de desenvolvimento capitalista e equidade social. Respeitando as diferenças entre os estudiosos foram identificadas características semelhantes entre os mesmos como: 1. A defesa da autonomia e da soberania nacionais, e a industrialização como instrumento de superação das barreiras ao desenvolvimento da periferia; 2. O Estado sendo um grande agente estratégico promotor de políticas de planejamento e bem-estar-social e; 3. A importância da presença de pensadores inteligentes

¹⁰⁷ Conforme Colistete (2001) A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) propunha que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano. A presença de uma industrialização dinâmica (sendo a principal responsável pela absorção de mão de obra e pela difusão e geração do progresso técnico) daria impulso necessário para uma produtividade maior elevando com isso a renda evitando também a transferência dos ganhos de produtividade para os países industrializados. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, n. 15 (41), 2001.

¹⁰⁸ Conforme Mattei (2011, apud Peroni e Caetano, 2012, p. 04), três grupos discutem o neodesenvolvimentismo brasileiro: o primeiro liderado por Bresser Pereira, o segundo é o grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistemas Financeiros, vinculado ao Instituto de economia da UFRJ e o terceiro é vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (IPEA) e foi liderado pelo então presidente do Instituto Marcio Pochmann.

nos postos chave do Estado. A esse respeito, diz Castelo, (2010, p. 194): “objetivava-se com um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na ‘questão social’¹⁰⁹, [...] a redução da incerteza inerente às economias capitalistas”.

A questão principal, colocada em tela pelo neodesenvolvimentismo, é que para ter uma economia de mercado forte é necessária à presença de um Estado forte atuando/regulando o mercado, as atividades econômicas. Para os neodesenvolvimentistas, segundo Castelo (Idem) a redução das desigualdades sociais passa pelo: “1. controle de capital; 2. expansão do gasto público; 3. câmbio fixo e redução das taxas de juros e; 4. a promoção da equidade social”. Considerando que essas medidas são dependentes de um crescimento econômico anual, com taxas de juros acima de 5%, os neodesenvolvimentistas defendem, conforme expõe o autor (2010, p.197), a seguinte posição:

O Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzem a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social.

Convém salientar, conforme Peroni e Caetano (2012), que para o antigo desenvolvimentismo o papel do Estado era de protagonista; já na proposta neodesenvolvimentista, o setor privado é que deve disponibilizar recursos e suas capacidades gerenciais a favor dos investimentos produtivos. Para o neodesenvolvimentismo, segundo Castelo (2010), o Estado tem a função de ser um complemento do mercado e, ao mesmo tempo, promotor do bem-estar universal, sendo uma instituição com posições acima dos interesses particulares e das classes sociais, o conciliador entre capital e trabalho.

Na verdade, segundo o autor acima citado, a atuação desse Estado visa, tão somente, fortalecer os interesses dominantes sob a hegemonia burguesa industrial. Assim, o Estado explicita sua verdadeira função na contemporaneidade: atuar em favor do capital/burguesia rentista.

¹⁰⁹ Segundo Netto (2001) a expressão “questão social” surge nos anos de 1830, expressando os impactos da primeira onda industrializante. Ela começa a ser utilizada no momento do capitalismo industrial-concorrencial para responder ao pauperismo e a desigualdade social. Com o advento da Revolução Industrial, a produção desenvolve-se em uma escala muito maior que o capitalismo mercantil (período anterior), empregando com maior frequência, eficiência e exploração de matérias primas, energia, técnicas novas, invenção de máquinas e mantém a contratação de força de trabalho assalariada. Nesse contexto, se origina a “questão social”, decorrente das alterações no processo de produção industrial e acumulação, demonstrada no aumento do pauperismo. Só que tal pauperismo provém da não absorção do trabalho vivo, do desemprego, da intensa exploração do trabalho e da formação da superpopulação relativa no período do capitalismo concorrencial, causado pela necessidade de extração de mais valor que a maquinaria propicia e pelo processo de trabalho que exige.

Destacamos também os limites da análise realizada pelos neodesenvolvimentistas, quando afirmam a existência de um embate entre a ‘burguesia rentista (setores financeiros) e a ‘burguesia produtiva’ (setores industriais), como se houvesse uma separação/uma contradição entre elas. Isso não ocorre, pois como afirma Castelo (2010, p. 200) “cada vez mais os grandes oligopólios e monopólios transnacionais produtivos operam segundo a lógica da financeirização, [tornando-se] o padrão sistêmico de gestão da riqueza capitalista”. É um equívoco defender uma separação rígida entre capitais, um capital menos “perverso ou bonzinho”, este identificado como produtivo e, ao mesmo tempo, um capital podre, ruim, que se expressa no capital rentista.

Outro elemento problemático encontrado na teoria neodesenvolvimentista seria o significado de “equidade social”, pois, segundo os neodesenvolvimentistas, as desigualdades sociais estariam sublinhadas pela naturalização das relações econômicas capitalistas e que a promoção da igualdade de oportunidades seria conseguida pela mediação da educação na competição eterna entre os indivíduos no mercado de trabalho. Assim, os aspectos sociais são tratados como aspectos secundários, sendo que a intervenção sobre a “questão social”, proposta pela política econômica, funcionaria para neutralizar opositores, à direita e à esquerda, pacificando as tensões sociais (CASTELO, 2010).

Enfim, os limites da análise neodesenvolvimentista estariam a propor um novo desenvolvimento, mas sem tratar da questão central: o processo que leva à acumulação capitalista. Como veremos adiante, a problemática corrente de pensamento é teorizar e agir (como plataforma de governo) exclusivamente, por exemplo, ofertando políticas econômicas compensatórias de combate à pobreza e incentivadoras para a renda e para o consumo em lugar de políticas redistributivas embora estas últimas sejam também limitadas.

Ao analisarmos o governo de Lula da Silva, prevalece, em seu interior, esse discurso ideológico, formal-abstrato, que dá ênfase ao crescimento econômico, a ampliação e formalização do emprego e da intervenção do Estado como aspectos decisivos que combateriam medidas de cunho neoliberais. No entanto, o que vemos atualmente de verdade, nas afirmações de Mota (2010, p. 220) é:

Um discurso da eficiência do setor privado como argumento da privatização e mercantilização de serviços e empresas públicas; o do empreendedorismo e da empregabilidade como justificação e estímulo a um suposto trabalhador (empreendedor) sem patrão – uma das estratégias de redução consentida da força de trabalho contratada pelas empresas.

Na verdade, observamos nos governos de Lula da Silva, tendo continuidade no governo Dilma (primeiro mandato), respeitando suas particularidades, medidas que gerenciam as condições de pobreza absoluta da população, atendendo infimamente a dadas necessidades sociais como acesso à renda e ao consumo. Conforme Salama (2010, p. 172-173 Apud Siqueira, 2013, p. 25) “houve uma diminuição da pobreza no segundo governo de Lula da Silva, mas os programas sociais como os de transferência de renda obtiveram pouco impacto sobre a desigualdade social no país”. E, como afirma Siqueira (2013, p. 26) na melhor das hipóteses de certa maneira diminuiu a *pobreza absoluta* (com tais programas) “mas não conseguiu desenvolver políticas cujas orientações permitissem a redistribuição de renda e diminuição da desigualdade social, não impactando na *pobreza relativa*”¹¹⁰. O modelo de desenvolvimento desses governos se expressou no aumento dos gastos sociais, atingindo os setores mais empobrecidos e precarizados da população brasileira. No entanto, esses ajustes, no plano prático, não alteraram as desigualdades sociais e nem colocam em cheque a exploração capitalista, como diz Mota, (2012, p. 22), “se a definimos sob a ótica das disparidades das rendas do trabalho e dos lucros” entre outros rendimentos do capital.

A diminuição da desigualdade no período compreendido entre 2003 e 2009, por exemplo, no Brasil é menos resultante dos programas de transferência de renda do que dos salários e aposentadorias indexados pelo salário mínimo. O programa Bolsa Família mesmo reduzindo a pobreza absoluta não ataca a desigualdade e não cria alternativas de inserção sociais duradouras e ampliadas porque, segundo Barbosa *et. all* (2012, p. 141), “não é capaz de impactar sobre o perfil da repartição da renda, na medida em que não afeta os rendimentos do trabalho, os quais representam grande parcela da renda dos mais pobres”.

Do mesmo modo, a forma como a desigualdade se expressa em nosso país, no período acima referido, mesmo considerando a queda do *Índice de Gini*, não foi suficiente para impedir que a mesma continuasse a ser mantida como um dos traços mais marcantes. Nas palavras de Barbosa ET AL (2012, p. 139),

¹¹⁰ Metodologias alternativas que medem, conceituam o que se compreende como pobreza questiona o critério de linha de pobreza absoluta. O conceito de pobreza relativa faz uma conexão com a desigualdade. Segundo este enfoque, pobres seriam todos aqueles que se encontram distantes da renda mediana (recebendo até 50% desta) de um país ou região. A vantagem do cálculo da pobreza relativa está em apontar as limitações de se traçar uma estratégia nacional circunscrita ao combate à pobreza absoluta, exclusivamente ancorada em políticas de transferências de renda, sem que sejam enfrentadas as origens e os mecanismos de reprodução da desigualdade e se estabeleçam mecanismos maiores de ampliação da renda da coletividade por meio da expansão da produtividade, do emprego e da distribuição dos frutos do desenvolvimento (BARBOSA et al, 2012, p. 18). In: O Brasil Real: a desigualdade para além dos indicadores. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

As disparidades de renda seguem elevadas, apresentando diversas características nas áreas urbanas e rurais, tendo se reduzido de forma mais pronunciada nos Estados e regiões de maior renda *per capita*. Quando se faz a comparação internacional, o índice de desigualdade brasileiro continua entre os dez maiores do mundo, perdendo o país várias posições no IDH quando este é ajustado pela desigualdade, segundo a metodologia do PNUD. Adicionalmente, os 10% mais ricos recebem uma renda média 40 vezes superior aos 10% mais pobres. Apesar de inferior aos valores alcançados em 1980, o nível de desigualdade é semelhante ao de 1960, ainda que a renda total do país seja oito vezes maior à verificada há 50 anos, e a renda per capita, três vezes superior.

Assim, observamos que a problemática da plataforma “neodesenvolvimentista” é tratar a esfera econômica exclusivamente ofertando políticas compensatórias e uma contínua ausência de políticas sociais ampliadas.

Nos governos tratados aqui nesse texto, a agenda continua restrita, mas ela sofre uma transformação: a financeirização das políticas sociais em que o indivíduo, na condição de pobreza, torna-se consumidor. O indivíduo é incluído na sociedade na esfera exclusiva do consumo/mercado. Como somos sabedores, a restrição de tal agenda operada pelo Estado brasileiro é pautada no processo de reestruturação econômica regulada pelos órgãos como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Nas palavras de Chossudovsky (1999, p.12),

A pobreza é um item introduzido no lado da oferta. Os mercados emergentes são abertos à custa da substituição simultânea de um sistema produtivo preexistente [...] O sistema econômico global caracteriza-se por duas forças contraditórias: a consolidação de uma economia de mão-de-obra barata global e a procura de novos mercados consumidores. A primeira solapa a segunda.

Desse modo, essa inflexão que caracteriza esses governos (o combate à pobreza e esta sendo a política derivada do Banco Mundial) é a regra definidora das políticas sociais como forma paliativa do enfrentamento do pauperismo (FREIRE, 2013) e os países periféricos necessitam diminuí-lo através de medidas “administrativas” para aliviar as “inquietações sociais”. Conforme Silva (2012, p. 221 Apud Freire, 2013, p. 47) “através dos Organismos Internacionais, o Capital, procura amenizar as contradições da superpopulação relativa e a resposta à ‘questão social’ do pauperismo passa a ser o seu objetivo central”¹¹¹. Assim, tais políticas (mediante transferência de capitais e tecnologias), ao mesmo tempo em que definem quais serão os indivíduos merecedores das mesmas, determinam também os que não serão

¹¹¹ Vamos ver isso nos documentos e metas traçados como, por exemplo, “Metas do Terceiro Milênio da ONU” (com o “patrocínio” do Banco Mundial) no ano de 2000-2015 em que dentre as 08 (oito) metas a primeira seria a “erradicação extrema” da pobreza e a fome pela metade e a universalização da educação básica no mundo. Trataremos mais adiante sobre os Organismos Internacionais frente ao esporte como instrumento de promoção da Paz e de “inclusão social”.

merecedores destas, sobrando para boa parcela da população pobre a sua criminalização, como observou Freire (2013, p.48). Para tanto, segundo Chossudovsky (1999, p. 58), “implica cortes nos orçamentos do setor social e o redirecionamento das despesas, segundo um critério seletivo e simbólico”.

Freire (2013) observa que o tratamento dado às intervenções dessas políticas sociais compensatórias desenvolve a necessidade de uma intervenção técnica reducionista que objetiva identificar, selecionar e capacitar pessoas na linha da pobreza para que as mesmas superem as chamadas novas formas de “empobrecimento” e “vulnerabilidade social”. Nas palavras de Freire (2013, p. 53), “trata-se de uma reformulação dos direitos sociais como específicos à participação em determinados grupos sociais – direitos referidos não só à pessoa, como também ao grupo familiar imediato de pertencimento”.

A pobreza do indivíduo, nos alerta a autora, é enquadrada como ausência de escolaridade, cuidados com a própria saúde e capacidade de administrar a sua própria renda e, para superá-la bastaria adquirir vontade própria para alcançá-los (ser resiliente; adquirir competências socioemocionais). O discurso ideológico de que a condição de pobreza é definida pelo próprio indivíduo e não pela sua condição econômica toma corpo e se torna conteúdo permanente nos documentos produzidos e/ou referendados pelo Banco Mundial e outros organismos multilaterais internacionais. O que definirá a saída ou a permanência do indivíduo do pauperismo seria o grau de seu potencial, ou seja, pelo seu próprio esforço.

Conforme Siqueira (2013, p.32),

Esse é o entendimento liberal clássico de pobreza e de superação pelo indivíduo que está presente nos documentos dos organismos internacionais. A pobreza remete sempre a uma questão de “liberdade”, competência individual e concorrência [superação] onde as propriedades da riqueza e as carências do pauperismo não seriam outra coisa que o resultado das livres transações entre indivíduos com capacidades e esforços distintos.

Remeter a problemática da pobreza como uma “disfunção” do indivíduo (autorresponsabilização e culpabilização deste) retira de cena ou redefine o papel do Estado nessa problemática. Assim a ablação do Estado dos setores sociais e a “administração da pobreza” por meio de estruturas microsociais organizacionais paralelas e separadas deste elevaram-se nos governos aqui analisados.

Entretanto, essas políticas estão sempre dependendo das reformulações/transformações operadas pelo Capital, objetivando superar sua crise que é estrutural, pois podem, a qualquer momento, através de uma redefinição do Estado em suas políticas macroeconômicas, serem

modificadas, suspensas ou extintas.

Isto posto, remetemos ao papel do Estado nos Governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. O mesmo não diminuiu de tamanho. Na verdade, a mudança foi no seu perfil. A capacidade regulatória do Estado se configura como inoperante frente ao mercado. Diminuindo desse modo, segundo Freire (2013, p. 52) “a sua interferência direta para formular e executar políticas e programas observando-se uma evidente tendência de deslocamento das ações governamentais públicas no trato das necessidades sociais em favor de tal privatização”.

Os direitos sociais definidos na Constituição de 1988 se transformam em políticas “mínimas sociais” nos Governos do Partido dos Trabalhadores (aqui analisados) e embasam segundo Freire (Idem, p. 53), “a eficácia da gestão pública quanto à capacidade de administrar diversos mecanismos de seletividade social dos programas para identificação de seus beneficiários”.

Diante desse contexto de crise estrutural e de relações daí decorrentes que fetichizam as contradições entre capital e trabalho, problematizaremos, a seguir as políticas sociais, em particular, aquelas que resultam da expansão e progressiva diminuição da ação do Estado nos programas de assistência social, e as políticas operadas pelo “Terceiro setor”. Trataremos sobre a problemática das Organizações Sociais, seu papel frente à “questão social” em “nome de uma convocatória [de participação], responsabilizando o todo, numa solidariedade esvaziada de um sentido político” (FREIRE, 2013, p. 51). Na verdade essas políticas, implementadas pelos governos que seguem a agenda “neodesenvolvimentista”, contribuem para romper com a lógica de acumulação, com a ordem do capital ou servirão de instrumento para sua expansão?

2.3 As funções ideológicas do “Terceiro Setor”

O reordenamento do capital implica a resposta à crise estrutural dos anos de 1970, que põe fim aos “anos gloriosos” de prosperidade. Anos esses caracterizados pela regulamentação e intervenção operada pelo Estado na economia/na sociedade. Para tanto, foi necessário “evitar excessivas concentrações de poder de mercado” e também “combater o abuso do privilégio do monopólio”. Essas medidas segundo Harvey (1988, p. 118), não podiam ser evitadas forneciam “bens coletivos que não podiam ser produzidas e vendidas pelo mercado”.

Foram viabilizados investimentos nas esferas da seguridade social, habitação, saúde, educação e em infraestrutura física para garantir o equilíbrio político-econômico capitalista e o “crescimento econômico estável combinando com o aumento do padrão de vida da população” (HARVEY, 1998, p. 130).

O referido autor explica que nesses “Anos gloriosos”, período compreendido entre o pós-guerra 1945/início da década de 1970, o Estado (nos países centrais) assume um caráter intervencionista/técnico burocrático em prol da acumulação capitalista. De que maneira? Através do controle social e de um esforço para controlar os ciclos econômicos utilizando-se, para isso de uma combinação apropriada de políticas públicas, fiscais e monetárias. E também do investimento em políticas orientadas para o transporte e para os equipamentos públicos, que eram fundamentais para o crescimento da produção, do consumo “em massa” e para a garantia de empregos. Esse contexto configurou o que se reconhece historicamente como Estado de Bem-Estar Social, conforme abordado no item anterior.

Lembramos que o desenvolvimento capitalista nesse período foi proporcionado pela vigência e crescimento do *fordismo* que era caracterizado: por uma produção em massa homogeneizada; por trabalho parcelado e simplificado; pelo consumo em massa de produtos padronizados; por salários compatíveis com a necessidade de escoamento dessa produção massiva; por políticas sociais adequadoras da força de trabalho ao momento econômico existente, e por manutenção (enquanto consumidor) do trabalhador desempregado, doente e pelos investimentos públicos realizados pelo Estado. Desse modo, a condição para o bom funcionamento do Estado de Bem-Estar Social, nos países centrais, dependia da contínua aceleração da produtividade e dos lucros capitalistas, mundialmente.

O seu momento áureo de intensidade de consumo de massa padronizado, por exemplo, não se manteve. Assim, conforme Harvey (1998), as contradições inerentes ao modelo de capitalismo existente não poderiam mais ser controladas. O apogeu dessa crise vem com a queda da produtividade/lucratividade. No pacote implementado pelo capital para combater sua crise, na tentativa de retomar sua acumulação, novas medidas foram tomadas como a restrição dos gastos públicos pelo Estado. Desse modo, finaliza-se a relação “consensual e pacificada” entre capital e trabalho ocasionada pelo período fordista-keynesiano¹¹².

As animosidades tomaram o lugar das “benesses” do capital frente à “questão social”, aos seus programas e políticas sociais. O consenso político fordista somente aceitava as

¹¹² *Pleno emprego, igualdade de oportunidade e política sociais universais* estiveram presentes no discurso. Mas foram objetivos traçados e ideologicamente informados pelo Estado de Bem Estar Social, mas na verdade irrealizáveis (CHESNAIS, 1996).

redistribuições sociais, fundamentadas no crescimento e, quando este declinou, significou problemas para a sustentabilidade desse Estado do Bem Estar Social¹¹³. A onda deflacionária e de estagflação¹¹⁴ obrigou o grande capital, segundo Harvey (1998, p. 137) “a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho”.

No entanto, essa crise distingue-se das demais crises do desenvolvimento capitalista, pois não se restringe a uma esfera particular, já que é global extensa e atinge o cerne do sistema sociometabólico do capital (MESZÁROS, 2002, p. 796). Assim o capital se expressa de uma maneira incontrolável e destrutiva, dependendo sempre de reajustes, enquanto pode dar prosseguimento a sua dinâmica autoexpansiva e acumulativa.

Como vimos em Antunes (1999), os elementos mais expressivos dessa crise foram a queda tendencial da taxa de lucro, o desgaste da produção fordista, a derrocada do *Welfare State*, a hipertrofia do setor financeiro e o incentivo às privatizações, à retração aos gastos públicos, à desregulamentação e à flexibilização do processo produtivo e das relações de trabalho. Assim, teve nas palavras de Antunes (1999, p. 31), “Um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação”. Serviu-se para isso de “ações neoliberais como a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal”.

A crise do capital produtivo intensifica a expansão e liberalização dos capitais financeiros e essas mudanças se conectaram com o movimento de acumulação flexível, pois ao mesmo tempo em que se elevaram as possibilidades de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes, evidenciou-se também a possibilidade da minimização dessas crises pelo próprio sistema financeiro. Essa conexão se demonstrou, pois os fluxos de capital “desprezaram” as restrições de tempo e de espaço que costumavam ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo flexíveis e móveis presentes no processo de acumulação flexível. (HARVEY, 1998).

Seguindo nessa mesma análise, Antunes (1999, p. 32-33) nos explica que:

A crise do capital produtivo intensifica a expansão e liberalização dos capitais financeiros consequências da liberação dos capitais produtivos transnacionais; e o caráter centralizador e destrutivo desse processo evidenciado pelas novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, liberação comercial e avanço da tecnologia concorrencial, acelerou e intensificou o abismo entre os países do capitalismo

¹¹³ No campo da luta política as concessões dadas ao trabalho pelo Estado de Bem Estar Social não debilitaram em absolutamente nada o capital. Muito pelo contrário, contribuíram significativamente para a dinâmica expansionista do sistema. E essas concessões debilitaram a combatividade do trabalho reforçando na verdade as mistificações do reformismo (MÉSZÁROS, 2002, p. 911).

¹¹⁴ A estagnação da produção de bens e alta inflação de preços (HARVEY, 1998, P. 140).

central (Estados Unidos, Alemanha, Japão e os países integrantes do Nafta¹¹⁵) e os países da América Latina/Ásia e do Leste Europeu. Um profundo aumento na taxa de desemprego, bem como a extensiva/intensiva precarização da classe trabalhadora ocorreram nos países da América Latina ocasionados pela exclusão dos mesmos do movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros e do padrão avançado tecnológico.

Gestou-se assim um conjunto de mudanças econômicas, políticas, sociais e ideológicas que afetaram/afetam a reprodução material e social da classe trabalhadora, mas as medidas macroeconômicas neoliberais¹¹⁶ ocorridas nos anos de 1980/90 (Como exemplo temos o Governo Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos e o Consenso de Washington¹¹⁷) associadas à hipertrofia do capital rentista não resultaram na “aposta” de que elas se transformariam em “benefícios globais”. Contrariando o discurso dos economistas do FMI, protagonistas estes da globalização neoliberal, que defendiam que com o livre mercado as possibilidades de acumulação da riqueza material chegariam até os países periféricos e às camadas mais pobres da população, constatou-se, nesse período, “a intensificação da polarização entre países entre classes e um extraordinário aumento da pobreza, do desemprego e da precarização do trabalho”, segundo Mota (2012, p. 29).

Nas palavras de Chesnais (1996, p. 37),

Uma das características essenciais da mundialização do Capital é justamente integrar, como componente central, um duplo movimento de *polarização* aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia. Lembramos que a *polarização* é interna a cada país. Os efeitos do desemprego são indissociáveis daqueles resultantes do distanciamento entre os mais altos e os mais baixos rendimentos, em função da ascensão do capital monetário e da destruição das relações salariais estabelecidas (sobretudo nos países capitalistas centrais) entre 1950 e 1970.

¹¹⁵ O Nafta é o Tratado Norte-Americano de Livre-comércio entre Canadá, México e os Estados Unidos. Iniciado em 1994. Diferente de outros tratados (a exemplo da Comunidade Europeia) o objetivo se concentrou na criação de uma zona de livre comércio de mercadorias e serviços bem como a liberalização de investimentos. Questões relacionadas à livre circulação de pessoas entre os países nesse tratado, por exemplo, não é contemplado. As assimetrias entre os países participante são inexistentes, pois os padrões de renda são diferentes.

¹¹⁶ Contra o mundo do trabalho objetivando a retomada da acumulação foram adotadas as seguintes medidas: Flexibilização das leis trabalhistas, desmantelamento da capacidade de intervenção do Estado na economia, privatização de empresas estatais do setor produtivo, privatização de serviços públicos, diminuição das políticas sociais implementadas, executadas e gerenciadas pelo Estado e financeirização da economia retratam bem tais medidas (CHESNAIS, 1996, p. 34).

¹¹⁷ O consenso de Washington: realizado em 1989 foi uma reunião dos organismos internacionais (FMI, BID, Banco Mundial, funcionários do governo estadunidense e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas dos países da América latina. As recomendações para os países periféricos abarcaram dez áreas: 1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberalização comercial; 7. Investimento direto estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulação e; 10. Propriedade intelectual (CHESNAIS, 1996).

Na realidade, conforme Chesnais (1996, p. 312) “o modo de desenvolvimento sobre o qual os países centrais edificaram seu alto grau econômico e político de vida social não pode ser generalizado para os demais”. Assim, a hipótese da possibilidade dos países periférico-dependentes, como exemplo, o Brasil, de serem convidados a dar prosseguimento ao seu desenvolvimento como extensão do modo de produção dos países centrais tornou-se indefensável. Conforme o referido autor (1996, p. 313),

Os países centrais, o capital financeiro, as empresas transnacionais passaram a ter interesse apenas por regiões/áreas específicas mantendo *relações seletivas* (fontes de matérias-primas, de terceirização/salários muito baixos e com mercado interno de alto potencial de consumo) abrangendo alguns países do Terceiro Mundo.

As regiões, países, áreas subordinadas pelo oligopólio mundial praticamente não apresentam mais interesse econômico, muito menos político para o grande capital, pois deixaram de ser vistos como cenário de “desenvolvimento” e tornaram-se áreas de “pobreza” (palavra que invadiu o discurso e os documentos do Banco Mundial). Conforme Chesnais (Idem, pp. 39-40)

o que se operou foi uma nítida marginalização dos países¹¹⁸ em desenvolvimento com forte recuo de investimentos diretos e de transferências de tecnologia bem como sua exclusão do sistema de comércio internacional. Outrora baseado na integração simultânea (no quadro dos Estados-nações regulamentados de três mercados: o das mercadorias, o do capital e tecnologia e do trabalho) em seu movimento de mundialização, o capital mandou pelos ares essa integração, e tomou o cuidado de não reconstruí-la. [...] Começa a se tornar integrado quanto às mercadorias tende a se integrar no que diz respeito às tecnologias e às novas técnicas financeiras, mas não está integrado quanto ao trabalho.

O que se configurou foi a determinação pelo capital de zonas de mercado e zonas de pobreza¹¹⁹.

Como vimos, com o recuo dos investimentos externos diretos realizados pelo grande capital bem como a derrocada da possibilidade real do “desenvolvimento” dos países periféricos o tema do *gerenciamento da pobreza* foi tomando amplo espaço nos relatórios dos Organismos multilaterais a exemplo do Banco Mundial. Frente ao que foi exposto Motta (2012) relata que só restaram aos países periféricos/dependentes submeter-se às políticas

¹¹⁸ É bom lembrar que muitos países na África, na Ásia e América Latina não interessam mais ao capital e que ele tomou o poder de escolher quais os países, regiões do globo e camadas sociais que interessam, ou seja, esses países, regiões “não são mais alcançados pelo movimento de mundialização do capital a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização” (CHESNAIS, 1996, p. 18).

¹¹⁹ Mas lembramos, conforme Chesnais (1996) que a mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais. O Estado-nação não se apaga, mas o seu significado é alterado drasticamente (IANNI, 2002 *apud* MOTTA, 2012, p. 44).

macroeconômicas internacionais (capital financeiro) e serem obrigados a tomarem medidas de subordinação como reverter a enorme reserva de trabalhadores em atrativo de mercado para inserir-se no quadro das *relações seletivas* (como mercado interno potencial de consumo e superexploração da força de trabalho); Aceitar sua limitação como país sem relevância financeira/atrativa de investimentos (recebendo doações dos países centrais); E através de seus governos “administrar” a pobreza seguindo as cartilhas/metapas determinadas pelos Organismos Multilaterais internacionais (MOTTA, 2012, p. 39).

Das consequências dessas respostas operadas pelo capital perante sua crise “resultaram tensões políticas e sociais gerando uma onda de protestos antiglobalização que se estendeu” não apenas pelos países periféricos, mas por todas as sociedades capitalistas (MOTTA, 2012, p.289). Assim, aos reflexos da política neoliberal, vários movimentos sociais, em meio a um descenso da luta de massas, se manifestaram em reação a tais políticas. Conforme Bocca (2013) grupos de lutas levantaram-se como os Zapatistas (Chiapas, México) contra os acordos de integração regional neoliberal (Nafta) e contra o governo neoliberal mexicano de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), organizações sindicais dos EUA, Canadá, México e do Brasil (CUT) realizam em 1997 o III Fórum Sindical (derrocando numa declaração “Construindo uma aliança Social Continental” contra as políticas neoliberais), o governo de Hugo Chávez na Venezuela é implementado trazendo uma bandeira de luta baseada na crítica ao modelo neoliberal, e em 1999 surge o “Dia da Ação Coletiva Global”, sendo a cidade de Seattle-EUA o auge dos protestos antineoliberais. Assim, não só na América Latina “cresce e estrutura-se um movimento internacional antineoliberal, composto especialmente por novos movimentos sociais e ONGs, e centrado na contraposição do modelo imposto pelo Consenso de Washington e reafirmado no Fórum Econômico Mundial, em Davos na Suíça” (BOCCA, 2013, p. 55).

Nesse cenário fez-se necessário a procura de uma alternativa do próprio capital no intuito de frear, obstruir, através, de seus organismos multilaterais internacionais, esses movimentos e grupos sociais locais e/ou amplos originados do mundo do trabalho que tivessem a mínima dimensão de luta na perspectiva de busca pela propriedade coletiva dos meios de produção e a compreensão sobre as relações de exploração entre as classes. Assim os apologistas do capital (economistas do Banco Mundial, do FMI, por exemplo) não só propuseram mecanismos e estratégias de ajustes não apenas na conjuntura estrutural, medidas macroeconômicas (como anteriormente relatado), mas necessariamente também no campo da superestrutura.

Lembramos que o corpo teórico que compõe os apologistas do capital está baseado no campo acadêmico. Conforme Chossudovsky (1999, p. 34)

O dogma, o discurso econômico dominante não admite nem divergências nem discussão sobre seu paradigma que propaga um conjunto de relações fictícias, cuja finalidade é dissimular as manipulações do sistema econômico global. Produz teoria sem fatos (teoria pura) e fatos sem teoria (economia aplicada). O objetivo central é negar os fundamentos sociais da economia de mercado global. Incorporar e divulgar um discurso moral e ético que se concentra na “diminuição da pobreza” e ao mesmo tempo distorcer e disfarçar as questões políticas referentes à ela própria.

Desse modo, os organismos multilaterais já relatavam em seus relatórios¹²⁰ nos anos findos da década de 1990 a situação “desastrosa” sobre o aumento da pobreza no mundo e em especial nos países da América Latina. Relatando sua “preocupação” com a estagnação (a partir dos anos de 1980) do declínio e estabilização da desigualdade de renda e consequentemente com o aumento da participação das famílias mais ricas na renda total dos países de nosso continente e no caso do Brasil a renda per capita dos 10% mais ricos da população chegava a 32 vezes mais a dos 40% mais pobres, o documento alertava para a necessidade da implementação de “intervenções positivas” para o enfrentamento da pobreza, “causa maior” das desigualdades sociais entre as regiões no mundo. Com esses mecanismos de análise esses documentos disseminaram práticas ideológicas que tornaram “consensual a ideia de que a superação da crise capitalista se faz pelo crescimento da economia e combate à pobreza” (MOTA, 2013).

Conforme Motta (2012, p.290) a resposta do capital, no plano ideológico foi culpabilizar os Governos desses países demonstrando que suas bases institucionais fracassaram, pois além de não constituírem um mercado seguro para os investimentos externos, não conseguiram combater/erradicar a pobreza, as epidemias de doenças, o combate à corrupção e às drogas. Desse modo, segundo a autora, a concepção clássica de *Estado mínimo* passou a ser concebida como falta de capacidade institucional de tais países, além disso, o ideário neoliberal acrescentou a “incapacidade” desses países em administrar a “questão social” e a instabilidade social/política. Assim, tal ‘falta de capacidade administrativa’ tornou-se não só uma questão nacional de competitividade no mercado mundializado, mas principalmente uma questão internacional. A pobreza ganhou um status [hegemônico] de ameaça em nível mundial, pois a mesma colocava em risco a “governabilidade” e a “coesão social” (MOTTA, 2012, p. 290).

Portanto, para o Capital, o Estado não estaria em condições de “resolver” a

¹²⁰ O preceito da desigualdade: A Previsão de Desigualdade - Relatório sobre a Situação Social Mundial 2005 - UN - Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Nova York, 2005, disponível em <http://dowbor.org/2005/11/the-inequality-predicament-2.html/> acesso em julho de 2016.

problemática da “questão social” por falta de capacidade institucional e através de seus organismos multilaterais internacionais, foi disseminado o ideário da necessidade da redução dos custos sociais pelo Estado. Desmonte da atividade social e estatal é o que advoga a política de Estado nos países periféricos.

O combate à pobreza não seria o papel central a ser desempenhado pelo Estado. Outro “Ente” social entraria em cena: a “sociedade civil”. Na intenção de difundir novos mecanismos de hegemonia no intuito de criarem-se novas condições favoráveis à reprodução do capital uma nova concepção de desenvolvimento integra as metas e objetivos dos documentos elaborados por esses organismos multilaterais internacionais adotando o discurso da parceria indissociável e harmoniosa entre Estado, mercado e sociedade civil em prol da estabilidade política e econômica.

Para tanto a necessidade de controle e a busca da hegemonia fazem com que, no entendimento de Silene Freire, os organismos multilaterais¹²¹ reconceituem o papel da sociedade civil com base em novas formas organizativas, na tentativa de “anular os espaços de conflito por meio de uma contenção social que acaba servindo de base de legitimação de governos neoliberais” (FREIRE, 2006, p. 80). Nas palavras de Wellen (2012, p. 30) “sob o discurso do desaparecimento das alternativas históricas capazes de amenizar os problemas sociais, seja resultante da fragmentação dos trabalhadores ou da incapacidade dos governos, erguem-se novos projetos sociais que se apresentam como portadores de uma das poucas esperanças restantes”. No plano ideológico a intenção é definir a perspectiva do capital como a única saída (mesmo sendo indigesta para quase 90% da humanidade) e buscar soluções no seu interior defendendo a ideia de que o mesmo seja capaz de ainda solucionar o problema social, econômico e político da humanidade. Buscando sempre ignorar/negar os desagradáveis conflitos de classe esses “novos projetos sociais” postulam abstratas e leves críticas em face das manifestações superficiais do sistema (capitalista) em crise, mas sem sujeitar à crítica real os antagonismos internos fundamentalmente explosivos da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 1996, p. 22 e 72). Através desse mecanismo ideológico, mistifica-se a ideia da possibilidade da existência de um capitalismo “alternativo” (em contraposição ao “capitalismo selvagem”) em que as dimensões de reciprocidade entre as pessoas, sem considerar as diferenças de classe, pode existir (MENEZES, 2007).

¹²¹ Organismos multilaterais internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento- BIRD; Banco Mundial – BM; FMI – Fundo Monetário Internacional; Unesco – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura ; ONU – Organização das Nações Unidas; OMC – Organização Mundial do Comércio; dentre outros)

Dessa forma, o papel de destaque que as Organizações Sociais (“terceiro setor”)¹²², reconhecidas como sinônimo da sociedade civil, recebem dos organismos internacionais através de suas agendas/diretrizes voltadas para as políticas sociais e, em nosso caso, para a educação e o esporte, evidencia-se fortemente na contemporaneidade.

A mobilização social incentivada por tais atores no enfrentamento da “questão social” é direcionada para o consenso, e com o mínimo de resistência e oposição possível (MONTAÑO, 2014). O “terceiro setor” seria a “via alternativa” da política social para o desemprego e para pobreza, a parte “saudável” da realidade social. Desenvolver programas, projetos sociais, no universo operado por esse segmento seria estar longe do setor público (visto como inoperante e incompetente em suas funções). Assim o “terceiro setor” seria o campo livre da possibilidade de existência do nepotismo e da corrupção.

Há um consenso entre autores como Montaña (2002; 2007; 2014), Menezes (2007) e Wellen (2012), que negam o postulado que se advoga na atualidade de que a contradição capital/trabalho acabou se tornando uma problemática não decisiva para qualquer tipo de análise que busque a superação do capital. O tratamento, a funcionalidade direcionada pelo Capital (através de seus organismos multilaterais internacionais e seus intelectuais orgânicos) para a “sociedade civil”, aqui identificada equivocadamente como ‘terceiro setor’, sem conexão com a totalidade, estão no campo de análise dos mesmos e são criticadas e combatidas.

Conforme as análises de Freire¹²³ (2006, p. 75) “houve um revigoramento [como na atualidade] do termo ‘sociedade civil’ mesmo antes dos anos de 1970”. Conforme a autora o conceito do termo “sociedade civil” tornou-se a “palavra da moda” sendo mistificador e ilusório, bem como fragmentador e extremamente conservador. Isso foi estimulado pelo esgotamento dos “Anos dourados” do modelo de Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, bem como na crise do socialismo autoritário no Leste Europeu e pelas ditaduras presentes em boa parte dos países da América Latina. Numa perspectiva “progressista”, a expressão “sociedade civil” designada como “terceiro setor” era concebida como forma espontânea de sociabilidade, tendo como referência personagens, atores, espaços e vínculos sociais afastados da lógica neoliberal e do estatismo social, ambos

¹²² Usar o termo entre aspas “terceiro setor” – É carregado de uma “forte funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital particularmente no que se refere ao afastamento do Estado das suas responsabilidades de resposta às sequelas da ‘questão social’, portanto, um conceito ideológico portador da função de encobrir e desarticular o real” (MONTAÑO, 2007, p.16).

¹²³ Freire, Silene. As armadilhas da recente notoriedade da sociedade civil no Brasil (p.75-97). In: Freire et AL. Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

criticados tendo origem na dinâmica do *Welfare State*. Desse modo, a “sociedade civil” seria o “espaço de experimentação social para o desenvolvimento de novas formas de vida, de solidariedade e cooperação” (Idem, p. 78) e “lugar da integração social e como terreno da democracia” (Ibidem, p. 79) devendo ser repolitizada. Pela compreensão conservadora, ela deveria ser um espaço despolitizado e ser integrada culturalmente, identificada com o mercado e ligada a um voluntariado local.

A concepção limitadora e, por isso, conservadora de “sociedade civil” se distancia do que preconiza o postulado marxista Gramsciano (conjunto de organizações privadas responsáveis pelas operações de hegemonia/espaço onde entram em disputa diversas concepções de mundo/vinculadas as relações de produção), pois há ausência da luta e de conflitos de classes e/ou que as contradições sociais se resolvem na esfera específica da “sociedade civil”. Conforme Freire (2006, p. 82/83), essa se limita a uma participação focalista/normativa/cultural dos indivíduos, nas decisões sobre sua vida cotidiana privada/comunitária desvinculada/afastada das instituições públicas, bem como um tipo de formas restritas organizacionais e estratégias geradoras de soluções autossustentáveis, com ênfase no desenvolvimento da economia de mercado. Assim nas palavras de Freire (2006, p. 84),

Promove-se uma reconceituação da sociedade civil de maneira ambígua, com base em novos desenhos organizativos que anulam os espaços de conflito por meio de uma contenção social que acaba servindo de base de legitimação de governos neoliberais. É para reforçar a ação direta dessa dita sociedade civil que se mobiliza um antiestatismo, mistificador das relações sociais.

É preciso sublinhar que a autora acima referida faz um alerta, pois tal reconceituação reduz e aprisiona a sociedade civil dentro de uma maneira específica de “participação” dos indivíduos, orquestrada pela agenda dos organismos multilaterais internacionais. Assim, a sociedade civil é impregnada de um discurso da participação, segundo Simionato & Nogueira, *Apud* Freire, (2006, p. 89), “descaracterizado e reduzido a uma concepção solidária entre os cidadãos, mediada pelo Estado, ausente de sentido político e envolto em uma grande opacidade e maleabilidade”.

Como anunciamos na introdução, o “Terceiro setor” seria um fenômeno originário das transformações e respostas do próprio capital à sua crise e expressa uma construção ideológica que se efetiva na realidade social. A origem do termo “terceiro setor” advém do contexto estadunidense onde o associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal (LANDIM,1999, p.63 *Apud* MONTÃO, 2002,p. 53). Trata-se de um termo que tem uma funcionalidade de classe mistificadora.

O termo teria sido criado por John D. Rockefeller III (1978), recortando as esferas e competências sociais em setores estanques e autonomizados designando o Estado como “primeiro setor”, o Mercado representando o “segundo setor” e a Sociedade Civil sendo o “terceiro setor”. Este último responsável pelas demandas sociais. “Terceiro setor” englobaria as atividades públicas (realizadas pela sociedade civil) desenvolvidas pelo setor privado que mesclam diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém, com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios (MONTAÑO, 2002, p. 54-55-67).

A ideia central defendida é que as organizações sociais expressam um caráter não governamental, não autogovernado e não lucrativo. Na verdade, torna-se um caráter mistificador, pois de alguma maneira, conforme Montañó (2002, p. 58) são escolhidas e selecionadas pela política de um governo. Sua existência, sobrevivência, seus projetos, seus recursos, sua abrangência e suas prioridades em sua ação estão condicionados pela política governamental. As organizações sociais, em seus estatutos, até pregam uma independência e autonomia na execução de suas ações, projetos e programas, mas na realidade elas são reféns da necessidade de ajuda externa, principalmente, financeira. Essas instituições de intervenção social se articulam com o Estado, instituições como o FMI, Banco Mundial, ONU, UNESCO e organizações empresariais e Institutos privados em proporções semelhantes (WELLEN, 2012).

Conforme Montañó (2002, p. 112),

Torna-se um equívoco realizar uma leitura identificando o “terceiro setor” como expressão de uma dinâmica articulada da socialização (desburocratização e racionalização estatal), da descentralização (aumentando as tarefas e responsabilidades coletivas locais ao levar os serviços mais próximos destas) e da autonomização (transferindo para as coletividades não-públicas tarefas de serviço público) com a pretensão de “publicizar” ou seja, chamar a sociedade à participação, a auto responsabilização pelas respostas às próprias necessidades. O que na verdade se constata é uma privatização dos serviços e das políticas sociais e assistenciais.

Outro ponto relevante enganoso é tornar o “terceiro setor” como agente social no lugar dos movimentos sociais e sindicatos (identificados como portadores de uma lógica de lutas políticas não consensuais), isolando a “sociedade civil” das esferas econômica e política.

Desconsidera-se, portanto a universalização dos direitos sociais desvalorizam-se as organizações políticas de luta potencializando com isso a lógica da segregação econômica, social, política e cultural. As soluções individualizadas são circunscritas no terreno exclusivo da vida cotidiana privada como única alternativa possível de saída. Desse modo, como diz

Menezes (2007, pp. 80-81) “a reprodução da vida é norteadada por estas particularidades”, desconectadas da totalidade social. Assim, conforme Montaño (2014, p. 39) o “terceiro setor” designa uma ação social realizada pelos indivíduos num espaço abstrato desarticulado da estrutura econômica e das contradições das relações de produção, bem como dos conflitos originados dessas contradições”. Sendo que essa ação social é concebida a partir de uma autodeterminação do sujeito estabelecendo escolhas de maneira racional e consciente em função dos seus interesses privados e da sua identidade.

O que se opera, em nosso entender, é uma identificação desse indivíduo (compreendido como o ente centralizador da sociabilidade) exclusivamente com a dimensão cultural particular afastada da sua condição de classe. Os sujeitos enfim são considerados portadores e definidores de suas próprias condições de vida e a solução de seus problemas estarão resolvidos por luta e ações pontuais e desarticuladas entre si, que superarão segundo Montaño, (2014, p. 40) “as diversas formas de ‘exclusão social’ mediante processos de motivação, empoderamento, autoajuda, solidariedade dos pares, capacitação, ‘inclusão social’ e ações afirmativas”. A satisfação de suas necessidades pela autorresponsabilização dos indivíduos desresponsabiliza o Estado de suas obrigações na ação social e desonera o Capital dessa empreitada.

2.4 As armadilhas da relação do terceiro setor com o Programa Segundo Tempo

Como mencionado em capítulo anterior, o PST foi Originado em 2003, dentro da Política Nacional de Esporte¹²⁴ promovida pelo Governo Lula, implementado pela Secretaria de Esporte Educacional (SNEED), atualmente denominada Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS)¹²⁵, sendo voltado para crianças e adolescentes e

¹²⁴ O termo “Política Nacional de Esporte” compreende a ação do Estado voltada ao esporte no Brasil, ou seja, o papel do Estado como agente de desenvolvimento do esporte no país e como elaborador de programas e projetos esportivos e regulador das várias entidades envolvidas no setor. Mesmo reconhecendo a existência de referências históricas anteriores (SANTOS, 2000; LINHALES e VAGO, 2003; BUENO, 2008; entre outros) que tratam da existência de Políticas de Estado pontuais direcionadas ao esporte em nosso país, consideramos a criação da primeira legislação esportiva nacional (Conselho Nacional de Desporto/CND) no Governo Vargas pelo Decreto-Lei n. 3.199.41 como o marco inicial. Conforme Drumond (2009, 2014), a intervenção oficial do Estado sobre o esporte veio com a criação, em 1941, do Conselho Nacional do Desporto (CND), órgão que tinha como função orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país.

¹²⁵ O Ministério do Esporte, criado em 2003, é o órgão responsável por estabelecer uma Política Nacional de Esporte no Brasil. No primeiro mandato do Governo Lula, no ano de 2003, havia a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer e a Secretaria

têm sua ação pedagógica realizada no turno oposto ao das aulas da escola. Ao mesmo tempo, também citamos que o Programa Segundo Tempo (PST), intitulado de PST Padrão, até o ano de 2011, (primeiro mandato do Governo Dilma) era baseado numa espécie de convênio, numa relação entre um órgão ou entidade da administração direta e indireta de qualquer esfera de governo (responsável pela formulação do projeto e pelo planejamento das atividades realizadas em um determinado período, seguindo as diretrizes do PST) e uma instituição proponente do “terceiro setor”, que deveria entrar com uma contrapartida, ficando responsável pela gestão das ações, pelos recursos repassados e pela prestação de contas.

Lembramos que os programas ofertados pelo Ministério do Esporte¹²⁶ são elaborados, levando-se em consideração o marco legal, a abrangência, os critérios de acesso e as formas de articulação com esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e Organizações Sociais da sociedade civil, semelhante a outros programas de outros Ministérios. Desse modo, o “terceiro setor” (representado pelas organizações sociais) seria a transferência de atividades do Estado para a “sociedade civil”.

Como vimos, a ideia defendida pelo ideário liberal é de que o esporte (expressado na constituição brasileira como direito social) seria ofertado não mais exclusivamente pelo setor burocrático, ineficiente e corrupto (representado pelo Estado), mas por entidades civis ágeis, eficientes, democráticas e populares (MONTAÑO, 2002).

Conforme Silva (2010)¹²⁷ se evidencia um elevado número de projetos e programas do “Terceiro setor” responsáveis pela elaboração e execução que se utilizam do esporte com objetivos educacionais que se inscrevem na tendência hegemônica das políticas neoliberais.

O Estado brasileiro adota a perspectiva neoliberal como base de sustentação em suas políticas sociais, através de parcerias e delegando ao “terceiro setor” funções de “inclusão”, focalizada/fragmentada e individual com aspectos salvacionistas. Ao analisar vários

Nacional de Esporte Educacional. Atualmente, sua estrutura organizacional apresenta três segmentos específicos: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor (Ministério do Esporte, 2003). O esporte educacional está inserido na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e é conceituado como sendo aquele “praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”, de acordo com o art. 3º da Lei n. 9.615/1998. Uma peculiaridade da organização do esporte no Brasil é a desvinculação dos jogos escolares do esporte educacional, estando os primeiros vinculados à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Disponível em <http://www.egepe.org.br/anais/tema04/289.pdf>, acesso em 23 de maio de 2015.

¹²⁶ Nosso foco de análise concentra-se nos dois mandatos do Governo Lula e no primeiro mandato do Governo Dilma

¹²⁷ SILVA, Silvio Sipliano da Educação Física escolar versus projeto social esportivo: “Quando os donos da casa perdem o jogo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de São Paulo (USP), 2010.

programas sociais esportivos Silva (2010, p. 10) afirma que,

Muitos apresentam características semelhantes: são voltados aos pobres; têm como base de desenvolvimento o conteúdo esportivo; atuam diretamente com a família mediante a participação da família e responsáveis em atividades pontuais; utilização do horário em contraturno escolar e; oferecem subvenção de lanches, uniformes e material esportivo aos participantes.

Entendemos, a partir de Montaño (2002, p. 143), que o trabalho dessas organizações sociais “são uma forma de conter as insatisfações dos trabalhadores e seus filhos/filhas e pulverizar a participação e lutas sociais retirando o caráter revolucionário e classista destas e transformando-as em atividades por interesses específicos de pequenos grupos”. Nessas organizações sociais, (Idem), “faz-se a defesa da ideia de um pacto/contrato social harmonioso entre as classes e grupos sociais distintos parecendo assim, haver uma crença na possibilidade real de estabelecer uma aliança”.

O PST, dentro desse processo, colabora com esse discurso socializante de consenso e harmonia social em que o trato ao combate a pobreza (“incluir os excluídos”) através do esporte (com seus pressuposto/promessas/valores) se torna um mecanismo eficiente para tal objetivo. De acordo com seus objetivos específicos, o PST propõe práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes, prioritariamente em áreas de “vulnerabilidade social” a,

Manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; desenvolver valores sociais; contribuir com a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; contribuir com a melhoria da qualidade de vida como autoestima, convívio, integração social e saúde; contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil) e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Como mencionamos anteriormente, em consonância com a agenda dos organismos multilaterais internacionais voltadas para os países da América Latina – enfatizando que as políticas macroeconômicas não possibilitam a erradicação da pobreza, mas apenas a possibilidade de seu alívio – os Governos de Lula e Dilma realizaram políticas compensatórias num recorte focal de diminuição da pobreza nas diversas áreas sociais. Esses governos divulgaram uma perspectiva neodesenvolvimentista em seus programas sociais, através de uma nova pedagogia da hegemonia em seu discurso pela “inclusão social”. Para tanto, criou-se uma estratégia de desenvolvimento que visava à “inclusão social” e à redução

da desigualdade social e redistribuição de renda, mas na verdade, o Brasil não rompeu com sua posição histórica como país inserido periféricamente na divisão internacional do trabalho (SOARES, 2014, p. 204)¹²⁸.

No âmbito do esporte, não seria diferente. O PST apresenta-se como instrumento ideológico para as “melhorias” das mazelas enfrentadas pelas populações concentradas em “áreas de vulnerabilidade social”. Dentro dessa agenda, o esporte, conteúdo pedagógico do PST, é incorporado à escola de maneira direta e indireta (parcerias com as Organizações Sociais) para a “promoção” da educação, saúde e qualidade de vida, legitimando-se como mecanismo pedagógico de “inclusão social” pelo Estado brasileiro¹²⁹.

No entanto, esse discurso de “incluir os excluídos” permeado pelos objetivos do PST, utilizando-se do esporte, é um modo de enfrentar o problema com o qual não concordamos, já que esconde e não revela sua essência. O discurso do conceito e combate sobre/da “exclusão social”, presente, por exemplo, nos documentos dos Organismos Multilaterais Internacionais distorce o problema. Conforme Martins (2012) o que se tem são pessoas em condições de pobreza. Não há menos ou mais “exclusão social” causada por projetos de qualquer perspectiva econômica liberal ou neoliberal. O que se expressa na verdade é a reafirmação da Lei Geral da Acumulação capitalista: quanto maior a riqueza produzida pelo capital, maior é o processo de pobreza. Segundo Martins (2012, p. 14), “não existe exclusão, o que existe é contradição; existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes”.

O referido autor acima esclarece que,

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos excluídos. É própria dessa lógica de exclusão a *inclusão*. A sociedade capitalista *exclui, para incluir, incluir* de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.

Assim, tais pressupostos reafirmam que a exclusão social é expressão dessa forma de sociabilidade e não supostamente da ausência de desenvolvimento das forças produtivas, pois

¹²⁸ As políticas de geração de emprego e renda e o governo do PT: degradação sob o véu da liberdade. Soares, Marcela. IN: Montañó, Carlos (org.) O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, p. 191-227, 2014.

¹²⁹ Importante aqui ressaltarmos que o esporte na atualidade é reconhecido como um dos conteúdos da Educação Física escolar (outros conteúdos existentes no currículo escolar são: jogos e brincadeiras; capoeira; dança; lutas; ginásticas). A Educação Física é entendida aqui como a disciplina escolar que trata pedagogicamente do conhecimento da área denominada de Cultura Corporal; esta é compreendida como sentidos e significados do corpo construídos pelo processo sócio-histórico, subordinados à lógica da sociedade. Esses conteúdos expressam um sentido/significado em que se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções/objetivos da sociedade (SOARES et al., 1992, p. 62).

como afirma Chasin (1987, Apud Tonet, 2005, p. 208) “não é pelos seus defeitos, mas pelas suas qualidades – ou seja, pelo desenvolvimento levado a limites extremos, mas sob uma lógica socialmente antagônica que lhe é própria – que o capitalismo exclui a maioria da humanidade ao acesso da riqueza produzida”.

O modelo neoliberal, no tocante às políticas econômicas no Brasil, implica uma proposital “inclusão” precária, instável e marginal, na busca por uma cidadania reduzida ao direito ao consumo. A retórica populista da “exclusão” por agentes diversos – sindicatos, movimentos sociais, organizações do terceiro setor – não tem nenhuma eficácia ou quase nenhuma na afirmação de um ponto de vista alternativo consequente.

Outro aspecto apontado por Montañó (2014) é que o “terceiro setor”, ao mesmo tempo em que se apresenta como único campo possível de efetivação da “cidadania” ainda faz o papel de descaracterizar a categoria exploração e colocar em seu lugar o conceito de “exclusão”. Assim, o conceito de “exclusão social” toma o lugar dessa categoria. Esse conceito expressa apenas o resultado de um processo, não evidenciando o processo em si, ou seja, as causas dessa “exclusão”. Assim o qualifica, mas não o explica. A esse respeito diz Montañó (2014, p. 344) “A forma (sua aparência) do *produto final* (a exclusão, nesse caso) esconde o processo em si (sua formação e gênese, seus fundamentos, suas contradições, sua essência) e isto é que Marx chamou de *fetichismo*”. Assim, a categoria “exploração”, segundo o referido autor, explica o fenômeno, a partir das relações sociais inerentes à sociedade capitalista, quando permite compreender essa formação/relação social que funda esta condição e, portanto, permite o caminho para sua superação. (MONTAÑO, 2014, p. 344).

No mesmo entendimento, através desse mecanismo de substituição, a categoria classe social é substituída pela categoria estratificação social (o que é considerado é o poder econômico dos indivíduos). Desse modo, a categoria marxiana de “classe” não é utilizada para, em seu lugar, entrar em cena o conceito liberal de “cidadania”. Qual o resultado desse mecanismo? Nas palavras de Montañó (2014, p. 345), “o sujeito é visto e considerado a partir de sua condição particular, ocupando um lugar numa dada estratificação social, e não nas suas relações contraditórias com outros sujeitos, outras classes”.

Nos programas sociais voltados para o esporte, como o PST, os indivíduos não são classificados como pertencentes a uma classe, mas aos extratos sociais vinculados ao seu poder aquisitivo. São considerados a partir de seus aspectos de carecimentos que estão presentes no “grupo social” que os representa. Outra “categoria” que os classifica no programa, que os inclui no PST, seria vinculada ao “risco social” ou a características territoriais.

Observamos esta retórica nos projetos voltados ao campo esportivo e elaborados pelos diversos setores que englobam a Educação Física brasileira – seja no campo acadêmico, seja nos cursos de formação, direcionado ao Programa Segundo Tempo (PST). Desse modo se explicita essa relação no interior do referido programa.

Poderíamos pontuar que o PST se configura como um programa *recheado* de características “inovadoras” contemporâneas pós-modernas. Desse modo, como asseveram Freire e Barboza (2006, p. 1), “tal projeto reafirma uma das particularidades de nossa cultura política: o moderno se constitui por meio do arcaico, recriando nossa herança histórica ao atualizar aspectos persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-os no contexto da globalização”. Ainda conforme Freire e Barboza (2006, p. 7), essa particularidade do capitalismo brasileiro percorre o caminho da revolução passiva, sendo sua “característica principal a conciliação do progresso com o atraso, na medida em que a mudança é sempre realizada, de tal modo que as velhas classes dominantes e as velhas formações econômico-sociais não foram destruídas, mas se ‘fundiram’ com os elementos das novas classes e dos novos modos de produção”. Ou seja, a modernização do arcaico.

As políticas sociais voltadas para o esporte nos programas dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff mantiveram seus direcionamentos em consonância com o reordenamento do capital, expressos nas políticas neoliberais voltadas para a educação, em nosso caso, o papel do esporte nesse contexto.

Esta tendência restritiva da política social de corte neoliberal expressa os fundamentos que explicam a existência da política social na sociedade capitalista. Como afirma Netto (1992), a atuação estatal contínua, sistemática e estratégica nas sequelas da questão social dá-se mediante a “oferta” das políticas sociais. Isso confirma a indissociabilidade existente entre as funções econômicas e políticas. Este autor explica que na ordem burguesa o enfrentamento das sequelas da questão social só é possível de modo fragmentado e parcial, por meio das políticas sociais. Em suas palavras (1992, p. 28):

A política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: [responde] às sequelas da “questão social” [e] são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas.

Partindo desse argumento, tudo leva a crer que o esporte ressurgue nas políticas sociais, na contemporaneidade, como instrumento de “combate” as “mazelas” da sociedade, ou seja, para gerenciar as consequências sociais que afetam crianças e adolescentes e a população em

geral, principalmente, no que se refere aos problemas de saúde e de educação. O discurso que coloca o esporte como instrumento de promoção da educação, melhoria dos níveis de saúde, enfrentamento da criminalidade e do abuso do uso de drogas é uma constante na política esportiva implementada pelos governos brasileiros, sobretudo o federal.

Behring e Boschetti (2011) mostram, no contexto atual de expansão e desenvolvimento das políticas sociais, que não foi incomum no debate teórico e na militância no campo das políticas sociais a concepção de que tais políticas seriam suficientes ao combate da desigualdade que funda a ordem capitalista. Assim, haveria a possibilidade de que a ampliação da intervenção estatal nesse campo resultasse globalmente na diminuição da desigualdade social, sem que ocorresse uma luta radical pela superação do capitalismo. Assim, trava-se o debate no campo da luta hegemônica, em que o discurso e a ação das políticas neoliberais na atualidade, ante a “questão social”, estariam restritos a ajustes menos maléficos originados pelo capital, para o combate da desigualdade. As expressões da questão social, conforme a perspectiva liberal, conforme Neto, (2001, p. 44), “são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna, de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada, capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista”.

Entre essas mudanças, a efetivação das políticas neoliberais responde, na esfera do Estado, à necessidade do controle sociopolítico e econômico, para atender às demandas dos organismos multilaterais internacionais (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial – BM; FMI – Fundo Monetário Internacional; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura; ONU – Organização das Nações Unidas; OMC – Organização Mundial do Comércio; dentre outros) previstas para os países periféricos, no intuito de ampliar sua condição de dependência econômica e restringir a demanda dos direitos sociais.

2.4.1 O papel dos organismos multilaterais internacionais na definição do esporte como instrumento de Inclusão Excludente

A Política Nacional de Esporte do Governo Lula (primeiro mandato), conforme Penna (2006) inaugura o Sistema Nacional do Esporte e Lazer com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento balizados,

demarcados pela agenda dos organismos multilaterais internacionais. Constatamos que os programas/projetos a exemplo do Programa Esporte e Lazer da Cidade/PELC e o Programa Segundo Tempo/PST criados e lançados pelo Ministério do Esporte em nosso país, abrangendo todo o território nacional, seguem a cartilha desses organismos internacionais.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹³⁰ alimenta os referidos programas e projetos desse ministério quando “em setembro de 2000, refletindo e baseando-se na década das grandes conferências e encontros das Nações Unidas, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU”. O Objetivo foi baseado na constatação, segundo o documento, do “mundo se encontrar em situação de vulnerabilidade social”. Assim, conforme o site: “Com a Declaração, as Nações se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos – com um prazo para o seu alcance em 2015 – que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Metas do Milênio”. O foco do documento apresentando uma série de objetivos (08) no total é no esforço de “acabar com a fome, alcançar a plenitude na igualdade de gênero e melhorar os serviços na saúde e ter todas as crianças na escola”.

O referido texto apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reitera a necessidade de incluir ações em benefício da educação e da saúde entre outros aspectos que, segundo a ONU, são vitais para o alcance de uma melhor qualidade de vida e diminuição da pobreza extrema. Por conseguinte, o documento apresenta que os objetivos traçados em 15 anos (2000-2015) foram alcançados. Segundo o texto apresentado houve significativa diminuição em demandas sociais advindas da questão social, como diminuição da pobreza pela metade, decréscimo da subnutrição, bem como da mortalidade das crianças menores de (05) cinco anos, e um aumento de 91% de crianças na escola primária e melhoras significativas ao combate da AIDS, malária e tuberculose. Metas direcionadas e desenvolvidas nos países de capitalismo periférico em desenvolvimento foi o foco principal. Os alcances positivos, segundo os documentos, são “os esforços concentrados de governos nacionais, da comunidade internacional, da sociedade civil e do setor privado que têm ajudado a expandir esperança (*sic*) e oportunidade para as pessoas ao redor do mundo”. O documento “Declaração do Milênio – ano de 2000” alimenta o discurso de que tais esforços são universais e deve haver uma participação de “toda comunidade mundial”. Observamos que, no documento do PNUD, não encontramos nenhuma alusão aos embates/conflitos de

¹³⁰ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>> acesso em 02/06/2016.

classe e aos diversos movimentos sociais. O entendimento da ONU é que o alcance dos objetivos (das 8 Metas/objetivos) estará acima de interesses político-econômico, quaisquer que sejam, dando assim um tratamento genérico e abstrato aos problemas sociais, sem mencionar a problemática real da injustiça social, nem os conflitos e embates de classes em conexão com o reordenamento do capital.

Para a referida entidade, o que vale é que a luta e os esforços contra as demandas sociais são esforços e luta do “mundo”. Em relatório conciso de Monitoramento Global de Educação Para Todos (EPT) feito em 2015 pela UNESCO¹³¹ evidencia-se o discurso “salvacionista por um mundo melhor”: “Muito progresso foi feito no mundo desde 2000 – mas ainda não chegamos onde pretendíamos. Apesar dos esforços empreendidos por governos, sociedade civil e comunidade internacional, o mundo não alcançou a Educação para Todos”. O relatório descreve os “avanços”, mas em 15 anos os resultados foram moderados e evidencia-se, ainda, pouco investimento dos governos locais em educação.

O que vemos na essência do que pretende o PNUD é defender/propor medidas operacionais ao combate às expressões/manifestações da “questão social”, nos limites da reprodução do capital. Conforme observou Penna (2006) o projeto do PNUD não se configura como uma estratégia isolada, mas ele faz parte de uma tendência do capital contemporâneo, tendo como objetivo a construção de metas que “asseguem” a paz no mundo. Isto é expresso nos dados do “Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e da Paz: em direção à realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs)¹³²”. O presente relatório apresenta que em julho de 2002, o Secretário Geral das Nações Unidas reuniu uma Força Tarefa “para rever as atividades que envolvem o esporte dentro do sistema das nações unidas” e discutir a “contribuição potencial” que o esporte pode oferecer para auxiliar na realização das Metas (MDMs). Para tanto, segundo o referido relatório, é necessário “maximizar o uso do esporte e sistematizá-lo”. Conforme o documento, só terá êxito com uma “ação conjunta que cultive uma parceria global para o desenvolvimento e que só pode ser alcançado se a sociedade civil, bem como os Governos e agências internacionais estiverem inteiramente envolvidos”. (idem, 2003, p. 3). Na sequência do texto introdutório, o esporte é definido como instrumento “indispensável para realização da paz e desenvolvimento humano”, pois,

¹³¹ <Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>> , Acesso em 7 de junho de 2016.

¹³² <Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>> , Acesso em 8 de junho de 2016.

O mundo do esporte apresenta uma parceria natural para o sistema das Nações Unidas. Por sua própria natureza o esporte envolve participação. Envolve também a inclusão e a cidadania. O esporte une indivíduos e comunidades, destacando os aspectos comuns e servindo de ponte entre diferenças étnicas e culturais. O esporte oferece um fórum para o aprendizado de habilidades tais como a disciplina, a confiança e a liderança e ensina princípios fundamentais, tais como a tolerância, a cooperação e o respeito. O esporte ensina o valor do esforço e como lidar com a vitória e com a derrota [...] O esporte tem um impacto na saúde e reduz a probabilidade de muitas doenças. O esporte pode ser uma força econômica significativa, gerando emprego e contribuindo para o desenvolvimento local. É também um ambiente-chave e uma atração natural para a participação de voluntários. Além disso, a prática de esporte apoia a preservação de um meio ambiente limpo e saudável [...] O esporte fornece também alternativas saudáveis às atividades prejudiciais, tais como o uso de drogas e a participação no crime.

Mais à frente se expressa o entendimento principal sobre o papel do esporte como instrumento,

Que pode atravessar as barreiras que dividem as sociedades, tornando-o assim uma poderosa ferramenta para apoiar esforços de prevenção de conflitos e de construção da paz, tanto simbolicamente no nível global, quanto de maneira bastante prática dentro das comunidades. Quando aplicados eficazmente, os programas de esportes promovem a integração social e fomentam a tolerância, ajudando reduzir a tensão e gerar o diálogo.

Assim, segundo o Relatório “Quando estes aspectos positivos do esporte são enfatizados, o esporte se torna um poderoso veículo através do qual as Nações Unidas podem trabalhar para a realização de suas metas” (idem, 2003, p. 03/04).

Esse movimento apresenta-se nas diretrizes/princípios dos programas e projetos esportivos elaborados pelo Governo Federal, em particular, o Programa Segundo Tempo (PST), envolvendo e seduzindo os/as gestores/as, coordenadores/as, profissionais e monitores/as de Educação Física, alimentando, em suas ações pedagógicas, o conformismo de massa e um novo senso comum. Para um melhor alcance é internalizada a ideologia¹³³ do voluntariado, dos Amigos da Escola e da possibilidade de “erradicação” da pobreza e do combate efetivo à “vulnerabilidade social” e “inclusão social” dos “excluídos” socialmente.

Portanto, na aceitação de um programa/projeto cria-se um campo fértil de hegemonia. Nas palavras de Gramsci (1999, p. 325), “a realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo aparelho ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de

¹³³ A ideologia não é um pensamento falso ou verdadeiro, mas aquilo que é proposto para alguma função social [...] Direito, política, arte, filosofia, ciência são ideologias, são propostas, são ideias, são os momentos ideais que o homem se põe para efeito de guiar a sua efetivação. Cada uma dessas coisas em âmbitos e momentos distintos. A ideologia é a função social ideal na prática (CHASIN, p. 80). A Superação do Liberalismo, 1988. Disponível em > www.afoiceemartelo.com.br/.../Chasin%20-%20Superacao%20do%20Liberalismo.doc. Acesso em junho 2016.

conhecimento”.

Como vimos o domínio do capital financeiro na contemporaneidade, a política neoliberal é também sua agenda. Desse modo, os gestores do capital nas décadas de 1980 e de 1990 creditam e reorientam políticas econômicas, objetivando retomar o aumento da produção e da acumulação capitalista. Assim, através de uma substituição contínua de políticas econômicas, todas as esferas das políticas sociais ajustam-se a essa lógica. No campo ideológico, o neoliberalismo já realizou uma série de mudanças e reformas, “naturalizando-as”. Conforme Perry Anderson (1995), o projeto neoliberal continua a demonstrar uma vitalidade impressionante; seu dinamismo não está ainda esgotado e o cenário político e econômico segue sendo ditado pelos parâmetros do neoliberalismo.

Assim, o neoliberalismo desenvolve iniciativas que o legitimam socialmente, e, sob o influxo de suas ideias, realiza um movimento de contrarreforma, favorecendo os espaços para a produção de superlucros através de suas práticas ideológicas tanto nos países centrais quanto nos países periféricos¹³⁴ (MOTA, 2012). A ofensiva neoliberal utiliza-se do seguinte pressuposto: reduzir liberdade a liberalismo e identificá-lo com democracia. Sua essência seria, segundo Netto (2012, p. 84) “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”.

De acordo com Mészáros (2002), o modo de operação do capital (sendo seu maior e decisivo poder o capital financeiro) não é apenas uma entidade material; ele é a estrutura mais poderosa e totalizadora de controle a que todos os seres humanos devem se ajustar, materialmente e ideologicamente, e que sujeita aos mesmos imperativos a questão da saúde, do comércio, da cultura, enfim, todas as esferas da vida.

Conforme dissemos na introdução desse estudo, esse alcance totalizador está imbricado também nas raízes estruturais das políticas voltadas para a educação e para o esporte. Mascarenhas (1997) destaca que as políticas neoliberais atribuem novos valores à educação, com a intenção de submetê-la às leis do mercado e de utilizá-la como instrumental técnico para o trabalho e reforço ideológico na consolidação e manutenção do *status quo*. O autor exemplifica isso com a introdução de técnicas de gerenciamento escolar, controle de qualidade, parcerias com o setor privado, adoção de novas tecnologias educacionais, educação a distância, dentre outras, que se relacionam com a política de esporte. Esse efeito totalizador se opera, por exemplo, quando se utiliza dos conceitos sobre “capital humano”, “capital

¹³⁴ Lembramos que a partir dos anos de 1980 os movimentos de esquerda latino-americanos lutam pela superação das ditaduras e há uma tentativa de resistência ao liberalismo.

social” e as ações do “terceiro setor”.

Segundo Frigotto (2006, p. 39-40-41-66-67) sendo um desdobramento da teoria neoclássica do desenvolvimento econômico o conceito de *capital humano* concentra-se na análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico. Conforme essa teoria o somatório imputado à produtividade do capital físico mais o estoque de trabalho da economia em determinado tempo não explica totalmente o crescimento econômico de um país. Falta o “resíduo educacional” atribuído aos investimentos aos indivíduos sendo estes o acréscimo do estoque de capital e de trabalho não computado, ou seja, o *capital humano*. Este estabelece que a educação se reduza numa concepção sob o prisma do “fator econômico” e não da condição de classe. O indivíduo seria o produtor de suas próprias capacidades de produção. O fluxo de despesas que ele deve efetuar seria o “investimento humano”, ou o que o Estado efetua por ele em educação (treinamento) para aumentar a sua produtividade, e assim sua renda, acarretando sua “ascensão social”.

Além de estabelecer este tipo de redução, a teoria do capital humano vai reforçar toda uma perspectiva meritocrática dentro do processo escolar. Assim como no mundo da produção todos os indivíduos são “livres” para ascenderem socialmente e esta ascensão depende única e exclusivamente do esforço, da capacidade, da iniciativa, da administração racional dos seus recursos, no mundo escolar a não aprendizagem, a evasão, a repetência são “problemas individuais”.

Sendo também um aparato ideológico para oferecer um caráter mais “humanizado” ao capitalismo o conceito de *capital social* estará focalizado nas comunidades em risco de pobreza avançada. O investimento nos trabalhadores descartados do mercado de trabalho mais que ainda possuem capacidade produtiva (ainda podem ser explorados pelo capital) terá como foco não apenas sua instrução para a produtividade (capital social), mas “operar valores de solidariedade e cooperação reunindo assim forças e capacitando as camadas mais pobres da população para o enfrentamento da realidade que se apresenta” (MOTTA, 2012, p. 22).

O *capital social* conforme a autora diz respeito a essas características e ao cultivo da potência moral e da cultura cívica. E de que maneira? A partir do fortalecimento das instituições políticas através das associações civis locais. O *capital social* seria o grau de confiança entre os membros de uma sociedade, as normas de comportamento praticadas e o nível de associatividade (cooperação e reciprocidade).

Em síntese o *capital humano* estaria concentrado no papel da educação como instrumento determinante de crescimento econômico e produtividade enquanto que o *capital social* define a educação “a tarefa de transmitir valores culturais de solidariedade e civismo

como uma estratégia fundamental para a redução das desigualdades sociais e da pobreza e na construção de uma sociedade coesa e harmoniosa” (MOTTA, 2012, p. 168). O que na verdade se opera através desses dois conceitos é a instauração do conformismo.

Dourado e Bueno (1999) afirmam que as novas formas de regulação e gestão complexificam o cenário das políticas sociais, a partir do aparecimento de novas formas de implementação de bens públicos, com ênfase no estabelecimento de parcerias de múltiplas combinações como alternativa para suprir a combalida e ineficiente atuação do poder público e o desinteresse do mercado, pela coordenação de determinados serviços, sem que se perca, contudo, o papel do Estado como ente regulador e transferidor de recursos para o “terceiro setor”.

Montaño (2002, p. 51), a respeito do “terceiro setor”, argumenta que o uso predominante do conceito expressa uma perspectiva de análise hegemônica que “parte de traços superficiais, epidérmicos do fenômeno, o mistificam e o tornam ideológico”. Acrescenta que essa perspectiva hegemônica de cunho pluralista, estruturalista ou neopositivista “isola os supostos ‘setores’ um dos outros e concentra-se em estudar (de forma desarticulada da totalidade social) o que entende que constitui o chamado terceiro setor”. A esse respeito, Behring e Boschetti (2011) acrescentam que a tendência, em períodos de crises como na atualidade, tem sido a de restrição e redução de direitos, transformando as políticas sociais em políticas compensatórias, a partir da prevalência do trinômio neoliberal de privatização, focalização e descentralização.

Essa racionalidade expressa uma linguagem “apolítica e “técnica” que oculta o caráter de classe, importando velhas bandeiras progressistas como justiça, poder social, solidário, participativo, democrático, etc., mas dando outros revestimentos em seu conteúdo e tornando-o funcional à reprodução da ordem burguesa (MONTAÑO, 2014). Desse modo, (Idem, p. 29) “este é o grande papel ideológico e mistificador: converter o projeto que responde aos interesses da fração de classe dominante em um projeto aceito por todos”.

Conforme mencionamos anteriormente, encontramos nas ONGs (hoje Organizações da Sociedade Civil, Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014)¹³⁵ todo o instrumental técnico para o desenvolvimento de uma linguagem de convencimento no trato com ações na práxis cotidiana dos programas sociais voltadas ao esporte educacional. O Estado delega poderes de funcionalidade ao terceiro setor e amplia suas ações como gestor das/nas políticas sociais,

¹³⁵ Esta lei foi modificada pela Lei nº 13.204 de 2015. Como exemplo a nomenclatura a ser utilizada com relação às parcerias entre o poder público e as entidades da *sociedade civil* (grifo nosso): designado de Marco regulatório. > Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm, Acesso em 20 de Novembro de 2016.

através dos programas e projetos, o que reforça a ideia do fortalecimento da “sociedade civil” organizada no combate à pobreza e em políticas que têm interface com a questão do pauperismo. Combate este preconizado pelos organismos multilaterais internacionais.

Com base nessas afirmações, consideramos que o ideário neoliberal influenciou decisivamente as formulações do projeto socioesportivo em questão. Tal projeto responde às projeções e concepções que propugnam um tipo de relação entre Estado e “sociedade civil”, em que a execução das políticas sociais deixa de ser responsabilidade do aparato estatal para ser assumida, de forma precária e focalizada, por organismos da sociedade civil constituintes de um suposto “terceiro setor” (MELO, 2011; 2007). A utilização do esporte como solução dos problemas presentes na “questão social” para um determinado segmento da população não constitui uma novidade; o que acontece é que, no contexto neoliberal, velhas formas de dominação são revistas e ampliadas, em consonância com o capital na contemporaneidade.

Numa perspectiva ilusória, tem-se o entendimento de que a função das políticas sociais se impõe para conter a atual crise do capital e sua incessante busca por estratégias que possam mascarar ou amenizar as contradições produzidas pela relação capital-trabalho. As políticas sociais são instrumentos gerenciadores/amenizadores dessa crise. E isto também se revela na política de esporte, pois, segundo Netto 2005; Behring & Boschetti (2007, *Apud* Melo, 2011, p. 73)

A tripla dimensão que acompanha as políticas sociais nas sociedades capitalistas: a) reprodução da força de trabalho e aumento da produtividade do trabalho; b) mecanismo de obtenção do consenso dos trabalhadores; e c) mecanismos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores – incide também no debate acerca das políticas de esportes.

Em consonância com as afirmações de Melo (2011) mesmo reconhecendo a hegemonia das políticas neoliberais no direcionamento das políticas voltadas ao esporte, defendemos a possibilidade de uma luta contra – hegemônica pela superação do mundo do capital por uma sociedade emancipada, em que o esporte assuma uma direção/função social completamente distinta da que vem recebendo nesta sociedade.

No entanto, conforme Melo (2011) há de se considerar que, tanto numa dimensão de reprodução físico-emocional das energias dos trabalhadores como praticantes e/ou espectadores esportivos, como na difusão da melhoria das condições de vida e de ascensão social via esporte dos/as filhos/as da classe trabalhadora, passando pela real possibilidade de melhor qualidade de vida e formação humana, mediante a incorporação cotidiana dos esportes e/ou atividade física na vida dos trabalhadores, as políticas sociais esportivas trazem em si

essas múltiplas dimensões (ascensão social, melhoria da qualidade de vida, potencial pedagógico etc.). Segundo Melo (2011) o que irá definir qual ou quais dessas dimensões se fará ou farão presentes nos programas de esportes é certamente o grau da correlação de força da sociedade civil organizada.

O esporte não se resume a apenas um “mecanismo/instrumento de inclusão social”. Ele possui uma margem de autonomia que pode possibilitar o desenvolvimento do aspecto lúdico, das expressões subjetivas do corpo. Ele pode ser definido num outro sentido, como desejo de movimento, de emancipação e não apenas com um significado específico voltado para um determinado setor social de uma classe social. Desse modo, vemos pela compreensão que o potencial pedagógico emancipatório ou conservador presente no esporte e sua dimensão educacional e nas manifestações esportivas serão determinados pelos projetos históricos das classes sociais e sua efetivação no contexto das lutas hegemônicas. Gramsci pontua que a relação de hegemonia também se expressa como uma relação pedagógica. Conforme o autor, o conceito de hegemonia deve ser apresentado “em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p. 3).

2.5 Os intelectuais da Educação Física brasileira frente ao PST: Conformismo ou Resistência?

Aproveitando considerações de Tonet (2005; 2012; 2016) observa-se que a compreensão da realidade é tarefa de certo corpo teórico, e, é a partir da constituição da Sociedade capitalista que a sua análise está concentrada em duas perspectivas: a perspectiva do Capital e a do Trabalho. Com o predomínio da primeira sobre a segunda no campo acadêmico, por exemplo, suas ideias são baseadas na mistificação da realidade e para tanto busca sempre “reproduzir a sua forma de sociabilidade” (TONET, 2016, p. 7)¹³⁶. Uma produção teórica não está desconectada do real. Um intelectual/pesquisador/ produz ideias (advindas do mundo objetivo concreto) que afirmam, contestam ou negam um determinado projeto de sociedade (PINA, 2009). Nas palavras desse autor, (2009, p. 14), “toda produção

¹³⁶ Tonet, Ivo. Prefácio. IN: Souza, D. ET AL. Questão social em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital. Maceió: EDUFAL, 2016.

teórica gera implicações que repercutem nas práticas sociais concretas e na configuração da ciência, das áreas do conhecimento e – de modo mais amplo – da própria sociedade em determinado contexto histórico”.

Essas premissas apontam que certo corpo teórico da Educação Física brasileira pode operar, no âmbito escolar formal e no “terceiro Setor” expressões teóricas na perspectiva da sociabilidade do capital ou do trabalho, no interior das políticas e programas sociais voltados para o esporte como o PST.

Dentre essas mediações, como ferramenta teórica para essa compreensão, negação ou afirmação dessa sociabilidade encontra-se o papel do intelectual. Antes de qualquer coisa é necessário distinguir o que entendemos pelo termo “intelectual”. Para tanto, tomamos como referência algumas considerações de Gramsci (2001) e comentários de Simionato (1995) na questão do que nós entendemos pelo conceito de “intelectual” e no que se refere a seu papel/função social.

Para o referido autor italiano (2001, p. 18) “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais [...] Formam-se historicamente categorias especializadas para o exercício da função intelectual”. Seu conceito pode ser discutido, partindo de dois critérios: pelo lugar e função que o mesmo exerce na estrutura social e pelo lugar e função que desempenha em um determinado processo histórico (SIMINONATO, 1995, p. 53). Assim, todo/a intelectual estará em conexão no conjunto do sistema de relações no qual este/a se encontra no conjunto geral das relações sociais.

Para Gramsci, conforme Simionato (1995, p. 55), os/as intelectuais têm a função de “construir, através de ação cultural, a criação e a transmissão da cultura e da conquista do consenso espontâneo das grandes massas para a direção da vida social e política pelo grupo economicamente dominante”. Nas palavras de Marx e Engels (1987, p.72),

As ideias da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela seja submetida, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias.

Em síntese, os indivíduos constituintes da classe dominante entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias e regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e essas ideias sejam as ideias dominantes (MARX e

ENGELS, 1987, p. 74). Lembramos que há uma relação indireta do intelectual com o modo de produção, pois como afirma Gramsci (2001, p. 20) “a relação entre os intelectuais e o modo de produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos grupos, por todo tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários”.

Conforme Gramsci (2001, p. 21),

A superestrutura possui dois planos: A Sociedade Civil corresponde ao conjunto de organismos designados vulgarmente de “privados” e a Sociedade Política ou Estado. Planos que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.

Gramsci (2001, p. 17) destaca também que se torna uma ilusão crer que os intelectuais acreditam serem independentes e autônomos e que sua ação no campo teórico e prático esteja acima das classes sociais e “ocorre que muitos intelectuais pensam ser o Estado” (idem, p. 25) e que seu saber, seu conhecimento é produzido e difundido para o “todo social” (ibidem, p. 25).

Na verdade, a autonomia racional do intelectual é determinada pela forma histórica da divisão social das classes, pois segundo Chauí (2006, p. 26) “ocultando a determinação histórica do saber, a divisão social das classes, a exploração econômica e a dominação política, as ideias se tornam representações abstratas”. Em síntese a autonomia do intelectual e sua intervenção no mundo real (Idem), “só pode ser afirmada se for balizada pela tomada de posição no interior da luta de classes e isto se expressa pelo engajamento ou seu silêncio”, ou seja, resistência ou conformismo.

Assim, os/as intelectuais são engendrados nas e pelas classes sociais. Conforme Marx, (Apud Simionato, p. 52), “nascem e se constituem no terreno da produção econômica e dão origem a grupos de intelectuais que se vinculam desde a economia a até outros aspectos da vida social e estatal”.

A partir desse núcleo de pensamento, delimitamos alguns questionamentos: a partir de que espaço e tipo de engajamento/silêncio uma parte do corpo teórico da Educação Física brasileira atua em programas sociais públicos esportivos? De que maneira observamos sua intencionalidade, perante o paradigma da “inclusão social” dentro do PST? Esse corpo teórico resiste aos modismos pós-modernos que reproduzem as ideias dominantes elaborando princípios, programas e projetos parciais e fragmentados objetivando “melhorias de vida adequadas e possíveis” aos seus participantes, sem alterar o núcleo central da sociabilidade

capitalista, ou propõe dentro da perspectiva do Trabalho sua superação?

Como vimos anteriormente, as transformações no capitalismo engendradas pela sua crise estrutural e, ao mesmo tempo, sua tentativa de retornar suas altas taxas de lucros repercutiram também no campo educacional e diretamente nas políticas direcionadas para o esporte escolar. Observamos que os objetivos e princípios orientadores do PST voltados para a “inclusão social” foram formulados por um corpo teórico da Educação Física, sendo estes orientados indiretamente pela cartilha/agenda dos Organismos Multilaterais Internacionais¹³⁷. Como resposta a possíveis reações de movimentos e grupos sociais incomodados e críticos com tais transformações, o Capital se utilizou/utiliza também dos referentes organismos.

No pacote apresentado, o combate à pobreza e a “promoção da paz” para soluções de conflitos sociais foram o tema principal de tal agenda e este corpo teórico (Educação Física brasileira) não foi poupado das ideias dominantes neoliberais e pós-modernas¹³⁸ que advogaram/advogam a análise de que há impossibilidade de uma transformação social radical, aceitando a desigualdade e abdicando da igualdade e justiça social pelo discurso da “diferença e diversidade” (MALIK, 1999, Apud PINA, 2009, p. 19) e de uma razoável diminuição da pobreza.

Tais pressupostos estão presentes no campo educacional e, como em outras áreas (como a Educação Física), são permeados por uma ciência e conhecimento, ambas sendo propriedades do capital. Desse modo, torna-se equivocado compreender a educação como um fato exclusivamente escolar, sendo uma atividade autossuficiente e independente (MARX e ENGELS, 1983)¹³⁹.

Esses aspectos corroboram com as análises de Rosangela Mello (2014, p. 10) a respeito da Educação Física como área de conhecimento e ação pedagógica. Conforme essa autora as mudanças em seu conteúdo e a maneira de aplicá-las, durante todo seu processo histórico bem como as disposições legais dessa área no âmbito escolar “tendem a obedecer à lógica das modificações dessa organização social”.

Utilizando-nos de suas considerações, observamos que a Educação Física nasce externamente ao ambiente escolar¹⁴⁰ e, logo após a escola, incorpora no momento em que

¹³⁷ Discutiremos essa dinâmica no próximo capítulo.

¹³⁸ Pós-modernidade como linha de pensamento questiona as noções de verdade, razão, identidade e objetividade. Questiona a ideia de progresso e emancipação universal, as grandes narrativas, as ideias iluministas. Observa o mundo como diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas. É cética com relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a carência de identidades (EAGLETON, 1996, p. 7 apud PINA, 2009, p. 17/18).

¹³⁹ MARX e ENGELS. Sobre Educação e Ensino. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

¹⁴⁰ Desenvolveremos esse aspecto no próximo capítulo.

estão sendo caracterizados e construídos os Sistemas Nacionais de Ensino, inclusive no Brasil. Mesmo respeitando particularidades em seu percurso histórico, o paradigma balizador da Educação Física, em nosso país, foi o das ciências biológicas até os anos de 1970, focado na aptidão física, na higiene e formação moral do trabalhador compreendida como apolítica e cientificamente neutra.

O campo teórico da Educação Física, de cunho biológico e positivista no Brasil, primeiramente foi representado pelos médicos e posteriormente assumido pelos próprios professores da Educação Física, mas mantendo interrelações em sua formação de quadros com o militarismo e a medicina¹⁴¹. Nos anos de 1980, manifestou questionamentos sobre sua especificidade como conhecimento, sua obrigatoriedade, bem como sua legitimidade¹⁴² recebendo uma análise crítica contextualizada¹⁴³ dentro das exigências reprodutivas do Capital.

Esse corpo crítico, segundo Mello (2014), foi constituído por várias vertentes e abordagens pedagógicas de cunho progressista, conectados com a abertura política do país, com o momento da “nova república” e com a consolidação posteriormente da área representada como “Desporto”, como direito social na Constituição Federal de 1988.

Nesse período surgiram várias abordagens pedagógicas que influenciaram a formação do/a professor/a de Educação Física. Essas criticavam o *mecanicismo* pedagógico hegemonicamente presente nas aulas de Educação Física.

A perspectiva *mecanicista* engloba as características presentes nas experiências militarista, tecnicista, biologista e esportivista que a área carregava e carrega. Questionavam-se seus objetivos: a busca pelo desempenho máximo, os padrões de comportamento, o não respeito às particularidades individuais do/a aluno/a e a busca de selecionar e separar grupos de escolares em prol do esporte de alto rendimento.

As abordagens críticas foram conceituadas como: A Desenvolvimentista (focada na Adaptação/Habilidade/Aprendizagem motora), a Construtivista-Interacionista (focada na

¹⁴¹ Para uma compreensão detalhada a respeito da trajetória histórica sobre a formação de Escolas e cursos de formação de Educação Física brasileira ver o estudo de Victor Andrade de Melo intitulada “Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história”. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física - UNICAMP. Campinas, SP, 1996. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115544&fd=y>>, acesso em 08 de dezembro de 2016.

¹⁴² Lembremos que sua legitimidade deve ser buscada não pela necessidade de seu conteúdo específico, mas pela análise das necessidades impostas pelas relações sociais capitalistas. Para aprofundamento dessa discussão ver Mello (2014) capítulo 1: A práxis legitimadora da Educação Física na escola.

¹⁴³ Buscou-se para área uma identidade diferente destes paradigmas e para tanto há uma incursão nas ciências humanas. Pesquisadores da Educação Física se debruçaram na Fenomenologia, no materialismo histórico dialético, no culturalismo, na psicologia humanista, dentre outros. Destacamos autores/as como Medina (1983), Oliveira (1983;1986; 1994), Bracht (1987;1992; 2000), Castellani Filho (1988), Taffarel (1985) e Freire (1989).

construção do conhecimento/ ao respeito à cultura do/a aluno/a e no resgate de jogos/brincadeiras), a Crítico-Superadora (apoia-se no discurso da justiça e transformação social/contextualiza o processo histórico da cultura corporal), a Sistêmica (defende a não exclusão nas aulas e a diversidade dos conteúdos corporais e de movimento), a da Psicomotricidade (reeducação e consciência corporal), a Crítico-Emancipatória (Reflexão crítica pelos alunos/transcendência de limites/conhecimento esportes), a Cultural (Reconhece o papel da cultura/Alteridade/técnicas corporais conscientes), dos Jogos Cooperativos (Indivíduos cooperativos/novos valores), da Saúde Renovada (melhorar a saúde através de estilo de vida ativo/conhecimento dos exercícios físicos) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (Introduzir o aluno ao Conhecimento do conteúdo da cultura corporal: jogos/esportes/lutas/dança/ginástica).

No texto final da Constituição de 1988, tanto o lazer como o esporte foram considerados direitos sociais, ao lado dos já tradicionais, como a educação, a saúde, o transporte, a habitação etc. Ainda que timidamente, o direito ao esporte também começa a fazer parte das reivindicações populares. Com a criação/ampliação de espaços públicos ou programas esportivos, o direito ao esporte passa a se configurar como demanda de uma sociedade democrática.

A partir da vitória oposicionista¹⁴⁴ nos anos de 1990, em alguns municípios e depois em alguns Estados, tem-se como desafio efetivar programas que marquem a diferença. Não se devia apenas reproduzir políticas pautadas pelos códigos do esporte de alto rendimento, porquanto era preciso responder aos desafios assumidos e às expectativas populares por mudanças. As políticas sociais para o esporte das chamadas frentes populares tinham ainda de lutar internamente nas administrações para assegurar o orçamento e a capacidade de realização.

Segundo Marcellino (2001), com a presença de profissionais de Educação Física nas secretarias de esporte desses governos, oriundos do campo teórico progressista, objetivava-se discutir, formular e efetivar políticas sociais setoriais nas áreas de esporte e lazer. Essas experiências enfrentaram dificuldades diversas, como pressões de gabinetes de políticos, de câmaras legislativas, de boa parte da população acostumada com vícios clientelistas e da imprensa.

¹⁴⁴ Como exemplo de governos intitulados de “democráticos e populares”, em que o esporte, o lazer e a educação física obtiveram *status* de política social: Governo de Luiza Erundina (1989-1992); Frente Popular Prefeitura de Florianópolis (1993-1996); Gestão do “Governo do Povo” em Belém (1997); Administração Popular da Prefeitura de Caxias do Sul (1997-2001); Prefeitura de Porto Alegre (1997-2000); e governo petista de Mato Grosso do Sul (1999-2002).

É importante salientar que, diferentemente do que expõe Marcellino (2001), e outros autores representativos da Educação Física brasileira que tecem os mesmos argumentos, consideramos que, embora essas dificuldades encontradas no desenvolvimento de experiências na área da Educação Física sejam recorrentes na atualidade, a superação dessas práticas viciadas não garantirá o atendimento do esporte como direito social e universal. A resposta a tal problemática não está na administração eficiente e transparente da gestão pública, nem no compromisso político dos profissionais da área. Faz-se necessário apreender a função social do Estado capitalista que, mediante as políticas públicas e sociais, procura gerenciar os efeitos das desigualdades sociais resultantes da contradição entre capital e trabalho. Há limites concretos para a efetivação dessas políticas pelo Estado, que ultrapassam a racionalidade técnica e a vontade dos profissionais, pois tais políticas estão atreladas ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas em dado momento histórico.

No entanto, esse pensamento “progressista” perdeu espaço a partir dos anos de 1990, segundo Mello (2014, p. 11), para as “tendências pedagógicas que, intencionalmente ou não, estavam mais próximas das orientações do novo ordenamento político e econômico da sociedade brasileira e do capitalismo em geral”. Esse cenário da área de Educação Física e esporte encontra-se numa conjuntura político-econômica problemática em nosso país. Behring (2003) analisa o Brasil dos anos 1980, apresentando-o, do ponto de vista econômico, como um país destruído pela inflação. Isso foi o fermento para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal nos anos 1990: diz Behring (2003, p. 137): “um país paralisado pelo baixo nível de investimento privado e público, sem solução consistente para o problema do endividamento e com uma situação social gravíssima”.

Continuando sua análise, essa autora observa que, no final da década de 1980, opera-se uma mudança na agenda político-econômica do Governo Sarney, após o fracasso do Plano Cruzado. A partir da derrota, em 1989, da coalizão comprometida com os avanços democráticos preconizados na Carta Magna de 1988, a agenda político-econômica passa a assumir o perfil desejado pelas agências multilaterais: contrarreformas liberais orientadas para o mercado (BEHRING, 2003).

Tais “reformas” realimentaram as concepções teóricas da área, mas se apresentaram com uma nova configuração. O corpo teórico progressista da Educação Física, em sua maior parte, acabou sendo influenciado pela perspectiva do Capital (intelectuais formuladores das abordagens pedagógicas anteriormente descritas) quando estes se distanciam da perspectiva do Trabalho, da luta de classes e enfocam seus estudos conectados com a perspectiva neoliberal. O momento da descrença nas possibilidades de uma crítica radicalmente

superadora da ordem social estabelecida (MELLO, 2014, p. 191) se torna hegemônica.

Mediante esse processo, a Educação Física manteve-se dentro de uma política educacional adequada aos moldes orientados pelo capitalismo mundializado. Assim, o papel da área (utilizando-se de um de seus conteúdos, o esporte) age pedagogicamente nos seus diversos níveis de intervenção de ensino, com o objetivo de formar indivíduos que consigam adaptar-se às constantes modificações do mundo produtivo e/ou como mobilidade social e não pela universalidade do conhecimento. Isso sinaliza que o objetivo da funcionalidade do esporte é mascarar a origem da desigualdade (reforçando a ideia mistificadora de que a ascensão do indivíduo socialmente dependerá de seus próprios esforços).

Nesse sentido, o papel do/a professor/a de Educação Física se configurou hegemonicamente dentro do espaço escolar formal e no “terceiro Setor” como o “guardião” de uma atividade fragmentada, focada no indivíduo, sendo desconectada da realidade social, desviando seus praticantes de qualquer contato com a totalidade concreta. Dessa forma, sob tal complexidade a Educação Física como disciplina/campo teórico é compreendida especificamente como alimentadora e divulgadora de “valores éticos e morais”, em detrimento da transmissão e transformação do conhecimento universal.

Vários teóricos da Educação Física adentraram em estudos, analisando o conteúdo esporte de uma maneira fragmentada e despolitizada, relacionando com pesquisas pautadas às questões de gênero, da diferença, da sexualidade, do multiculturalismo, do imaginário social, das microrrelações, entre outros, desarticulados de uma perspectiva transformadora consequência da ausência de diálogo, e de utilização do materialismo histórico dialético como campo de análise (MELLO, 2014, p. 43). Também esse corpo teórico de intelectuais se adéqua, transfere suas pesquisas para “movimentos da questão única havidos de soluções parciais” (Mészáros, 2002), mas no exame preciso desse autor no momento atual, não se obtém do Capital concessões aparentemente significativas. Assim, utilizamos sua análise quando o mesmo indaga essa adequação à perspectiva neoliberal (em nosso caso, do corpo teórico da Educação Física e sua relação com o “terceiro setor”) aos “chamados novos movimentos sociais (hoje valorizados em oposição ao Trabalho e desprezando todo seu potencial emancipador) deve ser considerada prematura e ingênua” (idem, p. 90).

É nesse cenário, dentre os muitos temas que o chamado campo crítico da Educação Física passa a abordar, que se dão os debates das políticas sociais de esporte e lazer e sobre o papel do Estado capitalista nessa área de política setorial. Ainda que, num primeiro momento, vinculado mais à denúncia dos usos dos esportes, do lazer e das práticas corporais pelo bloco no poder em diversos momentos da história brasileira, do que analisando a efetividade de

programas concretos de políticas sociais para o esporte e práticas corporais, por algum órgão executivo federal, estadual ou municipal (MELO, 2011). Esse campo crítico diversificado se tornou um *mix* progressista/conservador. A perspectiva hegemônica atualmente, nas palavras de Wood (2003, p. 221, Apud Pina, 2009, p. 26), “procura respostas e é até crítica das mazelas sociais. No entanto busca tentativas de responder a problemas sociais concretos sem colocar em evidência as contradições geradas pelo capitalismo”.

Essa situação reflete o debate sobre os programas e projetos sociais que utilizam o esporte como mecanismo de superação das “mazelas” originadas da “questão social”, em nosso exemplo, o processo de “inclusão social” dos “excluídos” nos objetivos e princípios do PST. Isso tem sido alimentado/discutido/teorizado por autores/as da Educação Física brasileira, com distintas perspectivas ideológicas através de “novas estratégias” para “solução de velhas questões”¹⁴⁵.

Convém ressaltar que parece existir uma desconexão entre esse corpo teórico que trata o PST como instrumento pedagógico “eficiente” (*sic*) de combate às “mazelas sociais” e o/a Professor/a de Educação Física que vivencia o cotidiano do programa, de maneira despolitizada. O primeiro se expressa “criticamente” sobre a problemática da “exclusão/inclusão social” e também reverencia a importância da relação entre PST e a “sociedade civil” (Terceiro Setor). O segundo, apenas se perpetua, dentro da lógica da sociabilidade capitalista, como um/a técnico executor de programas (PST), ficando afastado de qualquer perspectiva crítica interpretativa da realidade e impossibilitado/a de apontar para sua superação. Entretanto, percebe-se, na verdade, que esse corpo teórico também fracassa, pois não considera as determinações das relações sociais de produção, pois apenas se concentra nas consequências dos efeitos da exclusão (pobreza, pauperismo)¹⁴⁶ advogando o ideário da “inclusão” como saída.

Como vimos, um corpo teórico representado pela figura do intelectual revela seu nível de análise, sobre um aspecto da realidade (a exclusão/inclusão social), levanta questões e sugere respostas, caminhos para seu enfrentamento e soluções, bem como legitima certo discurso ideológico. Mas não basta se utilizar de uma crítica frente à educação desumanizadora ou de um esporte seletivo ou da “exclusão” das crianças e jovens do lazer esportivo, etc., se não atingir a base material que sustenta todos esses aspectos. Para tanto, conforme Tonet (2005, p.199) “é imprescindível à compreensão de analisar a realidade atual

¹⁴⁵ Essa situação será discutida no capítulo 3: O Esporte na reprodução da lógica do Capital: a História se repete como farsa

¹⁴⁶ A problemática da “exclusão social” e a aposta do esporte dentro do PST como efetivo processo de “inclusão social” pelo corpo teórico da Educação Física será abordado no terceiro capítulo.

do mundo no âmbito nacional e internacional, bem como das suas inter-relações com a educação e esta com outras esferas da atividade social como a política e a economia”. Assim, o papel do intelectual (de um corpo teórico) é apreender a atividade educativa nesse referido contexto e analisar que a mesma está subjugada pela perspectiva das classes dominantes. Diante disso, é necessário um engajamento teórico e prático na construção de uma forma de sociabilidade autenticamente humana, na qual as possibilidades de realização plena e unilateral estejam abertas a todos os indivíduos (TONET, 2005, p.8).

É esse o mesmo entendimento de Chauí (2006, p. 20) a respeito do que se entende sobre a figura do intelectual onde o mesmo “pode oscilar ente o recolhimento e o engajamento, o silêncio e a intervenção pública”. Dito de outra maneira, mas com o mesmo significado: conformismo ou resistência.

Os desdobramentos atuais do Governo Federal referentes às políticas sociais endereçadas ao esporte, no caso do Programa Segundo Tempo (PST), respeitando uma análise mais precisa sobre suas diferenças com os governos “democráticos e populares” do período levantado (1992-2002), apontam, como vimos, direcionamentos para políticas sociais participativas com o terceiro setor. A compreensão de que o Estado se encontra em dificuldades para cumprir seus deveres constitucionais no tocante à “questão social” se coaduna com os princípios defendidos por um campo teórico que, nas palavras de Montañó (2002, p. 16), “pontua medidas estatais compensatórias (combate à pobreza, respostas focalizadas etc.), e para as supostas novas respostas do ‘terceiro setor’, escondem-se os verdadeiros fenômenos”. Procuramos desvendar em nosso estudo a funcionalidade das políticas sociais esportivas e sua articulação atual com o terceiro setor, conforme dito anteriormente.

Como vimos nos nossos estudos iniciais, as políticas sociais no Brasil sofreram um desmonte originado pelas políticas neoliberais, em face da necessidade de reestruturação do capital para a superação de sua crise estrutural. Esse movimento atinge as políticas do Governo Federal voltadas ao esporte que – supomos – contribuem para desarticular as lutas populares através do estímulo à passividade dos trabalhadores, nesse contexto de agudização das contradições imanentes à lógica de acumulação capitalista.

Conforme Tonet (2016, p. 8) “conhecer a realidade de maneira parcial e conectada com a perpetuação da ordem burguesa é tarefa realizada por uma educação que rebaixa a produção do conhecimento à reprodução dessa ordem social”.

De acordo com Melo (2011), questões como a restrição de recursos, a focalização das políticas, a atuação sob a lógica das chamadas parcerias com organismos na sociedade civil na

execução das políticas, a difusão do chamado trabalho voluntário e a promoção da chamada responsabilidade social empresarial encontram, nas ações esportivas, um rico campo de atuação. Segundo Neves (2005, p. 38) “o apelo à responsabilidade social no fundo retrai a participação popular aos limites de um pacto social no qual capital e trabalho procuram humanizar as relações sociais vigentes de exploração, expropriação e de dominação”.

É nesse cenário que se desenvolve o PST onde o esporte é utilizado como “nova estratégia” do discurso ideológico neoliberal encontrado na agenda dos Organismos Multilaterais Internacionais para a “inclusão social” objetivando o “combate” à pobreza, à busca “pela Paz”. No PST, desenvolvem-se conteúdos dessa agenda hegemônica como: 1. A “valorização das diferenças e oportunidades” reforçando na verdade a “inclusão excludente”; 2. A busca em desenvolver em seus participantes “novas atitudes e valores” reforçando a ideia neoliberal da necessidade de um novo disciplinamento dos corpos no universo educacional; 3. A ênfase na relação focalizada e fragmentada entre participantes do programa e sua comunidade de maneira apolítica onde o esporte não é considerado como direito social; 4. Desenvolver o sentido da resiliência (culpabilização do próprio indivíduo condicionando-o a buscar seu sucesso e mobilidade social pelo exclusivo próprio esforço). Para tanto, a ideologia do capital humano e do capital social, as benesses e vantagens do voluntarismo (altruísmo) são operadas no interior do PST. Assim, o esporte como instrumento pedagógico central desse programa serve como “nova estratégia” no campo educacional esportivo para a reprodução de “velhas questões”. Abordaremos tal problemática no próximo capítulo.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS SOB A ÉGIDE DO CAPITAL: APORTES PARA A COMPREENSÃO DO PST EM ALAGOAS

Como desdobramento das questões anteriores, procuramos, neste capítulo, desvendar o gerenciamento do Estado diante das expressões da “questão social” na contemporaneidade, de forma a resgatar a particularidade da história esportiva brasileira no desenvolvimento capitalista. Discorreremos sobre suas trajetórias no que se refere ao esporte e ao seu momento inicial no país, seu movimento de repulsa e sua absorção pelo ambiente escolar formal (o esporte tornando-se conteúdo educativo) por literatos, educadores e grupos políticos. Este capítulo analisa, na nova ordem política, de que maneira o esporte é alçado à categoria de importante instrumento do Estado brasileiro, para o processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico e social do país. Realçamos também nesse capítulo como e porque na contemporaneidade, o esporte passa a ocupar uma nova posição, principalmente ao ser listado como um dos critérios fundamentais de cumprimento de metas mundiais, desenvolvimento local e minimização da pobreza pelo país, conforme as regras dos organismos multilaterais internacionais.

No que se refere aos Governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, destacamos algumas prioridades de suas ações, em particular às políticas de esporte educacional e de participação no lazer esportivo. Analisamos também o grau e os esforços empregados pelos respectivos Governos, na mobilização de investimentos no esporte de alto rendimento em detrimento do esporte educacional. Por fim, abordamos o PST e sua proposta de enfrentamento das expressões da “questão social”, sua permanência e descontinuidade, os aportes financeiros e ideológicos presentes em suas avaliações, que “alimentam” seu alcance como programa estatal.

3.1 A trajetória das políticas públicas esportivas no Brasil: um longo e tortuoso caminho

O Esporte, em suas diversas formas de expressão – educacional, lazer, participação, etc. – originado, desenvolvido e acolhido pela modernidade é marcado pelos embates, pelas lutas que constituem os antagonismos das relações de classe na sociedade capitalista. Está a

sua modo, em plena consonância com o projeto burguês num dado momento histórico. É entendido, na atualidade, como um importante fenômeno cultural, que passou por profundas alterações em sua história, em função das determinações da complexa relação entre capital e trabalho. Desse modo, nossa análise parte da perspectiva da totalidade social, na medida em que procuramos relacionar o esporte a dinâmica e reprodução social das sociedades.

De acordo com Lukács (1967, p. 240)

A categoria de totalidade significa, de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento, e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

Partindo desse pressuposto, nossa intencionalidade busca resgatar a totalidade da história esportiva brasileira em suas trajetórias distintas, no que se refere ao esporte e seu momento de chegada ao país, sua absorção pelo ambiente escolar formal (o esporte tornando-se conteúdo da Educação Física) e a gênese de uma política estatal implementada pelo governo brasileiro, sua constituição, suas lacunas e seus desdobramentos contemporâneos como mecanismo de ações sociais no interior do debate da “questão social” na atualidade.

Demonstrar essa trajetória histórica do esporte e sua relação com a Educação Física vai responder a vários momentos históricos em que o mesmo se expressa, no interior das transformações do capital e seu papel como instrumento pedagógico no universo escolar.

O que veremos é que a utilização do esporte como solução dos problemas presentes na “questão social” para um determinado segmento da população (classe trabalhadora e seus/suas filhos/as) não constitui uma novidade. Antes, com um propósito de ser um passatempo diferenciado e distinto de classe, vai sendo absorvido, paulatinamente, como conteúdo da Educação Física na Primeira República em nosso país, tornando-se um mecanismo de normatização, disciplinarização e moralização para adequação dos corpos ao capital.

O que difere, na atualidade, é que o esporte está pautado por sua estreita relação com a educação (como exemplo: o esporte como introdutor e divulgador da tolerância entre os povos) e com o aspecto da “inclusão social”, sua relação pedagógica como política social do Estado, especificamente aqui analisada, mantém relações com o “terceiro setor”. Desse modo, no contexto neoliberal, velhas formas de dominação são revistas e ampliadas em consonância com o capital na contemporaneidade. Essa é a estratégia do neoliberalismo para perpetuar a hegemonia na necessidade de desenvolver direção social, educacional/esportiva para além da coerção.

A elite brasileira no final do século XIX, marcado ainda pelo estigma do passado escravocrata, momento nem um pouco distante, busca novos padrões de sociabilidade e novas referências culturais na modernidade europeia, distanciando-se do mundo hispano-português. O esporte, com uma intencionalidade de ser um passatempo diferenciado e distinto de classe, expressão corporal educada/educativa vai expressar-se com uma ação que configura uma maneira específica de presença no contexto social, no intuito de se distinguir de práticas “rudes/primitivas” presentes em outros segmentos/indivíduos/classes sociais (LUCENA, 2001, p.09).

A Educação Física no Brasil, na viragem do século XIX para o século XX, é a expressão educacional legitimada pelo Estado brasileiro. Alguns autores indagam se as práticas corporais se expressavam nessa época com o nome de *Gymnástica* (século XIX) tendo em seu conteúdo os exercícios militares, exercícios ginásticos e os jogos populares. Confirmando esse entendimento Vago (1999, Apud Shneider e Neto, 2006, p. 80) afirma que foi possível identificar dentro do espaço escolar a mudança da expressão *Gymnástica* pelo termo *Educação Physica* nas primeiras décadas do século XX, no Brasil.

Observamos também a utilização dessas duas expressões no relatório de 15 de fevereiro de 1875, realizado pelo Bacharel Antonio Martins de Miranda, diretor geral da instrução pública e privada das Alagoas ao Presidente da Província das Alagoas Sr. João Vieira de Araújo. Expondo as condições do ensino na província, esclarece a situação do ensino primário, obrigatório, religioso e da “Educação Physica” esclarecendo que essa era ignorada pela escola, pelos professores e pelos próprios alunos afirmando também que “a *gymnastica* não ergue os seus instrumentos favoráveis *á hygiene juncto* ao prédio das *escholas*” muito menos a natação, as lutas e os jogos todos negligenciados a natureza infantil. (1875, p.20)¹⁴⁷.

Conforme Souza (2009, Apud Lacerda, 2011, p. 04)¹⁴⁸ a ginástica como matéria de ensino estará presente na escola a partir de 1887 em São Paulo, através da lei municipal, nº81 de 06 de abril de 1887. No Rio de Janeiro, ela constituirá disciplina escolar, a partir de 1890, através do regulamento da Instituição Primária e secundária promulgada por Benjamim Constant. Assim, como salienta Deccache-Maia (2006, p. 5), a Educação Física “vai se

¹⁴⁷ <Disponível em: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/relatorio1875.pdf>.>, acesso em 18 de Julho de 2016.

¹⁴⁸ Lacerda, E. S. de. Educação Física na segunda metade do Século XIX e primeira metade do Século XX: características da prática escolar. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Crsitovão-SE, 21 a 23 de Setembro de 2011. <Disponível em http://www.einsteinlimeira.com.br/painel/uploads/05_03_2012__18_56_05ed._fisica_no_brasil_do_se._xix.pdf> Acesso em 18 de julho de 2016.

constituindo, com o passar do tempo, em uma atividade compulsória, que atingia toda a população que frequentava o espaço escolar, diferente do que verificaremos mais à frente, com o esporte na atualidade”.

Enquanto era a Educação Física a atividade corporal valorizada no final do século XIX e início do XX no Brasil, nesse mesmo período, o esporte ainda era uma prática pouco disseminada, sendo incorporada como atividade espontânea e de lazer dos grupos pertencentes à elite. Os indivíduos das classes sociais mais abastadas se constituirão como os introdutores do esporte no Brasil. Conforme Linhales (1996) o esporte não surge como política de Estado e relata que as modalidades esportivas em nosso país surgem também em estreita relação com os grupos imigrantes.

Como vimos o esporte se expressa de diferentes maneiras e sua gênese encontra-se ligada ao estilo de vida da burguesia britânica. Lembramos, conforme Hobsbawn (1988), que o esporte em seu início, em sua forma moderna foi associado especialmente à nova classe média¹⁴⁹ que estava em ascensão e não necessariamente à classe alta. Mas a burguesia não apenas adotou como realizou uma transformação do modo de vida da aristocracia ofertando outra conotação a expressão “esporte”. Enquanto as práticas corporais dos nobres eram ligadas a caça, a esgrima, as corridas de cavalos (designadas de “esporte”) os jogos e competições físicas da burguesia recebiam um tratamento como “passatempo”. A prática esportiva, recebendo um novo tratamento e significado pela burguesia, preenchia uma necessidade social consideravelmente maior que a de exercícios ao ar livre, por exemplo, e isto ocorreu nos anos de 1870 e os primeiros anos de 1900 (Alaistrando-se todas as formas de esportes organizados/formalizados aos demais países). Assim nas palavras de Hobsbawn (1988, p. 163),

O esporte além de ser elemento importante na formação da nova classe governante, segundo o modelo de *gentleman* britânico burguês treinado em escola pública, é evidente, pelo papel das escolas em introduzi-lo no continente. Que o esporte apresentava um aspecto patriótico e até militarista é igualmente claro. Mas serviu também para criar novos padrões de vida e de coesão.

Esse fato, segundo o autor acima citado, incorporou ao esporte, em seu início, um critério de classe próprio de segregação, por meios de maneiras e estilos de vida e ação coletiva, tornando-se um dos principais indicadores (o outro seria a educação formal) de

¹⁴⁹ Com o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra a mobilização social criou um novo problema de identidade de classe principalmente para as classes médias que almejavam ao status burguês (Hobsbawn, 1988, p. 154-157).

pertencimento de classe.

Essa situação é encontrada em nosso país nas primeiras duas décadas do Século XX. Linhales (1996) aponta que o esporte, nesse período, não recebe muita interferência de normatividade médico-higienista, normas estas tão presentes no universo escolar e institucional militar, tendo forte presença nas políticas profiláticas do Estado brasileiro da época. Assim, observa-se, nesse período, reduzida intervenção estatal no esporte, pouca procura/demanda da população por instalações e equipamentos esportivos para suas práticas, permanecendo circunscrito em seus limites demarcados pela classe social que o praticava.

A popularização do esporte vai-se efetivando “fora da instituição escolar” e, paulatinamente, vai sendo absorvida por ela. Antes disso, em cada classe social, ao esporte é determinada uma maneira de expressá-lo distintamente: para as camadas populares e aos seus jovens, o seu vínculo é com os “aspectos negativos”, expressados pela nossa desordenada e desprovida indisciplina; Para a mocidade jovem da Elite, *Ser Esportivo*¹⁵⁰, segundo Linhales (2006, p. 87),

Passa a ser moderno, indicando a urgência em dotar a população amorfa de um grupo de indivíduos saudáveis, disciplinados, corajosos e plenamente aptos. [...] Isso possibilitava o fortalecimento da nação, e nesse caso o esporte assume, também, o status de um instrumento de destaque na produção de uma educação cívica.

Nessa perspectiva, o esporte terá uma função “salvacionista”, tendo o papel de regenerar os fracos e os débeis, e combater os vícios e a boemia. Assim sua funcionalidade estará cada vez mais voltada à mocidade e à infância (LINHALES, 2006).

Bueno (2008) observa, porém, que mesmo os apologistas de um modelo de desenvolvimento do esporte, com base nas necessidades demandadas pela sociedade civil defendiam a não interferência do Estado. Esse quadro sofrerá mudanças, quando da modificação do paradigma da Educação Física higienista e eugênica, para as práticas corporais expressas nas atividades originárias do seio da Revolução Industrial: os esportes competitivos.

No Brasil, nas três primeiras décadas do século XX, as condições de trabalho e vida no espaço urbano eram cada vez mais degradantes. O projeto dominante buscava responsabilizar o trabalhador por sua própria saúde, através da adoção de hábitos higiênicos, da prática de atividades físicas, sem, no entanto, alterar as condições objetivas de sua existência.

¹⁵⁰ Ser esportivo proporciona ao indivíduo um padrão de pertencimento ao mundo da sociabilidade capitalista. Dependendo da classe social que o indivíduo que esteja alocado sua participação como “*Ser Esportivo*” se complexificará e se fortalecerá ouse já, se definirá o seu lugar de poder.

A incipiente industrialização confrontava as reivindicações da classe operária, liderada pelo movimento anarquista e comunista. O poder dos grandes latifundiários da economia agroexportadora controlava o desejo de modernidade no modelo político e econômico que reluzia na Europa e já nos EUA. A realidade das grandes cidades brasileiras era de profunda degradação, dada a carência de serviços públicos, em descompasso com o desenvolvimento urbano. Nesse contexto, a elite intelectual reafirmava a necessidade de modernizar, moralizar e higienizar a população, tendo na Educação Física e (paulatinamente no esporte), de maneira pontual e embrionária, instrumentos para a consecução desses objetivos, como revela (MARCASSA 2000 Apud BUENO, 2008, p. 84).

O higienismo tentava resolver o problema da saúde, por meio da atividade física, numa conjuntura extremamente delicada e caótica. Conforme Gois Junior e Luvisolo (2003), o movimento higienista chega ao Brasil em fins do século XIX, advogando um novo pensamento, cujo eixo era a preocupação com a saúde da população e com as seguintes propostas: defesa da saúde pública e defesa do ensino de novos hábitos higiênicos. Defendia, portanto, a ideia de que um povo educado e com saúde era a principal riqueza da nação. Era preciso adestrar o corpo do trabalhador, desenvolver seu vigor físico e discipliná-lo para a sua inserção na produção e reprodução do capital (SOARES, 1994). O espaço escolar, mediante a higiene, a Ginástica/Educação Física era o universo que propiciava os cuidados corporais normatizados pelo pensamento médico-higienista da época.

Entretanto, o esporte, como observamos, não estava presente na escola como conteúdo educativo da disciplina Educação Física e, portanto não era visto como ferramenta pedagógica indicadora de saúde e de disciplina, pois ele não era aceito hegemonicamente como sinônimo de saúde, nem considerado um instrumento para a educação do corpo, para a educação integral (nos aspectos moral e intelectual) que pudesse estar atrelado diretamente à ação estatal.

É só a partir de 1920-1930 que o esporte ganha maior destaque como conteúdo pedagógico e do fazer escolar. São educadores e literatos de renome que operam com a ideia de que ele seja o melhor mecanismo de organização e disciplinarização de um corpo alicerçado no discurso urbano-industrial, recebendo assim outras apropriações, usos e interpretações, expandindo-se como prática e como prescrição corporal, agregando-se de padrões civilizatórios de produção, relativos ao progresso à superação de limites humanos: eficiência, rendimento, energia e automação (LINHALES, 2006). Desse modo, o modelo escolar estará além dos muros das escolas, como estratégia socializadora estendendo-se a outras práticas e instituições sociais.

No entanto, segundo a autora, (2006, pp. 20-21), o processo de escolarização do esporte e sua relação com a educação formal foi paulatinamente acontecendo, “num momento de disputas e debates estabelecidos entre a instituição escolar e outros espaços e instituições sociais que se ocupavam também das práticas esportivas como clubes e a instituições militares”. Seus defensores mais proeminentes eram os intelectuais e literatos, como Fernando de Azevedo e Coelho Neto, enquanto Carlos Sussekind de Medonça, Lima Barreto e Graciliano Ramos condenavam o desvirtuamento do esporte, os excessos das práticas esportivas e o processo de “imbecilização” ou de “obstrução da inteligência”, presente, principalmente nos esportes de contato (BUENO, 2008). Semelhantes posições também tinham os anarquistas (Anarcossindicalistas), através de seu jornal “A Plebe”, que publicavam matérias aconselhando os trabalhadores a se afastar do esporte, tido como prática corporal burguesa e de desocupados. Os comunistas, por sua vez, aceitavam o esporte, desde que não organizado nem dominado pelos padrões burgueses (MOURA, 2009).

Assim, o foco da discussão esteve concentrado em que nível de similaridade e diferença o esporte estaria do processo educacional e que grau de contribuição às práticas esportivas teria para a “energização do caráter” e “reforma dos costumes” (LINHALES, 2006).

As práticas esportivas penetraram definitivamente no projeto da modernidade permeado por uma ética do ativismo e da energia superlativa. O esporte auxiliaria nesse projeto, pois ele expressava um engajamento corporal e uma percepção ativa para o desenvolvimento das novas técnicas postas pela expansão das atividades produtivas (LINHALES, 2006, p. 46).

Essa penetração do esporte no cotidiano das cidades urbanas, no modo de vida das pessoas conforme Linhares (2006) ascendeu às polêmicas e aos discursos sobre os pontos “positivos” e “negativos” que as pessoas sofreriam com sua prática. As práticas esportivas, os tipos de modalidades eram definidos de acordo com a classe social referente que os praticavam e de que maneira os indivíduos deveriam se expressar moralmente e corporalmente. Sob esta perspectiva, passam a ser agregadas ao esporte a saúde, a estética, a educação, a eugenia, a disciplina, a beleza, a eficiência sendo conjuntamente abordadas e problematizadas pelos educadores e literatos. Nas palavras da autora, (2006, p. 48) “discutir o esporte era uma forma de interpretar a vida moderna, como se essa prática expressasse, metaforicamente, os novos tempos, como um de seus dispositivos disciplinares”.

A partir de sua síntese, encontramos que o educador Fernando de Azevedo¹⁵¹ em seus escritos sobre essa “peleja”, primeiramente, prescrevia as práticas esportivas para a mocidade, mas com desconfiança, pois entendia que apenas a Ginástica seria o único instrumento pedagógico capaz de “rejuvenescer toda uma nação” e construir “corpos autônomos”. Para ele, o esporte teria apenas o papel de ser o motivador, pois originava resultados positivos como a confiança, o cultivo das qualidades morais, o regenerador da raça, sendo uma diversão agradável. Enfim, seu papel educador era secundário no ambiente escolar. Segundo Azevedo (1920, p. 143, Apud Linhales, 2006, p. 59) desse modo os esportes praticados “longe de prejudicarem ou entravarem o trabalho intelectual, os estudos e a cultura do espírito [do indivíduo], podem desenvolver as qualidades de perseverança, vontade e energia, contribuindo para a formação de seu caráter e hábitos de disciplina”.

Numa perspectiva dissonante do discurso sobre as “benesses” que o esporte poderia contribuir para a mocidade. Nesse mesmo período, encontraremos um artigo do escritor alagoano Graciliano Ramos, publicado em abril de 1921 no jornal “O Índio” (com o pseudônimo de J. Calixto). O referido autor enfatiza a necessidade de a mocidade praticar esportes já existentes no país e não buscar “estrangeirices”. A esse respeito Graciliano alertava: “Não seria, porventura, melhor exercitar-se a mocidade em jogos nacionais, sem mescla de estrangeirismo, o murro, o cacete, a faca de ponta, por exemplo?” No transcorrer do texto, o futebol será questionado como prática saudável da nossa mocidade e principalmente da juventude sertaneja e que o mesmo “não vingaria”, pois como ele afirmou: “É roupa de empréstimo”, e, prosseguindo no artigo, ele apresentava ironicamente a situação em que se encontrava a população mais pobre e, ao mesmo tempo, colocava que a razão, o direito e os argumentos não eram as características/elementos que ditavam a sociedade brasileira e, principalmente do agreste e sertão brasileiro, em especial, o alagoano.

Em nosso entendimento para Graciliano a força, o muque, metaforicamente representava o que até então existiu e se expressava em nosso país: a força repressiva avassaladora das elites, reforçada por um Estado autoritário resolvendo a “ferro e a fogo” qualquer descontentamento popular com os direcionamentos sociais-políticos-econômicos traçados por essas elites. Assim, Graciliano afirmava no artigo: “Se voltarmos a olhar para baixo, para o microcosmo social em que vivemos, é o mesmo fenômeno. A razão está sempre ao lado de quem tem rjeza”.

¹⁵¹ Educador paulista, crítico, ensaísta e sociólogo (1894-1974). Sobre o tema publicou: “Da Educação Física – o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser; Antinous: Estudo de cultura atlética; A evolução do Esporte no Brasil” (1920).

Desse modo, entendemos que era importante desenvolver tais “práticas esportivas” para enfrentamento do severo coronelismo autoritário. Essa era a “perspectiva educadora” que ele encontrava nos “esportes sem estrangeirices”.

Estamos de acordo com Linhales (2006) quando aponta que os propósitos do “Velho Graça” na verdade, foram de ironizar o esporte como referência disciplinar moderna pouco apostando nessa “civilização esportiva” defendida por Fernando Azevedo e Coelho Neto por exemplo. O que o autor de *Vidas Secas* faz é confrontar a “rasteira” (esporte genuinamente brasileiro) com essas práticas estrangeiras. Desse modo, “sobrou” para o futebol que nesse tempo era identificado por sua prática elitista burguesa. Assim, segundo Linhales, (2006, p. 62) “o esporte não teria, para Graciliano Ramos, esse lugar de expressão de uma modernização social e muito menos de um ideário Helênico”.

Lima Barreto é outro exemplo que duvidava desses atributos. Pelo contrário, o mesmo definia o esporte como espaço da brutalidade, sendo o lugar de toda ignorância e imbecilidade. Ironizava a contradição que o esporte (seu foco era o futebol) surgia nas notícias dos jornais da época. Na seção policial, o mesmo era retratado como prática cotidianamente de brigas e confusões, conflitos dentro e fora dos gramados, mas em jogos relacionados aos clubes operários, populares. Ao mesmo tempo, no mesmo jornal, o futebol correspondia a um momento de catarse social expressão da fidalguia e respeito moral do verdadeiro praticante amador que era o indivíduo frequentador do clube da elite. Santos Junior (2014)¹⁵² relata que Lima Barreto tinha antipatia a qualquer esporte, em especial, ao futebol, já que o mesmo representava o ideário corporal e simbólico da vida moderna propagada pelo capitalismo, este responsável pela maior exclusão social e política da maioria da população brasileira. Assim, como “crítico de costumes” para ele, aliás, “trancos e pontapés” eram típicos da modalidade, logo “clubs aristocratas e puros” não seriam distintos dos “clubezinhos do subúrbio”: “*O football é uma e mesma coisa em toda parte!*” (SANTOS JUNIOR, 2014, p. 01). Nesse âmbito, conforme Santos Junior (2014, p. 01) “para Barreto, o futebol representava um projeto político-ideológico de uma elite que ansiava por uma prática que demarcasse a sua diferenciação com relação às demais classes sociais”.

Carlos Sussekind de Mendonça¹⁵³ também fará parte deste “elenco” contrário ao esporte como prática educativa. Advogado de formação, Sussekind através de seus escritos

¹⁵² SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. Fidalgos? O futebol e a crítica de Lima Barreto. 2014. Disponível em <<https://historiadosporte.wordpress.com/2014/03/31/fidalgos-o-futebol-e-a-critica-de-lima-barreto/>>, Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

¹⁵³ Ensaísta e criminologista carioca (1899-1968). Sobre o tema publicou: “O esporte está deseducando a mocidade brasileira. Polêmica sobre o valor do esporte como agente educativo” (carta aberta a Lima Barreto).

adverte sobre a necessidade de se combater o esporte (e como Graciliano e Barreto: a prática do futebol). Mesmo reconhecendo que o mesmo está impregnado na sociedade brasileira de maneira definitiva, ele defende que o esporte deseduca a mocidade e questiona os benefícios elitistas elencados pelo futebol. A esse respeito diz Mendonça (1921, p. 21, *Apud* Linhales, 2006, p. 67): “protege, impulsiona e agrava a própria agonia física da nacionalidade, porque ilude um soerguimento coletivo, que tranquiliza o povo e é apenas o proveito imediato de meia dúzia de indivíduos”. Isso está presente, segundo ele, quando se romantiza e se idealiza o esporte, ocultando a verdadeira face do mesmo, ou seja, ele expressa na verdade o exagero, o abuso, o excesso, não sendo um instrumento civilizatório muito menos um conteúdo/ferramenta pedagógica em prol das novas gerações.

Todo esse debate, conforme Linhales (2006) evidenciou um repertório diversificado de construções argumentativas sobre o papel do esporte como conteúdo educativo. Ora definido como detentor de virtudes, sendo um instrumento médico-pedagógico na produção de uma educação regenerativa/eugênica/higiênica/cívica/moral, ora identificado pelo contrário, como um lugar de erros, abusos, rivalidades, truculências e como uma prática elitista, seletiva, especializada, desse modo não aplicável principalmente à mocidade. No entanto, o que mais se evidenciava é que as práticas esportivas (o remo, o futebol, a corrida de cavalos, o Ciclismo, o Boxe, entre outras) já faziam parte do cotidiano das cidades urbanas impulsionadas pela sociedade industrial moderna, em gestação nos anos de 1920-1930. Nas palavras da autora (2006, p. 86):

As questões relativas a energização do caráter tem estreita relação com o desenvolvimento das forças produtivas. O esporte pensado como tecnologia educacional e como produção eficiente tem nas metáforas *maquímicas* um de seus principais vetores de expressão.

Assim, conforme a autora (2006, p. 245), o esporte estaria “pronto” para ser uma ferramenta corretora do curso civilizatório definido pelo capitalismo. O papel da escola era de “civilizar os costumes esportivos existentes, tomando para si a tarefa de melhor apresentá-los às novas gerações”.

Além disso, também assinalamos outros atores não apresentados pela autora que no período aqui discutido expressaram também suas posições e críticas sobre o esporte. Referimo-nos aos grupos políticos e culturais localizados nos diversos órgãos de difusão das ideias (Imprensa) identificados com o ideário anarquista e comunista. Através de nossa pesquisa, “Entre o ópio do povo e o esporte proletário: a questão do futebol na imprensa

anarquista e comunista brasileira (1917-1937)¹⁵⁴, analisamos particularmente as perspectivas das organizações que tiveram um significativo enraizamento no seio dos trabalhadores, localizadas nas regiões de maior concentração operária (Rio/São Paulo) em que ambas as tendências tiveram uma influência proporcional, no campo da cultura/formas de lazer proletária fora da fábrica.

Em ambas correntes existiu a preocupação do contato dos trabalhadores com o esporte (o futebol) e com os efeitos negativos e positivos que o mesmo ocasionaria sobre a autonomia política e cultural dos trabalhadores. Nas palavras de Moura (2009, p. 04) no espaço de ambos os movimentos “evidenciou-se uma preocupação em discutir as formas de lazer possíveis e permissíveis na visão dos militantes operários, tanto para aglutinar os trabalhadores como para educá-los no aspecto doutrinário”.

No período analisado nos discursos da imprensa anarquista e comunista, observamos uma quase completa rejeição dos libertários sobre a prática do futebol pelo operário e pela sua mocidade e uma aceitação dos comunistas, desde que o esporte fosse gerenciado e praticado pelos eles próprios. Nossa interpretação é de que há uma dimensão muito relevante nas preocupações desses militantes, com o possível uso do futebol como instrumento para a subordinação da cultura operária à cultura da classe dominante brasileira, possibilidade perversa que, em determinado grau, foi e ainda hoje é uma efetividade. Se for verdade que a recusa quase absoluta dos anarquistas em dar qualquer legitimidade ao futebol é insustentável e unilateral e que a proposta comunista de um "futebol proletário" abria a possibilidade de levar as noções autoritárias stalinistas para a esfera do lazer operário, também é verdadeira que ocorreu, como sublinharam libertários e marxistas, a utilização do futebol pelo patronato e pelo Estado, como forma de subordinar a consciência operária a uma visão de mundo burguesa e a um nacionalismo autoritário (MOURA, 2009).

O que percebemos é que nessa “guerra de posição” o projeto vencedor que deu essa visão de esporte que conhecemos (seletivo, produtivo e arena de disputa, mas também de exacerbada violência simbólica) que se tornou hegemônico, não ganhou sem oposição. Pelo contrário, houve oposição. Conforme Coutinho (1996) Gramsci afirma que o centro da luta de classes está na “Guerra de movimento: choque frontal com algo explosivo e concentrado no tempo (formações sociais do tipo orientais), onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e autônoma, em que a esfera do ideológico se manteve ligada e dependente da sociedade

¹⁵⁴ MOURA, Eriberto J.L de. Entre o ópio do povo e o esporte proletário: a questão do futebol na imprensa anarquista e comunista brasileira (1917-1937) In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciência do Esporte, 2009, Salvador-BA. Formação em Educação Física & Ciências do Esporte: Políticas e cotidiano.

política”. No centro da luta de classe está a “Guerra de posição” no Estado ampliado, numa conquista progressiva ou processual de espaços, no seio e através da sociedade civil. Assim, Gramsci explica o caráter processual e molecular da transição revolucionária nas sociedades “ocidentais”: a expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista progressiva de posições, através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente, altera a correlação de forças na sociedade civil e termina por impor a ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder do Estado (COUTINHO, 1996, p. 80).

Assim, nessa luta de ideias o capital venceu, mas com a oposição de literatos, de anarquistas, comunistas, etc. À medida que o esporte vai-se mercantilizando, ele supera as outras expressões diferentes de entendimento sobre ele.

Similarmente a outros países (como os da Europa Ocidental), a Educação Física e o esporte eram propostos como meio de unir o povo brasileiro, em torno do ideal do progresso idealizado pelos republicanos que valoravam o liberalismo e a iniciativa individual, aspectos que, no entendimento de muitos, o esporte poderia ensinar e reproduzir. Linhares (1996), ao analisar essa primeira fase do desenvolvimento do esporte no Brasil, do século XIX até o início da década de 1930, considera que este surgiu a partir de parcela privilegiada da sociedade, que se auto-organizou com tal objetivo. Isso aconteceu através de uma modernização da república, pelo corporativismo.

Durante a Primeira República (conhecida como “República Velha”) a ação do Estado, em nível federal, limitou-se à aprovação de regulamentos e decretos, versando sobre a implantação de modalidades esportivas em escolas e cursos e regulamentação da Educação Física como disciplina escolar. Conforme Marinho (1940, p. 14)¹⁵⁵,

Em 1929, entra em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física que no ano seguinte perde o seu caráter provisório, passando a denominar-se Centro Militar de Educação Física mais tarde Escola de Educação Física do Exército. O elemento civil praticava, sem qualquer orientação técnica ou médica, vários desportos. Algumas salas de ginástica de aparelhos, *dansas* e ginástica rítmica eram encontradas no Rio de Janeiro. Os clubes desportivos, geralmente de *foot-ball* e de regatas, difundiam empiricamente vários exercícios físicos. Em 1931, o Ministro da Educação, Dr. FRANCISCO CAMPOS, por ocasião da grande *refôrma* do ensino secundário, com o decreto n. 19.890, de 18/04/31, a que se seguiu a Portaria Ministerial de 30/6/31, admite oficialmente, pela primeira vez em caráter obrigatório, a educação física no ensino secundário, com a seguinte justificativa: "A Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário, em colaboração com as demais disciplinas do curso, tem por fim proporcionar aos alunos o desenvolvimento

¹⁵⁵ Marinho, Inezil Penna. Especialização – Fator preponderante na técnica da Educação Física. Monografia apresentada no concurso para Técnico de Educação do Ministério da Educação e Saúde. >Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/130730>, acesso em 09 de maio de 2016.

harmônico do corpo e do espírito, concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico do seu valor e das suas responsabilidades". O Decreto 21.241, de 4/4/932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário, estabeleceu como obrigatoriedade, em seu art. 9º: "Durante o ano letivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário, exercícios de Educação Física, obrigatórios para todas as classes".

A literatura consultada não aponta registro de atividades estatais voltadas especificamente ao esporte ou com caráter de política social para o setor. O Estado não interferiu diretamente (exceto à resposta repressiva aos conflitos gerados em eventos esportivos); apenas apoiou com alguma forma de recurso, no sentido de subsidiar eventos, deixando o desenvolvimento do esporte a cargo dos interessados, que se congregavam em associações e entidades, dentro do puro espírito do liberalismo. Como afirma Santos (2000 Apud Bueno, 2008, p. 94):

Não deve ser desconsiderado também o papel do Estado nesta questão. Sob a égide do Estado liberal da 1ª República, os próprios aficionados o criticavam pela ausência de políticas de fomento ao esporte (e à educação física como um todo) Os opositores – exceção feita aos anarquistas – não viam no Estado seu maior obstáculo; todavia, pretendiam que ele deixasse de ser liberal, passasse a intervir na questão e combatesse o mal.

É a partir dos anos de 1930 que se processa na prática o sentido de uma organização estatal nacional voltada para a educação física e o esporte. Assim, é a partir do Governo Vargas que o esporte será incorporado ao quadro estatal enquanto política social, reforçando os traços de modernização capitalista tardia de nossa sociedade. A história institucional do esporte no Brasil teve início em 1937, quando, por intermédio da Lei n. 378, de 13/3/37, foi criada a divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Partindo desse pressuposto, conforme explicado anteriormente, poderíamos afirmar que o Primeiro Tempo teve seu início na Era Vargas¹⁵⁶.

Nos anos de 1940, travou-se uma ampla discussão sobre a regulamentação e o papel dos esportes no Brasil – tanto por parte do Governo Vargas quanto pela sociedade representada pelos clubes de futebol, federações esportivas, membros da medicina esportiva, imprensa e intelectuais da educação e da política (MOURA, 2003). No entanto, é bom lembrarmos que a amplitude do debate esteve limitada e inscrita nos mesmos grupos sociais representativos do poder econômico e político da época.

O Pensamento médico-científico hegemônico no Estado Novo, que influenciava

¹⁵⁶ Até então não havia uma legislação esportiva nacional em nosso país.

diretamente a Educação Física brasileira nesse período, defendia que o objetivo da eugenia era estudar a influência da herança genética nas qualidades físicas e mentais dos indivíduos. Correia (2001, p. 4) afirma que,

Na atualidade, por força da herança dos teóricos que tentaram classificar as populações humanas, muita gente ainda acredita erradamente que os seres humanos podem ser separados em raças biologicamente distintas. As diferenças do tipo físico entre os seres humanos resultam, no entanto, da procriação da população, a qual varia de acordo com o grau de contato entre diferentes grupos sociais e culturais.

Os grupos humanos não são distintos, formando um todo contínuo e homogêneo. A diversidade genética numa mesma população que partilhe óbvios traços físicos é tão grande como a diversidade entre populações diversas. As teses mais recentes levam muitos biólogos, antropólogos e sociólogos a concluir que o conceito de raça é uma noção meramente abstrata e que deveria, por isso, ser posta a parte. Num documento publicado pelo DIP, consta um artigo que se coaduna com nossa afirmação:

O Ministério da Educação considera o esporte como uma modalidade de cultura popular, constituindo atividade de grande repercussão no sentimento da população, despertando o culto pela beleza e a perfeição física. Interessa-lhe mais o reflexo dos campeonatos na massa popular, do que o campeonato em si. Para que essa influência cultural do esporte seja cada vez maior, o Ministério subvenciona sociedades e *clubs sportivos*, e vai organizar, no decorrer deste ano, o esporte nacional, criando a legislação necessária. (Departamento de Imprensa e Propaganda, 1/2/1939) (Apud MOURA, 2003, p. 40).

Embora, como vimos, a institucionalização do esporte no aparato estatal, no Brasil, seja datada de 1937, foi o Decreto-Lei n. 3.199/41 que buscou, de forma mais aprofundada, normatizar e dar organicidade ao sistema esportivo brasileiro. Essa lei tentou, ainda que de forma incipiente, a regulamentação das entidades esportivas e como deveria se desenvolver a prática esportiva¹⁵⁷. O Estado Novo precisava desse disciplinamento dos corpos, pois carecia de mão de obra. Desse modo, o esporte aproxima-se do trabalho.

Como nos demais setores, o Estado chamou a si a responsabilidade de normatizar, controlar e utilizar as entidades esportivas de acordo com sua orientação ideológica nacionalista. Na nova ordem política, o esporte é alçado à categoria de importante instrumento do Estado para seu processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico e social do País. Nas palavras de Linhares (1996, p. 75) “o significado político-ideológico

¹⁵⁷ Pelo Decreto n. 3.199/41 foi criado, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão com a finalidade oficial de orientar, fiscalizar e incentivar os esportes no país. Buscou-se um maior controle sobre o desenvolvimento esportivo no Brasil, que já havia se tornado muito popular.

atribuído ao esporte no período de 1930 a 1943 influenciou, de forma decisiva, sua consolidação e permanência como prática social e como esfera de atuação do poder público”.

Já nesse período acima referido, o Estado trazia alusão às “associações civis” (gérmen do “terceiro setor”) delegando dentre outras funções que as mesmas organizassem para a juventude a promoção do “adestramento físico”. Isso estará baseado na Constituição de 1937. No presente documento, no Capítulo “Da educação e Cultura” Artigo 132,

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio ou proteção as fundadas por associações civis, tendo umas; e outras, por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-lo ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação¹⁵⁸.

Assim, pela forma da **Lei maior**, o Estado vai-se ocupando do esporte e o mesmo passa a compor o projeto organicista ofertado por este como dádiva, benefício se tornando definitivamente o colaborador do engrandecimento do povo-nação (LINHALES, 1996, p. 78). Como vimos, o Estado tomou para si o seu controle e a organização, mas continuou a manter relações e delegar funções e participações da “sociedade civil”, no trato com o esporte.

O regime que vigorou entre 1945 e início de 1964, de caráter democrático restrito, de efetiva modernização conservadora, teve por característica marcante o apelo nacional desenvolvimentista. A modernização capitalista do país esteve assentada na introdução de ramos da indústria automobilística, da construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose. A siderurgia e a produção energética foram ampliadas, os portos, criados ou expandidos, abriam-se novas estradas, além da construção de uma nova capital – Brasília. Tudo isso trazia como contraponto um enorme endividamento externo de curto prazo e uma significativa deterioração do salário mínimo, salvo no curto período entre 1952 e 1957. (OLIVEIRA, 2003 Apud MELO, 2011, p. 93).

A ação das novas frações dominantes da burguesia, a industrial e a de serviços, captando as modificações dos processos de relação entre as classes sociais, criou dois aparelhos privados de hegemonia que possuíam ampla relação com os esportes e a Educação Física. Assim, em 1946, surgiu o “Sistema S”¹⁵⁹ e dentre estas Instituições: O Serviço Social

¹⁵⁸ Constituição de 1937, < Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm, Acesso em 17 de novembro de 2016.

¹⁵⁹ O Sistema S na verdade é o termo que define o conjunto de organizações corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem o seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte além dos enunciados em nosso texto: o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e

da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)¹⁶⁰. A luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho e o aumento de trabalhadores formais em decorrência das leis trabalhistas, com o incremento da industrialização, faziam com que a vivência desse momento do não trabalho passasse a ser uma questão de interesse direto da burguesia. Conforme Rodrigues (1998) o “Sistema S”, no que tange a sua política educacional se empenhou em colocá-la constantemente conectada com as transformações substanciais do capitalismo mundial, tanto em seu momento de acumulação fordista como também ao padrão de acumulação flexível.

Para um efetivo controle e direcionamento para novos estágios do capitalismo e sua sempre crescente acumulação, essas instituições, nas palavras de Rodrigues (1998, p. 24), buscavam “abarcando todas as facetas da formação humana da classe trabalhadora: da formação moral e cívica, da higiene à cultura, da defesa do salário real ao lazer, da educação pré-escolar à resolução dos problemas domésticos”.

Assim, a questão do lazer, do espaço/tempo de não trabalho, do momento de tempo livre dos trabalhadores era assunto de preocupação dos patrões. A constituição de uma indústria cultural, com vistas a aumentar a dimensão econômica, bem como a política, da mercantilização do tempo livre dava passos bem sólidos em nosso país.

Desse modo, com o avanço do processo de industrialização nos anos 1950, começa a ser evidenciada a importância da formulação de políticas de esporte, mesmo que legitimadas a partir de vieses da recuperação da força de trabalho ou da minimização dos efeitos da vida urbana. Na prática, observam-se poucas mudanças. A democracia restrita e autocrática burguesa desse período não supera os nexos das políticas esportivas anteriores, nem dá uma visão tão diferente sobre o esporte no Governo Vargas. Matias (2013) esclarece que o Estado, em todo o percurso pós Vargas, até os meados de 1975/1976 continuou a ser o protagonista na orientação, no financiamento e na gestão do esporte. O que aconteceu foram mudanças para atender os interesses de grupos econômicos e classistas e um reordenamento legal possibilitou a abertura formal para as empresas privadas poderem organizar e financiar as entidades, clubes e espetáculos esportivos além de descentralizar o comando do esporte que era até então centralizado (MATIAS, 2013, p. 67/68).

Nesse período, em quase nada se alterou o padrão de política social para o esporte. A

Serviço Social de Transporte (SEST). < Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> >, Acesso em 17 de novembro de 2016.

¹⁶⁰ Conforme Rodrigues (1998) o “Sistema S” se apresenta como entidades importantes para a burguesia industrial e que tem para sua manutenção as suas fontes de financiamento via fundo público sendo administrada por ela própria.

Confederação Brasileira de Desportos (CBD), criada em 1919, era a entidade brasileira responsável pela organização do esporte no País. Somente nos anos de 1950 é que, efetivamente, seus esforços se concentraram no futebol. Como exemplo disso tem-se a construção do estádio do Maracanã para a Copa de 1950.

No governo de Juscelino Kubitschek, ressalta-se, em âmbito federal, a nomeação de um civil para a direção da Divisão de Educação Física (DEF), o professor Alfredo Colombo, idealizador de um projeto nacional intitulado “Ruas de Recreio”. Foi, de fato, a primeira tentativa de popularização do esporte, levando profissionais de Educação Física e equipamentos para as ruas e convocando a população para participar (BUENO, 2008).

Conforme Bueno (2008) a mais importante ação da DEF, nesse período, foi a Campanha Nacional de Educação Física (CNEF), instituída pelo Decreto n. 43.177/58, com o objetivo de “promover as medidas necessárias ao desenvolvimento da Educação Física à sua difusão, ao aperfeiçoamento dos especializados, bem como à instalação de Centros de Educação Física” (BRASIL, 1958). A campanha ganhou expressão com o Decreto n. 53.741/1964, que reafirmou o dever do Estado para com o esporte e reconheceu uma série de problemas: a não obtenção de antigos objetivos; a insatisfação com a *performance* dos atletas nas competições internacionais; a deficiência de oferta dessa infraestrutura esportiva nas escolas; a falta de profissionais especializados e, por último, o reconhecimento da desigualdade do acesso ao esporte.

As particularidades do projeto de desenvolvimento capitalista, impulsionado pela burguesia nacional, no Brasil pós-golpe de 1964, segundo Neto (2007, p. 17) mostrou-se nitidamente:

A afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista.

Coerente com as demandas do desenvolvimento capitalista, o projeto de Estado autocrático-burguês, conhecido como regime militar de 1964, incide nas áreas da Educação Física e dos esportes, conforme salienta Melo (2011).

Tomando como inspiração o modelo autoritário de Vargas, o regime militar de 1964 resgatou os apelos nacionalistas e o esporte voltou a ser componente importante no governo. A Educação Física foi recuperada também como instrumento de sustentáculo ideológico, não

mais para a eugenia da raça, mas para selecionar os mais aptos e habilidosos, tendo o rendimento como meta e o esporte de massa e escolar como meio (DARIDO, 2003 Apud Bueno, p. 151).

A consecução desse projeto se constitui a partir da década de 1960, com a ditadura militar e o alinhamento aos ditames da economia e política estadunidense. Os estudos críticos destacam a educação e o esporte como reféns e articuladores desse processo. Nas palavras de Freire (2011, p. 193-194),

o longo processo de expansão e modernização capitalista que ocorreu em nosso país [...] possibilitou a consolidação de um Estado forte, intervencionista, autoritário, intimamente acoplado ao poder econômico e muito vinculado aos interesses estrangeiros [...]. No período inaugurado em abril de 1964, verifica-se o aprimoramento e aprofundamento dos traços mais conservadores dessa herança.

A autora destaca que a aliança que se conformou, sobretudo no pós-1964, entre militares e tecnocratas encontrou uma afinidade que se originou da crença na necessidade de se conduzir o país na direção do interesse do monopólio, por meio de uma modernização conservadora.

Levando em conta o extraordinário desenvolvimento econômico do país em meio à ação do Estado de exceção (desigualdade social e acumulação capitalista), a publicação de leis e decretos baseados nos acordos entre MEC (Ministério da Educação e Cultura) e *USAID* (*United States Agency for International Development*), entre as décadas de 1960 e 1970, possibilitam a Beltrami (1992 Apud DANTAS JUNIOR, 2008) considerar que o sistema educacional em geral e a Educação Física em particular encontraram nesse contexto o seu espaço ideal. O uso dos conhecimentos e práticas da Educação Física serviria para a preparação de mão de obra, escorando-se na teoria do capital humano, e assim o bom investimento produziria lucros sociais e individuais (DANTAS JUNIOR, 2008).

O período 1964-1979, no Brasil, transcorre com políticas voltadas para a prática corporal, em que a relação entre Educação Física e esporte se dá a partir de princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. Nesse tempo, ocorreu dentro e fora do complexo educacional da Educação Física um movimento de “esportivização/pedagogização” das práticas corporais, tornando-se este um conteúdo referencial das políticas esportivas do Governo Federal. Esse movimento (iniciado nos anos 1950/1960) pela “esportivização/pedagogização” da escola manifestou-se, oficialmente, ainda antes do fim da

década de 1960, mediante o Decreto-Lei n. 705/1969¹⁶¹, que tornou “obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior”. Fato interpretado por Castellani Filho (1988, p. 118-122 Apud BUENO, p. 157) “como instrumental à necessidade dos militares de esvaziar o movimento estudantil por força do caráter lúdico do esporte”. Aqui se apresenta uma armadilha: a “esportivização” camufla o disciplinamento dos corpos com o auxílio de uma cientificidade sob a influência direta das ciências biológicas, com base em uma literatura acadêmica que produzia testes e coletava dados fisiológicos sobre o comportamento dos corpos, baseados nos espaços militares estadunidenses.

Na “Era da catástrofe” (1914/1945) período das guerras denominado por Hobsbawn, o esporte buscava se afirmar no contexto das políticas desenvolvidas pelo Estado. Já no período subsequente do *Welfare State* (A Era de Ouro pós- 45 até meados de 1973) o esporte recebeu investimentos do Estado, em prol de políticas para sua massificação e popularização, bem como ampliou o investimento no esporte de alto rendimento (MATIAS, 2013, p. 57). Dentro da reorganização do Estado, para atender os anseios e demandas do capital, o papel do esporte amplia-se. Além de funcionalidade como mecanismo de controle social e instrumento recuperador da força de trabalho, o esporte disseminou estilos de vida e modos de vida, projetou nações na geopolítica internacional e intensificou a criação e o desenvolvimento de uma indústria de produtos, serviços e espetáculos, expandindo assim um mercado de consumo de massa (PRONI, 1998, Apud MATIAS, 2013, p. 57). Nas palavras do autor, (Idem, P. 69) “neste bojo a espetacularização das competições esportivas fazia parte de uma próspera indústria de entretenimento”.

Destarte, ao esporte vão-se delegando outros papéis sociais além de suas funcionalidades anteriormente colocadas e, se no Brasil, como exemplo na Era Vargas, o esporte teve sua funcionalidade como ferramenta colaboradora para formar homens/mulheres na perspectiva do melhoramento da raça, com o objetivo de alcançar os padrões produtivos fordistas. Na contemporaneidade, persiste essa funcionalidade do esporte, mas agora adequada ao mundo do trabalho precarizado/parcializado pela reestruturação produtiva (PENNA, 2011, p. 105).

Conforme Matias (2013), mesmo observando que os países tenham incorporado o esporte como conteúdo/ferramenta educacional e como direito social (exemplo da Constituição Federal do Brasil de 1988), isso ocorre em um momento em que as relações

¹⁶¹ <Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10705.htm>, Acesso em 16 de julho de 2016.

sociais, econômicas e políticas apontam para um cenário de desobrigação do Estado perante ele e ao mesmo tempo a privatização do esporte. Isso se constata na contemporaneidade, e nas palavras do referido autor, (Idem, p. 81) “o governo sucumbiu o esporte ao potencial mercantil, rompendo com as políticas de popularização do nacional-desenvolvimentismo e na perspectiva do esporte como não direito estimulou a sua filantropização por meio de organizações sociais e de empresas privadas como uma questão de responsabilidade social”.

Como vimos em capítulo anterior, através de uma substituição contínua de políticas macroeconômicas, na atualidade, todas as esferas das políticas sociais ajustam-se a essa lógica e também nas raízes estruturais das políticas voltadas para a educação e para o esporte.

Desse modo, no âmbito de uma nova ordem mundial, conforme Penna (2011), o esporte contemporâneo encontra-se subordinado ao controle monopolista da divisão mundial do trabalho, no qual o mercado mundializado comanda o ritmo de sua reprodução e ele vai exercer um papel de moderador dos conflitos de classe, sendo facilitador do mascaramento da “questão social”. Ao mesmo tempo (Idem, p. 159), “enquanto mercadoria o esporte é funcional à ideologia que propaga um mundo que se desenvolve sob a pacífica colaboração das classes”. Por esse pressuposto ideológico delega ao esporte uma suposta neutralidade e que o mesmo seja um instrumento de “promoção da paz mundial” e também um mecanismo para o combate aos vários problemas sociais e econômicos como a “pobreza e inclusão social” (PENNA, p.71).

Ao esporte entre vários papéis e funcionalidades expressadas anteriormente na atualidade, se incumbe (Ibidem, p. 76) “como instrumento direcionador do comportamento humano e como objeto de ações a serem realizadas nas políticas dos Governos e das Nações” como o Brasil, países da América Latina e do continente africano”. Sendo assim, conforme a referida autora (2011, p. 80-81): “o esporte passa a ocupar uma nova posição ao ser listado entre os critérios para o cumprimento de metas mundiais, desenvolvimento local e minimização da pobreza”.

A referida autora (2011, p. 123) nos alerta que o esporte acaba sendo requisitado pelo seu forte componente ideológico tanto pelo Estado quanto pelo Mercado e que é importante,

Reforçar a concepção na qual, o controle social exercido pelo esporte é uma realidade que se expande junto às ações de governos, organismos internacionais, comunidades científicas, megacorporações, entre outras instituições, sem nos esquecermos do papel decisivo da mídia.

Esse controle social, sob a orientação intelectual de “assessores especializados”, estará

presente na agenda dos Organismos Multilaterais Internacionais na abertura do Século XXI. Nesse discurso, o esporte vai-se destacar na contemporaneidade no papel “salvacionista” como importante ferramenta que ultrapassa seu caráter outrora pedagógico de “formação de corpos produtivos” para ser o minimizador da pobreza e dos conflitos sociais (“cultivando a paz”), sendo instrumento impulsionador da autoestima, do sentido coletivo de trabalho em equipe, incentivador da capacidade de liderança, do empoderamento¹⁶² e da resiliência, funcionalidades referenciadas nos documentos dos referidos Organismos a serem operacionadas no interior das políticas educacionais/esportivas dos países da América Latina e em nosso caso o Brasil. As indicações desses documentos apontam para a necessidade de o Estado, cada vez, mais delegar poderes e impulsionar as parcerias com a “sociedade civil” (terceiro setor), para atingir as metas determinadas pelos Organismos Multilaterais Internacionais no tratamento com o esporte. Tais direções estarão em nossa abordagem no próximo item.

3.2 O Esporte na agenda dos Organismos Multilaterais Internacionais para o “combate à pobreza”

Somos sabedores que os organismos multilaterais internacionais não foram contra as prescrições da cartilha neoliberal. Conforme Motta (2012) numa mescla de discurso moral e ético “inofensivo” (combate e diminuição da pobreza) com estratégias macroeconômicas do FMI e BIRD (redução dos gastos públicos sociais dos países em desenvolvimento), tais documentos e metas pré-estabelecidas de combate à pobreza serão direcionadas para políticas sociais de baixo custo. Dentre as estratégias na orientação para as políticas sociais tem-se, segundo Motta (2012, p. 138):

¹⁶² Conforme Carvalho (2014, p. 148-149) o empoderamento é uma determinação ideológica que favorece a reificação da vida social capitalista, pois é compreendido como o meio de fortalecimento da autonomia dos sujeitos e de suas habilidades e potencialidades. O empoderamento como sendo uma mudança subjetiva do indivíduo é posto como um instrumento que perpassa todas as políticas sociais. Ele desconsidera a participação e a reivindicação dos pobres, visto que desconsidera as instâncias coletivas orgânicas desses pobres, bem como da classe trabalhadora. E de que maneira ele se realiza? Primeiramente advoga-se da ideia da incompetência do Estado em intervir na “proteção social”. Partindo-se dessa afirmativa o discurso ideológico neoliberal aponta para a necessidade dos próprios indivíduos que estão em situação de pobreza ou de “risco social” se mobilizarem através de seus próprios recursos para dela sair. E quais seriam esses recursos? Seriam advindos da participação desses indivíduos no próprio mercado através dos projetos “empreendedores” e atrelados ao “terceiro setor”. Para aprofundamento do assunto: CARVALHO, Ivy. O fetiche do “empoderamento”: do conceito ideológico ao projeto econômico-político. P. 144-184. In: MONTAÑO, Carlos (Org.). O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014

O foco nas camadas mais pobres; a ideia de um desenvolvimento econômico agregado ao desenvolvimento social local; a noção de governabilidade revestida de maior eficácia na atuação do Estado, ampliada com o envolvimento da sociedade e a participação dos pobres, voltada para o desenvolvimento sustentável e para a administração da pobreza. E estas sendo gerenciadas e executadas por força de trabalho voluntário.

Os recursos são advindos do Estado e das instituições financeiras, empresas e convênios público-privados e de doações diversas de Fundações e Institutos privados. Nesse cenário os organismos multilaterais internacionais através de seus documentos, ao tratarem do papel do Estado (suas políticas sociais) (Idem, p. 109),

Esvaziam o caráter político e ideológico imprimindo uma ideia de *eficientismo administrativo*, deslocando assim a ideologia dos direitos sociais para as ideias de *eficiência* e *qualidade*, no que se refere aos serviços públicos, alimentando assim a construção de uma noção de solidariedade focada na ação particular, suprimindo a concepção de solidariedade universal como forma privilegiada de enfrentamento da *questão social*.

Isso nos leva a observar que o Esporte na análise de Melo (2011, p. 173/180) “passa a ocupar um papel de maior relevância dentre as estratégias burguesas em sua tarefa de educar para a obtenção do consenso dos setores da classe trabalhadora que mais sofrem com os desdobramentos do projeto capitalista neoliberal”. Como vimos no item 2.4.1, isso se concretizou na virada do milênio com a perspectiva neoliberal, através dos seus instrumentos pedagógicos de hegemonia (os organismos multilaterais internacionais) em que enfaticamente referenciaram o esporte como ferramenta ao “combate à pobreza” e à “inclusão social”.

Dentro desse esforço e empreendimento global, o esporte passou assim segundo Penna (2011, p. 08) “a ocupar uma nova posição ao ser listado como critério respeitável para o cumprimento de metas mundiais: desenvolvimento local e minimização da pobreza”. Nesse âmbito, colocou também em evidência a participação da sociedade civil (“terceiro setor”) como parceira do Estado, alterando um padrão de resposta à “questão social”, desresponsabilizando o Estado, desonerando o capital e auto responsabilizando o indivíduo/grupo social e comunidade local por esta função. Conforme Montaña (2002, p. 185) “mantém-se um discurso comparando a ‘ineficiência’ do Estado que o trata como burocrático, corrupto, rígido afogado em sua própria crise e as organizações sociais do ‘terceiro setor’ entendida como democrática, flexível e popular”. Assim, os organismos multilaterais internacionais transformam uma questão política-econômica e ideológica numa questão técnico-operativa.

Como vimos a Política Nacional de Esporte do Governo Lula (primeiro mandato) conforme Penna (2006) inaugura o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento demarcado pela agenda dos organismos multilaterais internacionais. Relatamos também que o PST seguiu a cartilha desses organismos e isso é verificado, ao nos debruçarmos no documento publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no ano de 2003 intitulado: “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio” e nas declarações do então Ministro do Esporte Agnelo Queiroz em que saúda o referido documento “afirmando ver a impressionante sintonia que existe entre o que estamos fazendo aqui no Brasil e o que propõe a ONU” (BRASIL – MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2003, p. 01 Apud MELO, 2011, p.286). Tal documento alimentou um dos princípios basilares do PST: “Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010). Nas palavras de Melo (2011, p. 286):

A declarada influência do documento da ONU é traduzida por concepções similares. Como exemplo, a Política Nacional de Esporte de 2003 defende que “um jovem que pratique esporte encontrará mais facilidade de arranjar emprego, pois terá mais disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras e noções de trabalho em equipe” (BRASIL – MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2003, p. 1). O aprofundamento da concepção do “Esporte como fator de inclusão social” está relacionado a ideia de que poderia vir a ser um suposto caminho mais rápido, além de pouco custoso (BRASIL – MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2003).Essa aproximação com as concepções emanadas pelos Organismos Internacionais também ocorre com a defesa similar do esporte como um “fator de desenvolvimento econômico” (BRASIL – MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2003, p. 6).

Em conformidade com a afirmativa acima, Penna (2006) relata que o projeto do PNUD não se configura como uma estratégia isolada, mas faz parte de uma tendência do capital contemporâneo, tendo como objetivo a construção de metas que “assegurem” a paz no mundo e os esforços estarão concentrados ao combate à pobreza focalizada no interior dos “países em desenvolvimento”. Desse modo, segundo o referido relatório, é necessário “maximizar o uso do esporte e sistematizá-lo”. Conforme o documento, esse objetivo só terá êxito com uma “ação conjunta que cultive uma parceria global para o desenvolvimento que só pode ser alcançado se a sociedade civil, bem como os Governos e agências internacionais estiverem inteiramente envolvidos” (ONU, 2003, p. 3). Na sequência do texto introdutório, o esporte é definido como instrumento “indispensável para realização da paz e desenvolvimento humano” enfim, para “coesão e integração social”.

Para possibilitar esse alcance, segundo Penna (2011), a meta traçada que os governos

deveriam seguir com relação ao esporte seria potencializá-lo como mecanismo que envolvesse “todos”. Desse modo, segundo Penna (2011, p. 75), o esporte para todos ¹⁶³ definiria o significado de sua prática “pelos diversos grupos sociais independentes de gênero, idade, habilidade ou raça”. Aproveitamos para destacar que a categoria “Classe Social” não aparece no presente texto muito menos em outros documentos produzidos pelos “intelectuais do capital”.

A referida autora também comenta que o documento, a princípio (Metas do Desenvolvimento do Milênio), “não concentra” sua atenção no esporte de alto rendimento, ou seja, “na criação de novos campeões”; sua preocupação estaria, conforme a referida autora, (idem, pp.76-77) “na utilização do esporte em atividades mais abrangentes do desenvolvimento e da construção de paz entre os povos sendo assim um importante instrumento de ‘inclusão’ e um fomentador da ‘diversidade’ além de auxiliar na redução das tensões sociais evitando os conflitos”. No transcorrer do texto, o esporte seria uma ferramenta de “inclusão social” por intermédio do “desenvolvimento econômico” que ele fomentaria. Na verdade, por essa perspectiva o esporte terá sua vinculação ao mercado do entretenimento.

A intencionalidade do documento foi agregar o esporte a duas funcionalidades: o esporte entendido como direito social efetivamente universal (“para todos”) e, ao mesmo tempo, ser um instrumento de mobilidade social, um potencializador econômico centrado no indivíduo que desencadearia a partir dele a “superação da sua condição de pobreza”.

No entanto, isso ocorre em um momento em que as relações sociais, econômicas e políticas apontam para um cenário de desobrigação do Estado, perante ele e, ao mesmo tempo, a privatização do esporte (MATIAS, 2011). Nessa conjuntura um novo tratamento é dado pelo Estado à “questão social” (a universalização cede lugar a focalização) e o aprofundamento de sua relação com as organizações sociais. Nas palavras de Montaño (2014, p. 74) “as políticas sociais estatais são modificadas, são privatizadas, transferidas ao mercado e/ou inseridas na sociedade civil, dirigidas, exclusivamente, aos portadores daquela necessidade pontual o que permite sua precarização bem como sofrem uma descentralização administrativa”.

¹⁶³ A expressão “Esporte para todos” não é novidade. Já nos anos de 1967 vamos encontrar na Noruega esse termo ligado a programas físico-esportivos voltados para a “toda” a população. Isso ocorreu também em países da Europa Ocidental como Alemanha e Holanda, no Japão e Estados Unidos com denominações variadas. No Brasil se expressou pela sigla EPT surgindo em 1977 no Governo Ditatorial Militar de Ernesto Geisel sendo finalizado no ano de 1990 no Governo de Fernando Collor. Para aprofundamento desse assunto indicamos: TEIXEIRA, Sérgio. Programas esportivos no estado militar: ações do “esporte para todos” para educação popular (1973-1990). Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

É nesse momento que os organismos multilaterais internacionais disseminarão o seu manancial cognitivo e ideológico funcional à perspectiva do capital, segundo (Neves e Pronko, 2008, p. 97 Apud Melo, 2011, p. 174) “no campo das políticas educacionais ampliando seu alcance às políticas sociais esportivas dos Governos dos países em desenvolvimento”. Assim, de maneira contundente, essa nova estratégia será a norteadora dos princípios, e das diretrizes dos programas sociais esportivos como o PST interpretando-o e adaptando-o à dupla função a ele designada (pelo menos no discurso ideológico) de ser, ao mesmo tempo, o espaço de ações pedagógicas que oportunizarão a “inclusão social” do indivíduo e sua mobilidade social coadjuvado pelo “terceiro setor” no caso as parcerias do Estado com a iniciativa privada (Organizações sociais, fundações, institutos privados, etc.).

Segundo Shiroma *et al* (2005), esses organismos não apenas prescreveram as orientações a serem adotadas pelos diversos países do globo, mas também produziram o discurso “justificador” das reformas, objetivando consensos locais para sua efetivação. O que observamos é a influência permanente das instituições financeiras multilaterais (IFMs) impondo uma abordagem economicista sob as políticas educacionais/esportivas. Conforme Haddad Et AL (2008, p. 5) “essas instituições priorizam, em suas agendas, em seus documentos uma dinâmica maior na comercialização e internacionalização da educação priorizando um direcionamento focalista à pasta”. Além disso, responsabilizam a própria comunidade escolar pela capacitação dos recursos necessários e desvalorizam de fato o/a profissional de educação, quando delimitam os gastos que os governos locais devem despende em seus orçamentos para educação.

Essa situação é refletida quando observamos as políticas e Metas Macroeconômicas dessas instituições/organismos, como exemplos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Tais medidas “contradizem” as “Metas de desenvolvimento do Milênio adotadas pela ONU” (junho de 2000), os objetivos da “Educação Para Todos” bem como o documento “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio”. Observa-se, numa perspectiva superficial, até mesmo uma “contradição” no apoio dessa instituição financeira à causa (melhorar os índices deficitários da educação no mundo, o combate à pobreza, promover a inclusão social e mobilidade social pelo esporte, etc.) e, ao mesmo tempo, agendar recomendações e condicionalidades limitadas de financiamento à educação e [ao esporte]¹⁶⁴. No entanto, em sua essência não podemos

¹⁶⁴ Critérios de desempenho são atividades ou metas macroeconômicas que devem ser respeitadas para que a quantidade combinada de crédito seja disponibilizada. Metas indicativas são atividades que, caso não sejam cumpridas, alertam ao FMI para a necessidade de medidas adicionais para assegurar que o governo atinja essas

esquecer que são instituições alinhadas à lógica de funcionamento do capital e que o processo de exclusão é, no limite, tratado de modo epidérmico por estas instituições.

Para alcançar os ajustes estruturais necessários para a reprodução do capital, os organismos multilaterais internacionais no campo político ideológico neoliberal, em sua hegemonia discursiva homogeneizam as políticas educacionais e [esportivas] em nível mundial, popularizando um conjunto de informações e justificativas que tornem as reformas legítimas e almeçadas (SHIROMA ET AL, 2005, p. 430).

O cultivo desse discurso tem o objetivo de exaltar que atuação coletiva [dentro do PST] se expressará através das práticas esportivas com a funcionalidade de desenvolver a “solidariedade” e a “coletividade” entre os indivíduos mais pobres, para que estes ultrapassem os obstáculos e dificuldades sociais e saiam da miséria em que vivem. A pobreza é compreendida como uma “anomalia social”, potencializando ameaças ao consenso social colocando em risco a “governabilidade da sociedade” (MOTTA, 2012). A visão de uma pobreza “subjéctiva” como se ela não estivesse relacionada com a riqueza socialmente produzida, mas apenas com os indivíduos ou grupos de indivíduos pobres (não é tomada como uma “questão social”) facilitaria a proposta dos organismos multilaterais internacionais de “governar as desigualdades” (MOTTA, 2012).

O que é preciso sublinhar aqui é que o PST estará inter-relacionado e será abastecido desse conjunto de informações e justificativas que o potencializa como um programa destinado à superação da pobreza pelo viés ideológico liberal burguês: o indivíduo sendo o produtor de suas próprias capacidades subjéctivas sendo estas o resultado de suas escolhas/vontades. Conforme Freire (2013, p. 48) “desse modo, a condição de pobreza é definida pelo indivíduo e não pela dimensão econômica”. Ou seja, o que definirá a saída do indivíduo do “estado de pobreza” é o grau de seu potencial, pelo seu esforço próprio. Assim, a questão de classe (determinante) vira o determinado (o indivíduo).

Nesses termos, o PST (através de seu conteúdo esporte), torna-se um local pedagógico que cultiva um glossário¹⁶⁵ ligado ao mundo do mercado, absorvendo expressões do empresariado¹⁶⁶ como capital social e humano, escolha, competição, excelência, oportunidade, eficiência, autonomia responsável, descentralização, apelo à participação,

metas no futuro. Entretanto, o não cumprimento desses objetivos não influencia empréstimos futuros (HADDAD ET AL, 2008, p. 148).

¹⁶⁵ O cultivo dessa linguagem absorvida do universo empresarial estará sendo utilizada muitas vezes de maneira velada pelo corpo de coordenadores, professores, monitores e técnicos administrativos do PST.

¹⁶⁶ As organizações sociais (“terceiro setor”) se utilizam dos termos organizacionais muitos presentes no universo empresarial e buscam implantar em suas ações práticas modernas administrativas. Um dos motivos de tal perspectiva é o tratamento do esporte como *serviço* e não com um *direito social*.

beneficiários, flexibilidade, parcerias, recursos e inovações técnicas, mesclando com um glossário humanitário/filantrópico como coesão social, justiça, equidade, segurança, empoderamento, resiliência, voluntariado, etc.

Esses termos conforme Shiroma ET AL (2005) legitimam as reformas, potencializam os discursos causadores de mudanças que ocorrem na escola [no PST] e alteram a cultura das organizações escolares [e dos programas sociais esportivos], suas práticas e relações sociais.

O cultivo dessa linguagem, desse discurso ambíguo (público-privado) sobre o papel do esporte, ao mesmo tempo como instrumento de “desenvolvimento integral e humano” (emancipação humana) de crianças, jovens e adolescentes e como ferramenta potencializadora econômica (valores burgueses) de superação da condição de pobreza dos mesmos dentro do PST, será cada vez mais ampliada pelo “terceiro setor”, através de suas organizações sociais e Institutos. Assim, o “terceiro setor” absorve e dissemina o discurso ideológico dos organismos multilaterais internacionais, prescrevendo em suas ações, através de sua parceria com o setor público (federal, estadual e municipal) a cultura do “investimento social” e isso vai-se tornar questão de ordem no universo dos programas e projetos sócio-esportivos [como o PST]. E todo investimento implica necessariamente, em expectativa de *ganhos* (RODRIGUES, 2008, p. 99).

Conforme Pinto e Oliveira (2017)¹⁶⁷ as organizações sociais do “terceiro setor” que têm como foco em sua ação social o esporte, se utilizam de um discurso instrumental e funcionalista do mesmo. Essas autoras ao se debruçarem no estudo discursivo de algumas dessas organizações observaram essa aludida caracterização sobre o papel do esporte compreendido como um meio para que se alcancem outros fins. Expressões encontradas em seus documentos (missões e princípios) como: “o esporte é uma ferramenta transformadora” (ONG Esporte Clube), “o esporte pode ser usado como ferramenta” (ONG Vem Ser), “por meio do esporte” (ONG Instituto Esporte e Educação), “a partir do esporte” (ONG Qualivida) e “o esporte como ferramenta para o desenvolvimento humano” (Instituto Ayrton Senna) tornam evidente a operacionalidade salvacionista do esporte (RODRIGUES, 2008)¹⁶⁸.

Tais premissas nos possibilita afirmar que essas missões, princípios e objetivos embebidos pela perspectiva neoliberal encontrados no PST e no interior dos documentos dos

¹⁶⁷ PINTO, R. N. e OLIVEIRA, C. B. Esporte, Infância e Juventude despossuída: uma análise das ONGs como acontecimento discursivo. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Volume 39, janeiro-março 2017, p. 39-48. <Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328916000147>>, Acesso em 20 de abril de 2017.

¹⁶⁸ RODRIGUES, Anelise L. A desportivização das políticas sociais para a juventude: discursos salvacionistas e práticas compensatórias. Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, PUC-RS, 2008.

executores também deste programa, no caso as entidades do “terceiro setor” (apenas como exemplo entidades como a ONG Bola pra Frente- Jaguariúna-SP; ONG Instituto Contato- Florianópolis-SC, Instituto IDESH em Alagoas)¹⁶⁹, na verdade focalizam seus esforços na dimensão funcional econômica (pelo menos no discurso) do esporte como instrumento de ascensão social.

Isso igualmente é expresso no discurso dessas organizações sociais analisadas por Pinto e Oliveira (2017, p. 46), pois o esporte também terá a menção de formar atletas e inseri-los no mundo competitivo profissional, ou seja, no mundo do entretenimento mercantil: “Para os atletas maiores de 18 anos temos um projeto social diferente, com o objetivo de formar profissionais campeões” (ONG Esporte Clube); “o esporte e o alto nível competitivo é a política mais barata e eficiente na luta pela inclusão social” (ONG Qualivida). A dimensão voltada para o “desenvolvimento integral e humano” permanecerá apenas como menção discursiva abstrata e limitada na verdade a promover valores e comportamentos (mas em consonância com a perspectiva neoliberal).

Com afirmamos anteriormente, vamos encontrar nos discursos dessas Organizações sociais e Institutos sobre o papel do esporte no combate à pobreza a utilização de expressões, muitos presentes nos documentos dos organismos multilaterais internacionais, que representam os mecanismos de auto superação dos indivíduos/comunidades/ de suas “próprias barreiras e seus limites interiores”: a questão do “empoderamento”. Em nível de exemplo, colocamos em tela a fala do presidente do Instituto Contato com sede em Santa Catarina, Sr. Rui de Oliveira palestrante no Encontro Nacional de Colaboradores do PST realizado na cidade de São Paulo em dezembro de 2010¹⁷⁰ que reforça esse aspecto ideológico dominante. Em seu discurso, sobre a importância do esporte através do PST o mesmo indicava sua utilidade no trato com as mulheres:

¹⁶⁹ Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2010), IPEA em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) havia no Brasil em 2010 cerca de 290 mil Fundações privadas e Associações sem Fins lucrativos. Entre os anos de 2006-2010 houve um aumento de 8,8 % dessas entidades. As áreas da saúde (2,1%), educação e pesquisa (6,1%) e assistência social (10,5%) totalizavam 54 mil entidades. Nesse total cerca de 70% das mesmas não possuíam sequer um empregado formalizado, apoiando-se em trabalho voluntário e prestação de serviços autônomos. Apenas 1/3 dos assalariados tinham nível superior sendo que a área de educação é que apresentava o menor nível do 3º grau (31,8%). Na área de Esporte e Recreação era ainda menor (13,1%). Na subárea classificada na pesquisa como “Esporte e Recreação” 24. 926 entidades dedicavam-se às essas atividades empregando 109.358 pessoas. Em Alagoas unidades locais envolvidas nessa subárea representavam 101 entidades com um pessoal ocupado assalariado chegando a 493 indivíduos. Um dado a considerar é que 65,7% das entidades em seu total estão concentradas nas regiões mais desenvolvidas (Região Sul- 21,5% e Sudeste). No Nordeste (22,9%) na região Norte (4,9%) e na Centro-Oeste (6,5%). <Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm> > Acesso em 11 de Dezembro de 2016.

¹⁷⁰ Goellner, S. V. et AL (Orgs.) Programa Segundo Tempo: memórias, experiências e perspectivas no encontro das equipes colaboradoras (São Paulo 2010). Maringá: Eduem, 2012.

O Instituto Contato é extremamente preocupado com a questão do Gênero. Teremos um elemento simbólico e importante para o próximo período com a eleição de Dilma Rousseff. Isso possibilitará no imaginário de cada menina que faz parte do Programa Segundo Tempo, seja criada a perspectiva de empoderamento, de reconhecimento e de valorização. Isso é um detalhe para o qual os professores de núcleos precisam se atentar.

Nossa escolha pelo exemplo do referido palestrante (Instituto Contato/SC) se baseou pelo fato deste ser o representante no evento de todas ONGs (organizações sociais), fundações, Institutos do “terceiro setor” do Brasil que operavam com o programa. O tema abordado foi “A visão dos Gestores sobre o PST”. Depois da fala dos gestores que representaram o poder público (federal, estadual e municipal) sua palestra representou assim os parceiros “sem fins lucrativos” (sic). Podemos buscar explicações pela importância dada pelo Ministério do Esporte (financiador do evento) para sua escolha ao coletarmos dados no Portal da Transparência referente ao montante de recursos que foram destinados ao Instituto Contato nos anos de 2007, 2009, 2010 e 2011: aproximadamente 20 milhões de reais. E ao mesmo tempo observar que o mesmo era integrante do PCdoB desde 1990, partido que dominou a pasta ministerial nos Governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff e chegou a repassar cerca de 50 milhões de reais a entidades do “terceiro setor” executoras do PST sendo estas representadas por gestores gerais e presidentes filiados ao PCdoB. O IDESH de Alagoas Instituto responsável hegemonicamente pelo PST em território alagoano no período compreendido entre 2008-2011 recebeu recursos de 16 milhões de reais. Também observamos que esta entidade era presidida por integrante do referido partido. No capítulo 1 (p.21) as denúncias relacionadas aos repasses de recursos do Ministério do Esporte as entidades do “terceiro setor” como vimos levaram a mudança de Ministro da pasta e “novas medidas” relacionadas às regras com as entidades parceiras foram divulgadas.

Certamente o referido palestrante utilizou-se dos elementos subjetivos que representam e fazem parte do que seja “empoderar-se”, e de que o mesmo (empoderamento) se desenvolva através do esporte, cultivando seus elementos como o fortalecimento dos sujeitos praticantes, ampliando sua autonomia, sua participação e desenvolvendo suas habilidades e potencialidades. E tudo isso orientado para auxiliar na superação da própria pobreza que vivenciam e no caso das mulheres, além disso, auxiliá-las na luta pela “igualdade de gênero”.

Entretanto, a maneira dessa superação conforme o Banco Mundial (2002 Apud Carvalho, 2014) se torna um discurso evasivo, pois divulga a ideia de que os indivíduos

devidamente habilitados possuam uma “liberdade de escolha e ação” permitindo-lhes influenciarem as decisões de instituições ou instâncias que afetam o curso de suas vidas. Escolha e oportunidade complementam esse discurso ideológico dos organismos multilaterais internacionais já que a primeira está deslocada das alternativas possíveis concretas e a segunda está separada da estrutura socioeconômica (CARVALHO, 2014).

Nas palavras de Carvalho (2014, p. 155),

A intencionalidade dessa estratégia é desvincular a pobreza da acumulação de riqueza, obscurecer as relações materiais contraditórias de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, adequar a classe trabalhadora aos interesses do grande capital e os países periféricos aos interesses das potências internacionais.

Conforme o referido autor essa determinação ideológica encontrada na agenda dos organismos multilaterais internacionais toma como base os conceitos de AMARTYA SEN¹⁷¹, que associa a pobreza não apenas à desigualdade de renda, mas também às privações de capacidades. Para este economista (sendo um importante ideólogo influenciador desses organismos) a desigualdade de oportunidades e privação das necessidades básicas são reconhecidas como principais entraves para a superação da pobreza e não a tendência geral da acumulação capitalista.

Conforme Kuenzer (2004), essas capacidades se transformam em “competências”. Assim, no lugar das habilidades a serem desenvolvidas como antes, se coloca em seu lugar as “competências cognitivas complexas”. Desse modo, a relação entre educação e trabalho mediada pelas habilidades corporais específicas no contexto taylorista/fordista modifica-se na perspectiva *Toyotista*. Agora, sua mediação passa a ser a exigência do desenvolvimento das habilidades cognitivas e comportamentais¹⁷².

O esporte, em consonância com essa teoria, ficaria com a *missão* de “retirar” o indivíduo de sua *privação de capacidades*. No entanto isto só será possível com a ação de agentes externos ou *novos educadores sociais (grifo nosso)* que organizam e desenvolvam projetos (CARVALHO, 2014, p. 174) como o PST. Numa visão “possibilista” participar/mobilizar não é fazer crítica ou protestar nos espaços e movimentos sociais e de classe. Em seu lugar, o importante é organizar o indivíduo (em estado de risco social) para

¹⁷¹ Nascido em 1933 é um escritor e economista indiano prêmio Nobel de economia (1998). Sua teoria alimenta um discurso ideológico que desconsidera a reprodução do capital como entrave principal da emancipação humana.

¹⁷² Rapidez de respostas, criatividade em face de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes linguagens, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, avaliar procedimentos, entre outras. (KUENZER, 2004, p. 83).

agir/participar dentro do PST e não fora dele, potencializando-o a desenvolver sua autossustentabilidade, pois como afirma o próprio Ministério do Esporte “um jovem que pratique esporte encontrará mais facilidade de arranjar emprego, pois terá mais disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras e noções de trabalho em equipe sendo assim um caminho pouco custoso” (BRASIL – MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2003, p. 1 Apud MELO, 2011, p. 286). Nesses termos, as estratégias de “inclusão social” são realizadas de formas precárias. A falácia de que o indivíduo ao desenvolver suas “competências cognitivas” entrará no mundo do capital, torna-se mais uma maneira de precarizar sua “inclusão”.

Por conseguinte, segundo Melo (2011), a aproximação com as concepções emanadas pelos Organismos Internacionais também ocorre com a defesa similar do esporte como um “fator de desenvolvimento econômico”.

Isto é evidenciado por Penna (2011), quando essa autora analisa o papel do esporte nas agendas dos Governos assessorados pelos organismos multilaterais internacionais e observa que o foco dos programas e projetos esportivos nos Governos de Lula da Silva, por exemplo, esteve na verdade concentrado hegemonicamente no esporte de alto rendimento e não no esporte educacional. Assim, a dimensão do esporte como direito universal (para todos) preconizado pela Constituição Federal de 1998, na verdade, não recebeu a atenção esperada, muito menos o peso de investimento dentro das políticas sociais esportivas implementadas pelo Governo Petista. Desse modo, a partir de sua análise podemos afirmar que o real significado para a expressão “Esporte para todos” tem como foco, exclusivamente crianças, jovens e adolescentes em “vulnerabilidade social” expressando dessa maneira a ausência de uma política social esportiva universalizante.

Outra questão a ser considerada é a “contradição” entre a recomendação da agenda dos organismos multilaterais sobre o investimento no esporte educacional e o que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff tiveram como prioridade de recursos. Nas palavras de Matias (2013, p. 84), “o Estado priorizou as políticas focalizadas de esporte educacional ou participação, balizadas no esporte espetáculo e repassou ao “terceiro setor” e às empresas a responsabilidade da execução das políticas esportivas (de combate à pobreza)”.

Desse modo, emprega-se uma verdadeira atenção à participação do esporte sendo um “potencial catalisador” para o desenvolvimento econômico, pois estimula a fabricação de produtos, aumenta a demanda de serviços e oferta de empregos e isso está presente nos investimentos no esporte “como espetáculo de entretenimento midiático” (PENNA, 2011, p. 76-77). O esporte como direito social universal permanecerá resumido a uma camada específica da população.

Os esforços a serem empregados pelos respectivos Governos estarão em consonância com agenda dos organismos multilaterais internacionais representados por tal documento em que o verdadeiro foco será a mobilização de investimentos no “esporte espetáculo” e, para tanto, no incremento de financiamento pesado na infraestrutura das cidades, segundo Penna (2011, p. 79) “expandindo principalmente o mercado de serviços para atuação do capital privado em espaços urbanos públicos e privados”. Tal constatação nos leva a afirmar que o direito “para todos” determinado pela Constituição Federal de 1988, na verdade se resume a uma pequena parcela da população pobre do país. Podemos constatar tal processo, no transcorrer do próximo item, pois apenas alguns/as serão contemplados/as em participarem dos programas sociais esportivos, em nosso caso o PST.

3.3 O PST como reprodução da lógica do capital: “Novas estratégias” e “velhas questões”

Nessa seção, abordaremos a origem do PST e sua proposta de enfrentamento das expressões da “questão social”, sua permanência/descontinuidade, os aportes financeiros que o “alimentam”, seu alcance como programa estatal redefinindo “velhas questões” através de “novas estratégias” econômicas, ideológicas bem como o seu atrelamento ao “terceiro setor” e seus desdobramentos impulsionados por tal parceria.

A *Parceria* se constitui mediante o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instancias privadas bem como também toda uma logística, assessoria e consultoria do Estado através de cursos de capacitações/avaliações ofertadas para integrantes do “terceiro setor”. Conforme Montañó (2002, p. 149),

Com as transformações dos movimentos sociais mais amplos em movimentos sociais menores, setorizados e subclassistas, preocupados com o consumo e com a redistribuição sem questionar a produção e a distribuição desvinculadas das lutas políticas, dos sindicatos fez perder o questionamento à ordem do capital, bem como a autonomia dos movimentos pela dependência das entidades do “terceiro setor” no financiamento estatal, empresarial ou das fundações internacionais, a perspectiva de luta e confronto, trocados pela *parceria* e *acordo* entre classes, a procedência popular das demandas, passando agora a ser definidas pelas áreas de interesse ou de ação das entidades financeiras ou pelo Estado.

Como salientamos anteriormente, e nossa análise desse processo estará articulada à contrarreforma do Estado, à reestruturação produtiva/transformações do capital, na luta por

sua expansão e nos postulados ideológicos neoliberais que, na atualidade, representam os interesses as determinações universais do modo de produção capitalista, que se expressam nos traços singulares de cada formação social (CHASIN, 2000). Verifica-se nas palavras do referido autor, que “há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo do capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua autonomia, mas que a realizam através de objetivações específicas” (CHASIN, 1998, p. 11).

O PST implantado pelo Governo Lula da Silva no ano de 2003 não se constitui um programa “divisor de águas” das políticas sociais até então desenvolvidas no campo esportivo, pois o mesmo absorve características e elementos de programas anteriores do Governo FHC já que o “Programa Esporte Solidário” desse mandato também tinha como “público alvo” crianças, jovens e adolescentes em “risco social”, configurando, à época, um programa de base focalista, de ação restrita. Esse legado se faz presente nos princípios e diretrizes do PST, os quais também foram influenciados pela agenda dos organismos multilaterais internacionais no que diz respeito à “superação da condição de pobreza” através do esporte. Assim, na agenda do Governo Lula permanece a atenção aos “mais necessitados” (MATIAS, 2013).

A “novidade” do referido programa é que tentará impulsionar “novas” ações pedagógicas ao esporte, como conteúdo educacional estatal no cenário contemporâneo do capitalismo periférico.

Definindo-se como um Governo de plataforma “Neodesenvolvimentista”, em seus programas sociais o primeiro mandato petista impulsionou uma nova pedagogia da hegemonia em seu discurso de “inclusão social”. A ideia era se desvencilhar de qualquer alusão às medidas macroeconômicas e das políticas de ajuste dos Governos anteriores e de FHC (Acumulação do capital financeiro, Redução do papel do Estado, desemprego, aumento da segregação social e da pobreza etc.), indicando uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social no Brasil e para tanto a defesa da ideia no qual, segundo Maranhão (2014, p. 303) “os ganhos civilizatórios da modernização capitalista nos países centrais poderiam ser finalmente universalizadas para os países periféricos como o Brasil”.

Esses “ganhos civilizatórios” também englobariam a política de esporte do novo governo. Desse modo, o discurso inaugural do Ministério do Esporte também não fará remissão aos aspectos negativos das políticas sociais esportivas anteriores, ou seja, não vinculará suas propostas aos programas sociais esportivos antecedentes que estimulavam o aspecto segregador e seletivo do esporte, no caso a “caça aos talentos esportivos” intensificando cada vez mais o abismo entre o esporte educacional (“para todos”) e o esporte de rendimento seletivo e excludente (MATIAS, 2013). Conforme o referido autor, esses

programas anteriores (como o “Esporte na Escola”) de fato alimentaram o processo de seletividade dos talentos nas escolas afinando cada vez mais a participação de todos/as escolares nas práticas esportivas. No entanto, o que se demonstrará no transcorrer dos mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff (primeiro mandato) é que esse cenário na verdade em sua essência não sofrerá descontinuidade.

Mascarenhas et al (2012) nos alerta nessa direção quando afirma que as políticas sociais esportivas, principalmente depois do advento dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro (no ano de 2007) e do investimento do Governo Lula da Silva (no início do seu segundo mandato), que as Olimpíadas realizadas no Brasil foram, definitivamente, direcionadas para “projetar o país, tanto no esporte, como na área política e econômica no cenário mundial” (idem p. 16). Nesse sentido, os Megaeventos se tornaram a agenda principal do Ministério do Esporte do Governo Petista e o esporte educacional, designado pela Constituição Federal de 1988 como um direito social, será, mais uma vez, deixado num plano inferior, no entanto, nas diretrizes e princípios desse ministério o esporte educacional continuará tendo “atenção especial”.

Essa “mudança de foco” pela pasta ministerial é bem lembrada por Mascarenhas *et al* (2012, p. 12) quando observa os documentos das três *Conferências*¹⁷³ direcionadoras do esporte nacional promovidas pelo Ministério do Esporte. Conforme esses autores, “tal mudança foi gradativa”. Em seu primeiro mandato, o Governo Lula da Silva através de sua “política participativa” promoveu no ano de 2004 a Iª Conferência Nacional do Esporte (CNE)¹⁷⁴, tendo como tema principal: “Esporte, Lazer e o Desenvolvimento Humano”. O foco dessa conferência foi aprovar medidas/ ações voltadas para a “inclusão social” como sendo a política “mais adequada para o nosso tempo” (IPEA, 2004, p. 02).

Ao nos depararmos com o conteúdo dessa primeira conferência, observamos a indicação para a constituição do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL) com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento (IPEA, 2004, p. 02), sendo o SNEL descentralizado e regionalizado. O

¹⁷³ Para uma compreensão do que representa o processo de formulação das políticas públicas de esporte e lazer em nosso país recomendamos a análise realizada por TERRA, Alessandra Matos; BRANDÃO, Henrique Candido; FLAUSINO, Michele da Silva; MASCARENHAS, F. **As Conferências Nacionais do Esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer.** In: 16. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte; 3. Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2009, Salvador. Anais, Goiânia: CBCE, 2009, p. 01-11. <Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6238/1/EVENTO_Confer%C3%A2nciasNacionaisEsporte.pdf, Acesso em 29 de abril de 2017.

¹⁷⁴ Com a participação de 873 municípios, 26 entes federativos e o Distrito Federal. <Disponível em www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/esporte/deliberacoes_1_conferencia_esporte.pdf>, Acesso em 15 de junho de 2016.

documento caracteriza-se na defesa de políticas de esporte como prática de lazer inclusiva e participativa como questão de Estado orientada principalmente para reverter o quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social. (Idem, p. 04).

Para “reforçar” essa direção política esportiva do Governo Lula da Silva, encontraremos no presente texto a negação do entendimento do esporte como “mecanismo para desviar a atenção dos problemas sociais” (Idem, p. 05). Assim, conforme nossa análise, a justificativa para tal compreensão tomou como base as “novas deliberações e posicionamentos”¹⁷⁵ dos organismos multilaterais internacionais (utilizados pelo Governo Lula da Silva), negando que o esporte estaria a serviço do Estado com características “alienantes”. Para exemplificar esta postura o documento aludido apresenta os “pontos positivos” no entendimento do Governo Federal que comprovam tal afirmativa:

O esporte pode trazer solidariedade, autoestima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito às regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, auxiliar ao combate às drogas e a criminalidade podendo ser um fator de desenvolvimento sociocultural e econômico, gerador de emprego e renda (IPEA, 2004, p. 06/07).

Tais “pontos positivos” foram rapidamente absorvidos pelos programas e projetos sociais esportivos, como o próprio PST durante todo seu percurso. A maioria dos/as Educadores/as da rede pública, intelectuais, pesquisadores/as, gestores/as, professores/as de educação física, monitores/as, etc., bem como o “terceiro setor” se abasteceu desse discurso multifuncional do esporte (RODRIGUES, 2008) e que ele seria o mecanismo multiplicador do “Desenvolvimento Humano e de uma cultura da Paz mundial”. A aludida positividade se expressa como “verdade”, pois estará atrelada a um novo significado da “cultura do investimento social” e esta segundo Rodrigues (2008, p. 99) “vai se tornar questão de ordem no universo dos programas/projetos sócio-esportivos”. O “Investimento social” seria da maneira designada pelo objetivo ideológico neoliberal: em busca da superação da condição de pobreza do indivíduo inserido no programa (PST), mas sem visualizar/modificar a ordem econômica capitalista, retirando qualquer possibilidade de conflitos/lutas e apresentando o consenso como única perspectiva de ação política.

No final do primeiro mandato do Governo Lula da Silva, em maio de 2006, com o tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” realizam-se a 2ª Conferência –

¹⁷⁵ Como vimos anteriormente em momentos de nosso texto essas “Novas deliberações e posicionamentos” forma na verdade influenciadas pela agenda dos organismos multilaterais internacionais e no caso aqui elencado pelo documento da ONU – PNUD “Esporte para o Desenvolvimento da Paz: propondo ações práticas para os governos”. <Disponível em www.pnud.org.br> , Acesso em 16 de junho de 2016.

“Sistema” constituído pelo Esporte educacional, o Esporte de participação e o Esporte de rendimento. No documento, se faz a observância que eles não são excludentes entre si e são articulados de formar equânime em uma estrutura (MASCARENHAS *et al*, 2012), mas na verdade, o que vai acontecer é a prevalência do esporte de rendimento sobre os outros.

De acordo com Mascarenhas ET AL (2012), verifica-se, nesse período na sociedade brasileira e nos documentos institucionais, uma ênfase quanto ao estabelecimento de relações entre o Estado e o “terceiro setor”, cuja defesa de tal parceria seria, conforme o referido autor (2012, p. 10), para valorizar “a acessibilidade, a descentralização, a intersectoriedade e a multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer”. O documento fortalece mais ainda a “inclusão social”, no entanto, com a participação de um “novo ator”: a “sociedade civil” representada pelo “terceiro setor”. São adicionadas, portanto, “novas” deliberações na Política Esportiva Brasileira que enfatizam a parceria público-privada, tanto no âmbito estadual como no municipal, com a promoção e articulação das instituições escolares públicas e particulares conjuntamente às comunidades, associações comunitárias e esportivas bem como as ONGs (IPEA, 2007)¹⁷⁶.

Conforme afirmado no item 3.1, o Estado brasileiro (por intermédio da Constituição de 1937) fazia alusão às “associações civis” delegando dentre outras funções que organizassem ações para a juventude no sentido de promover o “adestramento físico”, constituindo, à época, o gérmen do “terceiro setor”. Desse modo, num primeiro momento, a missão do esporte é ser um mecanismo de “adestramento físico” no intuito de regenerar a raça brasileira para preparar o indivíduo, torná-lo mais apto para se adequar / ter resistência física e intelectual às demandas das atividades produtivo-técnicas do desenvolvimento do capitalismo na era taylorista-fordista. Na contemporaneidade, é delegado ao esporte ser um mecanismo “multifuncional” de “inclusões objetivas e subjetivas”, preparando os indivíduos “excluídos” pelo mercado para novamente se “inserirem”, pelos seus esforços individuais, na sociedade para poder se integrar às requisições da reestruturação produtiva/produção flexível. Essas mudanças da configuração do percurso do esporte na sociedade brasileira demonstram que a dinâmica do desenvolvimento capitalista requer continuamente alterações, que na verdade são “novas” estratégias para responder a “velhas” questões, pois o esporte continua.

Segundo Mascarenhas ET AL (2012, p. 17), a terceira Conferência realizada no ano de 2010 “ênfaticamente o Plano Decenal de Esporte e Lazer com o slogan *Por um time chamado Brasil* previa, a partir de metas e ações num prazo de 10 anos, inserir o Brasil num dos 10

¹⁷⁶ <Disponível em www.ipea.gov.br/.../conferencias/Esporte_II/deliberacoes_2_conferencia_esporte.doc>, Acesso em 16 de junho de junho de 2016.

(dez) maiores países no Esporte”. No entanto, segundo os referidos autores, o verdadeiro objetivo da agenda do Governo Lula (em seu segundo mandato) é intensificar a utilização do esporte integrado ao “plano das relações externas e da concorrência global” (Idem, p. 17). A direção, os “holofotes” da pasta ministerial serão orientadas/centralizadas para o esporte de rendimento, para que o Brasil se torne uma nação olímpica e que potencialmente se articule as demandas financeiras dos organismos multilaterais internacionais.

Através de correlações precisas Mascarenhas ET AL (2012) afirmam que os resultados e deliberações de tal Conferência estarão de acordo com a proposta “Neodesenvolvimentista” dos Governos Lula da Silva de “reposicionamento do país na geopolítica internacional” (Idem p. 20). Desse modo, o que se configura é que a política nacional esportiva traça sua mudança de percurso baseado nas medidas Macroeconômicas do “modelo liberal periférico, ancorado no estímulo à economia exportadora e atrelada aos desígnios do capital financeiro internacional legitimando politicamente e almagrando com maior intensidade os interesses das diversas frações de classes que participam do bloco no poder dominante”. (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2003, APUD MARANHÃO, 2014, p. 325).

Tais premissas corroboram para a compreensão de que o esporte educacional referenciado como direito social universal primeiro: na verdade não recebeu atenção dominante dentro da política nacional esportiva, sobrando para si à incumbência exclusiva de “formar cidadãos” que se encontra em “vulnerabilidade social” e segundo: quando em prol de tais incumbências seus investimentos no plano estrutural (seu financiamento) o esporte educacional esteve atrelado aos momentos de prioridades do Governo Federal, indicando tendencialmente sua preferência em prol do esporte de rendimento (busca de campeões olímpicos para os megaeventos). Essa particularidade evidencia-se no financiamento público do PST (espaço onde o esporte educacional se expressa).

Boschetti (2009, p. 584) lembra de que,

Para explorarmos o processo de análise e avaliação de uma política social é necessário 1º buscar analisar a política em sua totalidade, 2º revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social e 3º articularem tanto os determinantes estruturais que conformam a política social quanto as forças políticas que agem na sua formulação e execução.

No entanto, isso não invalida nem desconsidera um tipo de investigação concentrada nos aspectos acima relatados pela autora, principalmente, quando a pesquisa não perde a articulação com a totalidade social. Utilizamos como exemplo a pesquisa que Athayde ET AL (2015) realizam sobre o investimentos/financiamento público que o Governo Lula da Silva

(em seus dois mandatos) emprega na política nacional esportiva.

Ao analisarem o financiamento de recursos da política nacional de esporte no período compreendido entre 2003-2010, Athayde ET AL (2015) aponta indícios do não cumprimento deste Governo no financiamento de recursos em prol do esporte educacional, aspecto, segundo os autores, evidenciado quando se observa o que a lei determina e o que de fato se operacionaliza através das medidas e ações governamentais (BOSCHHETI, 2009).

Antes de qualquer coisa essa pesquisa preliminarmente evidenciou que o padrão de financiamento público destinado ao atendimento do esporte é pouco considerado no Orçamento Geral da União mesmo observando um crescimento ascendente nos recursos destinados ao Ministério do Esporte. Conforme os autores dessa pesquisa isso demonstra que o esporte não foi prioridade dos Governos Lula da Silva no aspecto de não definir um marco regulatório muito menos em definir para o setor cifras significativas. Um aspecto determinante para acentuar essa problemática é identificar que não existe um marco legal que obrigue o Estado brasileiro direcionar recursos e gastos de natureza obrigatória com a pasta diferentemente de outros direitos sociais como saúde e educação. Há também uma não vinculação a um percentual mínimo do Produto Interno Bruto (PIB).

O esporte educacional é definido pela Constituição Federal. E em seu Art.217, inciso II indica-o como prioridade de recebimentos de recursos pelo Estado brasileiro. A Lei Nº 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé) contempla o esporte educacional (Art. 7º, inciso I). Desse modo o PST se inscreve numa política social em que seu financiamento está alocado em lei.

Assim, segundo Athayde ET AL (2015, p. 05): os objetivos norteadores da ação estatal para o setor “passaram a orientar-se pela busca de uma acentuada projeção política internacional atrelada à exploração do potencial econômico do fenômeno esportivo”.

Os dados pesquisados por Athayde ET AL na Tabela 20, referentes aos recursos apontam que os investimentos no esporte educacional (representado pelo PST) não receberam uma atenção prioritária do Governo Federal, já que o esporte de rendimento conjuntamente foi também agraciado com os recursos orçamentários referentes a toda pasta ministerial responsável pelo esporte¹⁷⁷. Assim, nas palavras dos referidos autores (Idem), o período

¹⁷⁷ Daremos importância aos desdobramentos que a pesquisa de Athayde Et al (2015) se coloca frente o esporte de rendimento e o esporte educacional. Este será nosso foco de análise. No entanto lembramos que os referidos autores trazem dados e referências ao Programa de esporte e lazer da Cidade (Pelc). Como vimos anteriormente o Ministério do Esporte tem sua estrutura formada por três secretarias: A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), a Secretaria Nacional do Esporte Educacional (SNEED) e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL). O Pelc está sob a incumbência desta última. No ano posterior a essa pesquisa (2011) já na gestão do Governo Dilma Rousseff houve uma modificação no organograma do

analisado representa uma “não priorização na alocação dos recursos para o esporte educacional [...]. Além de uma contradição interna com as proposições iniciais do Ministério do Esporte, conforma-se como um desrespeito aos preceitos constitucionais”.

Tabela 20 – Execução orçamentária (em %) por programa, no período de 2004-2010

Programas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média 2004/2007	Média 2008/2010
Brasil no esporte de alto rendimento	26,37	12,76	35,82	25,59	88,33	22,66	52,95	25,14	54,65
Rumo ao Pan	123,79	9,97	40,00	241,49	0,00	0,00	0,00	103,81	0,00
Esporte e Lazer na Cidade (Pelc)	17,53	2,78	7,61	4,13	2,24	0,47	1,89	8,01	1,53
Segundo Tempo	65,09	43,98	38,92	21,91	45,40	17,82	30,32	42,53	31,18

Fonte: SIGA Brasil – Senado Federal (ATHAYDE ET AL, 2015, p.09).

De fato, constata-se uma nova configuração dos Governos Lula da Silva no trato com o esporte, direcionando, de maneira expressiva, seus recursos para o esporte de rendimento que se encontra dentro da proposta de espetacularização do esporte através dos eventos esportivos (Jogos Pan-americanos 2007 e Investimentos preparatórios para as olimpíadas Rio-2016). No entanto Athayde *ET AL* (2015) também enfatizou que não haveria possibilidade de se determinar um campo hegemônico na destinação dos recursos públicos entre as esferas esportivas (Esporte educacional e Esporte de rendimento). Mas isso, não implica em afirmar categoricamente a ausência de diretrizes e objetivos basilares de uma política esportiva no Brasil. Pelo contrário, o governo Lula e sua continuidade no primeiro governo Dilma executou com precisão aquilo que o capital precisava no sentido de utilizar o esporte “como um elemento fundamental para a expansão e aceleração da circulação do capital, atuando no controle e equilíbrio da queda tendencial da taxa de lucro” (PENNA, 2011, p. 161).

Estamos de acordo com essa pesquisa sobre o gasto público referente aos

ministério. A SNNED e SNDEL foram alocadas numa mesma secretaria com a designação de Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). Essa decisão apenas reforça a afirmação de que o esporte educacional não recebeu as prioridades das gestões no período pesquisado tanto pelos os referidos autores quanto pelo nosso estudo.

investimentos voltados para o esporte brasileiro. O que podemos acrescentar é que ao nos depararmos com dados recolhidos no Portal da Transferência, referentes aos Gastos diretos do Governo Federal em âmbito nacional, (Aplicação Direta por programa) ao período ulterior dessa pesquisa, nos anos de 2011 a 2014 (Governo Dilma Rousseff), reforçam as alegações de Athayde *ET AL* (2015). Observando a tabela abaixo, podemos perceber uma prioridade de gastos diretos do Governo Dilma Rousseff direcionados para o esporte de rendimento, exceção observada no ano de 2014.

Tabela 21 – Gastos diretos do Governo Federal – Aplicação direta (em milhões) por programa, no período de 2011- 2014 – Brasil Esporte de Alto Rendimento e PST

Programas	2011	2012	2013	2014
Brasil no esporte de alto rendimento	803.024.276,50	44.574.729,50	6.123.533,55	261.561,25
Segundo Tempo	63.429.498,90	15.379.926,70	530.865,65	83.763,14

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria do autor

No caso de acrescentarmos também dados recolhidos pelo Portal da Transparência sobre a Transferência de recursos, por função orçamentária em que apresenta a execução de despesas por finalidade do Governo Federal a partir da soma dos gastos diretos e transferência de recursos no Governo Dilma Rousseff (Subfunção – finalidade **Desporto e Lazer**), o esporte de rendimento estará à frente também dessas transferências. Os dados estarão representados nas designações Desporto de rendimento e Desporto Comunitário¹⁷⁸. Os dados da tabela abaixo são dos anos de 2013, 2014 e 2015¹⁷⁹.

Tabela 22 – Transferência de recursos por função orçamentária – soma dos gastos diretos e transferência orçamentária – 2013-2015 – subfunção/finalidade Desporto e Lazer

Desporto e Lazer	2013	2014	2015
Somas gastos e transferência recursos			
Desporto Rendimento	489.018.713,70	1.241.045.872,07	1.371.971.588,09
Desporto Comunitário	300.970.387,89	342.503.718,57	518.164.593,34

Fonte: Elaboração própria do autor.

Esse cenário, brevemente abordado a respeito dos gastos públicos nos governos de

¹⁷⁸ O Desporto Comunitário se refere aos programas sociais inseridos na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) como o PST (esporte educacional) e o PELC (Esporte e Lazer). A alocação dos dois programas numa única Secretaria ocorreu na gestão do Governo de Dilma Rousseff.

¹⁷⁹ Os dados referentes ao ano de 2015 ultrapassa o período apontado por nossa tese (2004-2014). Damos atenção a esse detalhe apenas para indicar que o esporte de rendimento continuará a receber mais recursos do que os programas da SNELIS, onde o PST permanece incluído até a presente data.

Lula da Silva (dois mandatos) e de Dilma Rousseff, referentes aos setores que estão presentes na política nacional esportiva desenvolvida pelo Ministério do Esporte (ME) também nos auxiliam a observar o tipo de configuração e o alcance e limite da abrangência de uma política social como o PST. Tomando como base o estudo de Boschetti (2009) sobre a avaliação de políticas, de programas e projetos sociais verificamos que o PST se expressa como uma política restrita longe dos preceitos constituídos por lei (direito social/universalidade).

Isto se torna evidente ao analisarmos o balanço apresentado sobre o PST, pelo próprio ME sobre os dados referentes aos beneficiados do programa. Acreditando que apenas a revelação de números de beneficiados atingidos pelo programa comprovaria os objetivos do PST como sendo uma política com ampla abrangência nacional, a referida pasta ministerial revela que o mesmo atingiu um total de quase 3,8 milhões de pessoas beneficiadas nos anos compreendidos entre 2003 – 2010¹⁸⁰ confirmando seu significado “universal”. No entanto, o ME não se utiliza, para tal afirmação, de elementos empíricos de análise que conformam uma avaliação de uma política/programa social conforme destaca Boschetti (2009).

Boschetti (2009) nos alerta que as avaliações sobre políticas sociais, seus programas, bem como seus projetos devem compreender como as mesmas surgem (significado), como se desenvolvem (dimensão e abrangência) e quais são suas funcionalidades (efeitos e consequências) observando as contraditórias relações entre Estado e Sociedade no capitalismo. Nas palavras da referida autora (2009, p. 576) “a avaliação de uma política social necessita inseri-la na totalidade e dinâmica da realidade. Mais que conhecer e dominar tipos e métodos de avaliação” sendo que a mesma “é determinada pela concepção de Estado e de política social que determina seu resultado”.

Segundo a referida autora, reduzir uma avaliação de uma política social/programa aos dados quantitativos (custos e beneficiados/as) é não se preocupar com as especificidades e singularidades dessas políticas. Nesse sentido, Boschetti (2009, p. 378) afirma que:

Não podemos aplicar o mesmo tipo de avaliação que se faz com o mercado às políticas sociais públicas. E o motivo básico é que estas não podem ser avaliadas pelo *quantum* de pessoas atingidas por elas, mas serem capazes de atingir e expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade.

As afirmações da autora nos auxiliam no entendimento de que enumerar indicadores para analisar a abrangência do PST sem inter-relacioná-los aos critérios, por exemplo, de

¹⁸⁰ Balanço dos Programas e Ações de Gestão 2003-2010.<disponível em www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/apresentacaobalanco.pps> Acesso em 12 de março de 2017.

acesso e permanência não se sustentam. Isso se evidencia no balanço apresentado pelo ME, com relação aos números de atendidos por ano, pois se verificam oscilações no que diz respeito à permanência desses beneficiados no PST. Há períodos de ascensão (2003-2005/2006-2007/2009-2010) e outros de queda (2005-2006/2008-2009). Esse elemento apontado pela nossa investigação, baseado em Boschetti (2009) não é considerado como um aspecto importante a ser investigado¹⁸¹.

O ME, a partir do balanço dos resultados alcançados com o PST, reafirma/reforça o discurso de que esse programa é de abrangência universalista. No entanto, consideramos que essa premissa não se sustenta quando a confrontamos com o objetivo principal do PST – “Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e **jovens em situação de vulnerabilidade social**” – (grifo nosso), pois, ao considerar que a condição de pobreza é o critério indicador para o acesso e permanência, nega-se a perspectiva universalista preceituada pelo ME para o programa¹⁸².

Esse aspecto também pode ser constatado quando analisamos os dados referentes ao ano de 2003 (início do PST). Nesse período, havia cerca de 15 milhões de crianças e jovens (entre 7 a 17 anos)¹⁸³ e pelos dados informados pelo ME o programa atendeu cerca de 523.784 beneficiários. Passados sete anos do programa, cerca de 3,8 milhões de beneficiários foram atendidas pelo PST, mas se considerarmos que no ano de 2010 os números de crianças e jovens em condição de pobreza chegavam a 10 milhões nessa situação¹⁸⁴ podemos afirmar que o programa não conseguiu atingir nem mesmo o seu objetivo especificado em suas diretrizes que era atender as crianças e jovens em condição de pobreza (“riscos sociais”).

¹⁸¹ Esclarecemos que o Ministério do Esporte através de Edital de chamada pública 01/2008/ME/SNDEL/REDE CEDES realizou entre os anos de 2008-2010 um diagnóstico e avaliou seus programas (PELC e PST). No entanto a pasta ao apresentar sua avaliação condensou os resultados destes programas centrando nos dados quantitativos. Desse modo justificando que os programas de fato atingiram suas metas e alcance social. A PUC – Minas foi a instituição contemplada pelo Edital. Constatamos que a metodologia utilizada para avaliar os dados presentes do PST teve a preocupação de conectá-la com referenciais teóricos sobre a realidade social e o papel do esporte inserido na sociedade brasileira. No transcorrer desse capítulo vamos apresentar algumas dessas conclusões advindas dessa avaliação sobre o PST e ao mesmo tempo evidenciá-las como instrumento de validação deste discurso do ME.

¹⁸² É bom lembrarmos também que o objetivo principal do PST foi alterado comparado quando da sua implantação em 2003. E isto se confirma pelo documento do próprio programa em que seu objetivo principal era “democratizar o acesso e estimular a prática esportiva dos alunos da educação básica e superior”. Isto reforça ainda mais nossa compreensão de que o programa se configura como uma política de característica restrita com alcance, abrangência limitada em prol dos “mais necessitados” (sic).

<Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/publicacoes/antigas/rel-anual-de-aval/2005/05_ppa_aval_programas_me.pdf/view>, Acesso 24 de abril de 2017.

¹⁸³ <Disponível em

<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9284A41E4BBF>>, Acesso em 16 de abril de 2017.

¹⁸⁴ Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Os limites de abrangência do PST são destacados até mesmo pela sua própria gestora – Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), reforçando nossa análise. Isso se expressa quando essa Secretaria justifica o motivo da alteração do número total de beneficiados nos núcleos do programa PST – padrão reduzindo a composição de cada núcleo que era até de 100 beneficiários para um grupo de 70 a 100 por núcleo. Conforme ela própria reconhece, essa adaptação estaria “baseada nos resultados pelo processo de acompanhamento in loco dos convênios, justificada pela **flutuação** (grifo nosso), na participação dos beneficiados”.¹⁸⁵ Essa flutuação em nossa análise estaria expressando as metas não cumpridas referentes à permanência do beneficiado, bem como os mecanismos utilizados para efetivação das mesmas.

Sendo assim, o caráter definido por lei constitucional que determina o esporte como um direito social não se expressa dentro do PST reforçado pelo que se manifesta nos resultados alcançados de cunho focalista e restrito e que na verdade está atrelado à proposta neoliberal dos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

A contradição que se estabelece entre a “inclusão social”, defendida como base de sustentação do PST é a “exclusão” causada pelo processo de descontinuidade do programa e também dos critérios para seu pertencimento. De acordo com Fontes (2005, Apud Pina, 2009, p. 65/66) “a sociedade capitalista estabelece a imposição de comportamentos, normas, condutas, valores – isto é, procedimentos de inclusão forçada que resultam em múltiplas formas de discriminação, reclusão ou segregação em seu próprio interior”. Isso se expressa de diferentes maneiras no processo histórico da sociabilidade capitalista.

Assim, de maneira análoga o PST define quais as normas, condutas e valores que ele propõe e quais procedimentos de “inclusão” devem ser feitos. O pertencimento ou não dentro do programa é definido previamente, mas na verdade, para ser “incluído” no PST, dependerá das definições que as relações capitalistas, representadas pela agenda dos Organismos Multilaterais Internacionais, estabeleçam sobre quem deve receber o “direito” de ser “incluído”. No entanto, segundo Pina (2009, p. 67) “não basta definir como se dá o processo de ‘inclusão social’; é preciso convencer toda a sociedade quanto à legitimidade desse enquadramento específico”. No campo do esporte educacional do PST, é aplicado esse papel nos Governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Desse modo, há um distanciamento dos elementos universalistas determinados pela

¹⁸⁵ Relatório de Gestão do Exercício 2013 da Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte. <Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/relatorioGestao/relatorioGestaoSNELIS2013.pdf>, acesso em 29 de abril de 2017.

Carta Magna de 1988 no que se refere ao esporte como direito social, bem como aos gastos públicos para o setor, evidenciados nos art. 6º e art. 217º que destinam, prioritariamente,¹⁸⁶ os recursos públicos para o Ministério do Esporte, órgão responsável pela elaboração/implementação/gestão/execução das políticas sociais voltadas para o esporte educacional/PST.

A mudança de foco nos investimentos de recursos destinados ao esporte de rendimento em detrimento ao esporte educacional nos Governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff (primeiro mandato) estará baseada nas recomendações do documento da ONU – MDMs que recomendava a participação do esporte como um “potencial catalisador para o desenvolvimento econômico” (PENNA, 2012), pois estimula a fabricação de produtos, aumenta a demanda de serviços e oferta de empregos.

Conforme Penna (2011) a partir desse novo atributo delegado ao esporte como impulsionador da economia, os projetos esportivos são adequados ao esporte de rendimento desse modo, favorecendo o espetáculo do entretenimento midiático e do mercado das grandes corporações mundiais e empreiteiras responsáveis pela aquisição da infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos Megaeventos esportivos. Assim, nas palavras da autora (2011, p. 79):

O incremento dos projetos esportivos atua como estímulo para que os governos mobilizem grandes investimentos em construção ou reformas de estradas, avenidas, portos, aeroportos, estádios esportivos, expandindo principalmente o mercado de serviços para a atuação do capital privado em espaços urbanos, públicos e privados.

O esporte, segundo a referida autora, (2011, p. 80) “passa ocupar uma nova posição ao ser listado entre os critérios para o cumprimento de metas mundiais”. Tais afirmações nos auxiliam em considerar que o “legado outorgado” ao esporte de rendimento é “incluir” o país numa nova posição no cenário político e econômico mundial. E para o esporte educacional “sobrar” a função de “incluir” os “excluídos”, utilizando-se para tanto, de políticas sociais como o PST para a contenção de conflitos e adequação social à nova ordem dominante além de pavimentar as possibilidades para o mercado das organizações sociais pela busca dos recursos do fundo público. (PENNA, 2011).

É desse modo que o PST estará conectado com esse desenho traçado pela política nacional esportiva dos Governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, sendo que sua

¹⁸⁶ Seção III - Do Desporto: Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: II- a destinação dos recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, *em casos específicos* (grifo nosso), par ao desporto de alto rendimento.

participação será de “manter o legado da copa do mundo (e dos jogos Olímpicos)”, pois “os megaeventos trarão herança que será vinculada aos projetos sociais da pasta” (palavras do próprio gestor Ricardo Capelli responsável pela SNELIS)¹⁸⁷. Na verdade, a SNELIS acaba contribuindo para o discurso estatal de que há uma compatibilidade possível nos investimentos dos megaeventos e, ao mesmo tempo, no esporte educacional, para que este seja o impulsionador também **do ideal olímpico para desenvolver o conagraçamento entre os povos e nações**. (Grifo nosso). Assim, ao PST, servirá esse papel no desenvolvimento de suas ações pedagógicas¹⁸⁸ voltadas ao mesmo tempo para a “inclusão social” e desenvolvimento de “falsas necessidades” como afirma Penna (2011).

Nesse cenário, o PST vai-se configurando, e, ao tratarmos dos aspectos avaliadores que definem um programa social (parceria com “terceiro setor”, grau de seu alcance, limites e critérios de permanência, origem e finalidade para seu financiamento/gasto público, controle social, etc.) o PST se caracteriza como um programa setorizado em conformidade com os limites colocados pelas políticas neoliberais.

É através desses limites, como vimos anteriormente, que o PST se origina e se desenvolve dentro de uma política nacional de esporte tendo como características a descentralização, a focalização e a precarização de seus “serviços/atendimentos” a um determinado grupo social/comunidade, sendo assim resultado da contra reforma operada do capital contra o trabalho direcionado (pela agenda dos organismos multilaterais internacionais) para as políticas educacionais e esportivas na contemporaneidade constituindo-se uma das novas estratégias de utilização do esporte como mecanismo de “inclusão social”.

Sobre esse importante aspecto Behring e Boschetti (2006, p. 155) observam que os padrões universalistas e redistributivos de proteção social sofreram grande impacto. Assim, nas palavras das referidas autoras a “tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise”.

¹⁸⁷ <Disponível em <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/noticias-2/33974-em-minas-gerais-secretario-apresenta-legado-social-nas-12-cidadessede-da-copa-2014>>, Acesso em 24 de abril de 2017.

¹⁸⁸ Assim conforme próprio documento da SNELIS “defendendo a ideia de potencializar as políticas públicas com o advento dos grandes eventos e assegurar o legado esportivo” (*sic*), no ano de 2013, esta Secretaria implementa um PST específico nas 12 cidades sedes da Copa inclusive na cidade do Rio de Janeiro (sede também da Olimpíadas de 2016). E o intitula de “Programa Segundo Tempo no Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades -Sede da Copa do Mundo”. <Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/Diretrizes%20PST%20-%20Legado%202014.pdf>, Acesso em 26 de Abril de 2017.

De que maneira isso se configura na formatação e execução de um programa social como o PST? Conforme Behring e Boschetti (2009, Apud Boschetti, p. 69) isto se configura como “a restrição das políticas sociais através da instituição da seletividade e focalização, estabelecimentos de condicionalidades e testes de meio para seu acesso, criações de critérios rigorosos de acesso e abandono de princípios como a universalidade”. Essas condicionalidades estarão presentes também na relação de parceria do programa com as entidades do “terceiro setor” como, por exemplo, no aspecto de inclusão destas no programa e na capacitação de recursos. Conforme Montaña (2014) essas entidades devem se adaptar às exigências das políticas sociais implementadas pelos Governos e pela agenda dos próprios organismos multilaterais internacionais, para obter o financiamento esperado.

Isso se aplica também ao avaliarmos a configuração do financiamento e gastos públicos direcionados ao PST como programa social gerado pelos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff sendo executado em parceria com o “terceiro setor” e o *quantum* de recursos que foi repassado às entidades privadas que o englobam. Correia (2012, p.79) destaca que “o valor destinado por meio do PST para entidades deste segmento superou as cifras de R\$ 345 milhões de reais no período entre 2004 a 2011. Este montante representou 55% de todo o recurso destinado ao funcionamento dos núcleos”.¹⁸⁹.

A fim de compreender os aspectos de alocação desses recursos no PST e também verificar se possui um caráter regressivo e progressivo Boschetti (2009) ressalta a necessidade de avaliar o investimento e o gasto, pois estes auxiliam a observar sua estrutura orçamentária e seus impactos na natureza e alcance dos direitos. Paralelamente, é de fundamental importância, conforme Behring (2013, p. 01) “caracterizar a dinâmica político-econômica que envolve a alocação de recursos pelo Estado para as políticas sociais”. Segundo a autora, esses recursos podem crescer quanto aos valores correntes, no entanto, podem permanecer abaixo ou vivenciar uma estagnação, quando os confrontamos com o crescimento ano a ano, por exemplo, do Produto Interno Bruto (PIB), da carga tributária, entre outros indicativos (BEHRING, 2013).

Em primeiro lugar, Mascarenhas (2016)¹⁹⁰ adverte que o financiamento dos recursos públicos realizados pelos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff referente ao esporte brasileiro se expressou insignificante como, por exemplo, se tomarmos como referência a

¹⁸⁹ Nesse período analisado houve anos que o “terceiro setor” superou a sua média de recebimentos (55%) dos recursos para executar o PST. Vamos observar esse domínio nos anos de 2005 (71%), 2006 (63,9 %) e 2007 (77%).

¹⁹⁰ O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, (São Paulo) 2016 Out-Dez; 30 (4):963-80.

participação do esporte, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Para que efetivamente as políticas sociais esportivas tomassem fôlego, era necessário que seu montante de recursos chegasse ao patamar de 1% do orçamento da União (representando 0,4% do PIB), e, segundo Mascarenhas (2016), isso não se efetivou, pois a participação do esporte em relação ao PIB se manteve oito vezes menor do montante reivindicado na primeira e segunda Conferência Nacional do Esporte organizada pelo Ministério do Esporte¹⁹¹.

Entretanto, os Governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff quando propagaram o potencial catalisador do PST como instrumento de transformação social esses elementos foram negligenciados. Pela alegação dessa magnitude do programa, a importância constante de investimentos de recursos para a efetivação de seus propósitos estaria na verdade impossibilitada pela própria política restritiva imposta para os gastos públicos direcionados às políticas sociais pelo Governo Federal, como vimos, uma Política de Estado alinhada com a agenda imposta pelo capital rentista, representado pelos organismos financeiros internacionais.

No entanto, aos verificarmos os recursos destinados ao PST, a importância dada ao mesmo pelo Estado brasileiro não atende ao seu discurso ideológico.

Analisando os dados da tabela abaixo referente ao total de recursos destinados pelos Governos Lula e Dilma Rousseff em âmbito Nacional (período 2004 – 2014) bem como o total de recursos para o “terceiro setor” e comparando-os com o total de recursos destinados para o PST, vamos perceber que o programa teve oscilações crescentes e decrescentes no recebimento dos recursos. Ao mesmo tempo, o PST não acompanhou os valores crescentes do total das transferências de recursos em âmbito nacional e do montante recebido pelo “terceiro setor”.

¹⁹¹ As Iª e IIª Conferências Nacionais do Esporte reivindicaram fontes de financiamento para a necessidade da pasta ter autonomia orçamentária e assim desenvolver efetivamente o esporte nacional. Ao analisarmos o documento final da IIª Conferência vamos encontrar essa solicitação: “A Autonomia financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios para o desenvolvimento das Políticas de esporte e lazer deverá ser garantida através da criação de Emenda Constitucional que institua a vinculação e destinação de um percentual mínimo da receita tributária (conforme dispõe a Constituição Federal, no caso da Educação). A vinculação e destinação do percentual mínimo serão de 1% e isonômicas nos três níveis de governo (Federal, Estadual, Distrital e Municipal). A Lei [...] deverá prever a aplicação imediata dos percentuais estabelecidos”. <Disponível em <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/documento.jsp>, Acesso em 29 de Abril de 2017.

Tabela 23 – Total de transferência recursos âmbito nacional/Total de transferência de recursos por favorecido do Governo Federal – Entidades sem fins lucrativos e Total de Transferência de recursos favorecido do Governo Federal – PST.

Ano	Total de transferência recursos em Âmbito Nacional	Total de transferência recursos em âmbito Nacional “terceiro setor”	Programa Segundo Tempo – Valores em R\$ (reais)
2004	105 bilhões	2 bilhões	25 milhões
2005	120 bilhões	2,5 bilhões	54 milhões
2006	145 milhões	3 bilhões	86 milhões
2007	165 bilhões	3,4 bilhões	68 milhões
2008	204 bilhões	3,5 bilhões	126 milhões
2009	209 bilhões	3,9 bilhões	81 milhões
2010	232 milhões	5,4 bilhões	122 milhões
2011	271 milhões	5,4 bilhões	72 milhões
2012	299 bilhões	7,2 bilhões	61 milhões
2013	300 bilhões	9,6 bilhões	20 milhões
2014	332 bilhões	10,5 bilhões	315 mil

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria do autor

Constatamos na referida tabela que o PST no período compreendido em 2011 a 2014 (cor azul) sofreu diminuição ininterrupta do montante de recursos recebidos enquanto que para o “terceiro setor” os investimentos continuaram evoluindo (cor verde).

Quando tomamos como foco o Estado de Alagoas, surgem algumas particularidades com relação às transferências de recursos, no entanto também permanece o domínio desses recebimentos por parte do “terceiro setor” chegando a 79,1% do total recebido pelo Estado de Hermeto Paschoal¹⁹². Observando a próxima tabela, enumeramos as oscilações na transferência do recurso da seguinte maneira: as lacunas de nenhuma transferência de recurso para Alagoas nos anos de 2012 e 2014 (representada pela cor verde); apenas a presença do “terceiro setor” no recebimento do recurso correspondente aos anos de 2006, 2009 e 2010 (destacada pela cor vermelha); 3.valores percebidos somente pela esfera Estadual e Municipal representados pelos anos de 2004, 2005, 2011 e 2013 (assinalados pela cor Roxa) e a transferência para ambas as esferas privada e pública nos anos de 2007 e 2008 (destacada pela cor azul). Os números da tabela abaixo confirmam esses indicadores.

¹⁹² Do município de Lagoa da Canoa-AL (1936) é compositor, arranjador e multi-instrumentista de renome internacional.

Tabela 24 – Total de Transferência de recursos – favorecido do Governo Federal – PST Alagoas

Ano	“Terceiro Setor”	Esfera Estadual/Municipal – Valores em R\$ (reais)
2004	Não recebeu	115.200,00
2005	Não recebeu	679.800,00
2006	2.189.160,00	Não recebeu
2007	236.640,00	248.208,00
2008	6.389.793,24	1.425.612,00
2009	2.203.000,00	Não recebeu
2010	8.437.150,00	Não recebeu
2011	Não recebeu	1.025.300,00
2012	Não recebeu	Não recebeu
2013	Não recebeu	1.219.700,00
2014	Não recebeu	Não recebeu
Total de Recursos	19.455.743,24	4.713.820

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração própria do autor

Mesmo reconhecendo os limites desse recorte analítico (direção dos recursos), acreditamos que ele pode auxiliar na avaliação das tendências da ação estatal e na identificação dos interesses que se beneficiam de suas decisões e ações (BOSCHETTI, 2009, p. 583). Desse modo, ressaltamos pela importância de observar, segundo Athayde *et. al.* “que a tomada de decisão sobre os objetivos inerentes aos gastos estatais e a definição de suas fontes de recursos obedecem a critérios não somente econômicos, mas a critérios políticos, refletindo na direção tomada na sua definição e a correlação de forças existente”.

Podemos estabelecer que a tomada de decisão e definição dos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff dos recursos direcionados para o PST foi favorável ao “terceiro setor” (55% dos recursos do programa no período 2004-2014). Os critérios políticos definidos para o PST são baseados nas mudanças institucionais, na passagem de uma função social estatal a resposta às demandas sociais, para o âmbito particular das organizações do “terceiro setor” sendo funcional ao projeto liberal consistindo em uma resposta focalizada, de abrangência limitada retirando de cena um direito e estabelecendo em seu lugar uma prestação de serviço pela “solidariedade social” (MONTAÑO, 2002, p. 210/211).

O PST, como vimos no período compreendido entre 2003-2014, sofreu transformações em seu percurso e vai sendo “avaliado” por órgãos institucionais como o Tribunal de Contas da União (TCU) e, posteriormente, em parcerias do Ministério do Esporte com Instituições de

Ensino Superiores Públicas e Privadas como, por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade de Brasília (UnB) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC – Minas Gerais) integrantes da Rede CEDES.

O resultado de qualquer avaliação de um programa a exemplo do PST estará de acordo com a análise de “quem avalia” sobre o que este programa representa como política social. Os resultados e encaminhamentos dessa avaliação dependerão desse entendimento. Tomaremos como exemplo as avaliações realizadas pelo TCU e pela PUC-Minas¹⁹³ mas alertamos antecipadamente que o objetivo de nossa análise não é apresentar os resultados, mas desvendar o PST como mecanismo de “inclusão social” e sua relação com o “terceiro setor”.

Em dados do IBGE/PNAD listados pelo TCU constava no ano de 2003 cerca de 15 milhões de crianças entre 07 a 17 anos em situação de pobreza. É através desse montante que o referido órgão tomará como referência o grau de alcance do “público-alvo” contemplado no PST, bem como outros pontos a serem avaliados deste programa esperando “que a adoção das medidas sugeridas contribua para a obtenção dos benefícios” (Brasil, TCU, 2006, p 12) propostos pelo próprio programa.

Com o objetivo de “divulgar aos órgãos governamentais, parlamentares e sociedade civil o desempenho da gestão pública na aplicação dos recursos públicos e, ao mesmo tempo, contribuir com o aperfeiçoamento do programa” (BRASIL, TCU, p. 05, 2006.) o Tribunal de Contas da União publica o Relatório de Avaliação de programa: Programa Segundo Tempo no ano de 2006. Na introdução do documento, o referido órgão agradece a recepção dos gestores das entidades fiscalizadas e que tal acolhimento facilitou “a aplicação das técnicas de diagnósticos direcionadas aos professores, monitores e grupos focais de alunos do programa” (Idem, p. 3).

O processo avaliativo tomou como base: 1. O desempenho dos núcleos do PST; 2. A adequação da estratégia de capacitação de coordenadores e monitores e 3. **A oferta de produtos** (*grifo nosso*) do programa (Idem, p.10). Na escolha de critérios dos núcleos escolhidos pelo TCU para serem avaliados deu-se atenção: 1. A sua localização em Estados com maior número de núcleos do programa; 2. Às possibilidades de examinar convênios realizados com as três diferentes entidades: governo estadual, prefeitura municipal e organizações não governamentais; 3. Indicação de convênios com ocorrência de boas práticas

¹⁹³ Justificamos nossa escolha por entender que essas avaliações contemplam nosso objetivo de análise: observar um tipo de avaliação mais técnica-operativa em consonância direta com os processos avaliativos que não contemplam a totalidade social (avaliação do TCU) e outra que busca alocar o PST num diálogo teórico com a realidade social, mas que não ultrapassa os propósitos dos Governos analisados por nossa pesquisa reforçando assim a proposta neoliberal de “inclusão social” pelo o esporte como tentaremos demonstrar.

e; 4. A facilidade de acesso (BRASIL, TCU, 2006, p. 16).

Os produtos (grifo nosso) acima aludidos, na verdade se referenciavam à proposta pedagógica como ferramenta no desempenho escolar e a diminuição a situação de riscos (grifo nosso). Afirmamos que o TCU toma de empréstimo expressões do universo empresarial em que a dimensão do agir educativo se apresente **como produto** e os beneficiários do programa sejam os **consumidores desse produto**. (Grifo nosso). Conforme Montaña (2014, p. 36) “o projeto neoliberal concebe o sujeito como um ‘cidadão consumidor’ e um ‘cidadão usuário’”. O primeiro seria o indivíduo como um “sujeito livre concorrente” no mercado e o segundo, como um indivíduo já advindo fracassado do mercado sendo dependente das “benesses” do Estado ou da caridade da “sociedade civil” ou da “responsabilidade social empresarial” (Idem, p.36). Isto posto, auxilia a nossa compreensão de que as ações do PST estarão direcionados para o segundo sujeito.

Segundo Pereira e Stein (2010)¹⁹⁴ o terreno focalista se sobrepõe ao caráter universal público nas políticas sociais. A focalização é definida como “mais democrática” porque “respeita” a individualidade e as diferenças. Ela seria mais atuante, pois daria importância à “construção cultural do indivíduo”. Assim, a lógica da fragmentação e do curto prazo prepondera no âmbito da política social. Nessa perspectiva focalista, (Idem, p. 107) “a realidade é resolvida não pela totalidade, mas pelo reconhecimento de pequeno alcance, pois o local se sobrepõe ao geral. As preferências individuais, de grupos previamente selecionados de acordo com as escolhas, substituem as necessidades sociais nas definições das políticas”.

Mesmo não sendo uma novidade, tais premissas colocadas acima pelas autoras, se tornam importantes para identificarmos que é delegado ao PST essa ação focalista e seletiva e é nessa configuração que o programa será avaliado. O TCU, através de seu relatório de 94 páginas, não fará nenhuma alusão a tal caracterização muito menos observará que as causas das lacunas por ele encontradas no programa avaliado não são apenas falhas na implantação de suas estratégias de funcionamento e nem de gerenciamento; mas da proposta que o Estado estabelece para uma política social.

Em sua avaliação, o TCU informa que o PST em 2005 era contemplado em 870 municípios brasileiros, tendo 336.287 beneficiados e, no caso de Alagoas, em 07 municípios englobando 55 núcleos. Esses números se mostravam bem abaixo de acordo com a Lei Orçamentária Anual, cuja meta esperada chegava a quase 1 milhão e 300 mil alunos a serem

¹⁹⁴ Cf. PEREIRA, Potyara e STEIN, R. H. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina, p. 106-130. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.) Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

atendidos¹⁹⁵.

Ao realizarmos a coletas de dados no Portal da Transferência, sobre a passagem de recursos destinados ao PST, observou-se que o programa recebeu o montante de R\$ 25.385.325,91 no ano de 2004 e R\$ 54.151.415,85 em 2005. Ao Estado de Alagoas foram designados, desta soma em 2004, (R\$ 115.200,00) e no ano de 2005 (679.800,00). Um aspecto a se considerar relevante em nossa análise é que as entidades do “terceiro setor” aludidas pelo TCU em seu relatório, nesses mesmos anos (2004 e 2005) receberam respectivamente R\$ 11.005.717,27 e R\$ 38.903.795,33, representando respectivamente 43% e 71% do montante total do programa destinado ao funcionamento dos núcleos¹⁹⁶ do PST. Para a Terra de Djavan¹⁹⁷, nesse período não se encontrou referência ao “terceiro setor”, mas esse cenário relacionado à utilização dos recursos do PST em solo alagoano sofreu mudança com a presença de tal parceria como vimos no primeiro capítulo.

Assim, constatamos que não foi por critério aleatório que o TCU pontuou suas escolhas avaliativas com relação às parcerias já existentes entre o Estado brasileiro e o “terceiro setor”. A presença deste no interior do PST, sendo consolidada como **parceiro** financeiro principal do programa alertou suas atenções. (Grifo nosso).

Segundo Correia (2012) ao verificar os dados no setor “Transferência de recursos por favorecido/Entidades sem fins lucrativos/Portal da Transparência” observou-se que no período entre 2005 a 2014 (período compreendido em nossa tese) o Governo Federal destinou recursos que atingiram as cifras de R\$ 55 bilhões de reais para todo “terceiro setor”. Desse modo, esses dados já podem apontar para uma reflexão acerca do espaço que tem alcançado o “terceiro setor”, no universo de capacitação de recursos e execução das políticas sociais (CORREIA, 2012). Sendo desse modo, conforme Behring (2012, p. 156), “parte integrante do suporte material que o Estado oferece ao processo de reprodução ampliada do capital”.

Ao analisarmos o conteúdo do relatório apresentado pelo TCU sobre as “parcerias”, ele não só reafirma sua importância previamente indicada nas ações estratégicas de implantação do próprio programa, como também propõe,

¹⁹⁵ E estes números estarão muito longe de “incluir” os 15 milhões de crianças e jovens em condição de pobreza computados pelo IBGE/PNAD dois anos atrás. Contrariando, portanto, a ideia de que o PST seria um programa de *ampla abrangência* (grifo nosso).

¹⁹⁶ Nossa análise sobre alocação de recursos que o Governo Federal fez no PST terá como foco na *ação orçamentária* identificada no Portal da Transferência pela expressão “*Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional*” (que contempla exclusivamente este programa). Justificamos a relevância do item pela sua relação direta com o “terceiro setor”, ou seja, é na referida ação que aparece essa categoria de *parceria* além dos outros convênios (instituições públicas nos níveis federal, estadual e municipal).

¹⁹⁷ Djavan Caetano Viana nasceu em Maceió no dia 27 de janeiro de 1949. Cantor, compositor e violonista.

Ao órgão [no caso o Ministério do Esporte, através de sua Secretaria Educacional responsável pelo PST] incentivar os convênios a estabelecer e intensificar parcerias com a iniciativa privada [...] para contemplar a entrega de uniformes, melhorar o transporte dos beneficiários para o programa, ampliar o contato destes com as atividades não desportivas ofertadas pelo PST como o acesso à internet, e a utilizar a infraestrutura física esportivas de entidades privadas, como quadras e piscinas (BRASIL, TCU, 2006, p. 72).

Assinalamos que a avaliação do TCU foi pautada apenas na verificação dos custos e resultados, alcance do PST e das pessoas beneficiadas, não tendo a preocupação, como alerta Boschetti (2009, p. 578), com “as especificidades e particularidades dessas políticas na garantia dos direitos e o papel do Estado no cumprimento desse dever”.

Utilizando-se de uma avaliação diferente do que o TCU realizou, o diagnóstico realizado pela PUC – Minas se propôs ir além desse tipo de análise. Os autores responsáveis pelo Sistema de Monitoramento & Avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo,¹⁹⁸ Souza ET AL (2010, p. 162) afirmaram que tiveram o cuidado de apontar sua conexão “com uma fundamentação teórico-metodológica no campo do lazer e do esporte educacional” e que por essa escolha permitiria a avaliação ir além do cumprimento de metas. O objetivo dessa medida foi, segundo os autores (2010, pp. 31-32), “alcançar resultados que contribuam para uma mudança positiva da situação-problema enfocada pelas ações da política pública, no sentido de garantir a vivência desses direitos a todos os cidadãos brasileiros”.

Englobando 1.961 pessoas sendo 64,4% de beneficiários e 35,6% de seus responsáveis (gestores, professores, monitores, pais e mães) essa avaliação expôs seus resultados¹⁹⁹ assinalando, por exemplo, que o público masculino continuou sendo o predominante (66,5%) enquanto a porcentagem das mulheres apresentou apenas 33,5% dos beneficiados do PST, expondo semelhante resultado com a avaliação quatro anos antes realizada pelo TCU (63% homens e 37% mulheres) em contraste com a distribuição equitativa entre homens e mulheres no ensino básico brasileiro²⁰⁰.

¹⁹⁸ Tal avaliação foi induzida pelo Edital de chamada pública do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES -01/2008/ME/SNDEL/REDE CEDES, para projetos e pesquisa. A pesquisa avaliativa se enquadrou no tema 7 do edital: “Avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer mantidos pelo Governo Federal. SOUZA, E. ET AL. Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte. Belo Horizonte: O Lutador, 2010, 184 p. <Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/sistemaMonitoramentoAvaliacaoProgramasEsporte.pdf>>, Acesso, 12 de abril de 2017.

¹⁹⁹ Essa avaliação se utilizou resumidamente de abordagens teóricas diversas para tratar o esporte como fenômeno contemporâneo como o Marxismo e da teoria Pós-Moderna e seus desdobramentos com a intenção mais de inter-relacioná-las as suas conclusões sobre o PST do que aos resultados avaliados sobre ele.

²⁰⁰ Há diversas pesquisas que analisam as causas e consequências da participação e ausência das mulheres nas aulas de educação física escolar e na prática de atividades esportivas. Para um aprofundamento desse assunto indicamos: Souza (1994); Romero (1994) Mourão (1998; 2000), Shupun (2001); Altmann (2002; 2007); Knijnik

O Diagnóstico da PUC/Minas – também evidenciou que apenas 12,6% dos beneficiados do PST concluíram o ensino fundamental bem como 6% do total dos participantes trabalhavam (2,7% se disseram “chefes de família”) e 56% dos beneficiários do Programa permaneceram até 1 ano no PST, constatando que o programa sofre problemas de continuidade e renovação de convênios, interrompendo assim a permanência de seus beneficiados (SOUZA *et al*, 2010).

A partir desses dados entre outros, os responsáveis pela avaliação indicaram a necessidade de viabilizar políticas sociais (como política de Estado) para que sejam efetivadas ações verdadeiramente práticas e que alcance os objetivos definidos pela lei. Assim, no interior do PST, conforme Souza *et. al.* (2010, p. 155),

Essas novas práticas, registradas e avaliadas, poderão contribuir, também, para a maior democratização do esporte no País, especialmente entre os mais pobres, as mulheres, as pessoas com deficiência e aquelas com menores chances de se tomarem atletas. Para isso, deverão buscar a superação da concepção do esporte como uma simples atividade, na direção de compreendê-lo como um conhecimento que deve ser ensinado em uma perspectiva de integração entre a dimensão teórica e a prática.

Conforme afirmam os avaliadores, (Idem), as lacunas encontradas (no PST), longe de serem vistas como problemáticas intransponíveis devem ser consideradas como desafios a serem enfrentados dentre eles, “a existência de desafios relativos às características inerentes aos objetos e públicos dos programas, da natureza social dessas ações, bem como sua pretensão de focalização do público e territórios marcados pela privação de acessos, vulnerabilidades sociais e pessoais e exposição as riscos” e que estes públicos e territórios possuem trajetórias históricas de ausência do Estado e com demandas de proteção sociais bem evidenciadas.

Entretanto, mesmo considerando esses aspectos e avaliando, por exemplo, que o Programa Segundo Tempo é uma política social focalizada apresentando lacunas e equívocos pedagógicos, de gestão, de controle social e etc., Souza ET AL (2010, p. 29) concluem que “seus princípios e diretrizes contemplam os primeiros passos para a construção social de uma política governamental ampliada, que valoriza a participação de todos os atores sociais para sua efetivação” e que o programa sócio esportivo como o PST é resultado de um processo que é novo de uma política recente, que já contribui com avanços importantes, quando comparada com o longo período da história do País em que o esporte e o lazer eram ignorados como direito ou utilizados de forma oportunista pelos governantes. (SOUZA ET AL, 2010).

Ao grifarmos a passagem acima, constatamos que os avaliadores acabam afirmando que os Governos de Lula da Silva tratam o esporte como direito social e que o PST não reproduz velhas questões de **Governos passados**. (Grifo nosso). Desse modo, esse programa, segundo suas considerações, apesar de necessitar de ajustes para atingir seus objetivos está inserido numa **nova fase** da política social esportiva no Brasil. Sendo assim a “nova fase” da política social esportiva do Estado brasileiro estaria afastada de qualquer relação com os velhos papéis delegados ao esporte, identificados por nossa análise, ou seja, como instrumento alienante e de controle social, nem como reproduzidor de corpos para o campo produtivo e, muito menos, como instrumento seletivo que prepara atletas alimentando o esporte de rendimento. Assim essa nova fase seria o momento da efetivação do esporte para a cidadania²⁰¹, através da “inclusão social”, mesmo reconhecendo seus limites e sendo necessário incrementar ajustes.

Para reforçarem a veracidade da conclusão apontam que o PST necessita apenas, segundo Souza et al (2010), de ajustes teórico-metodológicos no campo educativo sobre o trato com esporte, ou seja, superar o entendimento deste como uma atividade sem sentido, limitada por uma ação pedagógica tecnicista preocupada apenas com a busca seletiva por talentos esportivos. Assim, defendem a importância de fixá-lo dentro dos programas sociais como um instrumento pedagógico numa perspectiva crítica da realidade, como espaço para expressão do componente lúdico, evitando desse modo, o papel utilitarista do mesmo. Com esses “ajustes” segundo os referidos avaliadores, (Idem, p. 131), o PST “se apresenta como uma tentativa de construção de uma abordagem metodológica que permita que o esporte seja ensinado, efetivamente, a partir do seu entendimento como um direito de todos, na direção da inclusão, da cidadania e da cultura”.

Discordamos da análise dos avaliadores do PST sobre a apreensão de que o programa se distinguiu substantivamente dos rumos que a política social esportiva orientou aos programas/projetos esportivos em Governos anteriores, bem como do papel do esporte no interior dessa **nova fase**, identificado com a política social esportiva que os Governos de Lula da Silva propuseram. Explicaremos nossa discordância e posições a cerca dessa análise.

Podemos até reconhecer, conforme os avaliadores, que as diretrizes e os conteúdos orientadores das ações pedagógicas do PST, no trato com o esporte possuem a preocupação em não **reutilizá-lo como instrumento mistificador**, como identificado em momentos anteriores. Concordamos a priori, quando os pesquisadores apontam a necessidade de ajustes metodológicos no programa, quando observam que boa parte dos professores/monitores do

²⁰¹ Tomamos de empréstimo essa expressão de Marques Junior (2012)

PST ainda remetem a uma concepção mais restrita de esporte, que não se alinha com o conceito de esporte educacional que fundamenta o Programa (SOUZA ET AL, 2010, p. 131).

No entanto, o aspecto fundamental para o nosso questionamento é que as soluções acima apontadas se concentram nas determinações singulares deslocadas da totalidade, já que a política social esportiva/PST/esporte educacional são complexos parciais desta. Desse modo, é necessário desvelar a gênese e desenvolvimento dos motivos que a determinam (MARQUES JUNIOR, 2012, p.111). Assim, é importante considerar as políticas sociais [PST] em conexão com a reprodução do capitalismo contemporâneo e não apenas como uma expressão de uma política de Estado e/ou somente atribuir ao esporte um “caráter humanizador” e que suas soluções estejam concentradas e determinadas por decisões políticas “positivas para os mais necessitados”.

Observamos que a referida avaliação se preocupou em referenciar sua análise a uma perspectiva teórico-metodológica e isto de fato a potencializa positivamente, indo além de uma descrição empírica do PST. Ela também acertadamente faz a defesa de que o esporte - longe de qualquer conotação competitivista desumanizadora - deve ser um direito de todos e que o PST necessita se libertar de qualquer conotação utilitarista.

No entanto, conforme Marques Junior (2012, p. 25/26) apesar dessa denúncia,

Da nefasta desumanização intrínseca à aprendizagem e à prática do “esporte em sua forma competitivista de busca do rendimento”, bem como a constatação de que essa forma é hegemônica e subsume as demais - esporte de lazer e esporte educacional -, há nas abordagens mais “evoluídas” um problema importante: identificam características do capitalismo que estão presentes na reprodução do fenômeno esportivo, mas como não superarm a análise fenomênica do processo, ou não apontam propostas pedagógicas para a superação dessa situação apresentam propostas pedagógicas limitadas nessa direção.

A proposta dos avaliadores estará em consonância com essa limitada direção, pois se baseia numa perspectiva da transformação social pela emancipação política (luta pelos direitos sociais/esporte para todos). Em razão disso, sem romper com a sociabilidade capitalista que delega ao esporte um novo papel: ser mecanismo de “inclusão social”. Desse modo, não observa que o fato de incumbir essa “missão” ao esporte atribui característica mistificadora a ele, mas agora reproduzindo as novas determinações do paradigma neoliberal, ou seja, no trato com os excluídos dos direitos sociais para terem o acesso ao esporte educacional, mas alijados da riqueza socialmente produzida²⁰².

²⁰² O esporte seria o mecanismo de auxílio para que o indivíduo tentar se ajustar ao sistema do capital para “provar sua viabilidade produtiva” (Meszáros, 2002, p. 91)

Ao permanecerem focados na questão do esporte para cidadania – criar sujeitos com “consciência cidadã”²⁰³ através do PST – e que este proporcionará tal objetivo ou não, dependendo apenas do modelo de Estado e da política pública a ser escolhida (restritiva ou universal), os avaliadores responsáveis por essa perspectiva estão circunscritos à esfera institucional e parlamentar sem conexão com a ordem material e os conflitos de classe. Como vimos, isso não basta para desvelar a essência do programa, sua articulação com o Estado, (ente fomentador e executor de sua existência) e o motivo de sua aplicabilidade sem analisar, conforme Boschetti (2009), o grau de autonomia do Estado, na condução da política econômica e – sua relação com os Organismos Multilaterais Internacionais – que é necessário, segundo Boschetti (2009, p.583) buscar compreender “a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes” bem como “o papel do Estado na regulamentação e implementação desta política social e desvelar o *papel das classes sociais*”.

O que se estabelece nessa avaliação é a presença dos elementos revisionistas e/ou reprodutores da teoria neoliberal. Tais premissas serão advindas da agenda dos organismos multilaterais internacionais multiplicadores da política do consenso entre as classes e da arte do compromisso empresarial social. Expressões estas plenamente desenvolvidas, segundo os ideólogos do capital, no interior da sociedade civil (“terceiro setor”), considerado como o espaço mais pertinente para os indivíduos desenvolverem suas capacidades, habilidades para alcançarem seus objetivos sociais, políticos e econômicos.

O esporte seria incompatível com a Emancipação humana? Ele estaria condenado a somente representar a alienação, a dominação de classe, a ser uma mercadoria da exploração capitalista, instrumento apenas de reprodução da força de trabalho? Respondemos que o esporte pode se objetivar de acordo com as dimensões alienantes ou emancipatórias e a predominância de qual dimensão prevalecerá. Assim concordando com Marques Junior (2012 p. 118/119/120),

Defendemos que é possível conceber outras possibilidades ao fenômeno esporte que não seja a reprodução das principais características do trabalho capitalista: disciplina, autoridade, competição, rendimento, racionalidade instrumental, organização administrativa e burocratização [...] Portanto, há que se identificarem quais elementos emancipadores (éticos e estéticos) o fenômeno esportivo possibilita ser tratado pedagogicamente e de que forma tratá-los na perspectiva de contribuir para uma educação plena do indivíduo [...] Para além de reinventar o esporte é preciso identificar os estranhamentos que o condicionam à sociedade capitalista – individualista, competitivista etc. – e, em última instância, mostrar por meio de mediações ontológicas a necessidade de reinventar a sociedade.

²⁰³ Expressão utilizada por Marcos Del Roio quando de seu prefácio, p. 09, do livro de Menezes Neto ET AL (2013) Socialismo e educação. 1. Ed. Belo Horizonte: Fino traço, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de nossa tese, de alguma maneira, está inserido nas diversas problemáticas e temáticas como a questão de gênero, de raça e etnia, religião, etc., o que também são fatores de identidade de aglutinação e mobilização social, mas todos estão, em última instância, sendo determinadas pela luta de classes. Desse modo, podemos explicitar que nossa tese tem início num período de incertezas e esteve conectada pelo acentuado quadro da crise de reestruturação do capital. No entanto, esses elementos estão mais presentes no momento de sua finalização, e, se a “inclusão social” de crianças e jovens pelo Programa Segundo Tempo se expressou como uma farsa, isso se acentua cada vez mais no presente momento de captura do objeto em questão.

Nesse contexto, percebe-se que o Estado brasileiro, nos Governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, compreendido como expressão política e jurídica da ordem social do Capital, diminui sua responsabilidade de educar através do esporte. Pelo menos, quando comparamos com o que as diretrizes do PST, deixam transparecer em seus princípios norteadores. Constatamos assim o grau de relação/articulação entre o Programa Segundo Tempo e uma política social de corte neoliberal, presente no interior da política nacional esportiva brasileira com interfaces muito significativas com o “Terceiro Setor”. Essa interface traduz-se pelas políticas sociais educacionais (programas e projetos), em que o esporte é redefinido na atualidade como mecanismo de “inclusão social” e, para tanto, busca escamotear sua articulação com a reprodução do capital.

Com base nessas afirmações, consideramos que o ideário neoliberal influenciou decisivamente as formulações do programa socioesportivo em questão. Tal programa responde às projeções e concepções que propugnam um tipo de relação entre Estado e sociedade civil, em que a execução das políticas sociais deixa de ser responsabilidade do aparato estatal para ser assumida, de forma precária e focalizada, por organismos da sociedade civil constituintes de um suposto “terceiro setor” (MELO, 2011; 2007).

A utilização do esporte como solução dos problemas presentes na “questão social” para um determinado segmento da população não constitui uma novidade; o que acontece é que, no contexto neoliberal, velhas formas de dominação são revistas e ampliadas através de “novas” estratégias, como a falácia proposta pelo paradigma do ideário da “inclusão social”, em consonância com o capital na contemporaneidade.

Mesmo que o financiamento dos recursos para o PST/Esporte educacional seja de fato

infinitamente inferior ao montante destinado a outras políticas e programas sociais como apontamos e que o programa não tenha atingido amplamente os filhos e filhas dos excluídos pelo sistema vimos que os Governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, trataram de divulgar seus resultados desvinculados dessas limitações, já que o objetivo era ter um alcance muito maior do que realmente se propôs. Assim, o mesmo acaba possuindo uma eficácia nas políticas de combate à pobreza, já que dissemina o seu caráter ideológico dentro do PST e comunidades participantes do programa. Bom lembrar que os recursos alocados no PST, em comparação a outros programas são inferiores, no entanto, o alcance ideológico do programa possui um alcance perante a sociedade como um todo muito amplo.

Portanto, nosso pressuposto é que o objetivo central do PST não se encontra centrado em superar a pobreza ou as mazelas originadas por ela e muito menos em discutir ou colocar em evidência o tema da desigualdade social. Trata apenas de “administrar” essas “classes perigosas”. O acordo, o consenso à busca do bem comum estará disseminado dentro do PST e isso é tudo que o capital quer que aconteça. O “terceiro setor” reafirmará esse postulado alimentando a ideia de um pacto/contrato social harmônico entre as classes, alimentando ações despolitizadoras, temporais e “voluntárias” (MONTAÑO, 2002, P. 143).

O que se evidencia é a instauração do possibilismo pela ação “parceira” do “terceiro setor” identificada como “sociedade civil”. O debate da busca da melhora possível, da mudança possível e da participação possível desenvolvido pelas organizações sociais/fundações e instituições privadas nas palavras de Montañó (2002, p. 141) “subordina a estratégia à tática, confundindo a democratização como caminho, necessário, porém insuficiente, para a superação da ordem do capital, como a democracia como horizonte final”.

Ao mesmo tempo, estimula-se conforme Motta (2012, p.113), “a auto-organização da sociedade – em defesa de interesses corporativos, de resultados imediatos, regidos por uma lógica solidária cívica – e a participação política dos organismos [terceiro setor], limitada à execução e ao controle de tal projeto societário”. O “terceiro setor” nesses termos, acaba adotando as condicionalidades e regras que passam a redirecionar os objetivos e finalidades traçados por essas organizações tornando-se assim, segundo (Montañó, 2014, p. 86), “consideravelmente funcional às mudanças operadas pelo projeto neoliberal”, ou seja, a Fragmentação e privatização das funções públicas.

A parceria do PST com o “terceiro setor” expressa mudanças também nas relações de trabalho e favorecem a flexibilidade dos direitos trabalhistas. Professores, gestores, monitores muitas vezes numa relação terceirizada, estão realizando suas ações desregulamentados/as dos direitos trabalhistas. Isso é retratado nos mecanismos de envolvimento e no controle e

direcionamento das subjetividades dos sujeitos que têm como sua fonte de renda o PST. O corpo docente, monitores, gestores pedagógicos, voluntários do PST de certa maneira fazem parte do que Harvey (1998) intitula de flexibilidade nas relações de trabalho: subcontratados, empregados temporários e autônomos. Esse conjunto de trabalhadores/as mistura-se ao caldo ideológico do empreendedorismo, paternalismo e privatismo afastando-os/as de formações ativas de luta política.

Um novo tipo de disciplinamento é vivenciado pelo esporte no (universo do PST) para fomentar novos modos de vida, comportamentos, atitudes e valores para atender a novas demandas do capital, no regime de acumulação flexível, isto sendo constituído por novos processos de persuasão e coerção presentes na hegemonia do capital (KUENZER, 2002, p.79).

Desse modo, o PST, através do esporte, seria o espaço para que crianças, jovens e adolescentes buscassem mecanismos para superarem a desigualdade de oportunidades e as privações das necessidades básicas presentes em seu cotidiano, mas o simples contato com o esporte não é forte o suficiente para que os seus praticantes se afastem das “mazelas sociais”. (MELO, 2005).

Aspectos sociais revelam o grau de eficácia do PST e que o mesmo vai reproduzir a desigualdade porque ele vai a locais mais prontos. O PST local, diferente de seu discurso de se instalar em lugares mais pobres com o objetivo de “incluir” e “diminuir” a desigualdade social, na verdade se instala em locais que têm estruturas físicas melhores e uma presença de recursos humanos com qualificação melhor. Assim, a questão social é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção.

Boa parte do corpo teórico da Educação Física brasileira, participante direta ou indiretamente do Programa Segundo tempo através das capacitações, elaboração dos aspectos teórico-metodológicos do programa bem como de suas avaliações, acaba desenvolvendo um discurso em consonância com o ideário neoliberal, pois advogam que o enfrentamento das mazelas sociais oriundas da “questão social” será “eficiente” e diminuirão, por exemplo, a condição de pauperismo de grande parte de crianças, jovens e adolescentes mesmo, sem mexer com as bases econômicas do Capital. Desse modo, troca-se a ideia da transformação social por discursos e práticas resignadas e possibilistas.

Através do tratamento que o esporte vem sofrendo na construção desse movimento de esportivização, com seus aspectos/significados científicos de que, ao praticá-lo, o indivíduo sofreria transformações em sua saúde, em seus valores, em sua ética (lutar, perseverar,

fortalecer-se, ter garra, ter iniciativa, trabalhar em grupo etc.), cria uma cultura de pertencimento e de aceitação do esporte como expressão única, intrínseca, natural do capitalismo. Outras possíveis dimensões, como seu aspecto lúdico, não são devidamente trabalhadas nem observadas como um elemento propagador de emancipação, enfim, não são internalizadas pelo ser social. Sobre esse aspecto, não se considera o esporte como componente pertencente à autorrealização humana dentro da totalidade social, sendo determinado e ao mesmo determinante da mesma.

O debate no campo crítico da Educação Física, acerca do papel das políticas sociais voltadas para o esporte, interfere, de maneira direta ou indireta, nas bases teórico-metodológicas que dão suporte aos pesquisadores/as e professores/as que elaboram/avaliam/executam programas sociais como o PST. Constatamos que estes/as podem se apropriar de três perspectivas sobre o papel do esporte como mecanismo de “inclusão social”; a primeira assimila de maneira acrítica e apenas age e/ou descreve empiricamente o processo; a outra tendência assimila o ideário da “Inclusão social” com ressalvas, mas reafirma a importância de seu ideário e troca a ideia de transformação social por discursos resignados e possibilistas.

A terceira, conectada com a perspectiva marxiana, nem assimila o “ideário da inclusão social” e, ao mesmo tempo, demonstra que o mesmo se torna condição inverossímil no mundo do capital.

O que aconteceu com o PST foram cortes substanciais do governo, com relação ao programa e isso se coaduna com nossa afirmação de que políticas focalizadas, compensatórias têm suas temporalidades limitadas, sendo sempre permeadas pela possibilidade de seu término. Freire (2013) nos alerta para essa temporalidade limitada, pois essas políticas estão à mercê da crise estrutural do capital, pois podem, a qualquer momento, através de uma redefinição do Estado e/ou das mudanças das políticas macroeconômicas serem modificadas, sofrerem restrições orçamentárias ou serem suspensas. Desse modo, uma política social esportiva e universal e de permanência não está configurada nos governos analisados. Em nossa tese, apresentamos, de maneira breve, os investimentos de recursos do Governo Federal destinados ao Ministério do Esporte. Destacamos as oscilações crescentes e decrescentes nos recebimentos de recursos voltados para o Esporte educacional (PST) e para o Esporte de rendimento, bem como a mudança de foco do Governo Federal na alocação desses recursos para os Megaeventos. Destacamos também o montante significativo de recursos públicos que o “terceiro setor” foi contemplado para executar o PST.

Nesse momento conclusivo de nosso texto, o PST se encontra num período acentuado

de crise, reflexos mais agudos da reestruturação do capital que estão mais presentes agora. Se os meios “salvacionistas e possibilitas” do esporte, como conteúdo decisivo dentro do programa para “inclusão social” dos “excluídos”, já se configurou como uma farsa; isto se reafirma cada vez mais no momento de crise política e econômica do país. O resultado previsível desse jogo se configurou num cenário previamente configurado. O “aquecimento” do PST vai-se constituir no capitalismo tardio, periférico e as “regras desse jogo” antes de começar “essa partida” são determinadas, pela tendência internacional dada, as políticas sociais (e esportivas) continuamente reestruturadas pela reprodução do capital. Sintetizando, tal metáfora dessa partida, o 1º tempo do jogo corresponderia às políticas compensatórias e o segundo tempo seria a efetivação dessas políticas em nosso caso o PST. dentro da Política Nacional Esportiva dos governos aqui analisados. O PST se configura como um aperfeiçoamento das funções que ao esporte foram determinadas pelo Estado em sua processualidade histórica: como ferramenta pedagógica alienante, instrumento de dominação de classe, como mercadoria/exploração capitalista, mecanismo de reprodução da força de trabalho e na batalha de ideias sobre o papel do esporte na atualidade venceu a tendência esportiva de configurá-lo dentro de uma política social “capitaneada” pela sociedade civil (“terceiro setor”) sendo uma ferramenta de “inclusão dos excluídos” das sequelas originárias da “questão social”. Isso se expressa numa dimensão diferente, conforme evidenciou Montaño (2007; 2014), pois no lugar da contradição capital/trabalho se colocou a parceria entre classes por interesses comuns, já que no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e a humanização desta.

O intelectual que quer abordar suas ações pedagógicas deve ter a perspectiva da totalidade, opondo-se, dessa maneira a visões fragmentadas e segmentadas do real e assim orientar suas pesquisas e estudos e ministrar suas oficinas, cursos e aulas para a transformação social e assumir a perspectiva do trabalho e não do capital. O/A professor/a de educação física necessita compreender e fazer parte das disputas entre os projetos políticos/econômicos que passam orientar e definir as políticas educacionais e esportivas que impulsionam/interferem nas ações/escolhas concretas dos indivíduos, grupos e classes sociais. Faz-se necessário também apreender como se formou e se desenvolveu e como se encontra na atualidade o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e quais mecanismos e estratégias de luta se devem utilizar a favor da classe trabalhadora para contribuir para superação do capital.

Toda e qualquer participação que se contenta com o local e não com o seu núcleo central, com o papel decisório sobre o mínimo e fiscalizador sobre o que foi arbitrado *a priori*, com o trato exclusivo das manifestações da “questão social” e não das suas causas estruturais

que as engendram, como a intervenção sobre as políticas públicas e não sobre o papel de classe exercido pelo Estado e, por fim, apenas com a política e não com a economia, correrá o risco de, uma vez capturada pela ideologia burguesa, tornar-se bandeira universal, posto que inofensiva a conter a reprodução do capital.

Isto se aplica ao considerarmos como decisivo o confronto entre Capital e Trabalho. A melhor direção, segundo Martins (2012), é combater o sentido de Emancipação Social que é caracterizado pelo crescimento de uma “democracia participativa” e que a mesma alargaria e aprofundaria o campo político em todos os espaços de interação social. Para os ideólogos do pensamento neoliberal, esta estaria presente na “transformação do cotidiano das pessoas vítimas da opressão”. Através desse construto ideológico, a perspectiva de Emancipação Social se desvincula da luta de classes, pois não considera o confronto entre capital e trabalho muito menos os elementos essenciais do modo de produção capitalista (MARTINS, 2012).

Problematizamos alguns elementos históricos do Governo Vargas em sua totalidade e em suas representações sobre o papel do esporte. Em caso afirmativo de que o Primeiro Tempo teve início nesse período, sendo construído em uma ditadura, numa construção pelo alto seria então o Primeiro Tempo do capital, interferindo, construindo a base do capital industrial e o Segundo Tempo, sendo sua fase neoliberal, este sendo o capital financeiro. Um Primeiro Tempo que não terminou que não foi completado. Dessa maneira, apontamos que o Segundo Tempo não se efetivou.

A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos e do Estado e o direito social sob a execução do “terceiro setor”. Conforme Montão (2007) o trabalho dessas organizações sociais são uma forma de conter as insatisfações da classe trabalhadora (principalmente de sua parcela em condições de pobreza mais intensa), tendo como objetivo pulverizar e conter a participação e mobilizações sociais, afastando o caráter revolucionário e classista desta e colocando em seu lugar atividades por interesses específicos de pequenos grupos e comunidades locais.

O esporte, na sociabilidade do capital, não é identificado como elemento construído pela humanidade, no intuito de ser expressão social na universalidade do conhecimento corpóreo, mas ele apenas se situa ao nível da produção de um conhecimento articulado ao treinamento específico, para desenvolver expressões corporais condizentes com o mundo do rendimento/espetáculo ao mundo do reino das coisas e das falsas necessidades (PENNA, 2011).

O esporte na lógica neoliberal terá sua funcionalidade atendida, ao retirar a criança e o jovem da desigualdade de oportunidades e das privações das necessidades básicas quando ele

promove a ascensão social/econômica destes ao selecioná-los aptos para a *performance* expressada no esporte de rendimento/profissional.

O importante dos programas sociais esportivos, como o PST, não é mobilizar as crianças e a comunidade a que pertencem, para a crítica, para o conflito, mas incentivá-los à participação despolitizada desconectada de sua existência material, realizando ações pedagógicas orientadas como mecanismo de sobrevivência.

Os Governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff priorizaram, em sua política nacional esportiva por programas focalistas, como exemplo o PST e de participação (lazer esportivo), tendo como referência o esporte de rendimento/espetáculo repassando ao “terceiro setor” e às empresas a responsabilidade social da execução das políticas esportivas (MATIAS, 2013, p. 84).

A gestão do Governo Lula da Silva (primeiro mandato) ao fundar o PST em 2003, não reconfigurou o esporte como direito social definido pela Constituição de 1988 bem como o papel do Estado como seu executor. Desse modo, reafirmou a política social esportiva de FHC. Assim, o esporte educacional representado nos programas sociais pelo PST continuou em segundo plano. Conforme Freire (2013), o tratamento dado às intervenções dessas políticas focalizadas e compensatórias [como o PST] constrói a necessidade de uma intervenção técnica eficaz que “busca contar, identificar, selecionar e capacitar pobres para ‘superar’ as chamadas novas formas de empobrecimento e vulnerabilidade social” (FREIRE, 2013, p. 48).

É importante atentar para o fato de que os fatores reais das crianças e jovens participantes do PST estarem na condição de pobreza não estão concentrados na exatidão e competência deste programa ofertado para eles ou que o mesmo ofereça mecanismos que os ajudem a se utilizarem de suas próprias capacidades para sair da pobreza. O que define sua realidade são os fatores estruturais, ou seja, como diz Freire, (2013, p. 49) “a reprodução da desigualdade econômica e os padrões de concentração na distribuição da riqueza e de poder no plano internacional”.

O PST como programa social esportivo implantado pelo Governo Lula da Silva e Dilma Rousseff não supera, segundo o referido autor, (Idem), “os pressupostos do liberalismo social de amortização e compensação social do desenvolvimento econômico, como a seletividade, a focalização, a ativação e a responsabilização dos pobres e da sociedade civil nas políticas públicas de superação da pobreza”.

Quando uma política de Estado advoga a ideia de que o direito ao acesso ao esporte apenas se concentra em determinada classe social, ou seja, a dos excluídos, dos entes em

vulnerabilidade social. Na verdade se reforça a perspectiva de que o esporte se inscreve numa prática corporal, no âmbito do direito do consumidor de mercado. Assim, o esporte na esfera privada seria o espaço para os/as filhos/as das classes média e burguesa, sendo o momento de expressar sua corporeidade de forma lúdica, livre, recreativa ou até mesmo competitiva, mas todas essas maneiras estariam alheias à tarefa de educar para a vida, ao menos de forma direta (RODRIGUES, 2008). Por outro lado, o esporte se determina com uma espécie de vacina (Idem, 2008) para os/as filhos/as da classe trabalhadora imunizando-os e protegendo-os durante sua prática no interior do PST, evitando que eles/elas não venham a ser infectadas pelo vírus da marginalidade (Idem, 2008). Em síntese, constatamos que o Programa Segundo Tempo afasta definitivamente os seus participantes da sua elevação como participante ativo do convívio social, pois estes são vistos como integrantes potenciais de uma classe perigosa e que ficar do lado de dentro do [PST] é incluir reforçar o entendimento de um lugar que é habitado pelos excluídos (PINA, 2009).

Reforçamos a posição de Lessa (2013), que alega que ocorreram frequentes modernizações na economia alagoana. No entanto, foram modernizações ultraconservadoras, que nunca se propuseram a completar a etapa inicial do desenvolvimento capitalista e, muito menos, a superar essa primeira fase. Esse cenário contempla o percurso do PST em Terras de Zumbi dos Palmares²⁰⁴. Compactuamos também com o referido autor, quando o mesmo afirma que nossas modernizações não conseguem superar esses limites porque sempre reforçam os mesmos setores econômicos, as mesmas relações de produção arcaicas, o mesmo arcabouço político oligárquico e a prevalência da exportação sobre o mercado interno. Quando pensamos o PST, temos que ter claro sua relação com uma concepção esportiva da educação. Para desvendarmos essa relação, faz-se mister compreender que as consequências observadas na atualidade, sobre o cenário alagoano no quesito educação, estará ligada não só à reestruturação produtiva do capital, como também às ações políticas e econômicas dos Governos locais e Nacional, levando à falência o aparelho de Estado alagoano. Os diversos indicadores colocam Alagoas como um Estado onde persistem a ampliação e constância das manifestações perversas advindas da “questão social”, e, quando fazemos um recorte caracterizando as condições sociais de crianças e adolescentes “incluídos ou excluídos” no PST em solo caeté/palmarino, esse quadro se torna evidente quando constatamos que uma grande parcela desse grupo se encontra à margem do contexto socioeconômico e educacional-cultural.

²⁰⁴ Nascido em União dos Palmares-AL em 1655. Personagem herói afrocêntrico e quilombista representante do Quilombo dos Palmares. Morreu assassinado em 20 de novembro em 1695.

Por fim, constatamos assim o grau de relação/articulação entre o Programa Segundo Tempo e uma política social de corte neoliberal, presente no interior da política nacional esportiva brasileira, com interfaces muito significativas com o “Terceiro Setor”. Essa interface traduz-se pelas políticas sociais educacionais (programas e projetos), em que o esporte é redefinido na atualidade como mecanismo de “inclusão social” e, para tanto, busca escamotear sua articulação com a reprodução do capital. Temos a clareza de que, embora estejamos apresentando um estudo razoavelmente amplo sobre o que intentamos focalizar, temos a consciência de que nossa contribuição neste particular, ainda é modesta frente aos desafios impostos pelo tema (re) conhecidos durante a investigação.

A necessidade histórica do esporte em sua funcionalidade em prol da reprodução da sociabilidade do capital se expressa na atualidade, através de novas estratégias, tendo como cenário, a política esportiva dos Governos Lula da Silva e de Dilma Rousseff sendo esta impulsionada pelos programas sociais esportivos como o PST.

E assim chega-se ao final, com a certeza de que, agora, foi alcançada aptidão para o começo. Mas, se assim é, o começo é recomeço, o fim torna-se suposto, e a jornada pode prosseguir, melhor e mais ampla. Fecha-se um círculo, e provavelmente, de um círculo de círculos (CHASIN, 1978. p. 356).

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Exclusão nos esportes sob um enfoque de gênero. **Motus Corporis** (UFG), rio de Janeiro, V. 9, n.1, p. 9-20, 2002.

_____. Pedagogias da sexualidade e do Gênero na educação física escolar. Motriz: Revista da educação física (online), V.13, p. 565, 2007.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). Pósneoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ATHAYDE, P. F. **Programa Segundo Tempo**: conceitos, gestões e efeitos. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, 177f, 2009.

_____. O “lugar do social” na política de esportes do governo Lula. **Ser Social** (UnB), V.13, p. 184-209, 2011.

ATHAYDE, P. F. A.; SALVADOR, E. ; MASCARENHAS, F. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, p. 2-10, 2015.

ARAÚJO, F.C.C.C. Reais condições de Trabalho durante a intervenção metodológicas dos estagiários de Educação Física no Programa Segundo Tempo. Monografia (Especialização em Esporte Escolar). Centro de Educação à distância da Universidade de Brasília-UnB, 2007.

BEHRING, E. R. Política social no Capitalismo Tardio. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos – São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Sobre o financiamento das políticas sociais no Brasil, 2013. <Disponível em <http://cress-mg.org.br/publicacoes/Home/PDF/67>, Acesso em 10 de Março de 2017.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. **Política Social**: Fundamentos e História. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, v. 1. p. 213, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2. 978p.

BOCCA, P. P. Livre-comércio dependente, lutas sociais e a formação de um campo antineoliberal na América Latina. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-SP.

BOITO, A. **Manifestações sociais no Brasil sob o Neodesenvolvimentismo**. XIX ENEP Encontro Nacional de Economia Política. (Neo) desenvolvimentismo em questão. Florianópolis, 2014.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. IN: CFESS; ABEPSS (org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1ª ed. Brasília: CFESS, 2009, v. 1, p. 575-592.

BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. In: OLIVEIRA, M.M. de (org.); FARIA JUNIOR, A.G. de. **Fundamentos pedagógicos**. Educação Física. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1987.

_____. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRACHT, V. Educação Física e esporte: intervenção e conhecimento. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. Campinas: Autores Associados, v. 22, n. 1, p. 53-63, 2000.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudo valorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. Campinas: Autores Associados, v. 24, n. 3, p. 87-101, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 43.177, de 5 de fevereiro de 1958 – Institui a Campanha Nacional de Educação Física**. Acesso em 23 de dezembro de 2012, disponível em Senado Federal: [HTTP://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action](http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action). Acesso em 14 de novembro de 2012.

BUENO, Luciano. Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008, 200f. Tese (**Doutorado**). Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. O Direito ao Esporte: Análise do Planejamento e Execução de Políticas Públicas no Distrito Federal no Período 2008-2011. **Licere** (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), v. 17, p. 86-123, 2014.

CARVALHO, A. de S. e FREIRE, S. de M. A construção do “nós” e do “eles” no simulacro da violência do discurso midiático, p. 109-116. In: FREIRE, S. de M. (Org.) **Direitos humanos: violência e pobreza na América Latina contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

CARVALHO, I. O fetiche do “Empoderamento”: do conceito ideológico ao projeto econômico-político, p. 144-184. In: MONTAÑO, Carlos (Org.). **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO ET AL. **A influência das transferências de renda no Estado de Alagoas: um link entre os principais programas socioeconômicos vigentes**. Maceió: Edufal, 2010.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.

CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTELO, R. **O Social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CHAUÍ, M. Intelectual engajado: uma figura em extinção? IN: Novaes, A. (org.) **O Silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 19-44, 2006.

CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1984 – do golpe militar à crise social**. Santo André (SP): estudos e edições Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. A Globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério 2º grau – série formato do professor

CORREIA, A. A. P. Conceito de Raça? Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Antropobiologia do 3º ano da Licenciatura em Antropologia, lecionada pela Professora Catarina Casanova. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa, 2001/2002. Disponível em <http://www.slideshare.net/AndrCorreia2/o-conceito-de-raa>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

CORREIA, J. C. A. O setor privado sem fins lucrativos e as políticas públicas de esporte e lazer (2008-2011) / Juliane Cristine Alves Correia. - Campinas, SP: [s.n]., Orientador: Lino Castellani Filho. Dissertação (**Mestrado**) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: **Presença**, Revista de política e cultura, nº 8, Rio de Janeiro, Caeté LTDA. Setembro de 1996, p. 148-150.

DANTAS JUNIOR, H. S. A esportivização da Educação Física no século do espetáculo: reflexões historiográficas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 29, 2008. p. 215-232.

DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DECCACHE-MAIA, Eline. **Esporte e políticas públicas no Brasil: um estudo de caso**. Rio de Janeiro: Publit, 2014.

DOURADO, L. F.; BUENO, M. S. S. O público e o privado na educação. In: **Políticas e gestão da educação (1991-1997)**. Brasília: Associação Nacional de Política e Administração da Educação UnB/FE (Anpae), 1999, Série Estudos e Pesquisas, n. 6 (Inep/The Ford Foundation/Comped).

DRUMOND, M. O Esporte como política de Estado: Vargas. In: Mary Del Priori e Victor

Andrade de Melo (orgs.). **História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais**. São Paulo: Unesp, 2009.

_____. **Estado novo e esporte: a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. Campinas: In: **V Colóquio Marx e Engels**, 2007.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FAUSTO, B. Estado, Classe, trabalhadores e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 20, março de 1998.

FERREIRA, J.E.R. A importância da prática de judô no Projeto Segundo Tempo por pressupostos pedagógicos. **Monografia** (Especialização em Esporte Escolar). Centro de Educação à distância da Universidade de Brasília-UnB, 2007.

FREIRE, S. de M. e BARBOZA, D. R. A decomposição do Estado e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da questão social no Brasil: os dilemas da cidadania e da democracia na contemporaneidade. **Revista virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez. de 2006.

FREIRE, S. de M. Políticas sociais para a pobreza: a política da pobreza. In: Gilmaísa M. Costa; Reivan Souza (Org.). **O Social em perspectiva. Políticas, Trabalho, Serviço Social**. 1ªed. Maceió: EDUFAL, 2013, v. 1, p. 46-61.

FREIRE, S. de M. **Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de militares e tecnocratas no pós-1964**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1989.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

GOELLNER, S. V. Bela, maternal e feminina – imagens da mulher na Revista Educação Physica. Tese (**Doutorado**) em Educação. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1999.

GOIS JUNIOR, E. e LOVISOLO, H. Descontinuidades e Continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, vol.25, n. 1, set.2003.

GOIS JUNIOR, E.; GARCIA, Alessandro Barreta. **A Eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940)**. Revista da Educação Física/UEM (impresso), 2011, v. 22. p. 247-254.

GOMES, A. de C. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, F. G. Ensaio sobre o subdesenvolvimento e a economia política contemporânea.

São Paulo: Hucitec, 2014.

GONÇALVES, R. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

_____. _____. Volume 2. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPPI, L. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: graal, 1978.

HADDAD, Sérgio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. 7ª Ed. Loyola, São Paulo, 1998.

HOBSBAWN, E. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de *capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

KNIJNIK, J. D. **A Mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história**. São Paulo, Editora Mackenzie, 2003.

KRAVCHYCHYN, C. e OLIVEIRA, A. A. B. de. **Esporte educacional no Programa Segundo Tempo: uma construção coletiva** *J. Phys. Educ.* [online]. 2016, vol.27, e2719. ISSN 2448-2455. <Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2719>>.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: Dermeval Saviani; José Luiz Sanfelici; José Claudinei Lombardi (Org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2004, v., p. 77-96.

LESSA, Golbery. **A Reflexão Brasileira contemporânea sobre a Assistência Social: condicionantes objetivas, pressupostos teóricos e propostas políticas**. Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Ano de Obtenção: 1999.

LESSA, G.; TENÓRIO, D. A. **O Ciclo do Algodão e as vilas operárias**. Maceió: EDUFAL, 2013.

LIMA, A. A. de. **A crise que vem do verde da cana: uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período de 1988-96**. Maceió: EDUFAL, 1998.

LIMA, R.O. de. Educação Física escolar inclusiva na rede pública de ensino: totalidade ou parcialidade. **Monografia** (Especialização em Esporte Escolar). Centro de Educação à distância da Universidade de Brasília-UnB, 2007.

LINHALES, M. A. A trajetória Política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. Belo Horizonte, 1996. 242f. Dissertação (**Mestrado** em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1996.

LINHALES, M. A. Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: Sousa, E. S. & Vago, T. M. **Trilhas e partilhas: Educação física na cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte, Ed. Cultura. p. 223-233, 1997.

LINHALES, M. A.; VAGO, T. M. Esporte escolar: o direito como fundamento de políticas públicas. Caxambu: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, 2003.

LIRA, F. **Realidade, desafios e possibilidades: pensando em saídas para a crise de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1997.

LIRA, S. (Org.) **Alagoas 200-2013**. São Paulo Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

LUCENA, R. O Esporte na Cidade: aspectos de um esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados/CBCE, 2001.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MACHADO, F. D. ;LIMA, M. C. O. **Histórica econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência**. Maceió: EDUFAL, 2016.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARACCI, G. D. **A Questão Social e os limites do Projeto Liberal no Brasil**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2007.

MARANHÃO, C. H. M. C. **Crise do capitalismo, recomposição da superpopulação relativa e os programas de assistência social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: Motta, Ana Elisabeth (Org.) **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**, 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2010, v., p. 93-129.

_____. **A ideologia neodesenvolvimentista: crise do capital, novas estratégias e velhas promessas da classe dominante brasileira**. IN: Montañó, Carlos (org.) **O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, p. 301-340, 2014.

MARCELLINO, N. C. (org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação física e esportes).

_____. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

MARINI, R. M. **A crise do Desenvolvimentismo**. In: CASTELO, R. (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARQUES JUNIOR, W. **Esporte escolar e emancipação humana: reflexões à luz da ontologia marxiana** / Waldemar Marques Junior. – 2012 265 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Araraquara.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 5ª reimpressão, 2012.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

_____. _____. Livro primeiro Tomo 1. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **Salário, preço e lucro**. 5ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Boitempo, São Paulo, 2011.

MARX, K. e ENGELS, F. **Sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

_____. **A Ideologia Alemã**. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARENHAS, F. **Educação Física Escolar: renovações, modismo, interesses, globalização... E o pulso ainda pulsa**. In: JORNADA PRÉ-CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 1, 1997, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/feff/article/viewFile/10/9>>. Acesso em novembro de 2012.

MASCARENHAS, F. ET AL. O Bloco Olímpico: Estado, Organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. **The Journal of the American sócio-cultural Studies of Sport (ALESDE)** Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, outubro, 2012. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/29929/19890>, Acesso em Janeiro de 2017.

MATIAS, W. B. O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula. Dissertação de **Mestrado** em Educação Física. Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília-UnB, 2013.

MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. As transformações da atuação do Estado e as políticas sociais contemporâneas. **Argumentum** (Vitória), v. 5, p. 120-134, 2013.

MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo...e mente: bases para a transformação e renovação da Educação Física**. Campinas: Papirus, 1983.

MELO, M. P. de. **Esporte e Juventude Pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos organismos**

internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. 2011, 344p. Tese (**Doutorado** em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MELO, M. P. de. O Chamado Terceiro Setor entra em campo: políticas públicas de esporte no Governo Lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de Terceira Via. **Licere**, Belo horizonte, v. 10, n. 2, ago./2007.

MELLO, R. A. **A necessidade histórica da Educação Física na escola**: os impasses atuais. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MENEZES, M. T. de. **Economia solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. _____. 4ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos (Org.). **O Canto da Sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, A. E. **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade, 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2010

_____. **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade/Org. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTTA, V. C. de. **Ideologia do Capital Social**: atribuindo uma face mais humana ao capital: Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

MOURA, E. J. L. Entre o Ópio do povo e o Esporte proletário: a questão do futebol na imprensa anarquista e comunista brasileira (1917-1937). In: III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Salvador – BA, 2009.

_____. As relações entre lazer, futebol e gênero. Dissertação de **Mestrado** – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2003.

MOURÃO, L. A representação social da mulher brasileira na atividade física desportiva: da segregação à democratização. Tese (**Doutorado**) em Educação física – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas**: da segregação à democratização. **Movimento**. Ano VII, n. 13, p.5-18, 2000.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção questões de nossa época, v. 44).

NETTO, J. P. ; BRAZ, M.. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica/Serviço Social, V. 1).

NEVES, L.M.W. (org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião** (SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes) 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, B. A. de e HÚNGARO, E. M. O Crescimento do terceiro setor no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos: In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2006, Olinda. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Educação Física Humanista**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1986.

_____. **Consenso e conflito da Educação Física brasileira**. Campinas: Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, S.A. **O “novo” interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais**. [Tese de Doutorado em Educação]. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

PENNA, Adriana M. **Sistema confef/crefs: a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. **Esporte contemporâneo: um novo templo para o capital monopolista**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PERONI, V. M. V. e CAETANO, M. R. Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. **Revista FAEEBA**, v. 21, p. 57-67, 2012.

PIMENTEL, E. S. **Uma “Nova questão social”**. Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió, EDUFAL, 2007.

PINA, L. D. As ilusões do paradigma da inclusão na produção teórica da educação física. 165f. Dissertação (**Mestrado em Educação**) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de

Fora, 2009.

PINTO, L. M. S. de M. **O trabalho voluntário para esporte e lazer em políticas públicas: problemas e desafios enfrentados.** In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte. Campinas: Papyrus, 2003.

PRADO JR. C. **A Revolução Brasileira.** 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História Econômica do Brasil.** 18ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.

ROBSBAWN, E. A Era dos Impérios: 1875-1914. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

RODRIGUES, A. L. A desportivização das políticas sociais para a juventude: discursos salvacionistas e práticas compensatórias. Porto Alegre, Diss. (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS, 155p. 2008.

RODRIGUES, J. **O Moderno Príncipe Industrial:** o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campians-SP: Autores Associados, 1998 (Coleção Educação Contemporânea).

RODRIGUES, R. et al (Orgs.). **Brincar, Jogar, Viver:** lazer e intersectorialidade com o PELC. Vol. 1. Brasília: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, 2009.

ROMERO, E. A Educação física a Serviço da Ideologia Sexista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 15, n. 3, p. 226-8, jan. 1994.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010

SANTOS, J. A. **Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890 - 1947).** São Paulo: Dissertação de Mestrado, FLCH-USP.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SCHUPUN, M. **Beleza em jogo:** cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo Editorial e Senac, 2001.

SHIROMA, E. ET AL. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teóricos metodológicos para análise de documentos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul/dez 2005, <Disponível em <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>, Acesso em 20 de março de 2016.

SILVA FILHO, J.C A contribuição do Programa segundo Tempo na intervenção formativa e educativa no núcleo Padre Pinho: o esporte como fator de inclusão social. **Monografia** (Especialização em Esporte Escolar). Centro de Educação à distância da Universidade de Brasília-UnB, 2007.

SIMIONATO, I. **Gramsci:** sua teoria, sua incidência no Brasil e influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez/UFSC, 1995.

SIQUEIRA, L. Pobreza e Serviço Social: Diferentes concepções e Compromissos Políticos. Editora Cortez, 1ª ed. São Paulo, 2013.

SOARES, C. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUZA, E. S. de. Meninos, a marcha! Meninas, à sombra: a história da educação física em Belo Horizonte (1897-1994). Tese (**Doutorado**) em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1994.

TAFFAREL, C. N. Z. **Criatividade nas aulas de Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1985.

TAFFAREL, C. N. Z.; ESCOBAR, M. O. Desporto educacional: realidade e possibilidade das políticas governamentais e das práticas pedagógicas nas escolas públicas. In: **Movimento**. UFRGS, Ano VII, n. 13, 2002/2. p. XV-XXXV.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere** (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), v. 17, p. 134-161, 2014.

TENÓRIO, D. A. **A metamorfose das Oligarquias**. Curitiba, HD Livros, 1997.

TERRA, Alessandra Matos; BRANDÃO, Henrique Candido; FLAUSINO, Michele da Silva; MASCARENHAS, F. As Conferências Nacionais do Esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer. In: 16. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte; 3. Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2009, Salvador. Anais, Goiânia: CBCE, 2009, p. 01-11.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2005.

_____. **Educação contra o Capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. TONET, I. Prefácio. In: “Questão social” em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital. Diego Souza, Japson Gonçalves, Norma Alcântara, Silene de Moraes Freire, Organizadores. Maceió: EDUFAL, 2016.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ANEXO – Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2011

**Diretrizes do Programa Segundo Tempo
2011**

República Federativa do Brasil

Dilma Vana Rousseff

Presidenta

Ministério do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministro

Secretaria Nacional de Esporte Educacional

Wadson Natanael Ribeiro

Secretário

Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural

Gianna Lepre Perim

Diretora

Departamento de Esporte Escolar Universitário

Fabio Hansen

Diretor

Coordenação-Geral de Formalização de Parcerias

Carlos Nunes Pereira

Apresentação

Resguardando-se os princípios constitucionais da Administração Pública, este documento atualiza as diretrizes do Programa Segundo Tempo para o ano de 2011 no âmbito da ação “**Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Projeto Padrão**”. Também dá publicidade às orientações e procedimentos necessários à elaboração dos projetos, conforme legislação vigente, buscando, assim, nortear a iniciativa das entidades que apresentem interesse em formalizar parceria com o Ministério do Esporte, uniformizando e otimizando os trabalhos.

Este documento e seus anexos estão disponibilizados também no portal do Ministério do Esporte: www.esporte.gov.br/segundotempo.

Lista de abreviaturas e siglas

ME	Ministério do Esporte
SNEED	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
PST	Programa Segundo Tempo
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

Definições

Para os efeitos deste documento, considera-se:

I - Concedente – órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio (art. 1º, §1º, I, da Portaria Interministerial nº 127/2008), no caso, o Ministério do Esporte;

II - Consórcio público – pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (art. 1º, §1º, da Portaria Interministerial nº 127/2008). Os órgãos e entidades da administração pública federal darão preferência às transferências voluntárias para estados, Distrito Federal e municípios cujas ações sejam desenvolvidas por intermédio de consórcios públicos, constituídos segundo o disposto na Lei nº 11.107, de 2005. A celebração do convênio com consórcio público para a transferência de recursos da União está condicionada ao atendimento, pelos entes federativos consorciados, das exigências legais aplicáveis, sendo vedada sua celebração, bem como a liberação de quaisquer parcelas de recursos, caso exista alguma irregularidade por parte de qualquer dos entes consorciados. Os estados, os municípios e o Distrito Federal poderão executar o objeto do convênio ou contrato de repasse celebrado com a União por meio de consórcio público a que estejam associados. O instrumento de convênio ou contrato de repasse poderá indicar o consórcio público como responsável pela execução, sem prejuízo das responsabilidades dos convenientes ou contratados. (arts. 9º, 10 e 11, da Portaria Interministerial nº 127/2008);

III – Conveniente – órgão ou entidade da administração pública, direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento mediante a celebração de convênio (art. 1º, §1º, V, da Portaria Interministerial nº 127/2008), ou outro instrumento similar;

IV – Convênio – acordo ou ajuste que discipline a transferências de recursos financeiros de dotações consignadas nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e que tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou realização de evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (art. 1º, §1º, VI, da Portaria Interministerial nº 127/2008);

V – Dirigente - aquele que possua vínculo com entidade privada sem fins lucrativos e detenha qualquer nível de poder decisório, assim entendidos os conselheiros, presidentes, diretores, superintendentes, gerentes, dentre outros (art. 1º, §1º, VIII, da Portaria Interministerial nº 127/2008);

VI – Educação básica - designa o conjunto de atividades educativas, formais, não formais e informais, destinadas a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, em geral correspondentes aos primeiros estágios do processo de alfabetização. A educação básica compreende **a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio**, e tem duração ideal de dezoito anos. É durante este período de vida escolar que se toma posse dos conhecimentos mínimos necessários para uma cidadania completa. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB);

VII – Esporte educacional – aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (Lei n. 9.615/98);

VIII – Interveniente – órgão da administração pública direta e indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio (art. 1º, §1º, XI, da Portaria Interministerial nº 127/2008). **No caso de parcerias no âmbito estadual, o governo do estado é o interveniente;**

IX – Objeto - o produto do convênio ou contrato de repasse ou termo de cooperação, observados o programa de trabalho e as suas finalidades (art. 1º, §1º, XIII, da Portaria Interministerial nº 127/2008);

X – Parceria – estabelecimento de acordo para alcançar objetivos de maneira mais eficaz, por meio de instrumento legalmente formalizado (convênio, termo de cooperação ou termo de parceria);

XI – Programa – É definido pelos seguintes elementos: a) a sua designação; b) a identificação dos objetivos; c) a explicitação das metas que se pretende atingir, devidamente quantificadas e calendarizadas; e d) os indicadores que possibilitarão aferir o cumprimento dos objetivos e respectivas metas. Consistem num conjunto coerente de atividades e/ou projetos desenvolvidos para produzir um dado resultado, tendo em vista a concretização dos impactos pretendidos. Suas ações podem, ou não, ser agrupadas em eixos. Na esfera

governamental, os programas visam assegurar o cumprimento dos objetivos definidos no programa do governo apresentado ao Congresso Nacional no início da legislatura (Plano Plurianual - PPA);

XII – Projeto – Um processo único, consistindo de um grupo de atividades coordenadas e controladas com datas para início e término, empreendido para alcance de um objetivo conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos (Rabechini, Roque Jr. O Gerente de Projetos na Empresa. 2ª ed. São Paulo:Atlas, 2007);

XIII – Proponente - órgão ou entidade da administração pública, direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, que manifesta sua intenção por meio da apresentação de pleito, proposta ou projeto com o qual a administração federal poderá vir a firmar convênio (art. 1º, §1º, XI, da Portaria Interministerial nº 127/2008);

XIV – Risco social – é resultante de carências que contribuem para uma degradação das condições de vida da sociedade e que podem ser expressas nas condições de habitabilidade, ou seja, a defasagem entre as condições atuais e o mínimo requerido para o desenvolvimento humano, como o acesso aos serviços básicos de saneamento, água potável e coleta de lixo, podendo incorporar, a longo prazo, avaliações das condições de emprego e renda (EGLER, Claudio A. G. Os Impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira. Brasília: GERCO/MMA, 1995);

XV – SICONV - Sistema de convênio do governo federal criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que tem como uma das finalidades registrar todos os atos relativos ao processo de operacionalização das transferências de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, desde a sua proposição e análise, passando pela celebração, liberação de recursos e acompanhamento da execução, até a prestação de contas. As informações registradas no SICONV são abertas à consulta pública na internet, no Portal de Convênios do governo federal (www.convenios.gov.br);

XVI – Termo de cooperação – XVIII - termo de cooperação - instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente. (art. 1º, §1º, XVIII, da Portaria Interministerial nº 342/2008);

XVII – Termo de parceria – instrumento jurídico previsto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que institui e disciplina a transferência de recursos para organizações da sociedade

civil de interesse público - oscips (art. 1º, §1º, XIX, da Portaria Interministerial nº 127/2008);

XVIII – Vigência - a vigência do convênio é o período estabelecido para sua execução físico-financeira, de acordo com o cronograma previsto no plano de trabalho aprovado;

XIX – Vulnerabilidade Social – é o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina; desafios para políticas públicas. Brasília. Unesco. BID. 2002).

I
O Programa Segundo Tempo

Política Nacional do Esporte

O esporte, conforme preconiza o artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão. Constitui dever do Estado garantir seu acesso à sociedade, o que contribui para a reversão do quadro de vulnerabilidade social, atuando como instrumento de formação integral dos indivíduos e, conseqüentemente, possibilitando o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a promoção da saúde e o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania.

A Política Nacional do Esporte considera que o esporte é condição essencial para o desenvolvimento humano, frequentemente negado, principalmente, às camadas sociais de baixa renda. Com esse entendimento, por meio do principal programa do Ministério do Esporte – “Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo” – a Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte (SNEED/ME) busca responder às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos constitucionais.

O Programa

Considerado programa estratégico do governo federal, o Segundo Tempo é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional. O objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculados na rede pública de ensino.

O Segundo Tempo tem como estratégia a implantação de núcleos, por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que tenham, comprovadamente, mais de três anos de atuação na área de abrangência do programa e que disponham de condições técnicas para executá-lo.

Os núcleos de esporte educacional visam ocupar o tempo ocioso dos beneficiados e oferecem, no contraturno escolar, atividades esportivas sob orientação de coordenadores e monitores, prioritariamente, de educação física e/ou esporte.

Público-alvo

O Programa Segundo Tempo tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens, entre 06 e 17 anos, prioritariamente matriculados em escolas públicas e/ou em áreas de vulnerabilidade social.

Princípios

- Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social;
- Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado;
- Da universalização e inclusão social;
- Da democratização da gestão e da participação.

Objetivo

Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Objetivos Específicos

- Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente matriculadas na rede pública de ensino, a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral;
- Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade;
- Desenvolver valores sociais;
- Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (auto-estima, convívio, integração social e saúde); e
- Contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania).

Linhas Estratégicas

- Qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo;
- Assegurar a oferta do Programa Segundo Tempo voltado ao público do ensino médio e superior;
- Oportunizar aos beneficiados do programa eventos e programações diferenciadas ao longo do ano;
- Qualificar e aprimorar a gestão do programa;
- Qualificar o processo de capacitação de gestores, professores e monitores.

Resultados Esperados**Impactos Diretos**

- Melhoria no convívio e na integração social dos participantes;
- Melhoria da autoestima dos participantes;
- Melhoria das capacidades e habilidades motoras dos participantes;
- Melhoria das condições de saúde dos participantes;
- Aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais; e
- Melhoria da qualificação dos profissionais envolvidos.

Impactos Indiretos

- Diminuição da exposição dos participantes a riscos sociais;
- Melhoria no rendimento escolar dos alunos envolvidos;
- Diminuição da evasão escolar nas escolas atendidas;
- Geração de novos empregos no setor de educação física e esporte nos locais de abrangência do programa;
- Melhoria da infraestrutura esportiva no sistema de ensino público do País e nas comunidades em geral;

II
Diretrizes

Diretrizes do PST

Para efeito de organização do programa e seus projetos serão consideradas as seguintes dimensões:

- 1) Funcionamento de núcleos de esporte educacional, com as seguintes ações:
 - a) Núcleo do Programa Segundo Tempo – **projeto padrão**
 - b) Núcleo do Programa Segundo Tempo – **projetos especiais**
- 2) Eventos e atividades esportivas educacionais.

Projeto padrão

É desenvolvido de forma continuada, com vigência pré-estabelecida de no mínimo dois ciclos pedagógicos, onde aplica-se a proposta pedagógica do PST com vistas a possibilitar múltiplas vivências esportivas aos beneficiados. A duração será de até 26 meses, por meio de ações básicas e definidas para sua implantação e execução. Seu desenvolvimento é orientado para o público alvo composto de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Projetos especiais

São desenvolvidos com o propósito de validar novos modelos de atendimento para o Programa Segundo Tempo, levando em consideração as necessidades e expectativas da sociedade e as excepcionalidades físicas, culturais e estruturais das comunidades. Geralmente, são realizados na forma de experiência piloto, com 12 meses de vigência, e buscam atender a públicos específicos (pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, menores em conflito com a lei etc), como possibilidade real de construção, desenvolvimento e acompanhamento da metodologia de inclusão social por meio do esporte.

Os projetos especiais também podem surgir a partir de estudos de indicadores utilizados em experiências de avaliação de projetos esportivos sociais, e na análise das ferramentas administrativas e gerenciais do próprio Segundo Tempo. Opta-se, assim, por desenvolver metodologias que venham dar maior efetividade ao programa, construir elementos para qualificar suas atividades, e assim definir uma linha de base para alcançar os objetivos gerais. Nesse caso estão incluídos, dentre outros, o Projeto Universitário, voltado para um público jovem, o Projeto de Ginástica Aeróbica, que busca reforçar a participação do público feminino nas atividades esportivas, e os projetos de Capacitação e Acompanhamento Pedagógico do PST.

As ações do PST devem ser desenvolvidas de forma a possibilitar:

- A democratização da atividade esportiva educacional, incentivando o acesso de crianças e adolescentes às práticas do programa, sem qualquer distinção ou discriminação;
- O fomento à melhoria da qualidade pedagógica do ensino de atividades esportivas educacionais, principalmente pela oferta contínua de capacitação, de materiais didáticos e esportivos adequados e, ainda, de acompanhamento e avaliações permanentes;
- Segurança, incentivando que a prática das modalidades esportivas, no âmbito do programa, aconteça com monitoramento e resguarde a integridade das crianças, jovens e adolescentes atendidos;
- Liberdade de escolha, permitindo que as crianças, jovens e adolescentes possam decidir pela prática do esporte educacional, optando, no mínimo, pela participação em três modalidades esportivas, de acordo com seu interesse. E, a partir dos 15 anos completos, os adolescentes e jovens poderão optar pela prática de apenas uma modalidade;
- Autonomia organizacional, permitindo que as organizações governamentais e não governamentais interessadas se articulem com estabelecimentos públicos de educação localizados em suas regiões de atuação, objetivando a autonomia organizacional para se integrarem ao PST; e
- Descentralização operacional, permitindo que o planejamento, a implantação e a execução do programa sejam efetivadas pelas instituições locais que mantêm contato direto com o público-alvo e conhecem melhor a realidade de cada comunidade.

Ações estruturantes de um projeto padrão do PST**Núcleo de esporte educacional**

O núcleo é caracterizado pela composição de um grupo de 100 crianças, adolescentes e jovens que, sob orientação de profissionais, desenvolvem atividades esportivas e complementares, tendo como foco:

- Atividades no contraturno escolar para os beneficiados, em espaços físicos específicos às atividades esportivas a serem desenvolvidas, podendo ser no ambiente da escola ou

espaços comunitários (públicos ou privados);

- Oferta a cada beneficiado de, no mínimo, 3 modalidades esportivas (2 coletivas e 1 individual) até os 15 anos completos e a partir desta idade a possibilidade de se ofertar apenas uma modalidade, de acordo com o interesse do beneficiado;
- Oferta a cada beneficiado de atividades esportivas com frequência mínima de 2 vezes na semana, e de 3 horas diárias ou 3 vezes na semana, e de 2 horas diárias;

O núcleo não se refere ao espaço físico onde são desenvolvidas as atividades, mas sua composição, podendo funcionar em um ou mais espaços físicos, desde que estejam sob a mesma coordenação e tenham como referência a unidade escolar dos beneficiados. Neste caso, o núcleo deverá ter uma base definida, preferencialmente a escola, ou seja, um local onde os recursos humanos possam se reunir para organizar suas atividades e que seja referência para os participantes, famílias e Ministério do Esporte.

Limites de beneficiados/núcleos

Os limites de beneficiados/núcleos, por entidade proponente, baseiam-se na **População Escolar da Rede Pública do Ensino Fundamental e Médio**, segundo informações do Censo Escolar – IBGE/2009, conforme regras abaixo:

a) Governos de estado

<i>População Escolar</i>	<i>Beneficiados</i>	<i>Quantitativo de Núcleos</i>
Até 1.000.000 estudantes	15.000	150
De 1.000.001 a 2.000.000 estudantes	25.000	250
Acima de 2.000.001 estudantes	35.000	350

b) Prefeituras municipais (capitais de estado)

<i>População Escolar</i>	<i>Beneficiados</i>	<i>Quantitativo de Núcleos</i>
Até 100.000 estudantes	10.000	100
De 100.001 a 150.000 estudantes	15.000	150
Acima de 150.001 estudantes	20.000	200

c) Prefeituras municipais (com população escolar acima de 100.000 estudantes)

<i>População Escolar</i>	<i>Beneficiados</i>	<i>Quantitativo de Núcleos</i>
De 100.001 a 150.000 estudantes	15.000	150
Acima de 150.001 estudantes	20.000	200

d) Demais prefeituras municipais

O limite de beneficiados para os projetos a serem pleiteados deverá ser menor ou igual a 10% (dez por cento) da população escolar da rede pública de ensino (composto exclusivamente pelos ensinos fundamental e médio) do município.

e) Órgãos ou entidades federais

Para os órgãos ou entidades federais o limite de beneficiados para os projetos a serem pleiteados deverá ser menor ou igual a 10% (dez por cento) da média da população escolar da rede pública de ensino (composto exclusivamente pelos ensinos fundamental e médio) dos municípios onde serão ofertadas as atividades, não ultrapassando o quantitativo de 20.000 (vinte mil) beneficiados, ou seja, 200 (duzentos) núcleos.

f) Consórcios públicos municipais

Para os consórcios públicos municipais o limite de beneficiados para os projetos a serem pleiteados deverá ser menor ou igual a 10% (dez por cento) da média da população escolar da rede pública de ensino (composto exclusivamente pelos ensinos fundamental e médio) dos municípios onde serão ofertadas as atividades, não ultrapassando o quantitativo de 20.000 (vinte mil) beneficiados, ou seja, 200 (duzentos) núcleos.

g) Entidades privadas sem fins lucrativos

Para as entidades privadas sem fins lucrativos o limite de beneficiados para os projetos a serem pleiteados deverá ser menor ou igual a 5% (cinco por cento) da população ou da média (mais de um município a ser atendido) da população escolar da rede pública de ensino (composto exclusivamente pelos ensinos fundamental e médio) do(s) município(s) onde serão ofertadas as atividades, não ultrapassando o quantitativo de 10.000 (dez mil) beneficiados, ou 100 (cem) núcleos.

Nota 1: Nos casos de renovação, independente da esfera administrativa, o limite de atendimento parte do quantitativo atendido no convênio anterior, com base na análise do cumprimento do objeto, referendado por meio de parecer técnico específico.

Nota 2: É prerrogativa da Secretaria Nacional de Esporte Educacional alterar a qualquer momento os critérios e limites acima estabelecidos.

Espaços físicos

O interessado deve disponibilizar infraestrutura esportiva para o desenvolvimento das atividades. Os espaços devem ser adequados às atividades a serem ofertadas e à quantidade de beneficiados atendidos. Além disso, devem ter condições mínimas de atendimento aos participantes, incluindo banheiros (ou acesso disponível em locais próximos), bebedouros (ou acesso à água), espaço para a realização das atividades complementares e distribuição do lanche ou refeição (quando for o caso).

Poderão ser utilizados os espaços físicos escolares ou comunitários, públicos ou privados, preferencialmente localizados próximos à comunidade beneficiada, que não demandem transporte para o deslocamento dos beneficiados.

Caso o(s) espaço(s) físico(s) a ser(em) utilizado(s) não pertençam à entidade proponente, faz-se necessário um Termo de Cessão de Uso emitido pela entidade mantenedora, autorizando o seu uso.

Identificação dos espaços físicos

Compete à entidade interessada na execução do projeto garantir a identificação dos locais de funcionamento dos núcleos. A identificação será feita por meio de placas, banners, faixas ou outra forma similar previamente acordada com a SNEED/ME, observando-se os padrões estabelecidos no Manual de Aplicação de Marcas do Segundo Tempo (disponível no Portal: www.esporte.gov.br/segundotempo) para fins de divulgação. A entidade também deverá garantir o acompanhamento das atividades pela comunidade local e pelos órgãos de controle e fiscalização.

Atividades a serem desenvolvidas

Atividades esportivas

As atividades esportivas oferecidas aos núcleos devem ter caráter educacional, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorar seus limites, aumentar as suas potencialidades, desenvolver seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo.

O processo de ensino-aprendizagem deve estar voltado para o estímulo à compreensão da convivência em grupo, das regras necessárias à organização das atividades, da partilha de decisões e emoções, fazendo com que o indivíduo possa reconhecer seus direitos e deveres para uma boa convivência social.

A definição das modalidades a serem desenvolvidas junto aos beneficiados deverá considerar o contexto como um todo: disponibilidade de recursos físicos e humanos para desenvolvê-las, forma de organização e vigência do projeto (considerando a organização em

ciclos pedagógicos).

- Modalidades coletivas (oferta mínima de 2 modalidades)
- Modalidades individuais (oferta mínima de 1 modalidade)

Sugestões de modalidades:

Coletivas	Individuais
Basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol e voleibol, entre outras.	Atletismo, canoagem, capoeira, ginásticas (rítmica/artística/olímpica), lutas, natação, remo, tênis de mesa e vela náutica, entre outras.

Pessoal

Para o adequado desenvolvimento das atividades e o regular funcionamento do projeto, é fundamental que seja assegurada a participação de profissionais, conforme estabelecido a seguir:

Pessoal – POR CONVÊNIO

- Coordenador-geral – 20h/semanais e 40h/semanais (para convênios com mais de 40 núcleos)
- Coordenador pedagógico – 40h/semanais
- Coordenador setorial – 40h/semanais - somente em convênios a partir de 20 núcleos (2000 beneficiados) ou fração.
- Técnico administrativo – 40hs semanais

Pessoal – POR NÚCLEO

- Coordenador de núcleo – 20h/semanais
- Monitor de atividade esportiva – 20h/semanais

Referências de valores:

Função	R\$	Carga Horária
Coordenador-geral	1.200,00	20h
Coordenador-geral	2.400,00	40h
Coordenador-geral pedagógico	2.400,00	40h

Coordenador setorial	1.800,00	40h
Técnico Administrativo	1.500,00	40h
Coordenador de núcleo	900,00	20h
Monitor de atividade esportiva	450,00	20h

Nota 1: Os profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades dos núcleos podem, de acordo com sua disponibilidade e localização, assumir 2 unidades, levando em consideração possíveis limitações estabelecidas por legislações específicas, quando for o caso.

Referência de profissionais por beneficiados

<i>Número de Núcleos</i>	<i>Coordenador-Geral</i>	<i>Técnico Administrativo</i>	<i>Coordenador Pedagógico</i>	<i>Coordenador Setorial</i>	<i>Coordenador Núcleo</i>	<i>Monitores Atividade Esportivas</i>
1 a 19	1	1	1	0	1 a 19	1 a 19
20 a 300	1	1	1	1 a 15	20 a 300	20 a 300

Referência de profissionais em relação aos pagamentos

Nº Beneficiados	Coord.-Geral (20/40h)	Técnico Administrativo (40h)	Coordenador Pedagógico (40h)	Coordenador Setorial (40h)	Coordenador de Núcleo (20h)	Monitores Atividades Esportivas (20h)
	Meses de Pgto	Meses de Pgto	Meses de Pgto	Meses de Pgto	Meses de Pgto	Meses de Pgto
1 a 19 núcleos	1º ao último	1º ao último	1º ao último		30 dias anteriores ao início das atividades com os beneficiários ao último	30 dias anteriores ao início das atividades com os beneficiários ao último
20 a 300 Núcleos	1º ao último	1º ao último	1º ao último	3º ao Último	30 dias anteriores ao início das atividades com os beneficiários ao último	30 dias anteriores ao início das atividades com os beneficiários ao último

Especificações

Coordenador-geral

Qualificação: Profissional de nível superior com experiência comprovada em gestão e/ou administração de projetos esportivo-educacionais.

Atribuições:

- Participar de todo o processo de decisão. É quem define: objetivo geral do projeto, cronograma de atividades, responsabilidades e recursos;
- Evitar que as falhas inerentes ao desenvolvimento dos processos aconteçam. Deve ser capaz de prever as dificuldades e agir preventivamente assegurando o bom andamento dos trabalhos;
- Gerenciar a implementação das ações acordadas no projeto técnico e plano de trabalho, estabelecendo, inclusive, o controle total da estrutura administrativa e do orçamento do projeto;
- Ampliar os veículos de comunicação com a sociedade civil e com órgãos públicos, efetivando parcerias que visem o melhor desempenho do projeto e possibilitem agregar valores e benefícios aos participantes;
- Desenvolver técnicas e princípios de planejamento descentralizado e gestão articulada, voltados para a criação de um ambiente de trabalho comprometido com o alcance e o resultado do projeto;
- Manter estrutura eficiente de comunicação entre o coordenador pedagógico, coordenadores de núcleo e monitores, possibilitando melhores resultados e qualidade no atendimento aos beneficiados e maior eficiência dos trabalhos realizados em equipe;
- Implementar a articulação periódica com os coordenadores de núcleo na busca da alocação e utilização eficiente dos recursos disponíveis, evitando sobreposição de ações, de forma a gerenciar os problemas/dificuldades, em tempo de corrigir rumos;

- Supervisionar, monitorar e avaliar o projeto, de acordo com o pactuado no convênio, mantendo um esquema de trabalho viável para atingir os objetivos;
- Participar da formação continuada oferecida pela SNEED/ME, de encontros com os colaboradores e grupos de estudo sobre desenvolvimento de projetos esportivos sociais;
- Responder pela interlocução entre a convenente e a SNEED/ME na operacionalização das ações do convênio no SICONV e pelo registro das informações prestadas no sistema do PST.
- Cadastrar e manter atualizadas as informações do convênio, dos núcleos, dos recursos humanos e principalmente dos beneficiados nos sistemas disponibilizados por este ministério;

Técnico administrativo

Qualificação: profissional de nível técnico ou médio com experiência comprovada em atividades técnicas administrativas.

Atribuições:

- Subsidiar o coordenador-geral no gerenciamento das ações do projeto;
- Desenvolver técnicas e princípios administrativos e contábeis para auxiliar nos processos inerentes ao projeto;
- Participar da formação continuada oferecida pela SNEED/ME, de encontros com os colaboradores e grupos de estudo sobre desenvolvimento de projetos esportivos sociais; e
- Participar da interlocução entre o convenente e a SNEED/ME na operacionalização das ações do convênio no SICONV e pelo registro das informações prestadas no sistema do PST.

Coordenador-geral pedagógico

Qualificação: profissional de nível superior da área de educação física ou esporte, com experiência pedagógica para coordenação, supervisão e orientação na elaboração de propostas pedagógicas.

Atribuições:

- Elaborar proposta de trabalho, definindo objetivos, estratégias e metas de acordo com os fundamentos pedagógicos do PST;
- Articular, com o coordenador-geral, o planejamento pedagógico do projeto, com vistas à melhor forma de adequação das atividades ao processo de ensino-aprendizagem dos participantes;
- Coordenar o processo de planejamento pedagógico dos núcleos juntamente com os demais recursos humanos envolvidos, promovendo momentos de planejamento conjunto onde todos os atores que compõem o projeto participam;
- Manter um esquema viável de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas, promovendo encontros periódicos para formação continuada e socialização de experiências dos recursos humanos, bem como para revisão e aprimoramento do planejamento pedagógico;
- Focar seu olhar na relação entre coordenador de núcleo, monitor e beneficiado, orientando pedagogicamente os professores e reforçando o processo de educação contínua. Acompanhar e avaliar o desempenho das atividades dos membros da equipe, mantendo suas atuações padronizadas, harmônicas e coerentes com os princípios educacionais do PST;
- Acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas no projeto, analisando em conjunto com os demais recursos humanos o resultado de avaliações internas e/ou externas, e auxiliando a elaboração de relatórios de desempenho dos núcleos, com o objetivo de redirecionamento das práticas pedagógicas;
- Supervisionar, sistematicamente, as atividades pedagógicas desenvolvidas nos núcleos; e

- Participar da formação continuada oferecida pela SNEED/ME, e de encontros com os colaboradores e grupos de estudo sobre desenvolvimento de projetos esportivos sociais.

Coordenador de núcleo

Qualificação: profissional de nível superior da área de educação física ou esporte.

Atribuições:

- Organizar, juntamente com o coordenador geral e o pedagógico, o processo de estruturação dos núcleos (adequação do espaço físico, pessoal, materiais esportivos, uniformes, etc.), a fim de garantir o atendimento adequado às modalidades propostas;
- Planejar, semanal e mensalmente, juntamente com os monitores, as atividades que estarão sob sua responsabilidade e supervisão, levando em consideração a proposta pedagógica aprovada para o projeto. Submeter e articular, com o coordenador pedagógico, o planejamento feito, com vistas à melhor forma de adequação das atividades ao processo de ensino-aprendizagem dos participantes;
- Desenvolver as atividades esportivas com os beneficiados, juntamente com os monitores, de acordo com a proposta pedagógica do PST, seguindo o planejamento proposto para o projeto e primando pela qualidade das aulas. Ensinar, controlar, corrigir e acompanhar a evolução dos beneficiados;
- Acompanhar e avaliar o desempenho das atividades desenvolvidas pelos monitores, mantendo suas atuações padronizadas, harmônicas e coerentes com os princípios estabelecidos no projeto;
- Supervisionar o controle diário das atividades desenvolvidas no núcleo, mantendo um esquema de trabalho viável para atingir os resultados propostos no projeto, exigindo, inclusive, a participação e envolvimento de toda a equipe de trabalho no processo;
- Promover reuniões periódicas com os monitores, a fim de analisar, em conjunto, o resultado de avaliações internas e/ou externas, elaborando relatórios de desempenho do núcleo, com o objetivo de propor redirecionamento das práticas pedagógicas e/ou inclusão de outras atividades que possam enriquecer o projeto;

- Responsabilizar-se e zelar pela segurança dos participantes, durante todo o período de sua permanência no local de desenvolvimento das atividades do núcleo, assim como manter os espaços físicos e as instalações em condições adequadas às práticas;
- Manter os coordenadores geral, setorial (quando for o caso) e pedagógico informados quanto às distorções identificadas no núcleo e apresentar, dentro do possível, soluções para a correção dos rumos;
- Comunicar de imediato às coordenações geral, setorial (quando for o caso) e pedagógica quaisquer fatos que envolvam membro da equipe ou beneficiado em situação não convencional, procurando, inclusive, encaminhar todos os casos omissos com imparcialidade e cortesia;
- Participar da formação continuada oferecida pela SNEED/ME, e de encontros com os gestores do projeto, colaboradores e grupos de estudo sobre desenvolvimento de projetos esportivos sociais;
- Atuar como multiplicador do processo de capacitação do PST, junto aos monitores e colaboradores do projeto;
- Conservar, manter e solicitar reposição dos materiais relativos às atividades ofertadas;
- Cadastrar e manter atualizadas as informações dos monitores de atividades esportivas e principalmente dos beneficiados nos sistemas disponibilizados por este ministério.

Coordenador setorial

Qualificação: profissional de nível superior da área de educação física ou esporte, com experiência no desenvolvimento de ações comunitárias, organização e supervisão de projetos.

Atribuições:

- Assessorar e apoiar o coordenador-geral e o coordenador pedagógico na identificação e definição dos núcleos a serem atendidos na região para a qual foi destacado, bem

como na articulação do projeto com a comunidade;

- Auxiliar o coordenador-geral e o coordenador pedagógico, viabilizando e operacionalizando a distribuição das suas ações estruturantes (adequação do espaço físico, pessoal, materiais esportivos, uniformes, etc.).
- Participar do processo de planejamento pedagógico dos núcleos de sua região, juntamente com os demais profissionais envolvidos;
- Manter um esquema viável de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas nos núcleos da sua região de atuação, promovendo encontros periódicos para formação continuada e socialização de experiências dos profissionais assim como para revisão e aprimoramento do planejamento pedagógico, de acordo com a orientação da coordenação pedagógica;
- Manter o coordenador-geral e o coordenador pedagógico informados quanto às distorções identificadas nos núcleos de sua região de atuação e apresentar, dentro do possível, soluções para a correção dos rumos;
- Orientar e supervisionar as atuações dos coordenadores de núcleos, de forma regionalizada, mantendo seus trabalhos padronizados, harmônicos e coerentes com os princípios estabelecidos no projeto;
- Participar da formação continuada oferecida pela SNEED/ME, e de encontros com os colaboradores e grupos de estudo sobre desenvolvimento de projetos esportivos sociais.

Monitor de atividade esportiva

Qualificação: estudante de graduação regularmente matriculado em cursos de educação física ou esporte, preferencialmente que já tenha cursado o correspondente à primeira metade do curso.

Atribuições:

- Desenvolver juntamente com o coordenador de núcleo o planejamento semanal e mensal das atividades esportivas, de forma a organizar as práticas relativas ao ensino-

aprendizagem dos participantes e o melhor desempenho funcional do núcleo;

- Assessorar e apoiar o coordenador de núcleo no desempenho de suas atividades e serviços, assim como desenvolver as práticas complementares previstas no plano de aula, sistematicamente nos dias e horários estabelecidos, zelando pela sua organização, segurança e qualidade, de acordo com a proposta pedagógica do projeto;
- Estabelecer, em conjunto com o coordenador de núcleo e o coordenador setorial (quando for o caso), mecanismos e instrumentos pedagógicos de frequência e registro das atividades desenvolvidas diariamente, que deverão ser apresentados à coordenação-geral e à coordenação pedagógica na forma de relatórios;
- Acompanhar a participação dos beneficiados nas atividades esportivas, efetuando o controle de frequência e sua atualização semanal;
- Responsabilizar-se e zelar, juntamente com a coordenação do núcleo, pela segurança dos beneficiados durante as práticas esportivas e permanência nas instalações físicas;
- Comunicar ao coordenador de núcleo, de imediato, quaisquer fatos que envolvam membro da equipe ou beneficiado em situação não convencional, assim como elaborar registro documental de cada caso ocorrido;
- Viabilizar e operacionalizar a coleta de depoimentos escritos, quanto à execução e satisfação do projeto/programa, de pais, beneficiados, responsáveis, professores e entes das comunidades; e
- Participar do processo de capacitação oferecido pela gestão do projeto e coordenação local, com base na capacitação oferecida pela SNEED/ME, assim como manter-se atualizado sobre assuntos de interesse sobre a sua área de atuação;
- Cadastrar e manter atualizadas as informações dos beneficiados nos sistemas disponibilizados por este ministério.

Materiais e uniformes

Material esportivo/suplementar

A qualidade de produção dos materiais esportivos tem melhorado significativamente nas últimas décadas. Com isso, a prática esportiva tem se tornado mais prazerosa e segura, pois tem aliado tecnologia e eficiência. Atento a essas mudanças e exigências, o Ministério do Esporte não tem medido esforços para disponibilizar aos beneficiados do PST materiais de qualidade e que estimulem uma prática continuada e adequada.

Para além da qualidade, existe também a preocupação com a variabilidade dos materiais, disponibilizando aos professores uma gama enorme de opções e adaptações. Isso potencializa a chance de beneficiados mais satisfeitos e vinculados por mais tempo junto aos núcleos do programa.

Assim, para equipar um núcleo do PST, o Ministério do Esporte fornecerá um kit específico de material esportivo e suplementar, que atende ao desenvolvimento das atividades por até 3 ciclos pedagógicos, composto de:

Item	Un.	Qtde.
Bola de basquete adulto	Un.	6
Bola de basquete infantil	Un.	6
Bola de futebol de campo adulto	Un.	10
Bola de futebol de campo infantil	Un.	10
Bola de futebol de salão adulto	Un.	6
Bola de futebol de salão infantil	Un.	6
Bola de handebol adulto	Un.	6
Bola de handebol infantil	Un.	6
Bola de vôlei - oficial	Un.	6
Bola de vôlei - oficial infantil	Un.	6
Bola de borracha	Un.	10
Rede de basquete	Par	1
Rede de futebol de campo	Par	1
Rede de futebol de salão/handebol	Par	1
Rede de vôlei	Un.	1
Cone médio	Un.	10
Cone grande	Un.	10
Bomba de encher bola	Un.	2
Bico para bomba de encher bola	Un.	8
Apito para arbitragem de plástico com cordão	Un.	4
Bambolê	Un.	15
Saco para transportar material esportivo	Un.	2
Corde de pular coletiva c/ manoplas	Un.	2
Corde de pular individual c/ manoplas	Un.	15
Jogos de domínó	Un.	15
Jogo de taco completo de madeira c/ bolinha de borracha	Un.	1
Jogos de frescobol	Un.	1
Peteca	Un.	10
Kit mini-traves de futebol	Un.	1

Colete de identificação c/ 12 unidades	JG	4
Cadeado 20mm	Un.	2
Caixa plástica com tampa para acondicionar o material	Un.	2

Os materiais relativos às atividades ofertadas deverão ser armazenados em locais fechados, livres de umidade e seguros, ficando sob a responsabilidade do coordenador de núcleo, que também responderá pela conservação, manutenção e solicitação da reposição dos mesmos.

Uniformes

O uso regular do uniforme está ligado a alguns aspectos importantes para o desempenho do programa, como: disciplina e homogeneidade do grupo, ensinamentos básicos de organização e higiene, fácil reconhecimento de integrantes do projeto e valorização do indivíduo, e funcionalidade para execução de movimentos específicos.

Para estimular ainda mais o processo de ensino-aprendizagem e padronização dos participantes, o Ministério do Esporte fornecerá um kit de uniforme para cada núcleo do PST que também atende ao desenvolvimento das atividades por até 3 ciclos pedagógicos, composto de:

Item	Un.	Qtde.
Camiseta (3 por beneficiado)	Un.	300
Bermuda (1 por beneficiado)	Un.	100
Camiseta (coordenador)	Un.	3
Camiseta (monitor esportivo)	Un.	3

Nota 1: A entrega do material esportivo e do uniforme será feita no endereço indicado pela entidade proponente no momento da formalização da parceria, em declaração específica, ficando sob sua responsabilidade a respectiva distribuição para os núcleos.

Divulgação

A divulgação do projeto e parceria com o Ministério do Esporte no desenvolvimento do PST deve ser realizada de forma ampla e irrestrita. O objetivo é dar publicidade aos dis-tintos públicos sobre as ações e retorno dos resultados das intervenções públicas junto à sociedade. Deve-se fazer uso dos diversos meios de comunicação e mídia para facilitar esse processo.

Além de informações de interesse do público- alvo e de ações de relevância social, a divulgação apresenta resultados que, a partir do desenvolvimento de estratégias de comunicação, são passíveis de aumentar a consciência do cidadão comum sobre o papel e a importância dos projetos sociais no seu cotidiano.

Compete à entidade proponente garantir a identificação dos locais de funcionamento dos núcleos, como forma de contrapartida, por meio de placas, *banners*, faixas ou outra forma similar, observando-se os padrões estabelecidos no Manual de Aplicação de Marcas do Segundo Tempo, disponibilizado no portal do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br/segundotempo).

Contrapartida

A contrapartida é a parcela de recursos próprios que a entidade proponente deve aplicar na execução do objeto do convênio, de acordo com sua capacidade técnica e operacional. É entendida como a materialização do esforço das partes (concedente e tomadores do recurso) para viabilizar o projeto. Para as entidades públicas, conforme prevê a legislação vigente, o empenho material deve ser obrigatoriamente realizado com recursos monetários (dinheiro), recebendo, assim, a denominação de **contrapartida financeira**.

No que diz respeito às entidades privadas, além da contrapartida financeira, quando os proponentes não tiverem tal disponibilidade, poderão ser aceitos bens ou serviços, desde que seja possível atribuir a eles valores de mercado, recebendo, assim, a denominação de **contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis**.

A contrapartida é exigida dos proponentes, sejam estes públicos ou privados, e deverá ser fixada, de acordo com os percentuais apresentados na Regra de Contrapartida, conforme **Lei Federal nº. 12.309/2010 (LDO 2011)**:

Situação	Mínimo	Máximo
Municípios com até 50.000 habitantes	2% e 4%	----
Municípios acima de 50.000 habitantes, localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da PNDR*, Sudene**, Sudam*** e Sudeco****.	4% e 8%	----
Demais municípios	8% e 40%	----
Estados ou Distrito Federal localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da PNDR, Sudene, Sudam e Sudeco.	10% e 20%	----
Demais estados	20% e 40%	----
Consórcios públicos constituídos por estados, Distrito Federal e municípios	2%	Bens e serviços mensuráveis 100%
Entidades com registro no CNA S	0%	----
Demais entidades privadas	2%	Bens e serviços mensuráveis 100%

- *PNDR Política Nacional de Desenvolvimento Regional
 **Sudene Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
 ***Sudam Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
 ****Sudeco Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Obs 1: Quando atendida por meio de bens e serviços, constará do convênio cláusula que indique a forma de aferição da contrapartida, conforme determinado no Decreto nº 6.170/07 e alterações.

Cumpra destacar as perspectivas trazidas na Portaria Interministerial nº 127/2008, acerca da contrapartida, quais sejam:

Art. 20. A contrapartida, quando houver, será calculada sobre o valor total do objeto e poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis.

§ 1º A contrapartida, quando financeira, deverá ser depositada na conta

bancária específica do convênio ou contrato de repasse em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

§ 2º A contrapartida por meio de bens e serviços, quando aceita, deverá ser fundamentada pelo concedente ou contratante e ser economicamente mensurável, devendo constar do instrumento cláusula que indique a forma de aferição do valor correspondente em conformidade com os valores praticados no mercado ou, em caso de objetos padronizados, com parâmetros previamente estabelecidos.

§ 3º A contrapartida, a ser aportada pelo conveniente ou contratado, será calculada observados os percentuais e as condições estabelecidas na lei federal anual de diretrizes orçamentárias.

§ 4º O proponente deverá comprovar que os recursos, bens ou serviços referentes à contrapartida proposta estão devidamente assegurados.

Podem ser considerados contrapartida para o Programa Segundo Tempo, e nos limites estabelecidos pela legislação atual (Decreto nº 6.170/2007, Portaria nº 127/2008 e suas alterações):

- Pagamento (financeiro) e disponibilização (economicamente mensurável) de pessoal suplementar ao projeto, assim como dos custos relativos à respectiva contratação (taxas, impostos patronais, despesas de logística, etc); que não incidam nas vedações do art. 39 da Portaria Interministerial nº 127/2008, e que não ultrapassem o limite de 15% em despesas administrativas previstos para entidades privadas sem fins lucrativos (art. 39, parágrafo único);
- Aluguel de espaço(s) físico(s) a ser (em) utilizado(s), desde que apresentado(s) o(s) contrato(s) de locação ou declaração (ões) de intenção de contrato;
- Pagamento de transporte para os beneficiados e profissionais envolvidos;

- Aquisição de equipamentos permanentes e materiais didáticos complementares para desenvolvimento das atividades, a exemplo de: computadores, aparelho de som, jogos pedagógicos, material de primeiros socorros, uniformes (camiseta, short, boné, agasalho e tênis), entre outros;
- Custos com divulgação do projeto, desde que não estejam contemplados nas vedações de publicidade apresentadas no art 39 da Portaria Interministerial nº 127/2008 (placas, banners e faixas);
- Custos relativos à realização de processos licitatórios (publicações e pregoeiros);
- Encargos sociais legalmente estabelecidos.

Obs1: No cálculo de contrapartida de bens e serviços economicamente mensuráveis, não poderão ser contabilizados no montante dos recursos os impostos incidentes sobre bens e serviços.

Outras despesas

Caso a convenente tenha a necessidade de apresentar outras despesas para a consecução do projeto, tais dispêndios deverão ser apresentados na forma de contrapartida ou serem detalhados no projeto técnico, com informações acerca da aplicabilidade, necessidade, finalidade e detalhamento técnico, para análise e/ou deferimento da SNEED/ME. Também devem ser apresentadas no plano de trabalho as informações relativas à unidade; quantidade; valor unitário; e valor total.

Ademais, deverão ser apresentadas 03 (três) pesquisas de mercado, a fim de se comprovar se os preços indicados correspondem aos praticados na localidade do projeto.

Suplementos

Além dos elementos pactuados no convênio (conforme diretrizes trazidas neste Manual), a entidade convenente pode oferecer outras atividades, serviços ou benefícios que

suplementem e qualifiquem o projeto, tais como práticas culturais e recreativas, reforço alimentar, passeios, palestras, debates, dentre outros.

Fica a critério do ente conveniente oferecer ou não esses suplementos não objetos de conveniamento.

Operacionalização do Programa Segundo Tempo

Cronograma de execução do Programa Segundo Tempo

Ficam estabelecidas 05 (cinco) etapas de execução do Programa Segundo Tempo, conforme demonstrado no desenho do ciclo pedagógico. São elas:

1. Período de implementação

Após a formalização do convênio e pagamento da 1ª parcela dos recursos, esta fase compreende os meses iniciais destinados à estruturação do convênio, de acordo com o pactuado no plano de trabalho.

Durante esse período, a entidade deve promover todos os procedimentos para a implantação das ações do programa, necessários à obtenção do “**Termo de Autorização**”, que, sem prejuízo de outros que poderão ser incorporados pela SNEED/ME, deverá dispor no mínimo sobre os seguintes itens:

1. Cadastramento do público-alvo, dos espaços físicos, pessoal e beneficiados;
2. Cadastramento dos PPN's (Planos Pedagógicos dos Núcleos)
3. Divulgação e identificação visual do programa;
4. Infraestrutura utilizada para funcionamento dos núcleos;
5. Atividades esportivas e complementares quando for o caso;
6. Materiais esportivos/suplementares e uniformes;
7. Pessoal;
8. Capacitação;
9. Proposta pedagógica e grade horária das atividades;
10. Demais atividades propostas.

Nesta fase, são previstos e executados somente os pagamentos do pessoal (coordenador- geral, coordenador pedagógico, técnico administrativo e coordenadores setoriais). E, para fins de comprovação de execução da etapa, a entidade deverá apresentar o

1º Relatório de Acompanhamento (demonstrativo de procedimentos preliminares), juntamente com os respectivos documentos comprobatórios de cada ação.

Obs1: O atendimento aos beneficiados somente poderá ter início após a autorização da SNEED/ME, por meio do “Termo de Autorização”.

2. *Período de Desenvolvimento Pedagógico*

Após o cumprimento dos pré-requisitos inerentes à Ordem de Início e recebimento do Termo de Autorização emitido pela SNEED/ME, este período compreende o desenvolvimento efetivo das atividades didático-pedagógicas junto aos beneficiados, de acordo com o planejamento previamente aprovado, em especial, a data de assinatura do convênio, ou publicação da Portaria de Descentralização de Recursos (caso de entidades federais) bem como o ciclo pedagógico (alinhado ao calendário escolar local).

3. *Período de Recesso*

O período de recesso tem como objetivo ajustar o projeto ao calendário escolar que compreende, aproximadamente, entre os dias 16 de dezembro a 15 de janeiro, podendo sofrer variação, de acordo com o município onde será instalado. No entanto, deve ser feita a previsão orçamentária para remuneração do pessoal durante os 30 dias, podendo a entidade utilizar parte deste período para planejamento pedagógico, planejamento das ações do período de atendimento concentrado, reuniões etc.

4. *Período de atendimento concentrado – Projeto Recreio nas Férias*

Compreende o atendimento aos beneficiados de forma concentrada, no período correspondente ao cronograma de férias escolares em janeiro e julho, com garantia de no mínimo 24 horas de atividades diferenciadas por edição. Visa a oferta de opções de lazer que preencham o tempo livre de modo prazeroso e ao mesmo tempo construtivo, por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas, essencialmente diferenciadas daquelas que o núcleo desenvolve durante o ano.

O Projeto Recreio nas Férias, caracterizado como especial, é opcional e deve se dar por meio de adesão, efetivada por “Chamada Pública” específica. As parcerias para esse

projeto serão concretizadas apenas com as entidades parceiras com o PST que estiverem em conformidade com os critérios de seleção da chamada. Serão viabilizadas por meio de instrumentos também específicos para este fim.

O planejamento específico das atividades é de competência das equipes de trabalho dos próprios núcleos que já desenvolvem o PST, que devem atender às diretrizes do projeto constantes de manual próprio, disponibilizado no portal do Ministério do Esporte: www.esporte.gov.br/segundotempo.

Obs1: O Projeto Recreio nas Férias caracteriza o início de cada período de desenvolvimento pedagógico do Programa Segundo Tempo.

5. Período de encerramento do projeto

O **período de encerramento** do projeto compreende os dois últimos meses de execução das atividades junto aos beneficiados, possibilitando ao proponente analisar:

- 1) A execução física e financeira do projeto como um todo;
- 2) A necessidade de aditivo de prazo de vigência, no caso de ter ocorrido algum atraso no cronograma previsto;
- 3) Preparar os relatórios de encerramento das atividades, de forma a encaminhar à SNEED/ME;
- 4) Finalizar o Processo de inclusão de documentação e informações no SICONV, referente à Prestação de Contas Final

Além disso, excepcionalmente, a proponente poderá realizar ajustes no plano de trabalho, quando identificadas as necessidades de alterações, a exemplo de mudança de quantitativos, alteração de etapas/fases e valores especificados, desde que não haja mudança no objeto pactuado.

Caso haja necessidade de alteração/reformulação do plano de trabalho, a conveniente deverá apresentar à SNEED/ME proposta devidamente justificada e respaldada documentalmente, atendendo às seguintes exigências:

- 1) Ofício de solicitação, apresentando os motivos que fundamentam a necessidade de reformulação à SNEED/ME;
- 2) Após autorização da SNEED/ME reformular o plano de trabalho no SICONV com

- as alterações pretendidas; e
- 3) Comprovação da situação de regularidade fiscal.

Entidade de controle social

Em atendimento aos princípios da governança e da governabilidade, na perspectiva da democracia representativa e participativa, destacada pela Constituição Federal de 1988, que incorporou a participação da comunidade na gestão das políticas públicas (art. 194, VII, art. 198, III; art. 206, VI; art. 227, parágrafo 7), por meio de mecanismos de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional estabelece a obrigatoriedade de indicação de uma entidade de controle social para acompanhar as atividades dos projetos formalizados com cada uma das entidades parceiras.

A seleção e a indicação da entidade de controle social pelas entidades parceiras devem considerar os seguintes itens:

- No caso de parcerias formalizadas com entidades públicas (federais, estaduais, distritais ou municipais), a entidade de controle social deverá ser indicada pelo conveniente, prioritariamente na forma de um conselho (estadual ou municipal) legalmente constituído há pelo menos 1 (um) ano;
- No caso de parcerias formalizadas com entidades privadas sem fins lucrativos, a entidade de controle social deverá ser indicada pelo conveniente, devendo ser uma entidade, preferencialmente pública, com registro no CNAS, ou de oscip, junto ao Ministério da Justiça, com atuação social comprovada há pelo menos 03 anos. Pode ser indicada pelo Ministério do Esporte a partir de consultas ao Ministério de Assistência Social e ao Ministério da Justiça;
- Nas parcerias efetivadas com gestão municipal, a entidade indicada deverá ser de abrangência municipal;
- Nas parcerias efetivadas com gestão estadual, a entidade indicada deverá ser de abrangência estadual, de forma a acompanhar **in loco** as atividades dos núcleos do programa junto aos municípios onde o mesmo estiver implantado; e

- Nas parcerias efetivadas com entidades privadas sem fins lucrativos, no caso de ter abrangência de atuação no território nacional, deverá ser indicada uma entidade de controle social pelo estado onde o programa for implantado. No caso de ter abrangência estadual, deverá ser indicada uma entidade de controle social pelo município onde o programa estiver distribuído.

Neste âmbito, compete ao representante oficial da entidade civil local, indicada e legalmente constituída com o compromisso de fiscalizar a execução do convênio e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo projeto local, preencher e encaminhar ao Ministério do Esporte o “**Formulário de Verificação dos Aspectos Operacionais**” (modelo disponível no portal do ME), conforme prazos estabelecidos. E ainda efetuar permanente monitoramento da execução frente ao disposto nas diretrizes do programa, comunicando à SNEED/ME possíveis impropriedades verificadas.

III

Procedimentos para estabelecimento de parcerias

Quem pode estabelecer parceria com o PST

Podem apresentar pleitos as entidades públicas federais, estaduais, distritais e municipais ou entidades privadas sem fins lucrativos que possuam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) há mais de 03 anos, nos moldes da Lei nº 12.381 de 9 de fevereiro de 2011 (LOA), que demonstrem capacidade técnica e operacional para execução dos recursos públicos e que desenvolvam, conforme os respectivos regimentos ou estatutos e declarações solicitadas, ações de caráter esportivo (cultural, educacional e/ou social).

A descentralização da execução no âmbito do Segundo Tempo se consolida por meio de parcerias formalizadas a partir de instrumentos legais especificados na tabela a seguir, conforme a esfera e o tipo de órgão/entidade selecionada:

Tipo/Esfera da Entidade	Instrumento Legal	Via	Aparato Legal
Entidades públicas em geral e entidades não governamentais	Convênio	SICONV	Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008 e suas alterações
Órgãos / entidades da administração pública federal direta, autárquica, fundação pública ou entidades dos orçamentos fiscais e da seguridade social	Publicação de portaria específica	SIAFI	Comunica SIAFS nº 051233, de 31/12/2008 e Portaria ME nº 183, de 5 de outubro de 2006
Oscips (organizações sociais de interesse público)	Termos de Parceria	SICONV	Lei nº 9.790, de 23/03/1999
Consórcio público	Convênio	SICONV	Lei nº 11.107, de 06/04/2005

Como apresentar o pleito

Desde 1º de setembro de 2008 passou a ser obrigatória a utilização do Portal de Convênios criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para celebração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas dos convênios firmados com recursos repassados voluntariamente pela União. Todo o processo de cadastramento de propostas também deverá ocorrer por meio deste: www.convenios.gov.br. A normativa vale para todos os proponentes do PST: órgãos estaduais e municipais, e entidades

privadas sem fins lucrativos, exceto os órgãos e entidades federais e oscips.

O interessado em apresentar pleito específico para desenvolver o Programa Segundo Tempo e seus projetos especiais deverá proceder às orientações e normativas estabelecidas em chamada pública disponibilizada no SICONV e no portal do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br/segundotempo).

Liberação de recursos

Os recursos para implementação dos núcleos- padrão do Segundo Tempo advirão de dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Ministério do Esporte, por meio da ação “4377 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional” do Programa “Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo”, seguindo a lógica de atendimento às necessidades de execução dos projetos/propostas aprovadas no SICONV, assim como da disponibilidade financeira anual.

Para tanto, o cronograma físico-financeiro estabelecido no projeto básico e no plano de trabalho deve ser dividido em duas parcelas. A primeira terá o limite de até 50% (cinquenta por cento) do valor total ajustado (Portaria nº 137, de 20 de junho de 2008).

É condição imprescindível para execução das ações do programa a liberação financeira da primeira parcela pactuada entre as partes. Portanto, o **efetivo início** das atividades fica condicionado ao **efetivo repasse financeiro da primeira parcela pelo ME**.

A liberação da segunda parcela fica condicionada à **Autorização de Ordem de Início**, expedida pela SNEED/ME após o cumprimento dos procedimentos preliminares, atendimento das ações de estruturação e cadastramento integral dos espaços físicos, dos beneficiados e dos profissionais envolvidos, no Sistema Informatizado de Cadastramento de Beneficiados do PST, conforme obrigatoriedade constante da Portaria nº 137/2008.

A liberação de recursos financeiros referentes ao atendimento às entidades da esfera federal, na forma de descentralização de crédito por meio de **Destaque Orçamentário**, independente da ação, será efetivada, preferencialmente, em uma única parcela, conforme especificado em portaria elaborada para este caso e no cronograma de desembolso do plano de trabalho resumido.

V
Normas Gerais e Específicas

Legislação vigente

A legislação brasileira estabelece normas, critérios, requisitos e vedações para a celebração e formalização de convênios, liberação e gerenciamento dos recursos públicos, execução do objeto e prestação de contas, assim como as hipóteses de rescisões e de tomada de contas especial.

Abaixo estão relacionadas as leis e normativas aplicáveis ao processo de formalização de parcerias no âmbito do Programa Segundo Tempo:

I – Lei nº 8.666, de 22 de junho de 1993 - o governo federal regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências;

II – Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 - dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público (oscips), institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências;

III – Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências, principalmente permitindo mensurar como contrapartida os bens e serviços. Desta forma, no termo do convênio deve estar indicando cláusula que define a forma de aferição da contrapartida;

IV – Lei Federal nº. 12.309/2010, de 09 de agosto de 2010 (LDO 2011) - dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências;

V – Lei nº. 12.381 de 9 de fevereiro de 2011 (LOA 2011) - estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2011;

VI – Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 - os instrumentos celebrados até 14 de abril de 2008 sujeitam-se às disposições da IN/STN nº 1, de 1997, e suas alterações. A partir dessa data, as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação são as dispostas no **Decreto nº 6.170/2007** e dispositivos legais que alteram a norma bem

como na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 (e alterações posteriores), dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência. Essa normativa instituiu o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) e o Portal de Convênios do governo federal (www.convencios.gov.br); e

VII – Lei nº 11.945/2009 - altera dispositivos da legislação tributária federal e dá outras providências.

Ademais, seguem outros dispositivos legais inerentes à celebração de convênios e outros ajustes:

VII – Decreto nº 5.504/2005 - estabelece a exigência de utilização do pregão eletrônico para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em consequência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos;

IX – Lei nº 10.520, de 17/7/2002 - institui, no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

X – Acórdão TCU nº 1.937/2008 – consulta acerca da possível revogação da Instrução Normativa STN nº 1, de 15/1/1997, pelo Decreto nº 6.170, de 25/7/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29/5/2008, e sobre a possibilidade de se continuar utilizando os institutos do “pré-convênio” e do “termo simplificado”;

XI - Portaria ME nº 183, de 5 de outubro de 2006 - disciplina os procedimentos para possibilitar a descentralização de recursos para órgãos e entidades integrantes do Orçamento Geral da União (Termo de Cooperação).

GESTÃO DO PROGRAMA
Ação Funcionamentos de Núcleos

Secretário Nacional de Esporte Educacional

Wadson Nathaniel Ribeiro

Chefia de Gabinete

Antonio Fernando Máximo

Assessoria Técnica do Gabinete

Danielle Fermiano dos Santos Gruneich

Diretora de Esporte Escolar e Identidade Cultural

Gianna Lepre Perim

Assessoria de Direção

Milena Bastos

Diretor de Esporte Escolar Universitário

Fabio Hansen

Coordenação-Geral de Formalização

Carlos Nunes Pereira

Coordenação de Formalização

Claudia Rodrigues

Coordenações

Capacitação e Acompanhamento Pedagógico e Administrativo

Claudia Bernardo

Acompanhamento Operacional

Dirceu Lopes de Mattos

Implementação

Thais Higushi

Análise Técnica do Cumprimento do Objeto
Prestação de Contas
Carlos Nunes Pereira

Suprimentos
Plínio Oliveira

Contatos

Ministério do Esporte
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar
70.054-900 – Brasília/DF

Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SEPN 511, Bloco A, Edifício Bittar II
2º andar, sala 209
70758-900 – Asa Norte, Brasília/DF

Home page: www.esporte.gov.br/segundotempo

Central de Atendimento central_segundotempo@esporte.gov.br